

Organizadores
Ewerton da Silva Ferreira
Jaqueline Carvalho Quadrado

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE: perspectivas interdisciplinares



ORGANIZADORES:

JAQUELINE CARVALHO QUADRADO

EWERTON DA SILVA FERREIRA

Gênero, Sexualidade e Diversidade:

Perspectivas interdisciplinares

1ª edição

2018



Copyright © 2018 Organizado por Jaqueline Carvalho Quadrado e Ewerton da Silva Ferreira

A Cia do eBook apoia os direitos autorais. Eles incentivam a criatividade, promovem a liberdade de expressão e criam uma cultura vibrante. Obrigado por comprar uma edição autorizada desta obra e por cumprir a lei de direitos autorais não reproduzindo ou distribuindo nenhuma parte dela sem autorização. Você está apoiando os autores e a Cia do eBook para que continuem a publicar novas obras.

Os textos aqui são responsabilidade exclusiva dos seus autores.

CAPA

Vitória Ayala Sant'ana

REVISÃO TÉCNICA

Gustavo de Carvalho Luiz

Marilice Cortes

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Equipe Cia do eBook

ISBN

9788555851285

Editora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC

Editor-chefe

Bel. Bruno César Alves Marcelino, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil (Editora Claec).

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán, Universidad Veracruzana, México

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dr. Djalma Thürler, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Daniel Levine, University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Fabricio Pereira da Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto, Universidade de Cuiabá, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffroy, Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Ludmila de Lima Brandão, Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo, Universidad de Guadalajara, México

Dra. Sandra Catalina Valdettaro, Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dra. Susana Dominzaín, Universidad de la República, Uruguai

Dra. Suzana Ferreira Paulino, Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo, Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

I Fórum Permanente de Cultura Brasileira da UNIPAMPA- Campus São Borja 2017/2018

E-book: Gênero, Sexualidade e Diversidade: Perspectivas Interdisciplinares.

Ficha Técnica

Reitor: Marco Antônio Fontoura Hansen

Vice-Reitor: Maurício Aires Vieira

Diretor Campus São Borja: Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico: Muriel Pinto

Coordenador Administrativo: Luis André Padilha

Comissão de Ensino

Coordenador do Curso de Ciências Humanas: Nola Gamalho

Coordenador do Curso de Ciências Sociais: Ciência Política: Edson Paniagua

Coordenador do Curso de Jornalismo: Marco Bonito

Coordenadora do Curso de Relações Públicas: Carmen Abreu

Coordenador do Curso de Publicidade Propaganda: João Antônio Gomes

Coordenador do Curso de Serviço Social: José Wesley Ferreira

Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa: Vivian Belochio

Mestrado em Políticas Públicas: Angela Quintanilha Gomes

Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (EPIVI): Cesar Beras

Especialização em Metodologia: Carmen Nogueira

Representante Docente: Cesar Beras

Representante Discente: Ewerton Ferreira

Diretório Acadêmico de Ciências Humanas

Diretório Acadêmico de Jornalismo

Diretório Acadêmico de Publicidade e Propaganda

Diretório Acadêmico de Relações Públicas

Comissão de Organização e Processamento Técnico da Emenda Parlamentar (COPTEP)

Muriel Pinto - Coordenador Acadêmico

Luis André Padilha - Coordenador Administrativo

Gustavo de Carvalho Luiz - Coordenador Técnico

Cesar Beras - Representante docente na Comissão de Ensino

Bolsistas do Fórum

Gabriel Bolzan

Luana Espíndola

Recursos destinados por emenda parlamentar da Deputada Federal Maria do Rosário
Recursos operacionalizados junto ao Ministério da Cultura (MINC) - Governo Federal

Sumário

[Capa](#)

[Espelho](#)

[Página de créditos](#)

[Mulheres sem fronteiras: um programa de extensão universitária no contexto das políticas culturais](#)

Jaqueline Carvalho Quadrado, Ewerton da Silva Ferreira

[Mulheres sem fronteiras e o combate à violência de gênero no ambiente escolar](#)

Ewerton da Silva Ferreira, Jaqueline Carvalho Quadrado, Roberta Brezezinski Moreira

[Queer é mais que um: do corpo singular às políticas das multidões](#)

Alisson Machado, Marlon Santa Maria Dias

[O serviço social e as relações de gênero: uma reflexão sobre a experiência de estágio curricular na Assistência Judiciária da Universidade Federal de Santa Maria](#)

Gecira Di Fiori, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Mariana Marques Sebastiany

[Representações de juventudes periféricas em narrativas de jovens do Guajuviras-Canoas/RS](#)

Nola Patrícia Gamalho

[A mulher e a obrigação social da reprodução: discurso sobre a maternidade nos espaços de interação virtual](#)

Ana Carolina Vaz dos Santos, Sara de Sousa Fernandes Epiácio

[O monitoramento eletrônico de apenados: a alternativa ambivalente ao encarceramento](#)

Adriana Denise Elsenbach, Jaqueline Carvalho Quadrado

[Violência psicológica doméstica e familiar contra a mulher: Análise dos](#)

[índices de reincidência registrados no Posto Policial da Mulher da Delegacia de Polícia de Santiago/RS](#)

Cíntia da Silva Moura, Jaqueline Carvalho Quadrado

[Os impasses e impactos da criminalização do aborto na saúde das mulheres](#)

Gessiane Pereira Casali, Nagel Fagundes de Oliveira, Jaqueline Carvalho Quadrado

[A construção identitária e social de gênero: a cisgeneridade e a transgeneridade em debate](#)

Nagel de Oliveira Fagundes, Gessiane Pereira Casali, Jaqueline Carvalho Quadrado

[Envelhecimento com qualidade de vida: em debate a perspectiva da educação inclusiva](#)

Elisângela Maia Pessoa, Aline Benites Ramos, Adriane Guedes Medeiros Eidelwein, Eduarda Rodrigues Fernandes

[Extensão universitária: contribuições para uma Cultura de Paz](#)

Simone Barros de Oliveira, Adriana Hartemink Cantini, Ana Carolina Vaz dos Santos

[Foucault, Butler e a teoria queer: apontamentos introdutórios](#)

Lucas Giovan Gomes Acosta, Lauren de Lacerda Nunes

[A invisível pobreza dos beneficiários do Programa Bolsa Família de Centenário - TO](#)

Maysa Alves da Silva, Maria Helena Cariaga

[Violência contra a mulher: uma reflexão a partir da perspectiva dos autores de violência](#)

Renata Gomes da Costa, Monique Soares Vieira

[A importância da notificação compulsória sobre violência contra a pessoa idosa no Rio Grande do Sul: uma expressão da questão social](#)

Jairo da Luz Oliveira, Sheila Kocourek, Guilherme Tavares de Arruda

[Notas de rodapé](#)

MULHERES SEM FRONTEIRAS: um programa de extensão universitária no contexto das políticas culturais

Jaqueline Carvalho Quadrado¹

Ewerton da Silva Ferreira²

RESUMO: O artigo apresenta parte das produções do Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras, que somou-se a construção do 1º Fórum Permanente de Cultura Brasileira, em São Borja/RS, por meio do projeto ‘Formação, Produção e Difusão de Práticas e Saberes em Contexto de Fronteira’. A argumentação se desenvolve no campo da educação pública, em particular o da educação superior, e das políticas culturais, e alicerçada nos estudos de gênero, feminismos e sexualidades. A produção de dados é resultado de estudo bibliográfico e documental, e se valeu de observações registradas em relatório e diário de campo. A aposta metodológica foi a de forjar um modo de narrar coletivo que agenciasse experimentação e das aprendizagens, junto a modos de produzir cultura e de fazer extensão. Estabelecimento de ações formativas, oficinas, criação, produção e publicização de *e-books* e cartilha.

Palavras-chave: Educação, Cultura, Extensão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo relatar, sob forma de análise qualitativa, os caminhos e resultados do projeto de extensão ‘Formação, Produção e Difusão de Práticas e Saberes em Contexto de Fronteira’, vinculado ao Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras (MSF), do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus São Borja/RS. A realização das ações: oficinas, formação, produção de dois *e-books* e uma cartilha, foi possível tendo em vista a parceria que a Universidade realizou com o Ministério da Cultura, para viabilizar o repasse dos recursos financeiros da Emenda Parlamentar da Deputada Federal Maria do Rosário.

A opção por desenvolver um programa de extensão universitária, vinculado inicialmente ao ensino teórico-prático do componente curricular Relações de Gênero na Dinâmica da Sociedade de Classes, do curso de Serviço Social da

UNIPAMPA, campus São Borja/RS, e, posteriormente, campo de investigação e extensão foi possível em função de duas condições objetivas complementares.

A primeira condição objetiva diz respeito à opção histórica da área temática relações de gênero pelo alinhamento político, ético e teórico às diretrizes do Projeto Ético Profissional do Serviço Social, o que viabiliza o processo ensino aprendizagem, e a formação de futuros assistentes sociais, nos cenários de prática da rede pública de atenção a mulheres.

A segunda condição é de ordem pessoal, ratificada por uma crença e por uma constatação, relacionada à primazia da práxis entendida, nesse cenário, como produtora das perguntas e dos desafios a serem enfrentados e resolvidos. As atividades humanas decorrentes são desafiadoras e os conhecimentos já consolidados, dão lugar a experiências que podem produzir transformações reais nas vidas das pessoas ou sustentar o *status quo*.

Em razão desta compreensão, a recomendação da proposta pedagógica do Programa, é de que no processo educativo deve existir o estímulo a uma prática que favoreça o intercâmbio de experiências entre indivíduos de diferentes culturas, através de atividades ou de projetos comuns que impliquem a disponibilidade e abertura ao outro, de modo a permitir, na construção do conhecimento, que o estabelecimento de laços afetivos favoreça uma abertura à assimilação de conceitos racionais. Desse modo, o Programa é um campo de intervenções que contempla ações que contribuam para a construção da cidadania tomando como princípio orientador de sua prática uma perspectiva plural.

Além disso, o Programa, ao apresentar uma perspectiva de promoção de educação para a equidade, traz como meta norteadora de suas atividades, o resgate, a valorização e a consideração dos vários grupos que compõem a sociedade brasileira, mais especificamente aquelas que, ao longo do processo de formação da nação, foram excluídas e marginalizadas do processo de cidadania formal.

O PAPEL DO ESTADO E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual se defendia a igualdade de direitos entre as pessoas, “sem distinção de raça, cor, sexo, religião, opinião política ou de outra natureza” (ONU, 1948). No Brasil, a luta por esses direitos intensificou-se em fins da década de 1980 (redemocratização política e formulação de uma nova Constituição), onde se exigia políticas voltadas para a Diversidade Cultural. Em 2003, foi criada a Secretaria da Identidade e da Diversidade (SID) com o intuito de promover o segmento da diversidade cultural brasileira, levando para o Ministério da Cultura (MinC) aspectos das “culturas populares, indígenas, ciganas, do movimento de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, bem como as culturas rurais, dos estudantes ou ainda relativas à diversidade etária e à saúde mental” (KAUARK, 2010). Além disso, houve intenso diálogo entre Diversidade Cultural e Educação, com a inclusão de diretrizes educacionais específicas para as populações indígenas e afrodescendentes, assim como a criação de leis direcionadas para a tradição oral.

Os princípios que seguimos como base de sustentação para construção do Projeto Universitário de Cultura já estão indicados na Constituição Brasileira, que no artigo 215 determina que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, e na Constituição Estadual de Rio Grande do Sul, que no artigo 173, reafirma que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e rio-grandense”, e que, “a política cultural de Rio Grande do Sul será definida com ampla participação popular” .

Os direitos culturais, como integrantes dos direitos humanos, têm sido pauta em agendas e debates, oficiais ou não. Desponta como ponto polêmico o papel do Estado e a amplitude de sua intervenção. Há, entretanto, consenso que compete ao

Estado a formação; a salvaguarda dos bens e patrimônio cultural; a garantia das possibilidades de expressão em suas diferentes manifestações, entendendo aqui expressão como desenvolvimento de processos criativos e simbólicos; a promoção do intercâmbio cultural; e a garantia do acesso aos bens e serviços culturais que como preconiza a Convenção da UNESCO de 2006, deve respeitar a diversidade.

Para o Estado todos os cidadãos são agentes culturais e têm direito à participação na vida cultural e nas decisões de política cultural. Os direitos culturais, portanto, além de indicadores de qualidade de vida são elementos de garantia de cidadania. Ao Estado cabe também o papel de indutor, fomentador, regulador de atividades, bens e serviços culturais, assegurando aos realizadores liberdade de pensamento e expressão. Aos governos compete pensar para além de seus mandatos, em uma política pública de Estado. Aos atores da cultura, compete pensar além de seus projetos, numa construção do público como projeto.

As políticas públicas para a cultura que vêm sendo elaboradas e executadas pela União e estados têm procurado pensar as imensas dificuldades e desigualdades regionais quanto ao acesso, à fruição, à expressão, à difusão, à formação e à participação da sociedade nas decisões das mesmas. O contexto são borjense não foge à regra nacional e apresenta também dificuldades e desigualdades, como, a concentração na capital e poucos equipamentos de qualidade, de oferta de bens e serviços culturais, de possibilidades de formação e expressão.

Observa-se que, na atualidade, emerge em São Borja um relevante circuito artístico de criação em todas as áreas, mas que ainda encontra muitas barreiras para mostrar sua produção e encontrar mercado, entretanto, este deve ser construído com modelos sustentáveis e compromisso social. Nosso Estado, que tem na sua diversidade cultural uma característica que o identifica e o diferencia, precisa de um planejamento não só para o reconhecimento desta diversidade, mas para pensá-la em sua complexidade. Precisamos também olhar com maior cuidado para os direitos humanos, sociais e culturais, protegendo-o e

promovendo-o, tornando-o fator de identificação e autoestima. Os investimentos públicos devem refletir as demandas da classe e a dinâmica da sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EDUCACIONAL E DA POLÍTICA CULTURAL

Cabe destacar que a região de abrangência da UNIPAMPA, campus São Borja possui uma trajetória histórica e cultural de grande relevância nacional e internacional, o que contribui para a constituição de uma diversidade cultural e identitária que está enraizada nas práticas materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico regional.

Para reafirmarmos a atualidade desta pluralidade histórica e cultural destacamos sumariamente algumas das muitas características do território:

- foi sede da Redução Jesuítico Guarani de São Francisco de Borja (primeiro dos Sete Povos das Missões), que até hoje demarca uma identidade missioneira amparada na religiosidade e na produção da arte; esteve envolvida nas disputas territoriais da Coroa Ibérica; suas áreas urbanas foram expandidas a partir da constituição territorialidades culturais ribeirinhas e suas relações com o contrabando; identidade transfronteiriça; foi cidade de nascimento de dois ex-Presidentes do Brasil (Getúlio Vargas e João Goulart), que demarca um identidade política; esta regionalizada na Mesorregião da Campanha do RS, que identifica-se com práticas sociais e culturais vinculadas ao campo e ao gaúcho (UNIPAMPA, 2016, p. 1).
- A região das Missões Jesuítico-Guarani possui uma das mais importantes histórias da humanidade, referida pela UNESCO como “...uma experiência única da humanidade”. Voltaire chamou de “Triunfo da Humanidade”; Montesquieu chamou de “Primeiro Estado Industrial da América”. Nas artes mostravam-se sensíveis e acessíveis a realidade vivida, ouvido apurado aprenderam a tocar tudo que é tipo de instrumento. Quanto a pintura e escultura foram influenciados pela arte barroca (UNIPAMPA, 2016, p. 1).
- A UNIPAMPA é uma universidade pública, federal, com dez campi localizados na região sul e oeste do Rio Grande do Sul, região de fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Faz parte do programa de expansão das universidades federais no Brasil e foi criada para minimizar o processo de estagnação econômica da sua região de abrangência. Propõe-se a viabilizar o desenvolvimento regional através da oferta de um ensino superior de qualidade. Para tanto, tem, dentre seus princípios: a formação e produção do conhecimento orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional e a construção de uma sociedade justa e democrática e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (RESOLUÇÃO nº5 de 17 de junho de 2010).
- O ingresso à universidade via SISU, proporciona uma grande diversidade cultural à mesma visto que promove o ingresso de alunos de todas as regiões do país. O fato de estar localizada em uma região de fronteira, com ingresso especial para uruguaios e

argentinos também lhe concede uma característica bastante peculiar e enriquecedora culturalmente. Neste contexto e, considerando que a cultura possa ser um dos vetores do desenvolvimento regional, o Campus de São Borja da UNIPAMPA, propõe a criação do Fórum Permanente de Cultura Brasileira. A partir deste, serão promovidas ações de formação, oficinas, publicações científicas e culturais que visam a integração e troca de saberes entre universidade e comunidade externa que tem como pano de fundo a promoção e difusão da cultura brasileira, mais especificamente da cultura brasileira característica da área de abrangência da universidade e que, a produção advinda das ações deste fórum possam concorrer para o propalado desenvolvimento regional (UNIPAMPA, 2016, p. 2).

Desse modo, destaca-se que a criação do Fórum Permanente da Cultura Brasileira da UNIPAMPA, nasceu de uma necessidade concreta de ensino, pesquisa e extensão sobre a cultura brasileira, regional e local, na esteira de um conjunto de medidas tomadas pelo coletivo, na qual intenta:

valorizar as experiências acadêmicas, sejam elas dos servidores, como dos discentes, assim como da comunidade regional, no que toca a possibilidade de realizar reflexões e ações que tragam para o debate o direito a cultura, principalmente em regiões históricas e afastadas dos grandes centros do país, como é o caso das Missões Jesuítico-*Guarani* (UNIPAMPA, 2016).

Com efeito, destaca-se, portanto, que o objetivo do Fórum Permanente de Cultura Brasileira foi de criar uma articulação com os diversos projetos que fomentam a cultura brasileira nos cursos de graduação, Pós Graduação (*scriptu e Latu-sensu*) e com o Movimento Estudantil da UNIPAMPA – campus São Borja, na promoção de ações, formações, capacitações e publicações científicas e culturais que visam a ampliação das discussões e ações sobre cultura brasileira.

Para tanto, a realização deste Fórum possibilitou a articulação de toda e qualquer forma de contribuição científica, acadêmica e popular no âmbito da cultura, mais precisamente no campo interdisciplinar. Em suas ações o Fórum de Cultura Brasileira da UNIPAMPA poderá contribuir para o reconhecimento das identidades regionais, melhor planejamento e gestão das políticas culturais, difusão e valorização da cultura brasileira em regiões de fronteira, exposição e socialização de novas formas criativas e inovadoras na área da cultura, além de possibilitar a compreensão das diferenças e diversidade sociocultural nacional, que procurará desnaturalizar as interpretações essencializadas de cultura

(UNIPAMPA, 2016).

Em consequência disso, o Fórum Permanente de Cultura Brasileira da UNIPAMPA, está construído a partir de sete programas estruturantes (eixos temáticos):

Cultura e Educação Básica, Arte, Comunicação, Cultura das Mídias e Audiovisual, Diversidade Artística-Cultural, Produção e Difusão das Artes e Linguagens, Economia Criativa, Empreendedorismo Artísticos e Inovação Cultural, Arte e cultura: Formação, Pesquisa, Extensão e Inovação (UNIPAMPA, 2016).

Toda a estrutura dessa proposta e das outras precedentes foi pensada para potencializar processos organizativos já existentes, sendo os conteúdos, a metodologia, o cronograma, a periodicidade, a execução e a avaliação construídos junto à comunidade acadêmica.

A aprovação da proposta com a destinação de recursos financeiros para as atividades do programa nos possibilitou potencializar ações como: contar com maior número de bolsas de extensão, bancar passagens, diárias, serviços de terceiros, serviços gráficos etc. No entanto, é importante ressaltar as dificuldades para operacionalização desses recursos, pelas duras exigências burocráticas e estruturais da universidade. Por isso, ressaltamos que a qualidade alcançada por esses trabalhos se deve a sua natureza essencialmente coletiva.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO LUGAR PARA AUTORIA E VALIDAÇÃO DE SABERES POPULARES E APROPRIAÇÃO DOS SABERES COLETIVOS

Esta reflexão alerta para a complexidade da prática extensionista no que se refere a política cultural. A atividade de extensão universitária pode interferir diretamente e de forma unilateral, numa escala hierárquica, - da Universidade para os serviços – que reforça a tradição do saber centrado exclusivamente nas instituições de ensino e o não saber localizado no campo prático, sempre considerado senso comum, desqualificado, dependente da autorização acadêmica

para se sustentar.

Daí que se torna indispensável a superação da compreensão ingênua do conhecimento humano, na qual muitas vezes nos conservamos. Ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é o modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, que desconhece a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira de conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes, não só entre homens, mas também entre os seres vivos em geral (FREIRE, 2015, p. 28).

Adversamente, existe a atividade da extensão universitária que atua como campo de ensino teórico-prático para estudantes de nível superior, como é este caso ou o objeto desse trabalho, a qual provoca uma nova atitude, não só esperada, mas exigida pelo que se espera no atual contexto político, econômico e social brasileiro, ou seja, conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que o outro lhe dá ou impõe (FREIRE, 2002).

É incontestável que,

[...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (...) Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer” (FREIRE, 2002, p. 27).

Igualmente a proposta do Programa de Extensão Universitária “Mulheres Sem Fronteiras”, tem por objetivo desenvolver ações que visam o fortalecimento da atuação da rede de atendimento- instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade - às mulheres em situação de violência , no município de São Borja, por meio ações propiciadoras “[...] à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção” (BRASIL, 2011, p. 29). O programa também

visa contribuir com a formação e capacitação dos estudantes matriculados nos diversos cursos ofertados no campus São Borja. Através de ações vinculadas a área de estágio supervisionado, extensão e pesquisa-ação, focalizadas nas temáticas de gênero e garantia de direitos das mulheres na região de Fronteira. Dessa forma, a rede de atendimento aqui compreendida constitui-se enquanto uma estratégia para combater a desarticulação e a fragmentação dos serviços prestados pelo município, no qual se espera que todos os serviços a ela pertencentes, trabalhem de forma articulada no sentido de combater a violência de gênero.

Outrossim, o programa tem envolvimento com a diversidade cultural brasileira, ao propor ações que contemplam a diversidade artístico-cultural, em particular das mulheres, ao propor ações formativas para este segmento populacional, trabalhando, sobretudo, com pessoas das camadas populares: mulheres sobretudo que são negras, descendentes de indígenas, idosas, pessoas com deficiência, jovens, trabalhadoras, em tratamento psíquico e tratamento penal entre outras. Como não poderia ser diferente, trabalha com a pluralidade cultural existente na sociedade brasileira, incorporando ao projeto o trabalho com a diversidade e promoção da igualdade, uma orientação multicultural.

Com base nas ações desenvolvidas pelo Programa de Extensão nos anos de 2015 e 2016 foi possível realizar o I Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira – Identidade, Diversidade e Direitos Humanos que aconteceu na Universidade Federal do Pampa – campus São Borja, e teve como objetivo levar a produção de conhecimento científico, artístico, cultural e popular para a região de fronteira que carece de ações e eventos para a fomentação da construção e desconstrução de saberes e experiências.

Acrescente-se que a articulação e promoção da cultura brasileira é notória no evento por meio dos Grupos de Trabalhos – GT's, oficinas desenvolvidas, intervenções artísticas e palestras que propiciaram a valorização da pluralidade existente no Brasil. Nesse sentido, o evento tem por objetivo consolidar e estabelecer ações socioeducativas, artísticas e culturais, principalmente no campo

da diversidade, identidade e direitos humanos, laborando no sentido artístico-cultural, com atividades voltadas para as mulheres, negros, LGBTQ, juventudes, idosos e pessoas com deficiência, a fim de contribuir para a minimização das diferenças que sofrem cotidianamente esses grupos sociais, e para maior reconhecimento de seus direitos, sejam eles humanos, sociais ou culturais.

Paralelamente, também fomentando através da diversidade cultural para que esses grupos possam se fortalecer, reconhecer, proteger e valorizar sua inserção na sociedade, por meio da capacitação e qualificação, as ações visam estimular a criação, a produção e a inovação das linguagens e processos artísticos, bem como, valorizar, difundir e publicitar a produção e bens culturais dos segmentos citados. De maneira idêntica, empoderando esses grupos de pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos da arte e da cultura.

Em consonância, a implementação do Fórum de Cultura representa uma contribuição significativa para a minimização das diferenças que sofrem cotidianamente grupos sociais supracitados e maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais. Assim, é fundamental fortalecer a capacitação da Equipe Executora do programa com o objetivo de atuar nos locais onde sujeitos estão em situação de vulnerabilidade social, possibilitando uma formação política e cultural.

Neste sentido, (des)fazer saberes e práticas se constitui no eixo fundante do desenvolvimento das nossas atividades, pois acreditamos que por meio da valorização de diversas áreas do conhecimento, podemos contribuir de forma qualitativa na busca da nossa afirmação cultural. As práticas de (des)fazer conhecimentos foram materializadas ao longo dos anos de 2016 e 2017 com participação dos bolsistas em diversos eventos, a saber: II e III Encontro Missionário de Estudos em Cultura, Santo Ângelo/RS; 13º Mundo de Mulheres e 11º Fazendo Gênero, Florianópolis/SC; II Congresso Internacional Interdisciplinar de Ciências Humanas, São Borja/RS; 8º e 9º Salão Internacional de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal do Pampa, Santana do

Livramento/RS e IV Corpos, Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais na Educação, Uruguaiana/RS , este último contou com o recursos financeiros do Fórum de Cultura da UNIPAMPA para oportunizar a participação de três bolsistas do Programa no evento.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO/SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: ORGANIZAÇÃO DE DOIS *E-BOOKS* E UMA CARTILHA INFORMATIVA

Os E-books

De certo a formalização e difusão dos conhecimentos e saberes gerados durante as ações formativas na área da cultura brasileira, tornam-se produtos culturais de grande importância, a partir da organização e publicação de *e-books* e cartilha, ao deixar referenciais escritos que possam contribuir para a difusão e fomento da cultura brasileira em áreas de fronteira, em especial, aos que tange aos temas relacionados a gêneros, sexualidades, feminismos, diversidades e relações étnico-raciais.

Sem dúvida, a elaboração e a produção de bibliografias não foram realizadas apenas para compilar resultados de práticas extensionistas, de ensino ou pesquisa, mas também como instrumentos formativos para a comunidade acadêmica e local que foram materializados no processo de construção das ações. Ademais, o processo de elaboração e produção das bibliografias foram estruturados em três passos: a) a construção de uma comissão editorial própria do Programa Mulheres Sem Fronteiras, que organizou e sistematizou o conteúdo dos materiais; b) das três publicações, duas são em meio digital, e uma em meio impresso, que buscam condensar e divulgar conhecimentos teóricos e práticos quanto a promoção da diversidade que compõem a cultura brasileira em região fronteira, e c) foi incorporado a comunidade local no processo de produção do conhecimento proposto.

Neste sentido, compartilhamos a estrutura dos dois *e-books*, que versam

respectivamente sobre: a) Uma das obras congrega trabalhos de pesquisadores/as, ativistas, alunos/as da graduação e pós graduação que apresentaram seus trabalhos, compuseram o comitê científico do I Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira, que aconteceu no de 2016, ou oriundas de parcerias que surgiram por intermédio do evento; b) a outra obra apresenta produções oriundas de pesquisas, projetos e ações que vem sendo desenvolvidas na UNIPAMPA e em universidades do Rio Grande do Sul, nas temáticas de gênero, sexualidade, feminismos, relações étnico-raciais, direitos humanos e juventudes, almejando, dessa forma, uma aproximação e troca de conhecimentos e fomento nas produções sobre os temas supracitados em conjuntos com as demais instituições. Cabe aqui destacar que a Equipe optou por realizar a produção das obras no formato digital em virtude do maior número de pessoas que podem ser alcançadas com as obras, visto que não poderíamos imprimir mais que duzentos livros impressos, condição do edital.

A cartilha

O programa contou ainda com recurso da emenda supracitada para aquisição de duzentas cartilhas, a qual aborda questões de violência de gênero e sexualidade. O material será distribuído de forma gratuita nas escolas públicas de São Borja, Centros de Referência Especializado em Assistência Social/ CREAS, e nos Centros de Referencias de Assistência Social/CRAS, com o objetivo de auxiliar os profissionais dessas instituições no combate a violência de gênero, sexualidade e promoção do respeito a diversidade cultural.

Talvez a atividade que melhor exemplifique a possibilidade da extensão universitária como lugar para autoria e validação de saberes populares e apropriação dos saberes coletivos foi a elaboração de cartilhas, visto que em primeiro momento foi pensado a produção das cartilhas com a participação dos estudantes do Ensino Médio do município de São Borja. A ideia seria baseada em um concurso onde os alunos e alunas seriam convidados a produzir cinco páginas

nos formatos encaminhados pela Equipe Executora do Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras sobre os temas: a) Combate ao Bullying no ambiente escolar e valorização da diversidade cultural e, b) Combate a LGBTfobia no ambiente escolar e promoção do respeito a diversidade sexual e gênero.

No entanto, o processo de finalização da Cartilha sofreu percalços. Tendo em vista mudanças nos prazos para a publicação da cartilha, o coletivo interrompeu a organização do edital para as escolas públicas da cidade e teve que reorganizar o planejamento da cartilha. A produção escrita e das artes foram desenvolvidas a partir das experiências anteriores das oficinas formativas nas escolas públicas para alunos e professores, no CREAS e nos CRAS que receberam as intervenções do Programa nos anos de 2016 e 2017.

Neste processo é possível exercitar de forma clara o que Borda (1986) define como restituição sistemática, ou seja, o cuidado para se equilibrar o “peso” dos valores dos grupos sociais com o dos novos possíveis saberes construídos, considerando e respeitando o repertório inicial destes grupos. Borda (1986) propõe um conjunto de ações relacionadas ao processo de comunicação inter e intra-grupos. Um ponto fundamental é o que ele chama de comunicação diferencial, ou seja, o cuidado de “restituir os materiais históricos (e outros) de forma adequada e adaptados, de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base” usando técnicas como histórias em quadrinhos, bem ilustradas e simples”. Este material inicial, segundo o autor, pode seguir avançando para produções mais sofisticadas, como vídeos, etc. e finalmente, como textos descritivos e conceituais.

Outro cuidado diz respeito à simplicidade de comunicação, garantindo que a linguagem deve ser acessível a todos, com atenção ao processo de auto-investigação e controle, uma vez que o objeto de conhecimento deve ser pactuado com o grupo, levando-se em consideração “as prioridades e necessidades dos movimentos ou lutas populares e não somente as necessidades dos pesquisadores” [...] assim, soluciona-se “não apenas o problema de ‘para quem’ este estudo é feito, mas também o da incorporação do cientista ao meio em que

ele deve atuar” (BORDA, 1986).

Como se observa, as produções bibliográficas que foram publicadas estão de acordo com a meta 20 do plano Nacional de Cultura que objetiva aumentar o número de livros lidos por ano no país, e irão contribuir também com o acesso e consequente aumento da leitura de livros nesta região de fronteira, visto que as obras digitais e impressas serão distribuídas entre as diversas instituições regionais, como escolas, secretarias de Governo, associações de bairros, Instituições de Ensino Superior e Técnico, grupos artísticos, centros culturais, conselhos de Políticas Culturais, Conselhos de Direitos, Conselho Municipal de Educação, ONG's, dentre outros.

O campus São Borja da UNIPAMPA tem como cultura institucional afirmada nos últimos 10 anos o diálogo com a comunidade externa a partir de oficinas, cursos, palestras, shows, simpósios, rodas de conversa e diversas atividades de envolvimento ativo da comunidade. Assim as publicações realizam um duplo movimento: a) conectam no âmbito acadêmico as atividades de ensino, pesquisa e extensão que estão sintetizadas na práxis do fórum (integrada e integradora) e materializadas nas publicações e b) servem de instrumento de diálogo e construção de conhecimento com a comunidade externa, pois além da distribuição das obras publicadas (físicas e digitais) são realizadas atividades práticas, que tem como base o diálogo com o publicado e que possibilitará a troca de experiências entre o saber acadêmico e o saber comunitário construindo conhecimento crítico.

FORMAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE EXECUTORA SOBRE DIVERSIDADES CULTURAIS, GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS

O programa contou ainda com auxílio financeiro da emenda parlamentar, o que subsidiou a viagem de três estudantes para participarem do Seminário IV Corpos, Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-raciais na Educação, na cidade de Uruguaiana/RS. O evento congregou em três dias uma programação riquíssima

em conteúdo e, sobretudo, possibilitou uma ampliação das redes de contato em os bolsistas do programa Mulheres Sem Fronteiras. Os estudantes participaram de uma palestra intitulada “O direito de ensinar e direito de aprender” proferida pelo Professor Dr. Fernando Seffner da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também, apresentaram trabalhos oriundos de práticas e pesquisas desenvolvidas pelo MSF o que possibilitou conhecer outros grupos de pesquisas e projetos de extensão voltadas a promoção dos direitos das mulheres e dos LGBTTIQ em outros campus da UNIPMPA e outras universidades da Região Sul. Além disso, o programa recebeu com prêmio pela participação no evento uma coleção de livros que contam histórias infantis para crianças e adolescentes a partir de um olhar de uma sociedade plural e não heteronormativa. Receberam ainda formação através das oficinas do movimento *He For She* ministrada pela Professora Dra. Fabiane Ferreira da Universidade Federal do Pampa – campus Uruguaiana. Por fim, participaram de uma mesa de debates que discutia a História dos Feminismos e protagonismos das mulheres.

Dada a participação dos estudantes extensionistas, o MSF vem participando como ator social, em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, ora com apresentação de trabalhos científicos em congressos, seminários, simpósios, comitê científico, avaliador de trabalhos, ora como oficinairos, palestrantes, dentre outras atividades técnicas e formativas.

A participação ativa em eventos demonstra o protagonismo e o compromisso do programa e sua equipe em consolidação de políticas públicas para as mulheres e os LGBTTIQ.

Em algumas atividades formativas o Programa de Extensão Mulheres sem Fronteiras levou o conhecimento para além da sua Equipe Executora e possibilitou que outros estudantes, militantes e membros da comunidade externa a possibilidade de participar dialogicamente. As atividades formativas abertas à comunidade foram:

1. Oficina sobre Transexualidades, Educação e Políticas Públicas, ministrada pelo Professor e psicólogo, Izaque Machado, da Universidade

Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)–Santiago/RS. A ação contou com aproximadamente vinte participantes entre estudantes, comunidade externa e profissionais da rede básica e buscou demonstrar os percursos que pessoas transexuais enfrentaram para garantia dos seus direitos e, sobretudo, do papel do Estado por intermédio de Políticas Públicas para reduzir o sofrimento dessas pessoas.

2. Estava prevista uma Oficina, entretanto foi dia de paralisação nacional das universidades, desta forma transformamos a oficina em aula pública, na praça XV de Novembro, no Centro da Cidade; o tema do debate foi Lutas Feministas e Formas de Resistência, no cenário da retirada de direitos e o protagonismo das mulheres na luta por direitos; foi ministrada pela psicóloga e bacharel em direito, do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro- Porto Alegre, Mariana Vitória Rodrigues.

A finalidade da participação e promoção destes eventos foi dupla: a) divulgar as produções de conhecimento gerados na extensão e b) buscar novos conhecimento que possibilitassem qualificar os acadêmicos da extensão e comunidade no geral. Podemos aqui destacar que ambas ações foram de grande relevância para a elaboração desse plano de trabalho e para o planejamento das atividades de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizamos alguns elementos sobre as contribuições e desafios sobre essa experiência de extensão articulada a política de cultura, os quais, junto ao programa de extensão Mulheres Sem Fronteiras, nos possibilitaram captar as atividades construídas. Eles estão longe de esgotar a complexidade do tema em questão, mas podem alimentar futuros desdobramentos de pesquisa e extensão.

Cabe refletir sobre o significado desse tipo de articulação: essa relação potencializa o debate crítico e desmistificador da realidade, a interferência na cultura institucional universitária e a democratização de seu espaço que,

historicamente, é pensado para ser direcionado às elites.

É também um solo fértil para pensarmos sobre os instrumentos e estratégias pedagógicas: a construção e a utilização de diversas linguagens e instrumentos didáticos (como fotografia, vídeo, filme, música, literatura etc.).

A distância das cidades da fronteira oeste com relação a regiões de larga oferta de atividades de cunho cultural ainda é uma pauta presente nos debates. A discussão gira em torno não só de uma distância física/geográfica, mas principalmente da simbólica, o que é perceptível que algumas atividades artísticas culturais estejam desassistidas.

O que se pauta em projetos de extensão como este apresentado, é o acesso aos meios e processos para o registro dos acontecimentos sócio históricos que fazem parte do processo de construção destes sujeitos, como forma de valorizar e contribuir para o desenvolvimento da cultura local e da subjetividade artística dos sujeitos.

Por fim, uma política cultural, no contexto de extensão universitária se consolida quando: garante-se a participação atores coletivos envolvidos (instituições, sociedades organizadas, lideranças entre tantas outras) em sua formulação, execução e avaliação e geram-se intervenções conjuntas e sistemáticas. Assumimos, então, a compreensão da cultura como um direito inalienável de todo ser humano, estando condicionada a fatores como o poder participar na sociedade através da inserção em práticas sociais que envolvam a leitura e a escrita.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Júlio. Educação Popular e Conscientização. Porto Alegre: Sulina, 2000.

BRASIL. Constituições Brasileiras: 1988. vol. VII. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular na escola cidadã**. Petrópolis; Vozes, 2002.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação de Adultos. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2003.

KAUARK, Giuliana. Participação e Interesses do MinC na Convenção sobre a Diversidade Cultural. In: RUBIM, Albino. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 241-264.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 1948. **Declaração universal dos direitos humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SOUZA, João Francisco de Souza (org.). **A educação de jovens e adultos no Brasil e no mundo**. Recife, PE: Bagaço, 2000.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

UNESCO. **Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural**. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em 15 jan. 2018.

UNIPAMPA. **Plano Institucional de Cultura.** 2015. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proext/files/2015/05/Plano-Institucional-de-Cultura-2015.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** 2013. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Regimento Geral.** 2010. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-5_2010-Regimento-Geral.pdf. Acesso em 15 jan. 2018.

_____. **Projeto de ensino 1º Fórum Permanente de Cultura Brasileira.** <https://pt-br.facebook.com/primeiroforum/> Acesso em 15 jan. 2018.

MULHERES SEM FRONTEIRAS E O COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

Ewerton da Silva Ferreira ³

Jaqueline Carvalho Quadrado⁴

Roberta Brezezinski Moreira ⁵

RESUMO: O presente artigo consiste em um relato de experiência teórico-prático, do Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras, do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus de São Borja/RS, no período de março a julho de dois mil e dezessete, com o intuito de problematizar as vivências, a partir das oficinas “Fala Sério”, direcionadas à educação formal, no nível fundamental. Constitui-se em uma proposta de extensão direcionada à comunidade escolar, através de ações sócio educativas, comprometidas com o ensino e a pesquisa de forma indissociável. A proposta de intervenção abrangeu a elaboração e o desenvolvimento de oficinas, que tinham suporte operacional módulos temáticos, como: identidade, família, gênero, violência doméstica, políticas públicas de enfrentamento e legislação sobre violência contra as mulheres, que foram desenvolvidos em vários encontros, privilegiando as estruturas que compõem as relações sociais: o sujeito e sua identidade, as relações sociais – violentas ou não – empreendidas no âmbito familiar, na comunidade, na escola, ou seja, na sociedade em que o sujeito constrói sua vida. O relato se insere no campo qualitativo ao evidenciar as representações e os significados atribuídos aos temas propostos, através da análise dos materiais coletados durante as intervenções, e quantitativa que é evidenciada, por meio de gráficos a análise sobre as violências no cotidiano escolar. Tal relato está elaborado em três fases, a primeira aborda brevemente o planejamento das oficinas, no segundo momento a avaliação expressa através de gráficos que indicam as formas de violência contra a mulher compreendida pelos adolescentes, e no terceiro e último momento destacam-se os processos de monitoramento das ações realizadas no processo de trabalho da equipe de extensão. Tal abordagem resultou em reflexões pessoais, acadêmicas e políticas de todos os envolvidos, instigado a aprofundar compromissos com a luta geral por políticas públicas de enfrentamento e combate a todas as formas de violência.

Palavras-chave: Oficinas. Violência de gênero. Escola.

INTRODUÇÃO

No decorrer dos processos históricos, a mulher carrega estigmas de seu lugar na sociedade, que perpassam ao público, que segundo Venturini, Recamán e Oliveira (2004, p. 31) é uma expressão “reveladora de uma longa história de constatações de exclusões e humilhações ostensivas para as mulheres”, e de o privado, segundo Venturini, Recamán e Oliveira (2004, p. 32) “carrega sua

essência num órgão específico- o útero-, capaz de responder os seus bons e maus funcionamentos fisiológicos, psíquicos e emocionais”. A partir deste processo de exclusão social a mulher se encontra dentro de uma afirmativa de rebaixamento de sua figura perante o androcentrismo⁶ presente na sociedade e em sua estrutura elucidam-se elementos como a contextualização histórica dessa organização da sociedade que se legitima através do patriarcado. O conceito de patriarcado é compreendido por Saffioti (2004, p. 104) “como um pacto masculino para garantir opressão de mulheres”, bem como na divisão sexual do trabalho, que segundo Saffioti (2004, p. 105) refere-se “a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve a prestação de serviços sexuais a seus dominadores.” O surgimento da violência contra a mulher permeia as origens da instituição “família monogâmica” que segundo Engels (2010, p. 83) nasce “no período de transição entre a fase média e a fase superior da barbárie; [...] baseia-se no domínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja a paternidade seja indiscutível” tal formação familiar contribui para a subjugação do feminino perante o masculino, ressaltando o viriarcado⁷² que constrói raízes na violência de gênero e delimita ainda mais o “ser mulher” presente na historicidade da sociedade, como ainda ressalta Engels (2010, p. 87) sobre a monogamia “ela surge sob forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos.”

Após as contribuições históricas evidenciadas acima, compreende-se que a violência contra a mulher é permanente e crescente durante os processos de caráter público e privado que circundam a inserção do feminino na sociedade contemporânea e deve ser tratado como um processo histórico cultural, político e econômico, pois tem suas bases na luta de classes, como evidencia Cisne (2005, p. 3) “as expressões culturais não se dão nem se encontram dissociadas de seu metabolismo, mas dentro de sua ideologia e de sua reprodução com fins voltados a assegurar os interesses da burguesia”. Desta forma, as manifestações de violência de gênero devem ser combatidas pelo seu próprio criador, o Estado.

Na busca por instrumentos que coíbam à propagação histórica da violência

de gênero, a instituição Estado, elabora mecanismos de defesa que amplifiquem e neutralizem manifestações de cunho violento contra a figura do feminino na sociedade, um conjunto de elementos de combate a essa realidade histórica é a criação de políticas públicas e legislações que permitam a tensão criada pelas contradições presentes na sociedade desde os seus primórdios, como a criação da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que se constituiu enquanto um marco histórico de visibilidade da luta das mulheres no combate a violência, dá ênfase ao caráter público a questões que antes se encontravam no âmbito privado, assim o Estado, de certa forma, toma para si a responsabilidade do combate à violência de gênero e cria medidas jurídicas de coibição, evidenciando um caráter punitivo, educativo, preventivo e orientador.

No Brasil, a Lei n. 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, emerge como uma possibilidade jurídica para resguardar os direitos da mulher, a qual apregoa que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (CARNEIRO E FRAGA, 2012, p. 370).

Ao ressaltarmos a realidade São Borjense, a pesquisa de Carneiro e Fraga (2012, p. 379) explana que o município não possui atendimento através das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS), neste caso, “os registros de ocorrência enquadrados na Lei Maria da Penha são efetuados em qualquer Delegacia Distrital, porém não contará com um atendimento especializado”, esse processo acaba por propiciar um processo de revitimização da mulher que sofreu violência pela própria rede de atendimento. A pesquisa demonstra ainda, a insuficiência de programas, projetos e serviços voltados ao atendimento de mulheres que sofreram a violência, sendo assim, é possível afirmar a insuficiente presença do Estado, que venda-se ao processo de reprodução do machismo e do poder patriarcal em nossa sociedade Carneiro e Fraga (2012, p. 395).

Pensando em estratégias de enfrentamento e de combate à violência de gênero no município, o programa de extensão “Mulheres sem Fronteiras” se insere na região de fronteira com a Argentina no intuito de articular a rede de

enfrentamento à violência, com principal objetivo de distender ações que concomitantemente atuem ao encontro com as práticas realizadas pela rede de enfrentamento do município, neste caso, conforme Brasil (2011, p. 29) “[...] à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção”.

Situando a proposta do programa de extensão “Mulheres sem Fronteiras” na ação de prevenção e discussão sobre a temática da violência, é compreendido que a realização de um trabalho multidisciplinar no âmbito escolar seja possível criar oportunidades para que alunos, professores, profissionais e familiares que compõe a articulação interdisciplinar presente na escola problematizem e encontrem alternativas para a diminuição de práticas e ações com cunho violento, evidenciados no ambiente escolar ou na vida privada dos sujeitos, pois ao tratarmos da temática violência, pode ser possível desconstruir saberes e conceitos empíricos que permeiam as relações existentes na sociedade, bem como evidencia Seffner:

é uma questão bastante importante para os temas de gênero e sexualidade, difíceis de serem discutidos na família, com os parentes, menos ainda no ambiente religioso, e que encontram ‘desaguadouro’ na escola, na conversa entre colegas e nas perguntas (SEFFNER, 2011, p. 109).

Compreendendo o ambiente escolar como um espaço que carece do trabalho pluridisciplinar, por ser rico em aprendizado e apresentar diversos desafios ao cotidiano, que o programa de extensão busca alternativas de enfrentamento para a expressões de desigualdade e resistência à ordem dominante que se materializa também enquanto violência de gênero. Portanto, é necessário pensar na inserção de temáticas que fujam do currículo escolar “conservador” presente nas escolas públicas através da inserção de projetos que vislumbrem temáticas transversais e atuem na ampliação de consciência de adolescentes, através do convívio no âmbito escolar da diminuição de ações violentas bem como esclarecimentos e informações, pautando uma nova forma de viver e conviver em sociedade, de

maneira que fomente a emancipação e que se faça materializar em práticas de cidadania plena. De acordo com Seffner (2011, p. 108) “Para isso a escola deve se organizar na elaboração de projetos pedagógicos, criação de temas e eixos transversais de ensino, reelaboração dos programas tradicionais de algumas disciplinas”. Entende-se segundo Brasil (2011, p. 8) que “A escola é um dos espaços institucionais fundamentais para a construção dos saberes, do conhecimento, mediante o questionamento de determinados saberes e/ou verdades.”

Por isso, percebeu-se que os universitários-extensionistas seriam um canal mais fácil para o diálogo, visto não estarem implicados no cotidiano escolar entre outros processos de socialização dos adolescentes. Tal mudança constante é pensada dentro do processo de trabalho da equipe que compõe o programa de extensão, quando levada em consideração que a teoria compõe-se uma prática libertadora, que leva em consideração as singularidades e particularidades dos sujeitos envolvidos e se reconhece que a realidade é dialética, conforme explicita Iamamoto:

Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social (IAMAMOTO, 2015, p. 21).

Desta forma, as atividades são voltadas para os adolescentes da rede estadual de educação do município de São Borja, e são realizadas de maneira que se configurem como um todo integrado e coerente, visando prover instrumentos que proporcionem a reflexão crítica sobre as práticas e saberes impregnados no contexto escolar, bem como o desenvolvimento da fala e escuta sensível, subsidiando ações contra a violência no ambiente escolar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa Mulheres Sem Fronteiras tem por objetivo introduzir uma rede

de combate e enfrentamento à violência com ênfase em questões de gênero e diversidade, por meio de estratégias e articulações na construção e desconstrução de saberes e práticas, ao promover eventos, cursos e oficinas que discutam tais questões.

A metodologia de oficinas tem se constituído como estratégia que valoriza a construção de conhecimentos de forma participativa, questionadora, reflexiva e, sobretudo baseada na realidade de situações, fatos e histórias de vida. Para tanto, foram desenvolvidas através de diálogos e dinâmicas, tais como, lambe-lambe e a teia, dentre outras. Portanto, a oficina é um espaço de reflexão e ação no qual se pretende superar a fragmentação que existe entre teoria e prática, e entre a educação e a vida. Salienta-se que na realização das oficinas utilizou-se a problematização, visto que esta abordagem favorece a reflexão acerca de uma realidade concreta, com seus conflitos e contradições.

Ao realizar essas oficinas, foi proporcionado condições favoráveis para o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo dos alunos, contribuindo com a formação de um sujeito, não apenas voltado para os aspectos biológicos e comportamentais, mas, sobretudo, para o contexto social, político e cultural que interfere e interage fortemente nas relações sociais desses jovens.

Para a realização das oficinas, utilizou-se a revisão de literatura, que consistiu na seleção de literatura existente sobre as temáticas, sendo que o pensamento teórico-conceitual dos diversos autores foram analisados de forma crítica, fomentando o acúmulo de conhecimento e propiciando a habilitação tanto de quem produz tanto daqueles que consomem o estudo produzido. Considera-se, portanto, que a revisão de literatura forneceu bases para a discussão e entendimento do uso das temáticas já referenciadas nas oficinas como mais um instrumento de trabalho a ser utilizado pelos futuros assistentes sociais e licenciados em ciências humanas.

Em um primeiro momento buscou-se a formação dos discentes que compõem a equipe do programa de extensão, por meio de materiais teóricos-conceituais que versassem sobre as temáticas de gênero, diversidade, direitos humanos, violência

e suas formas de enfrentamento, tendo como instrumento norteador a cartilha da Organização das Nações Unidas (ONU) de combate à violência nas escolas. Nesse sentido, os planos de aula da ONU nos municiaram de elementos essenciais para o estudo e intervenção sobre os processos de formação da consciência, oferecendo bases para a reflexão a respeito do propósito das oficinas.

Para uma articulação de enfrentamento a violência foi proposto a visita em instituições de ensino público do município, objetivando introduzir uma rede de combate e enfrentamento à violência nesse espaço que muitas vezes se constitui hostil a promoção de eventos que discutem, segundo Brasil (2015, p.62) a “dominação associadas ao gênero e à sexualidade que atravessam as sociedades e configuram-se, sobretudo, em um desafio da educação para a educação.”

Elaborou-se oficinas no qual está em foco a produção coletiva fora da maneira conservadora de aprendizagem, sendo assim permitindo um ambiente mais agradável aos alunos, para que seja incitado a criação de um debate saudável sobre o assunto, a fim de colaborar no processo educativo e de ampliação de consciência, na busca por mudanças nos hábitos adquiridos durante este momento de formação.

As ações das oficinas foram desenvolvidas em três momentos, sendo eles:

- 1) Os bolsistas do programa de extensão “Mulheres sem Fronteiras” realizaram pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica em materiais que possibilitaram o conhecimento e aprofundamento do tema violência em sala de aula, a fim de se qualificarem para mediar as oficinas, ressaltando o aprofundamento da legislação (Lei 11.340/06).
- 2) Contato com as escolas e proposição de oficinas para dialogar com os alunos/as a respeito da violência de gênero e o respeito as diversidades.
- 3) Realização das oficinas nas escolas selecionadas.

As Oficinas aconteciam a cada 7 (sete) dias, no período de março a julho de 2017, conforme agendamento prévio com o Serviço de Orientação Educacional (SOE) da unidade escolar, tendo a duração de aproximadamente de uma hora.

Partia da escola a indicação das turmas que participariam das intervenções das oficinas, sendo as demandas da turma um critério de seleção para as intervenções, tais como, comportamento, dificuldade de relacionamento, relatos de casos de violência, dentre outros. Deste modo, a formação do grupo era por meio de identificações ou não com a temática, o que de certo modo contribuiu com as discussões através de depoimentos, experiências e saberes. Observa-se que a média de idade dos alunos variava entre 12 e 17 anos.

As estratégias metodológicas apreendidas na aplicação das oficinas perpassam pela discussão dos meios de trabalho pautados em uma ação interdisciplinar que segundo Turck (2012, p. 13) “os meios de trabalho se constituem no instrumental de trabalho, isto é, tudo que é usado para executar um processo de trabalho”, neste caso, entende-se que osicineiros devem ser dotados de estratégias que contenham intencionalidades, ainda segundo Turck (2012, p. 14) “se articula na habilidade que se sustenta na subjetividade na criatividade do sujeito que vai utilizar o instrumento. Instrumentos, técnicas e estratégias metodológicas compõe o instrumental de trabalho”.

A elaboração do projeto em forma de oficinas, que visam estimular a participação e desvincular o aprendizado da formulação ortodoxa, muitas vezes presente em sala de aula, para isso no desenvolvimento dos encontros se tem maior espaço para diálogo, dando ao estudante o lugar de fala para que ele possa desenvolver sua própria perspectiva do assunto, sem imposições. Como instrumentos para o planejamento da realização das oficinas foram realizadas reuniões entre os integrantes do programa de extensão e visitas institucionais.

Segundo Armani (2008, p.11) “o planejamento é o momento do exercício da imaginação e da projeção do desejável em determinadas circunstâncias”. No quadro a seguir serão explicitadas as características de cada instrumento, com o intuito de mostrar a sua relevância do planejamento para a efetivação do projeto:

| Instrumentos | Características |
|---|---|
| Reuniões (Planejamento das atividades a serem realizadas, e relatório após cada intervenção, com a finalidade de evidenciar | As reuniões são encontros grupais, que têm como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre um determinado assunto. Mas, sobretudo, uma reunião tem como objetivo a |

| | |
|--|--|
| as expressões da Questão Social e realizar encaminhamentos para a rede). | tomada de uma decisão sobre algum tema (SOUSA, 2008, p. 127). |
| Visitas institucionais | Esta visita é empregada, quando o Assistente Social quer conhecer um determinado trabalho desenvolvido por uma instituição e/ou quando o assistente social precisa realizar uma avaliação da cobertura e da qualidade dos serviços prestados por uma instituição (SOUSA, 2008, p.128). |

Fonte: MOREIRA, 2017.

Para além destes instrumentos de planejamento foram elaborados planos de atividades para a intervenção, com metodologias que permitissem atender as necessidades das turmas trabalhadas, subsidiadas na cartilha da ONU “o valente não é violento”, elencados em 4 (quatro) momentos:

INTERVENÇÃO LEI MARIA DA PENHA: VIOLÊNCIAS DO COTIDIANO.

Essa dinâmica foi realizada com duas turmas diferentes, compostas pelos o 8º e 9º ano do ensino fundamental de uma Escola.

1º momento - É realizada uma fala ampla com a explicação lúdica sobre o poder patriarcal e gênero, durante a explanação são abordadas situações do cotidiano que demonstram como o machismo é um problema estrutural, e como as mulheres sofrem essa consequência na contemporaneidade.

2º momento - apresentação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), trazendo sua historicidade de luta para a implantação da lei, e as tipificações de violência descritas na lei. Também abordamos a Lei Carolina Dieckmann é como ficou conhecida a Lei Brasileira 12.737/2012, que se refere aos direitos informáticos dos cidadãos, no vazamento de fotos e vídeos privados que sejam compartilhados.

3º momento - é proposta uma dinâmica da teia, onde os adolescentes devem ao pegar a linha na mão contar um caso de violência que já viram, seja na televisão ou em seu cotidiano ou que já sofreram. Neste momento é informado os serviços do disque 100 e/ou 180.

4º momento - é proposto a confecção de lambe-lambes, onde os adolescentes devem colocar as suas iniciais, a idade e o sexo e responder a hastag (#) #EU ENFRENTO O MACHISMO QUANDO.

A ideia central foi colocar em xeque a produção das narrativas (auto)biográficas. Para isso, a dinâmica prioriza uma reflexão sobre a escrita se si. As narrativas visuais produzidas por meio de colagem designada de lambe-lambe, objetiva um diálogo sobre o apresentar a si e o narrar-se.



Figura 1: Bolsistas do programa de extensão “Mulheres sem Fronteiras” realizando a dinâmica da teia, prevista no 3º momento do plano de aula elaborado no ano de 2017.

Fonte: Acervo do programa de extensão Mulheres sem Fronteiras



Figura 2: Bolsistas do programa de extensão Mulheres sem Fronteiras realizando uma conversa de cunho informativo sobre a lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) no 2º momento previsto no plano de aula de 2017.

Fonte: Acervo do programa de extensão Mulheres sem Fronteiras

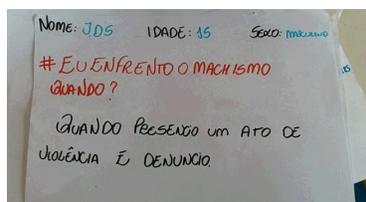


Figura 4: Lambe- Lambe confeccionado por aluno de uma Escola, previsto no 4º momento do plano de atividades de 2017.

Fonte: Acervo do programa de extensão Mulheres sem Fronteiras

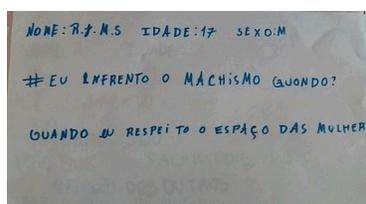


Figura 5: Lambe- Lambe confeccionado por aluno da Escola, previsto no 4º momento do plano de atividades de 2017.

Fonte: Acervo do programa de extensão Mulheres sem Fronteiras

ANÁLISE E DISCUSSÃO:

Com o intuito de facilitar a análise e discussão das atividades, o quadro abaixo apresenta sinteticamente essas etapas.

| Descrição sumária | Indicadores verificáveis | Meios de verificação | | |
|---|--|--|--|--|
| <p>Objetivo Geral: Implementar as oficinas de apoio ao combate e prevenção da violência de gênero “FALA SÉRIO” na escola X no município de São Borja- RS</p> | <p>Indicadores de impacto: Sensibilizar a comunidade escolar quanto a necessidade da discussão de gênero no âmbito educacional.</p> | <p>Aumento de manifestações de violência de gênero no município. Notificações realizadas pela escola à rede de atendimento do município.</p> | <p>Metas/ Resultados: Participação dos alunos no processo de construção de conhecimento sobre a temática.</p> | <p>Indicadores de Desempenho: Lista de presença, mensurando o número de participantes e relato da intervenção, que descreve a participação.</p> |
| <p>Objetivos Específicos: - Verificar se os adolescentes distinguem, em suas relações sociais, os diferentes tipos de</p> | <p>Indicadores de Efetividade: - Percentual de</p> | <p>Lista de Presença - Foram ou não confeccionados cartazes de cunho</p> | <p>Atividades: - Abordar conteúdos que</p> | <p>Indicadores Operacionais: - Realizar no mínimo 4</p> |

| | | | | |
|---|---|--|--|--|
| <p>violência caracterizados pela violência de gênero previstas na Lei n. 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha, entre elas, física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.</p> <p>- Conhecer as propostas/sugestões que os adolescentes apresentam para o enfrentamento das diferentes formas de violência de gênero e em que medidas tais estratégias envolvem sua participação.</p> | <p>violências identificadas através das dinâmicas propostas.</p> <p>- Nível de sugestões identificadas através da ficha de avaliação, bem como pontos negativos e positivos das intervenções.</p> | <p>políticos (lambes, físicos e digitais) de acordo com cada processo atendido pelo projeto de extensão;</p> | <p>evidenciam a tipificação da violência de gênero elucidada na lei Maria da Penha;</p> <p>- Elaborar dinâmicas lúdicas em forma de oficinas, que propiciem reflexão crítica sobre a temática;</p> | <p>oficinas, sendo distribuído no último encontro uma ficha de avaliação com pontos quantitativos e qualitativos</p> |
|---|---|--|--|--|

Fonte: MOREIRA, 2017.

A avaliação, associada ao monitoramento do projeto de intervenção “Oficinas Fala Sério”, corresponde à medida e julgamento dos resultados segundo Armani (2008, p. 11) “a avaliação representa os momentos de valoração dos efeitos e dos sentidos mais gerais da ação”, desta forma, a avaliação dos resultados presentes durante a aplicação dessa metodologia se consolidou através de uma ficha de avaliação distribuída para nove (9) alunos e um (1) professor participantes.

No dia 20 de Junho de 2017 foram entregues fichas de avaliação para os professores e alunos, com vistas a responder os indicadores operacionais, a intervenção foi realizada com a última turma do programa federal Mais Educação da Escola X. As avaliações foram transcritas com veracidade de conteúdo, não sendo alterados os erros ortográficos. Os dados coletados foram analisados por meio da análise temática de conteúdo segundo Bardin (2010), que discerne a análise em três critérios, apresentados enquanto etapa pré-análise, que se caracteriza como a fase da organização do material que prevê compor o corpus da pesquisa. Etapa exploração do material, que preocupa-se em trabalhar com assuntos relacionados ao tópico de inferência e etapa de tratamento de resultados que procura embasar os resultados encontrados e que dão sentido a interpretação.

No dia 20 de Junho de 2017 foram entregues 10 fichas de avaliação para 9 educandos e 1 educador, com vistas a responder os indicadores operacionais, a intervenção foi realizada com a última turma do Mais Educação da Escola Ubaldo Sorrilha da Costa. Os pontos positivos da intervenção descritas pelos participantes, foram descritas enquanto “aulas legais e objetivas”, “que os meninos respeitem mais as meninas”, “homens apoiando o feminismo”, “buscam trazer conhecimento sobre temas de extrema relevância para o futuro de nossos jovens”. Já enquanto ponto negativo, as respostas giraram em torno “aulas muito curtas”, “pouco tempo de aula”, “poucos minutos de palestra”, demonstrando o interesse dos educandos em mais “aulas” com uma maior duração, por se tratar de temáticas transversais ao cotidiano escolar. No que diz respeito as sugestões, surgiram respostas sobre demais temas que geravam interesse, como: “drogas é um tema que pode ser abordado”, “violência doméstica”, “para vocês voltarem com mais tempo, sem a presença dos professores. Abordando o assunto violência psicológica”, ou até mesmo, “Continuar com os projetos nas escolas, semeando ideias para que nossos jovens busquem um futuro e uma sociedade melhor, mais igualdade e menos preconceito em relação a tudo”, o que demonstra a importância de trabalhar temáticas que despertam curiosidade e questionamentos, sendo essas de suma importância para a emancipação e empoderamento.

Foram realizadas também questões quantitativas, que fazem referência aos tipos de violência que foram abordados, a relevância dos mesmos, expressas aqui em diagramas:

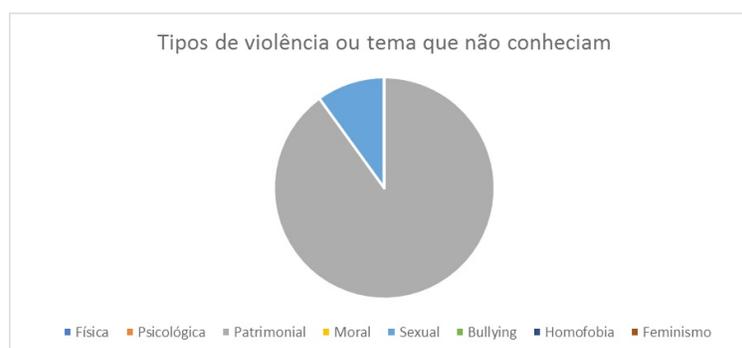


Tabela 1: Tipos de violência que os alunos não conheciam.

Fonte: Projeto de extensão Mulheres sem Fronteiras.



Tabela 2: Temas abordados.

Fonte: Programa de extensão Mulheres sem Fronteiras.

Por fim, foram realizados os momentos de Monitoramento das ações realizadas pelos bolsistas do programa de extensão, segundo Armani (2008, p. 11) “o monitoramento organiza o acompanhamento regular das atividades dentro de seus respectivos escopo, prazo e custo” este processo foi realizado através de reuniões supervisionadas pela coordenadora do programa a professora doutora Jaqueline Carvalho Quadrado, todas as quintas feiras na sala do campus I da Universidade Federal do Pampa- São Borja- RS.

Durante as atividades de monitoramento era realizados relatos orais sobre as oficinas, bem como solicitação de material para uso dosicineiros e no final de cada semestre elaborado um relato descritivo-analítico das atividades, para fins de comprovação do cumprimento dos prazos e custos previstos no planejamento prévio do projeto de extensão. Para além das reuniões realizadas foram oferecidas aos bolsistas oportunidades de aperfeiçoamento e formação continuada bem como, através da inserção de resumos e artigos em eventos acadêmicos, bem como, a participação dos integrantes em palestras e oficinas e reuniões postas por conselhos deliberativos do município como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Borja (CONDICA) que possam subsidiar seu trabalho no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados com a técnica de oficinas, evidenciou-se que os alunos foram capazes de desconstruir e construir saberes empíricos, aplicando-os de acordo com os acontecimentos e comportamentos que ocorrem em seu cotidiano, o que pode ser observado durante a realização das oficinas.

Partindo desta premissa, fica claro que as oficinas podem ser inseridas como uma importante ferramenta de trabalho no contexto escolar, ultrapassando a tradicional condução de ensinamentos, aumentando o envolvimento e a integração para ambas as partes.

O contexto das oficinas, foi adaptada à linguagem compatível com a do público alvo; portanto, predominou uma linguagem simples, direta de falar, fato este que cativou à atenção dos alunos durante as oficinas.

Considera-se importante o trabalho realizado pelos bolsistas e coordenadora do programa de extensão “Mulheres sem Fronteiras” no enfrentamento e combate à violência de gênero no município de São Borja, pois possibilita a promoção e autonomia de crianças e adolescentes referente a temática abordada, nota-se que o espaço escolar é um território privilegiado para a mudança de práticas que carreguem cunho violento, pois segundo Saffioti (2001, p. 134) “a violência contra a mulher não obstante incluir mulheres de todas as idades, exclui homens em qualquer etapa da vida” e o ambiente educacional possibilita o alcance de ambas as categorias, ainda como evidencia Saffioti (2001, p. 134) “considera-se importante trabalhar essa categoria, porque ela inclui a violência praticada por mulheres, que, se é diminuta contra homens, é bastante significativa contra crianças e adolescentes”.

Desta forma as práticas realizadas pelo projeto explicita orientações no campo dos direitos humanos e promove de forma acessível a discussão enquanto uma fonte afirmativa imprescindível do projeto pedagógico das escolas, como já relatado anteriormente, o ambiente escolar deve garantir um espaço público de convivência marcado pelo respeito, tolerância e igualdade para com a

diversidade. A formação de um pensamento articulado com as lutas e conquistas históricas da categoria gênero deve ser de fácil acesso para a população, a fim de realizar pequenas mudanças no cotidiano.

Por último, cabe ressaltar a importância deste espaço de construção dentro da trajetória acadêmica dos graduandos que compõe a equipe do programa de extensão “Mulheres sem Fronteiras”. O aprendizado teórico prático, vivenciado em sala de aula, atrelado as vivências das oficinas, proporciona um amadurecimento ímpar no que concerne a formação de uma postura crítica de futuros profissionais preparados para realizar um trabalho interdisciplinar. Assim, entender esse processo é buscar, dia após dia, amadurecimento teórico que viabilizem um fazer profissional crítico e propositivo que são configurados enquanto um dos desafios que se mostram latentes no espaço de formação profissional proposto pela universidade, e através das experiências vivenciadas salienta-se que salta os olhos a importância de profissionais que trabalhem de forma integrada dentro de ambientes de formação, como a escola.

Garantir a educação enquanto um lugar que garante a justiça social, e articular, junto com a sociedade civil, políticas sociais públicas que viabilizem diretos na vida concreta dos cidadãos; ser um profissional crítico, interventivo e acima de tudo propositivo; engajado na luta de classes, sempre buscar a construção de uma nova ordem societária são desafios cotidianos no trabalho profissional.

Referências

ARMANI, Domingues. Monitorando & Avaliando mudanças. **Ver. Eletrônica Portas**, v.2, n.2, p.10-17, jun.2008.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. (1977). **Lisboa (Portugal): Edições**, v. 70, 2010.

BRASIL, **Proposta de currículo educativo para o ensino médio sobre**

promoção da igualdade de gênero entre adolescentes e jovens brasileiros
Elaborado por Marcos Nascimento & Silvani Arruda. Junho 2011.

BRASIL, Violência, gênero e diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento. / Clóvis Wanzinack; Marcos Claudio Signorelli; (Orgs.) – Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

CARNEIRO, Alessandra Acosta. FRAGA, Cristina Kologesi. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 369-397, abr./jun. 2012.

CISNE, M. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista.** In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas-SP. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F>
Acesso em: 02 de Out. 2017.

ENGELS, Friedrich, 1820- 1895. **A origem da Família, da propriedade privada e do Estado/** Friedrich Engels; tradução de Leandro Konder. - 2ª. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IMAMOTTO, Marilda V. 2015, **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26ª Ed. São Paulo: Cortez.

Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. **Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Presidência da República, 2006

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência/** Heleieth Iara Bongiovani Saffioti.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu (16) 2001: pp. 115-136.

SEFFNER, Fernando. Escola para todos: mesmo para aqueles que manifestam diferenças em sexo e gênero. In. SILVA, Fabiane Ferreira da; MELLO, Elena

Maria Billig. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana - RS: UNIPAMPA, 2011.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipação>. Acesso em: 2 de Out. de 2017.

TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social: Os Processos de Trabalho dos Assistentes Sociais Elaboração de Documentação: Implementação e Aplicabilidade**. 3. ed.ver.atual. Porto Alegre: Graturck,2012.

VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (ORG). **A Mulher Brasileira nos espaços público e privado**. - 1ª. ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

QUEER É MAIS QUE UM: do corpo singular às políticas das multidões

Alisson Machado⁸

Marlon Santa Maria Dias⁹

RESUMO: A partir de uma reflexão teórica sobre as políticas de indeterminação queer, o artigo sinaliza um diálogo entre dois aspectos do pensamento dos filósofos Judith Butler e Michel Foucault. Da primeira, a passagem da noção de performatividade para uma reflexão sobre as políticas de precarização da vida de populações-alvo e, do segundo, a passagem de um mecanismo disciplinar de controle sobre o corpo individual, para um regime de regulamentação biopolítica não mais do corpo-sujeito, mas dos grupos sociais e das populações. Ambos os autores sinalizam a necessidade de romper com a perspectiva de um corpo unitário, coeso, cuja identidade seja marcada por um processo autorreferente, para compreender as redes de poder que constituem e atravessam as coalizões de um corpo-multidão. A partir dessa sinalização, o artigo aponta para o pensamento de Paul Beatriz Preciado, a respeito do corpo queer como um corpo de multidão, atravessado por processos diferenciadores de acesso às formas de significação que orientam os regimes sociais e políticos dos corpos em nossas sociedades.

Palavras-chave: Corpo; Queer; Multidão.

INTRODUÇÃO

Em meio a uma explosão de cores e dançarinos diversos, surge Mc Linn da Quebrada para dar um recado ao “macho discreto”: ela não está interessada “no seu grande pau ereto”, ela gosta mesmo é “das bichas, das que são afeminadas, das que mostram muita pele, rebolam, saem maquiadas”. No clipe de “Enviadescer”¹⁰, a cantora que se apresenta como “bicha, louca, preta e favelada”¹¹ comunga da vida periférica e reivindica um lugar de oposição às normatividades. Assim como Linn, outros artistas reclamam novas formas de narrar o que a norma estabelece como desvio. É o caso de Liniker, Lineker, Johnny Hooker, As Bahias e a Cozinha Mineira, Rico Dalasam, Mc Xuxu, Mc Pepita, Lia Clark, Pablllo Vittar, entre outros.

Mesmo que emulem performances de quem conseguiu se inserir em circuitos

mediáticos tradicionais em décadas passadas, como Ney Matogrosso, Rogéria, Nanny People, Jane di Castro, esses artistas têm em comum a produção musical marcada pelo relato de si como potência política frente às imposições do gênero. Alguns deles, como Hooker e Vittar, conseguem inserções nos meios de comunicação de massa, sob adaptações às lógicas destes, mas a maioria encontra na internet e nos ambientes digitais espaços para fazer circular sua produção autoral.

Neste exercício de memória, é possível lembrar também de algumas figuras que se tornaram conhecidas graças à visibilidade que tiveram na internet. É o caso de Luisa Marilac, travesti lembrada pelo bordão “Se isso é tá na pior, que que quer dizer tá bem?”, frase dita em um vídeo que gravou tomando banho de piscina e bebendo seus “bons drink” na Europa¹². Ainda nesse cenário da cultura pop, temos as apropriações de narrativas ficcionais seriadas que tratam de questões relacionadas a gênero e sexualidade, como a série *Sense8*, da Netflix, e o reality show *RuPaul’s Drag Race* – cujo formato foi inspiração para *Glitter, em busca de um sonho*, quadro de um programa de auditório da TV Diário, de Fortaleza, que apresentava uma competição entre drag queens.

Percebe-se que códigos, linguagens e textos do ambiente digital muitas vezes são adaptados pelos meios massivos, em especial a televisão. Decorre disso a inserção nesses formatos de temáticas e sujeitos queer já emergentes no ambiente digital. É o caso do programa *Amor e Sexo* e das personagens Nonato/Elis Miranda e Ivana/Ivan da novela *A Força do Querer*, ambos da Rede Globo. Fragmentos dessas produções adentram os circuitos digitais via compartilhamentos carregados de ressignificações, produzindo novas mensagens e regimes de significado.

As produções midiáticas exemplificadas sinalizam a emergência e a vastidão empírica dos corpos queer e de suas múltiplas semioses. Essas produções não dizem respeito apenas à ficção ou ao campo da produção artística. Circula nos ambientes digitais uma infinidade de materiais audiovisuais que se referem à vida de atores sociais anônimos, mas que, por vários motivos, acabam despertando o

interesse público. Na maioria dos casos, esses vídeos circulam através das redes sociais, gerando formas de leituras específicas, podendo inclusive serem tematizados por formatos midiáticos consolidados. É o caso de Dandara dos Santos, travesti espancada e morta a tiros em Fortaleza, em fevereiro deste ano. O vídeo da agressão e assassinato de Dandara teve dezenas de milhares de visualizações no YouTube. O acontecimento tomou ampla repercussão midiática, tendo trechos exibidos no *Jornal Nacional* e no *Profissão Repórter*, da Rede Globo.

Mobilizando diferentes intensidades queer, essas produções ajudam a compor os cenários de interação social contemporâneos, os imaginários e repertórios culturais. Na produção de (contra) narrativas, articulam-se semioses capazes de desestabilizar os modelos cis e heterossexualizadores. De modo polivalente, combatendo e/ou negociando junto aos possíveis horizontes de sentido, esses corpos colocam em revisão as referencialidades tradicionais das mídias, os sistemas de inteligibilidade e as atualizações de suas redes de significado.

O cenário traçado mostra um recorte que sinaliza as disputas e a emergência das discussões sobre gêneros e sexualidades. O termo queer aparece com destaque e inscreve-se no léxico das disputas discursivas. Segundo o dicionário de língua inglesa Oxford, queer denota originalmente aquilo que é estranho ou excêntrico. Usado desde o final do século XIX para se referir pejorativamente a homossexuais, o termo queer foi ressignificado por parte da comunidade homossexual estadunidense, no final da década de 1980, na tentativa de desprovê-lo de seu “poder negativo”¹³. Na mesma época, o termo passa a adjetivar e caracterizar os estudos teóricos que se ocupam de sujeitos dissidentes e de narrativas contranormativas, a teoria queer.

Nesse sentido, vamos ao encontro de Louro (2016), para quem

Queer é [...] estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muitos menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não

aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, 2016, p. 7-8, grifos da autora)

Movimentando signos do indeterminado, o queer não se restringe ao individual, mas abre-se à multiplicidade de sentidos, práticas e experiências que atravessam as existências das populações subalternizadas. Partindo disso, investimos neste texto em uma reflexão teórica que conjuga alguns aspectos do pensamento dos filósofos Judith Butler e Michel Foucault a respeito da necessidade de romper com a perspectiva de um corpo unitário, coeso, cuja identidade seja marcada por um processo autorreferente, para compreender as redes de poder que constituem e atravessam as coalizões e intersecções de um corpo-multidão.

Para tanto, resgatamos perspectivas que constituem o que conhecemos hoje como o campo antidisciplinar da teoria queer e que dão escopo para nossas reflexões. Em seguida, discorreremos sobre as proposições de Butler e Foucault: enquanto a primeira sinaliza a passagem da noção de performatividade para uma reflexão sobre as políticas de precarização da vida de populações-alvo, o segundo pensa a passagem de um mecanismo disciplinar de controle sobre o corpo individual para um regime de regulamentação biopolítica não mais do corpo-sujeito, mas dos grupos sociais e das populações. Apontamos, por fim, o pensamento de Paul Beatriz Preciado, a respeito do corpo queer como um corpo de multidão, atravessado por processos diferenciadores de acesso às formas de significação que orientam os regimes sociais e políticos dos corpos em nossas sociedades.

APONTAMENTOS PARA UMA POLÍTICA DO INDETERMINADO

O campo antidisciplinar que hoje denominamos como teoria queer¹⁴, apesar de sua história recente, realizou importantes críticas ou mesmo rupturas à compreensão dos regimes de produção do desejo, da sexualidade, da

corporalidade e da generificação da vida social. Ainda que seja possível remeter sua origem histórica ao cenário norte-americano da década de 1980, articulado principalmente pela ação política dos movimentos negro, feminista de segunda onda, de libertação sexual e pelos direitos civis (MISKOLCI, 2016), suas origens epistemológicas¹⁵ demonstram um processo complexo de distanciamento das referencialidades estáveis¹⁶ com o objetivo de reformular os processos de formação e diferenciação em torno das políticas do desejo e da sexualidade (JIMENEZ, 2002).

Em diálogo com algumas correntes feministas, o queer combate as determinações biológicas do gênero (e do sexo) demonstrando como o próprio gênero é articulado nas relações sociais pelas quais a sexualidade é compreendida. Nessa perspectiva, ele não apenas constrói as diferenças sexuais, mas produz as relações de sentido e poder entre as próprias diferenças. Admitindo o gênero como elemento constitutivo das relações sociais (SCOTT, 1990), é seu caráter relacional e historicamente variável que abre espaço para os processos de desconstrução do imaginário binário e desnaturalização das diferenças.

Ao redefinir as posições e os sujeitos dissidentes da norma heterossexual, a revisão queer de algumas correntes feministas renovou a crítica ao modo com que os imaginários, as identidades e as subjetividades são construídas. O queer alia-se a certos feminismos por, mais do que combater a distinção natureza/cultura que operacionaliza a divisão sexo/gênero, destacar as potências das mediações e os trânsitos dentro dos próprios sistemas que produzem, de modo opositivo, o masculino e o feminino. Entra em revisão todo o sistema (sexo/gênero) de representações sociais orientado pelo pertencimento ao sexo através de estratégias políticas que contestam e revelam as formas de validação dos arranjos sociais que são transformados em função da atribuição biológica da sexualidade (RUBIN, 1993).

Mais do que revisar binarismos, o que os estudos queer põem em cheque é a própria epistemologia da heterossexualidade. Articulando formas de analisar as

ideologias através de semiologias políticas, é contra o pensamento heterossexual que se voltam as críticas queer. Observando a linguagem como um fenômeno que determina os sistemas teóricos modernos e as ciências sociais, os discursos da heterossexualidade impedem falar ou impõem a fala dos homossexuais nos mesmos termos da heterossexualidade, negando assim as possibilidades de criação de suas próprias falas, categorias e epistemologias. Dessa forma, contrariando os mitos e as metáforas da heterossexualidade, que insistem na reiteração “serás-hétero-ou-não-serás” (WITTIG, 2006), novas práticas de saberes, desejos, vontades e prazeres homo, lesbo, trans e multieróticos disputarão a hegemonia da heterossexualidade compulsória e os efeitos – sempre heterossexualizadores – de suas formas de apreensão (RICH, 2010).

Mantendo a ênfase nos tangenciamentos que constituem a situacionalidade histórica e social do gênero, a revisão queer alinha-se ainda aos pressupostos teóricos de uma mirada interseccional. O gênero desponta não como produto de suas próprias (in)determinações, mas se produz na processualidade de outras interfaces, cujos denominadores geracionais, parentais, institucionais, étnicos, éticos, estéticos, socioeconômicos e de interesses, por exemplo, ao mesmo tempo definem e desafiam as delimitações simbólicas e materiais de suas fronteiras e a constituição de seus sujeitos.

Com os avanços da teoria queer e as revisões dos feminismos, torna-se mais evidente a impossibilidade de separação do gênero de suas intersecções políticas e culturais. Butler (2013) critica o projeto feminista por não atingir as diferentes particularidades sociais do gênero. Argumentando que a política feminista carece de um sujeito, e que ao fazê-lo acaba reforçando a binariedade entre o masculino e o feminino, a filósofa evidencia que o problema político do feminismo é supor que o termo ‘mulheres’ denote uma identidade em comum e um conteúdo universal de sua opressão.

Criticando a heterossexualidade como matriz compulsória vigente, Butler posiciona-se a favor de uma radical descontinuidade entre sexo e gênero. Segundo ela, o sistema binário do gênero implica a crença na relação mimética

entre o sexo e o gênero, na qual o gênero reflete o sexo, sendo por ele restrito. Como um efeito discursivo e perceptível, o sexo impõe sua realidade a um conjunto de atributos descontínuos, denotando um regime epistemológico que serve não apenas aos propósitos da regulação reprodutora (da heterossexualidade), mas assegura as operações culturais e políticas da fabricação discursiva dos corpos. O sexo, portanto, não pode ser definido como a causa do gênero. Nessa leitura, o gênero se realiza enquanto adquirido e não pode ser compreendido como um reflexo do corpo.

Mantendo uma ordem coerente, o gênero denotaria uma unidade entre o sexo, a experiência e o desejo, produzindo, a um só tempo, a univocidade nos termos do sexo tomado pelo gênero. Ao propor essa separação, Butler entende o gênero não como um substantivo, embora tampouco como um conjunto de atributos flutuantes, mas como efeito produzido e imposto pela performatividade das práticas reguladoras que dão coerência ao gênero, no seio de uma linguagem social partilhada e reiterada. As identidades de gênero são entendidas, portanto, como construídas e constituídas pela linguagem, “não é que uma identidade “faça” o discurso ou a linguagem, mas é precisamente o contrário – a linguagem e o discurso é que fazem o gênero” (SALIH, 2012, p. 91, grifo da autora).

A performatividade do gênero, em Butler, ainda que aponte aos modos discursivos pelos quais o corpo se generifica e é generificado, não implica a negação de suas materialidades. Discurso e matéria não são termos antitéticos, o gênero assume, assim, uma perspectiva de verbo ao invés de substantivo, uma sequência de atos, um *fazer* ao invés de um *ser* (SALIH, 2012). Aprofundando essa dimensão, Lauretis (1994) argumenta que o gênero é uma tecnologia e não uma realidade apriorística dos corpos humanos. Partindo dessa noção de tecnologia e refletindo um projeto contrassexual de desconstrução das sistemáticas da naturalização das práticas sexuais por corpos-sujeitos-falantes, Preciado (2014, p. 29) argumenta que o gênero, mais do que performático, é prostético, “não se dá, senão na materialidade dos corpos”, ao mesmo tempo construído nos discursos e na matéria orgânica dos corpos.

O queer produz as suas potências nas instabilidades e nas possibilidades de rematerialização dos corpos, gerando rearticulações dos sentidos estabelecidos no interior da própria norma regulatória. Nesse processo de reformulação da materialidade dos corpos são as regulações que produzem a força da exclusão e da abjeção (BUTLER, 1993). O não-sujeito queer é resultado tanto da força exterior da abjeção (produzida pela norma) quanto do processo de interiorização da norma, que funda o sujeito na força de sua exclusão. Em Butler, o “eu falante” é produzido no processo regulatório de assumir (e performar) o sexo. O abjeto designa, a partir desse processo, as zonas inabitáveis da experiência da vida social, povoadas por quem não goza do status de humanidade possível e de ser compreendido enquanto sujeito social. O corpo-abjeto não é exterior à norma, mas domínio de uma força particular de inscrição da norma na existência social e psíquica dos corpos (KRISTEVA, 2004).

Como propõe Butler, o queer adquire sua força na invocação repetida que reproduz e ressignifica os vínculos da acusação, das patologias e das humilhações¹⁷. Como as reiteraões possuem a potência de não serem mera réplica de um mesmo, aquilo que o queer “diz”, quando diz e os modos desse dizer refundam e autorizam o desautorizado, parodiando a força acumulada pela norma que, por repetição, faz funcionar todo um conjunto anterior de práticas, discursos e instituições que dissimulam sua historicidade.

Denunciando a artificialidade dos processos engendrados pela norma, o queer força as fronteiras sociais e simbólicas entre as zonas do inabitável e as possibilidades da inscrição do eu no mundo compartilhado. No entanto, essa conformação não aponta para uma unidade ontológica dos sujeitos, mas para um movimento complexo que se efetiva entre disputas de significados e na passagem de diferentes regimes de saberes e poderes atrelados às existências corporais.

DO CORPO-SUJEITO AOS CORPOS-MULTIDÃO

No livro *Quadros de Guerra*, Butler (2015) parte da pergunta “o que é uma

vida?” para questionar os mecanismos específicos de poder mediante os quais uma vida pode ser produzida. A autora interroga como podemos aprender e reconhecer o que é uma vida. O “ser” da vida é ele mesmo construído por meios e mecanismos seletivos, que não existem fora das operações de poder e dos próprios artifícios específicos com que ela é produzida. Para Butler, as vidas são por definição precárias, se eliminam ou podem ser eliminadas a qualquer instante visto que a persistência da vida nunca é plenamente garantida. Há sujeitos que não são reconhecidos como sujeitos e há vidas que não são reconhecidas como vidas.

Essa proposta abre ao questionamento sobre quais vidas são consideradas vidas que merecem ser salvas e defendidas e quais não o são, quais vidas são consideradas valiosas, que serão enlutadas quando perdidas ou passíveis de luto. Não existe a celebração da vida sem a compreensão de que esta seria enlutada se fosse perdida. Ser passível de luto é, para Butler, uma condição do surgimento e da manutenção da vida social. Sem essa condição, não há vida ou não há algo que esteja vivo.

A precariedade não é uma condição desta ou daquela vida em particular. Butler afirma que toda vida é precária. A precariedade é coincidente com o próprio nascimento, mas o foco de atenção das políticas de gestão da vida são as formas e condições generalizadas que são exploradas e deslegitimadas em determinadas formações políticas. Afirmar que uma vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende das condições sociais, econômicas, simbólicas e políticas disponíveis e não somente de um impulso interno para viver. A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes.

Quando as vidas de populações-alvo são perdidas, não são motivos de lamentação. A perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos vivos. O mesmo argumenta Foucault (2010b) sobre o racismo, indicando que a morte desse outro não é simplesmente a manutenção da vida de um “eu”, no sentido de segurança pessoal. A morte do outro, daqueles e daquelas

designados(as) como raça ruim, raça inferior e os(as) degenerados(as), os(as) anormais, é o que deixa a vida (social) mais sadia e mais pura.

Para Butler, é possível compreender essas dinâmicas direcionadas às populações-alvo através dos enquadramentos interpretativos sobre os quais elas são apreendidas. Os enquadramentos não surgem de um ato espontâneo da mente isolada, sendo na verdade consequência da articulação de todo um campo de inteligibilidade que opera na manutenção das condições sociais da vida, diferenciando as populações entre si e os contextos de precarização enfrentados. São os enquadramentos que decidem quais vidas serão ou não reconhecidas, funcionando como molduras pelas quais aprendemos e que limitam os corpos à esfera de uma existência em aparição.

Os enquadramentos não apenas organizam a experiência perceptível do mundo social, mas geram as ontologias específicas que os sujeitos tomam para si. Os sujeitos são construídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os próprios termos de seu reconhecimento. Poder este que equivale à performatividade, poder do discurso quando reiterado, que faz criar as coisas que ele próprio enuncia. Os enquadramentos, portanto, direcionam a interpretação do mundo social, carregando efeitos materiais e simbólicos. Eles não apenas estruturam a maneira como identificamos a vida, mas constituem as condições de seu suporte, alocam as condições de reconhecimento da vida humana, funcionando não apenas como fronteira das imagens, mas estruturando a imagem em si, produzindo os sentidos materiais e perceptivos da interpretação, na forma de um poder ativo, que tanto descarta quanto mostra, e faz as duas coisas ao mesmo tempo e em silêncio.

As condições sociais e políticas pelas quais as precariedades da vida são formuladas e vividas abrem diálogo com a definição de poder, como pensado por Foucault (1999), no sentido de serem relações plurais, que implicam em condições históricas complexas e seus múltiplos efeitos. O poder não é fixo, não pode ser pensado como uma propriedade, um bem estável, mas sim inserido em polos de relações, que não se exercem senão entre os sujeitos. O poder não é um

fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, nunca está totalmente localizado nas mãos de alguém, mas é algo que circula e funciona em cadeia, em malhas, em rede. Nessas redes se exerce e se sofre o poder de acordo com os discursos e dispositivos sociais a que os indivíduos estão submetidos.

O próprio conceito de dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2010) aparece como um operador material do poder, ou seja, as técnicas, as estratégias, os discursos e as formas de produzir poder e saber sobre a sexualidade. Foucault enumera quatro conjuntos estratégicos de práticas, a partir do século XVII, que desenvolveram dispositivos específicos da sexualidade: (1) a histerização do corpo da mulher, burguesa, ociosa, mãe e mulher nervosa; (2) a pedagogização do sexo da criança, ao mesmo tempo natural e contranatural; (3) a socialização das condutas para a procriação, socialização médica e política de responsabilização do casal pelo futuro da sociedade e da espécie e; (4) psiquiatrização do prazer perverso, análise clínica e patologização das condutas em função de uma tecnologia corretiva.

Diferente do dispositivo da aliança, que previa as regras, as proibições, o sistema de patrimônio, parentesco, transmissão e circulação de nomes, bens e riquezas, o dispositivo da sexualidade está ligado à economia de produção e consumo dos corpos. O dispositivo da sexualidade é um dispositivo que intensifica o corpo, o faz proliferar, inova, anexa, inventa e o penetra de maneira detalhada e cada vez mais global. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre o conjunto que engloba os discursos, as instituições, as organizações, as regulações jurídicas, médicas, administrativas, científicas, enfim, as práticas e maneiras de sustentar o dizer e não dizer sobre as verdades do sexo e dos corpos.

Foucault (1995) já havia demonstrado a passagem de um regime de punição pública do corpo suplicante, garantido pela soberania do rei, para um regime de administração privada de controle, que desloca inúmeras estratégias de constatação discursiva da sexualidade. No primeiro volume de *História da sexualidade* (2010[1976]), vemos a passagem de um sistema privado de

confissão e penitência desde a Contrarreforma, à incitação de um regime político e policial do sexo. Esse regime culmina em um tipo de erotismo generalizado, dispositivos que criam incitações a falar, registrar, observar, regular, doutrinar, docilizar e produzir regimes de verdade sobre os corpos das crianças e adolescentes, dos soldados, dos doentes, dos sadios, dos degenerados, dos invertidos, dos devassos e assim por diante.

Inventam-se assim as instituições, disciplinas e aparelhos para falar do sexo e fazê-lo falar: a medicina, a psicologia, a psiquiatria, a pedagogia, os controles familiares, encravando nos corpos e introduzindo neles as condutas, os princípios de classificação, mas que constituem uma dupla incitação: prazer por parte de quem exerce o poder (fiscalizando, espiando, investigando) e prazer por ter que escapar a esse poder (fugir, enganar, travesti-lo). De forma semelhante, Butler recorre a noção de biopolítica, para demonstrar os processos de controle e administração não mais apenas dos corpos, mas a apreensão, controle e administração da vida.

No pensamento de ambos os autores, observamos uma passagem da noção de poder que atravessa e constitui o corpo individualizado, corpo único e singular, para uma segunda tomada de posição em relação ao poder, que não é mais individualizante, mas sim massificante. Como coloca Foucault (2010b), o poder não se faz mais em direção ao corpo-objeto, ao corpo-espécie. Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no século XVIII, vemos aparecer a biopolítica da espécie humana. Trata-se do conjunto de processos de registro e controle dos nascimentos, óbitos, taxas de reprodução, natalidade, longevidade, problemas econômicos e políticos que dizem respeito não mais aos indivíduos, mas às populações.

As populações são tornadas problemas políticos, intervindo nas determinações dos fenômenos mais gerais e em nível global. Nessa passagem, não se trata mais de ficar ligado apenas ao corpo individual, como fez a disciplina, não mais considerar o nível do detalhe, mas sim os processos de regulamentação da vida, regulamentação como poder de fazer viver, que sinaliza a passagem da

técnica para a tecnologia. Para Foucault, a técnica manipula o corpo como foco nas forças que é preciso tornar úteis e dóceis. A tecnologia, por sua vez, é centrada na vida, procura controlar as séries de eventos focados na massa viva, desde os processos biológicos aos mecanismos reguladores da experiência social das populações.

A sexualidade, no que Foucault denominou como sociedade da normalização, está exatamente nessa encruzilhada, entre a técnica e a tecnologia, entre o mecanismo disciplinar e o mecanismo regulamentador. O poder se incumbiu, portanto, tanto do corpo quanto da vida, na forma de um biopoder como poder atômico, poder de produzir e fabricar tanto a vida quanto a sua destruição. Esses argumentos convergem na forma de ampliar os horizontes interpretativos no que diz respeito à compreensão das práticas e dos não-sujeitos queer.

Não se trata mais de indagar corpos, práticas, performances, quadros de desejo isolados de um indivíduo isolado, mas de encontrar formas de compreender os entrecruzamentos entre diferentes dinâmicas políticas, que atravessam e constituem essas agências, potências e intensidades. De forma semelhante, Preciado (2011) argumenta que é preciso observar a relação política que se estabelece entre a divisão sexual (do corpo que define cada órgão por uma função dada pelo sexo heterossexual) e a (des)territorialização política das identidades de gênero e da sexualização dos corpos.

Para o autor, as sociedades capitalistas dependem da produção e circulação de fluxos de significação (fluxos de silicone, de hormônios, de textos, de representações, de técnicas cirúrgicas, de gêneros, por exemplo) responsáveis por demarcar as configurações sociosexuais normalizadas e as fronteiras das práticas de identificação/exclusão entre os sujeitos e os grupos. Realizada mais por seu caráter econômico, essa circulação não permite uma distribuição nem constante nem igualitária desses signos, acabando por diferenciar as formas de acesso aos seus significados, diferenciando os corpos e tornando o gênero um dispositivo referencial de realização política, que se reapropria nas afirmações e realizações das minorias sexuais. Nesse processo diferenciante, o corpo deixa de

ser percebido como um dado passivo sobre o qual agiria o poder, mas se revela

[...] a potência mesma que torna possível a incorporação protética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*. (PRECIADO, 2011, p. 14)

O caráter de multidão revela-se no próprio corpo que é singular, mas socialmente informado na partilha de todo um conjunto de atributos construídos nos fluxos desiguais de circulação e acesso aos significados primordiais das distinções sociosexuais. O corpo queer, tornado multidão, mais do que uma ferramenta de realização de um projeto generalizante de pluralidades dispersas, abre caminhos para processos de desterritorialização dos espaços e imaginários majoritários, do urbano e do corpo, das formas de produção de saberes e verdades, autorizando novas práticas sociais e epistemologias, resistindo aos processos e às tecnologias de produção das normalidades.

A multidão revela ao próprio corpo e ao espaço que este ocupa outras possibilidades que não as dadas pela norma. Sozinho o corpo queer não vai longe, mas como multidão avança sobre *outros espaços*, na perspectiva de Foucault (2009), espaços de heterotopias, de jogos de espelhos e reflexos continuados, mas também de rupturas, lugar sem lugar, que está aqui, mas está além, onde se misturam sacralidades e profanidades, lugar de permanência e de passagem, lugar de múltiplas (i)materialidades onde o tempo é produzido tanto pelo concreto quanto pela ilusão. Nesse trânsito, a multidão queer

[...] não tem relação com um “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” (PRECIADO, 2011, p. 16)

É na própria multiplicidade que caracteriza a multidão que as políticas antirreguladoras das existências queer afastam-se dos referenciais identitários coesos e das liturgias do singular, percorrendo caminhos que se tomam mais para decifrar – os próprios caminhos – do que para resolver alguma questão (FLUSSER, 2011). Abrem-se espaços para múltiplas trajetórias cujos demarcadores não são apenas vidas precárias vividas em instâncias individuais, do corpo singular, mas políticas de coalizações que adentram e celebram os espaços lúdicos, mas também melancólicos, da indeterminação (JIMENEZ, 2002). O que resta é perguntar e perseguir as articulações que deixam ver o impreciso, que indagam e admitem o ambíguo e que sejam sensíveis às indeterminações das vidas e de suas partilhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas buscaram sinalizar, através de uma aproximação aos pensamentos de Judith Butler e de Michel Foucault, a emergência de um contexto social complexo, marcado por disputas de sentido, que aponta à necessidade de pensar as práticas e os sujeitos indeterminados que caracterizam os corpos queer, em nossas sociedades, enquanto sujeitos em multidão. Isso implica observar que a performatividade do gênero, inscrita e produzida por processos de reiteração dos discursos e práticas sociais cis e heteronormativas, não diz respeito apenas aos corpos individuais produzidos por esses processos, embora o corpo-individual seja ele próprio o lugar primeiro e ato primordial de realização de toda a experiência social partilhada. No entanto, para entender as articulações sociais e políticas que organizam os sistemas e os regimes de interpretação, classificação e produção de verdades sobre o corpo (o sexo e o gênero) não basta limitar o olhar a apenas um corpo ou a um sujeito singular.

É nesse sentido que o artigo argumenta que o corpo queer é mais que um. O corpo individual, mesmo que viva as indeterminações e regulações do gênero prescritivo e punitivo da norma cis e heterossexual, não se restringe a uma

existência isolada. Ele é moldado e construído por redes que disputam o poder (poder de narrar, de dizer, de mostrar, de construir sua própria legitimidade) e por coalizões e intersecções plurais, que possibilitam a aproximação teórica com o conceito de multidão queer, de Paul Beatriz Preciado, corpo que rejeita as liturgias identitárias coesas, que borra as fronteiras físicas e simbólicas da manutenção social dos regimes de normalização e que se abre aos espaços indeterminados da produção de conhecimento e verdade.

A emergência do queer enquanto um fenômeno vivido e observável, movimentado em grande parte por diferentes críticas às estruturas e hierarquias sociais, tem postulado a possibilidade de novos horizontes de práticas e saberes – antes subalternizados e relegados aos terrenos da abjeção. O aumento significativo na visibilidade social desses sujeitos e práticas, marcadas pelas intensidades queer reativas à normalização, demonstram o andamento de um projeto social mais amplo de revisão das categorias estáveis e de crítica às normas cis e heterossexualizadoras.

Partindo desse horizonte, a proposta de percepção e interpretação desses corpos, que parte da noção de indivíduo-corpo, sujeito singular e identitário, para a noção de corpo-população-multidão, construído nos fluxos de significado e na disputa por formas legítimas de inscrição de suas vozes no mundo, possibilita entender as dimensões e lutas políticas em torno dos acessos aos significados do corpo, do gênero e de uma existência social que colabore na construção de um projeto social mais plural e democrático, de reconhecimento pleno dos direitos à existência, juntando forças ao combate às violências e às exclusões – físicas e simbólicas – que ainda garantem a manutenção e a vigência das estruturas sociais de inúmeras opressões.

BIBLIOGRAFIA

BUTLER, Judith. **Bodies that matter:** on the discursive limits of “sex”. London: Routledge, 1993.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COHEN, Cathy. J. Punks, bulldaggers and welfare queens: the radical potential of queer politics? **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, n. 3, v. 4, p. 437-465, 1997.

FLUSSER, Vilém. **Natural: mente:** vários acessos ao significado de natureza. São Paulo: Annablume, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Média.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **Vigiar e punir.** Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

_____. **Ditos e escritos, vol. III.** Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JIMENEZ, Rafael Mérida. **Sexualidades transgressoras:** una antologia de estudios queer. Barcelona: Icaria, 2002.

KRISTEVA, Julia. **Poderes de la perversión.** México: Siglo XXI, 2004.

LAURETIS, Teresa de. Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities. An introduction. **Differences.** A Journal of Feminist Cultural Studies, v. 3, n.2, p. 03-18, 1991.

_____. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa. B de (org.).

Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.106-141.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer e Sociologia: um desafio da política da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

_____. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Editora Autêntica: UFOP, 2016.

PELÚCIO, Larissa. O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@l**, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines, p. 123-136, 2016.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual.** São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1), janeiro-abril, 2011, p. 11-20.

RICH. Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, n. 5, p. 17-44, 2010.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de mulheres:** notas sobre economia política do sexo. Recife: Edição SOS corpo, 1993.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez 1990.

O SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: uma reflexão sobre a experiência de estágio curricular na Assistência Judiciária da Universidade Federal de Santa Maria

Gecira Di Fiori¹⁸

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca¹⁹

Mariana Marques Sebastiany²⁰

RESUMO: Este artigo é resultado da observação reflexiva da experiência de estágio obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Assistência Judiciária da UFSM (AJUFSM) e conta com contribuição de síntese coletiva, da tríade envolvida: estudante estagiária, professora supervisora acadêmica e assistente social supervisora de campo. Identifica no campo de disputa das relações de gênero as expressões da questão social, com efeito o processo de trabalho da e do assistente social na esfera da defesa de direitos e oportunizado com a assistência judiciária gratuita, destacadas as práticas da triagem socioeconômica e mediação de conflitos.

Palavras-chave: Serviço Social, Assistência Judiciária, Relações de Gênero.

CONTEXTUALIZANDO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AJUFSM

Ao iniciar esta reflexão cabe descrever, com breve texto, o âmbito em que se insere a Assistência Judiciária da Universidade Federal de Santa Maria-AJUFSM: o sociojurídico. Conforme Borgianni, o termo sociojurídico refere-se a “[...] toda nossa intervenção [de assistentes sociais] com o universo do jurídico, dos direitos, dos direitos humanos, direitos reclamáveis, acesso a direitos via Judiciário e Penitenciário. (BORGIANNI, 2004 apud CFESS, 2014, p.11).

Na Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, a Assistência Judiciária foi instituída no ano de 1978 e atualmente está vinculada ao Centro de Ciências Sociais e Humanas. Caracteriza-se por prestar serviços no âmbito judicial de forma gratuita, atendendo pessoas que recebam até três salários mínimos e que tenham demandas de ações referentes à Vara de Família e Vara Cível. Também se

constitui como campo de estágio para estudantes da UFSM dos cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia, sendo todos (as) orientados (as) por professores (as) de seus respectivos cursos.

A orientação jurídica fornecida aos processos acompanhados implica ou o ajuizamento de ações ou a realização de acordos extrajudiciais através da mediação de conflitos, meio autocompositivo de solução de conflitos. A mediação possui como pano de fundo o direito de acesso à Justiça além da vertente formal perante os órgãos judiciários, assim como o estabelecimento de mecanismos consensuais para a solução de conflitos e a redução da excessiva judicialização dos conflitos de interesses (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010). É respaldada pela Resolução nº 125, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pela Constituição Federal e pelo Código de Processo Civil, de 2015²¹.

A Resolução do CNJ considera que a mediação e a conciliação, além de instrumentalizar a “pacificação social”, servem para a solução e prevenção de litígios. Essa prática vem reduzindo a judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças. Entende-se, portanto, que além de ser competência do Poder Judiciário formular a Política Pública de Solução de Conflitos, a construção de rede de serviços, pode contar com parcerias de entidades públicas incluindo universidades e instituições de ensino.

Na AJUFSM, como um serviço que compõe a rede de atendimento, adota Mediação enquanto método alternativo de solução de conflitos. Assim, destaca-se a importância dos meios extrajudiciais auto compositivos – a conciliação e a mediação –, considerados como mais acessíveis, ágeis, informais, econômicos e procedimentalmente mais orientados à pacificação. Seus (suas) facilitadores (as) teriam também maior disponibilidade e proximidade para compreensão das realidades das partes.

Levando-se em conta, que, em diversas situações, a solicitação não necessariamente seria a de entrar com ação judicial, e sim buscar os direitos que, por algum motivo, não estavam sendo contemplados, o Serviço Social na

AJUFSM buscou na literatura modelos extrajudiciais de solução de conflitos. Em 2005, inicia-se, em caráter experimental, a mediação familiar de forma interdisciplinar como uma modalidade de atendimento do Serviço Social, consolidando-se a partir 2007, entretanto, somente em 2015 a Mediação Familiar da AJUFSM pode ser considerada como um modelo adequado de solução de conflitos. Nos moldes da resolução 125, de 2010 do CNJ, passou a contar com um quadro técnico habilitado conforme o Anexo 1 dessa resolução²².

Atualmente, os (as) usuários (as) que não manifestarem interesse pelo processo judicial, ou que requerem uma possibilidade de resolutividade mais rápida, ou, ainda, havendo a percepção sobre a necessidade de um atendimento diferenciado, são apresentados (as) à possibilidade da mediação. Esta é desenvolvida de forma interdisciplinar entre as áreas de Direito e Serviço Social.

Assim sendo, a Assistência Judiciária da Universidade Federal de Santa Maria pode ser referida como um legítimo laboratório de ensino, pesquisa e extensão, visto que contempla a formação acadêmica e os interesses da comunidade local, no caso específico, de acesso aos direitos e à Justiça. Destaca-se a contribuição que a prática interdisciplinar durante a mediação de conflitos propicia para os (as) estudantes. A interlocução das áreas do conhecimento durante os procedimentos da mediação propicia com que as e os estudantes ampliem a percepção e a análise das situações sociais que trabalham, podendo configurar como uma possibilidade de reflexão crítica sobre a realidade durante a formação profissional.

O SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL - MEDIATIZADAS PELAS RELAÇÕES DE GÊNERO

É pertinente referir os objetivos da atuação do Serviço Social na AJUFSM conforme seu projeto profissional na instituição. Dentre os objetivos, destacam-se: realizar atividades interdisciplinares entre o Direito, o Serviço Social e a Psicologia que fortaleçam o exercício da cidadania ativa no campo social;

contribuir para o reconhecimento teórico-prático dos direitos sociais; construir alternativas que sustentem a auto-organização da cidadã e do cidadão, de grupos sociais e da família; organizar atividades e meios autocompositivos que encontre no reconhecimento do campo da negociação os consensos possíveis; criar propostas à convivência, socialização e ao acolhimento, familiares e comunitários; disponibilizar aos (às) acadêmicos (as) da UFSM vivência interdisciplinar; viabilizar o acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa (DI FIORI, 2005).

O estágio em Serviço Social se constitui como um somatório de vivências num espaço sócio institucional concreto de iniciação ao exercício da prática profissional de e do assistente social, devendo, de acordo com Silva (1994), capacitar a e o estudante para enfrentar as experiências cotidianas da prática profissional como desafios intelectuais e operativos.

As atividades de estágio realizadas no campo da AJUFSM por estudantes de Serviço Social compreendem a observação da sessão de mediação de conflitos e realização de triagem socioeconômica. A triagem socioeconômica é competência do Serviço Social na AJUFSM, referente à avaliação social, coleta de dados, entrevista e verificação da adequação dos (as) usuários (as) aos critérios de elegibilidade do serviço (LONDERO et al., 2013 apud MARIANO, 2014). Também propicia encaminhamentos à rede de proteção social e garantia de direitos.

A realização da triagem socioeconômica permitiu inferir que se dá em consonância com o Código de Ética da/o Assistente Social (BRASIL, 2012), pois corrobora com alguns dos seus princípios fundamentais: quando remete à ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos da classe trabalhadora; quanto ao posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Conforme Fávero (2013), mesmo nos limites da atuação cotidiana do

assistente social, uma das formas de materializar a contribuição com a justiça e os direitos pode se dar pelo desvelamento e a interpretação crítica da demanda trazida e/ou vivida pelos (as) sujeitos (as). Isso é também propiciado pelo processo da triagem, momento particular para apreender as mediações e as contradições por meio das quais se dão as expressões da questão social que acompanham as demandas dos (as) usuários (as), expressões que constituem o porquê da intervenção profissional.

A observação das sessões de mediação permitiu destacar, considerando a lógica em que está inserida, a centralidade que visa dar às usuárias e aos usuários que demandam pela Justiça e o não estabelecimento de hierarquias neste processo da busca por acessar direitos. Isso porque vem procurando materializar princípios como a autodeterminação dos cidadãos e das cidadãs, ou seja, preza pela sua decisão e protagonismo, não demandando um dito “ente superior”, o Estado, para regular suas vidas e ações a partir de normatizações que os (as) homogeneízam e não considera a essência de suas problemáticas, o que possibilita mais chances do “acordo”, resultado do “consenso entre as partes”, se efetivar na prática. Problematizando mediação e Serviço Social, Fávero e Mazuelos sinalizam que

É fundamental que o profissional de Serviço Social que faz uso desse instrumental exercite a reflexão sobre o conjunto dos elementos que forjam a problemática apresentada, estabelecendo conexões com as determinações postas em sua construção pela questão social, e com as implicações do conflito existente, na família e no território – apenas para citar duas das categorias de análise que podem subsidiar a negociação. Sem o entendimento e a análise crítica dessas questões, a mediação será uma técnica de intervenção que poderá proporcionar a contenção, o alívio temporário de conflitos familiares, mas não contribuirá para que família e o profissional entendam as raízes e os condicionantes sociais do conflito e se empoderem para enfrentá-los (FÁVERO; MAZUELOS, 2010, p. 49).

Nesse sentido, entende-se a atuação da assistente social durante a mediação como contribuição interdisciplinar para a crítica da realidade social ao possibilitar, tanto para usuários (as) quanto para profissionais e estudantes de Direito participantes do processo, a ampliação da percepção e da compreensão

das situações vivenciadas.

Portanto, é necessário que a reflexão e a ação de mediação familiar vinculem-se às múltiplas questões vivenciadas cotidianamente pelos sujeitos, desde entender como vivem e como acontecem as relações nessas famílias e quais são seus desafios, perpassando pelo bairro em que passam a maior parte do tempo de suas vidas; perceber como está estruturado esse território em termos de qualidade de vida, de políticas públicas, o que o local oferece, a quais acessos em termos de direitos sociais essa família terá ao finalizar o processo de mediação: poderá, por exemplo, contar com a rede de ensino, de saúde, de lazer, com trabalho? Se realizado esse *link*, a intervenção irá além da escuta e da negociação com vistas a uma solução imediata e judicial para a questão emergente que levou os sujeitos à procura do serviço; possibilitará que o diálogo e a reflexão tragam o contexto social mais amplo que interfere diretamente nas relações familiares postas no âmbito privado, eliminando a culpabilização individualizada pelos conflitos, não raro presente em trabalhos desenvolvidos com famílias (FÁVERO; MAZUELOS, 2010, p. 53, grifo das autoras).

Não obstante, a dimensão técnico-operativa do Serviço Social não se confunde com imposições jurídicas e normativas, não cabendo a incorporação, no fazer profissional, de verdades jurídicas, expressas na ‘forma da lei’. Apesar das práticas punitivas, com cunho moralizante e disciplinador fazerem parte da trajetória histórica da profissão, sendo, inclusive, requisições que as instituições sociojurídicas colocam às e aos assistentes sociais, estas e estes, por meio de seu saber teórico-prático, devem propiciar conhecimentos e abordagens técnicas sobre a realidade para romper com a alienação reproduzida a partir do senso comum e ou de uma lógica dominante repressora. Para tanto, a mediação de conflitos, na realidade da AJUFMS, vem sendo construída nesta perspectiva. Por essa razão, é que se atenta para as preocupações apontadas pelo Conselho Federal de Serviço Social em parecer jurídico de 2016 em relação à realização de mediação de conflitos por assistente social, configurando críticas essencialmente ao que consta na Lei de Mediação (Lei nº 13.140 de 2015)²³. Porém, considerando a singularidade da AJUFMS, pode-se inferir que a mediação vem se materializando como prática em consonância com o projeto profissional, portanto, é uma ferramenta interessante para a realização do exercício profissional.

Há que se retomar a papel primordial da Assistência Judiciária: possibilitar

acesso à justiça. Ora, considerar necessário criar mecanismos para acessar algo implica que, conseqüentemente, se reconheça que há barreiras que impeçam tal feito de ocorrer normalmente. Em se tratando de acesso à justiça no Brasil, as barreiras são inúmeras, mas porque as desigualdades sociais também o são, resultando em diversas violações de direitos e não acesso às políticas sociais.

A realidade social também revela que o direito de acesso à justiça por meio do Poder Judiciário, instituição que possui como competência, na divisão dos poderes, a aplicação da lei – que, em tese, deve garantir a distribuição da justiça – visando garantir direitos fundamentais e sociais, está distante de ser assegurado a grande parcela da população, ou o seu acesso pelos setores populares tem sido precário, na medida em que, historicamente, esse acesso tem sido privilégio da população que dispõe de recursos financeiros para remunerar um advogado e as custas processuais. Pode-se afirmar que a justiça, nesse sentido, tem classe social. (FÁVERO; MAZUELOS, 2010, p. 41).

Ao concordar com os autores destaca-se, tanto tem a justiça classe social, que a classe que mais procura o serviço, a dos trabalhadores e das trabalhadoras, tem conhecimento insuficiente sobre a justiça e os direitos sociais, resultando na reprodução de entendimentos falsos e em impedimentos quanto ao acesso aos mesmos. Diante disso, aprofunda-se o questionamento: quem busca pelo serviço da Assistência Judiciária da UFSM?

Segundo resultados obtidos pela sistematização da demanda atendida no campo, atividade que configurava parte do projeto de intervenção da estagiária²⁴, foi possível uma aproximação à caracterização da população usuária. São sujeitas que: residem em áreas periféricas da cidade; possuem baixa (e dificilmente fixa) renda, tanto é que muitos (as) estão abrangidos (as) por políticas de proteção social; ocupam postos de trabalho precarizados; possuem até 40 anos de idade; são mulheres. As demandas mais recorrentes que trazem dizem respeito a: dissolução de união estável, pensão alimentícia, execução de alimentos, visita e guarda de filhos (as).²⁵

As expressões da questão social que mais se evidenciaram abarcam desemprego, precarização do trabalho, baixa renda, insuficiência de políticas públicas, conflitos familiares, pobreza. Desse modo, a recorrência à justiça

(inclusive o retorno a ela após decisão judicial não efetivada na vida prática) é consequência de uma totalidade social que priva, de algum modo, os (as) sujeitos (as) das condições de viverem plenamente, o que pressupõe viver livre de exploração, opressão e alienação. Neste sentido, o não acesso à justiça e às políticas sociais - e até mesmo sua judicialização - são também expressões da questão social (SEBASTIANY, 2017).

Muitas dessas expressões rebatem no núcleo familiar, e não é à toa que as intervenções com famílias e/ou em situações que a envolvem são recorrentes na AJUFSM. A construção abstrata burguesa do ideal de família não se materializa nos diversos atendimentos realizados. Bem pelo contrário. As famílias reais são atravessadas pelos rebatimentos do conflito capital versus trabalho e muito pouco faz jus ao modelo “comercial de margarina” - o qual é uma representação muito fiel à referida construção do padrão burguês de família.

Nota-se o nítido rebatimento do patriarcado²⁶ e da cultura machista em praticamente todos os casos atendidos, causando duras implicações para a vida das mulheres. Assim, unem-se capitalismo, patriarcado e, inclusive, em diversas demandas, o racismo, colocando as mulheres em condições de exploração-dominação. Deste modo, Saffioti (1988, p. 145) muito bem lembra:

O sistema de classes não se realiza exclusivamente no plano econômico, pois se trata de uma realidade multifacetada onde têm lugar outros tipos de dominação: social, cultural, político-ideológica, além da econômica. De outra parte, o patriarcado não pode ser reduzido a um sistema de dominação política, porquanto em seu seio também fluem os demais tipos de dominação, inclusive o econômico.

Ademais, as demandas, em boa medida, envolvem, por parte das mulheres, a queixa de maus-tratos e violência doméstica resultantes de relacionamentos abusivos. Nesse sentido, observa-se a tendência à naturalização da violência contra a mulher, alvo principal da violência de gênero, podendo ser um sinônimo daquela.²⁷

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e

sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. (MELO; TELES, 2012, p. 16)

Importa situar no contexto da violência doméstica a dinâmica das relações de gênero em conflito. Desta feita, compreende-se as relações de gênero como as desigualdades entre homens e mulheres, advindas de construções sócio históricas. Como o gênero não é categoria auto-explicativa, nem possui um único significado, pontua-se que sua abordagem partirá da perspectiva crítica que o articula à classe social e à raça/etnia de forma que as três categorias constituam consubstancialidade e coextensividade. “Consubstancialidade e coextensividade das relações significa pensar que cada uma dessas relações é substância comum e extensiva da outra, uma alimenta a outra de forma mútua e indissociável, estando presente em todas as relações e fenômenos sociais” (CISNE, 2015a, p. 59).

Na AJUFMS, não são atendidos casos que são da área criminal, conseqüentemente nos casos de violência de gênero, a assistente social realiza encaminhamento para a Delegacia Especializada, para a aplicação da Lei Maria da Penha, fortalecendo a rede de proteção à mulher, bem como, contribuindo para dar visibilidade a esse tipo de violência, não como um problema individual, mas como um resultado histórico da sociedade patriarcal. Do mesmo modo, busca com o diálogo a autopercepção das mulheres sobre a (s) violência (s) que sofrem e objetiva a sua não culpabilização.

Ao reconhecer a triagem socioeconômica como momento particular para desvelar e interpretar criticamente a demanda trazida e/ou vivida pelos (as) usuários (as), afirma-se que esta configura instrumental importante para a apreensão das expressões das questões sociais na dinâmica das relações de gênero. Ao mesmo tempo, por possibilitar contato direto e sigiloso com as mulheres, proporciona intervenções com o cunho comentado.

Com frequência, a tentativa da ação judicial ou da mediação de conflitos proveniente das mulheres está associada à ausência do pai na educação dos (as)

filhos (as) e, principalmente, à falta de recursos financeiros para garantir o sustento na formação das crianças e adolescentes após a separação. As demandas das mulheres, em boa parte, se referem aos pais, que, mesmo com sentença judicial, não cumprem o determinado pelo juiz: não pagam pensão e não visitam os (as) filhos (as). Desse modo, quando elas procuram a AJUFMS, em sua maioria, encontram-se sobrecarregadas enquanto únicas responsáveis pelo cuidado dos (as) filhos (as). Portanto, o que é destinado socialmente e historicamente às mulheres pelo sistema patriarcal capitalista salta aos olhos na vivência de campo na AJUFMS (SEBASTIANY, 2017).

A mediação, nesses casos, possui um caráter pedagógico, uma vez que implica na autodeterminação das partes e também um espaço no qual a mulher expõe seus sentimentos sem se sentir ameaçada ou em risco de sofrer violência. Considera-se que a autodeterminação, no caso da mulher, geralmente, tende a ser muito mais difícil de ser construída se comparada ao homem, dada toda a sobrecarga que o “ser mulher” implica socialmente, porque lhes atribui quase que como destino natural as funções relacionadas ao cuidado, por isso, configuram trabalho doméstico não pago. Por isso, é essencial que o Serviço Social fomente sua autonomia durante a resolutividade do “conflito”, possibilitando o questionamento das mulheres e dos homens quanto a esses “papeis” de gênero, algo que seria difícil ocorrer em um processo de ação judicial.

BREVES CONCLUSÕES

O Serviço Social é uma profissão que se propõe a interagir na produção e na reprodução das relações sociais,²⁸ configurando uma agente na trama das relações sociais. Daí a importância desta conseguir identificar a totalidade dos processos de produção e reprodução da vida, para evitar a fragmentação, a descontextualização e a culpabilização dos (as) sujeitos (as) com os (as) quais trabalha, bem como para combater uma ação puramente pragmática e/ou fatalista. Para isso, é fundamental que o Serviço Social apreenda as relações de gênero em

todas as esferas da vida social, dentro do seu âmbito de intervenção, entendendo que a reflexão sobre a questão social se potencializa a partir dos elementos que o gênero traz (SOUZA; VELOSO, 2015).

É relevante visualizar que tanto a questão social, quanto as políticas sociais, ambas “mediações fundamentais do trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2015, p.446), demandam o aprofundamento das relações sociais de gênero. A primeira porque é mediatizada por tais relações em suas distintas expressões e a segunda porque vem incorporando a transversalidade de gênero (LISBOA, 2010). Neste sentido, pode-se dizer que o aprofundamento da categoria gênero pela profissão poderia lhe servir, inclusive, como ferramenta na troca interdisciplinar, uma constante do exercício profissional.

O conjunto do aprendizado da experiência curricular de estágio em Serviço Social na AJUSM propiciou as condições da relação ensino teórico-prático, da mesma forma que apresentou a realidade concreta, sobretudo, das mulheres e as suas demandas por direitos, a complexidade dos rebatimentos na vida social que o modelo econômico excludente capitalista produz, seja pelo trato desigual da justiça para com a classe trabalhadora, seja pela criminalização da pobreza, seja pela negligência ou minimização das violências contra a mulher.

Ademais, a Universidade, ao manter pela extensão práticas de ensino, estreita a relação institucional com a sociedade, assegurando um compromisso importante com a educação pública para a vida social. Com efeito, atividades como as desenvolvidas na AJUFSM precisam ser preservadas e ampliadas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

BORGIANNI, Elisabete. Conferência: Identidade e autonomia do trabalho do/a

assistente social no campo sociojurídico. In: Conselho Federal de Serviço Social. **II Seminário nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos.** Brasília, CFESS, 2012, p.164-176. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM_SS_SOCIOJURIDICO-CFESS.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª ed. rev. e atual, Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para a reflexão.** Ed. Serra Dourada. Brasília, 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parecer jurídico nº 24/16. Assunto: mediação de conflitos/ conceito jurídico – atuação e intervenção do assistente social.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAR-JUR-24-de-2016-2.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2017.

CISNE, Mirla. **Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social.** In: TEIXEIRA, Marlene; ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o serviço social.** 1. Ed, Brasília, Abaré, 2015a.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 2.ed, São Paulo, Outras Expressões, 2015b.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_125_291120> Acesso em: 03 ago. 2017.

DI FIORI, Gecira. **PROSESO - Programa Serviço Social no Núcleo de Assistência Judiciária da UFSM**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 115, jul./set. 2013, p. 508-526. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n115/06.pdf>> Acesso em: 27 out. 2017.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MAZUELOS, Elisangela Pereira Queiros. Serviço Social e acesso à justiça: reflexões com base na prática de mediação familiar. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010, p.39-67. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634875/2779>> Acesso em: 15 nov. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed., São Paulo, Cortez, 2015.

LISBOA, Teresa Kleba. **Feminismos, pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. In: ALVES, Maria Elaene Rodrigues; TEIXEIRA, Marlene. **Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social**. Brasília, Editorial Abaré, 2015.

MARIANO, B. **A judicialização do acesso a medicamentos e o trabalho do assistente social no NAJG/UFSM**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2014.

MELO; Mônica de. TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo, Brasiliense, 2012.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa

perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, p. 1-8, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RODRIGUES, Maria de Sousa. Em defesa do cidadão: Assistência Jurídica Gratuita na

UFMT. **Revista de Estudos Sociais**, Ano 4, n. 7/2002. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/179/169>>. Acesso

em: 09 out. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Movimentos sociais: face feminina**. In: CARVALHO, Nanci. (org.). **A condição feminina**. São Paulo, Vértice, 1988.

SEBASTIANY, Mariana Marques. **Relatório Final de Estágio**. 43f, 2017. Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

SILVA, Maria Dulce. O estágio na formação profissional: elementos para análise. **Rev. Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, 1994, nº 45, p. 147-155.

SOUZA, Vanessa Bezerra. VELOSO; Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo, Saraiva, 2015.

REPRESENTAÇÕES DE JUVENTUDES PERIFÉRICAS EM NARRATIVAS DE JOVENS DO GUAJUVIRAS-CANOAS/RS

Nola Patrícia Gamalho²⁹

RESUMO: Juventudes e periferias são termos cada vez mais correlacionados. Em parte, relativos a problemas sociais e urbanos, implicando na produção de representações sociais que estigmatizam as juventudes periféricas. Assim, parte-se da problematização da noção e experiências juvenis de jovens de um bairro da periferia urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre, o bairro Guajuviras, Canoas/RS³⁰. Entre os conteúdos representacionais elaborados por essas juventudes, emerge a relação do trabalho, ensino e práticas espaciais das ruas. Percebe-se a combinação da internalização das estruturas e classificações que estipulam as formas de ser jovem, as violências relativas às representações que incidem nas juventudes periféricas e as formas de desconstruir representações estigmatizantes e dissonantes da condição juvenil periférica narrada pelos(as) jovens do Guajuviras.

Palavras-chave: Juventudes, Periferias, Guajuviras.

INTRODUÇÃO

As definições de juventudes e atribuição de características adquirem especificidades ao tratar de jovens de periferias. Ou seja, a articulação entre jovens e periferias revela (e também oculta) relações de poder produtoras de representações sociais (MOSCOVICI, 2003; JOVCHELOVITCH, 2008) que, com frequência, promovem a estigmatização e criminalização de sujeitos e espaços. É imprescindível problematizar essas relações e evidenciar as opressões, dominações e violências contidas nas definições e interdições que jovens periféricos são submetidos.

Se, por um lado juventudes e periferias são relacionados a problemas sociais, por outro, possibilitam repensar a própria organização sócio espacial da cidade a qual cada vez mais conduz ao esvaziamento dos espaços públicos. Juventudes periféricas vivenciam seus bairros e corroboram na constituição de espaços mais plurais, cidadãos, educativos. Nesse sentido, contribuem para

idades apropriadas na prática cotidiana. Há uma diferença importante aqui, espaços regidos pelo capital e, espaços organizados na ordem próxima (LEFEBVRE, 2001). Jacob (2009) argumenta que, ao esvaziar as ruas das cidades, essas tornam-se mais perigosas. Juventudes de periferias constituem-se na relação com o bairro, com os espaços vividos, em seus trajetos para escola, trabalho, encontros em praças, esquinas e ruas. Aqui tem-se o entrelaçamento de múltiplas tramas/percursos, identidades, representações a partir das quais emerge a produção do espaço e dos sentidos das juventudes.

Essa análise desenvolve-se a partir do diálogo com jovens do Guajuviras, um bairro da periferia da região metropolitana de Porto Alegre, situado no município de Canoas. As noções de periferia atualmente alargaram-se para abarcar realidades e representações que emergem no contexto urbano contemporâneo. Nesse sentido, estão mais associadas ao contexto populacional e uma determinada paisagem que remete a populações de baixa renda. O bairro Guajuviras originou-se de processos de ocupação, primeiro de habitações populares (COHAB-RS), posteriormente das áreas verdes (GAMALHO, 2015). Tem-se, logo, a associação a um espaço fora da norma, da ordem e perigoso. As ocupações iniciaram em 1987, tendo crescido nas décadas seguintes em áreas verdes, sendo que o bairro possui mais de 39 mil habitantes. Atualmente, um dos elementos espaciais dessa periferia que é objeto de estereótipos e criminalização é suas juventudes.

Assim, busca-se nas narrativas de jovens do Guajuviras³¹ a compreensão da produção de representações dessas juventudes, as quais articulam as violências estruturais e as experiências socioespaciais. Tem-se, portanto, representações tecidas a partir do lugar de enunciação desses(as) jovens, revelando tanto o condicionamento às estruturas de poder simbólicas, quanto sua subversão. Assim, primeiramente discute-se os conceitos de juventudes que permeiam esse texto, na sequência apresenta-se a análise a partir das narrativas de jovens do bairro. Aqui foram selecionadas as narrativas sobre relações com trabalho e, como consequência, a constituição de uma juventude legitimada, desvinculação da

noção de juventude do jovem trabalhador e os usos e apropriações das ruas em referências a juventudes perigosas e associadas aos termos vagabundo(a) ou bandido(a).

PROBLEMATIZAÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDES

O campo de estudos sobre juventudes é vasto, abrangendo análises com base em recortes demográficos; forma de desenvolvimento psicológico; integração social; agentes de transformação; problemas de desenvolvimento; geracionais; construção sociocultural (ALPÍZAR; BERNAL, 2003). Assim, o conceito de juventudes e sua institucionalização é objeto de disputas, dissonâncias e lutas sociais. Bourdieu (1983) problematiza bem a questão ao colocar a indagação: a juventude seria apenas uma palavra? Ora, infância, juventude, maturidade e velhice são classificações sociais que estão em relação e impregnadas de um sistema hierárquico e atravessadas por intencionalidades. A definição de juventudes está associada a um lugar de discurso, o qual está empregando de aspectos normativos e caracteristicamente adultocêntricos (DUARTE, 2000), o que implica em sistemas de classificação em faixas etárias na manutenção de sistemas de privilégio e dominação.

A definição de juventudes³² não é exclusivamente biológica, mas principalmente cultural, social e política (MELUCCI, 1997; PERALVA, 1997; ABRAMO, 1997). Isto posto, observa-se que as fases da vida, enquanto recorte etário, são fortemente institucionalizadas: há uma idade para ingressar no sistema de ensino, idade para votar em processos eleitorais, idade para adquirir carteira de motorista, etc. No Brasil são considerados jovens os sujeitos com idade entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Essa fragmentação em fases da vida é elaborada, construída e desconstruída ao longo da história como idades sociais caracterizadas e institucionalizadas sob as quais são instituídos direitos, deveres, lugar social, imagem, potencialidades, representações e estereótipos. Nesse sentido, Groppo (2004) entende que:

Esta faixa etária não tem um caráter absoluto e universal. É um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a própria dinâmica. A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos 'estruturantes' das redes de sociabilidade. (p. 11).

Entre os conteúdos que permeiam as definições de juventude está seu caráter de etapa de preparação para o mundo, processo de integração social, fase de transição entre infância e maturidade. Um vir a ser pautado no tempo futuro. Para Duarte (2000), as interpretações da juventude como transição fazem com que a juventude perca importância em si mesma, pois o principal parâmetro é o adulto que esses/essas jovens deverão tornar-se. Tem-se o estabelecimento de um novo lugar social para os/as jovens e prescrições das formas de ser jovem. Logo, as representações que caracterizam o que é ser jovem e o que é ser adulto são construções sociais; portanto, não são exclusivas das juventudes as características de aprendizagem, experimentação, erro, inovação, comumente associadas a jovens. Tampouco é conteúdo exclusivo de adultos as características de responsabilidade, discernimento, etc.

Esse período de transição também é identificado como uma moratória social (MARGULIS; URRESTI, 1998), como tempo de preparação para a vida adulta, em que o tempo de estudo e postergação dos papéis e funções tradicionalmente reconhecidos como pertencentes à vida adulta, como o ingresso no mercado de trabalho e a constituição de família. É o tempo livre, que entre as classes média e alta é legitimado socialmente. Assim,

La juventud se presenta entonces, con frecuencia, como el período en que se posterga la asunción plena de responsabilidades económicas y familiares y sería una característica reservada para sectores sociales con mayores posibilidades económicas. Esta sería la juventud paradigmática, la que se representa con abundancia de símbolos en el plano mas mediático: deportiva, alegre, despreocupada, bella, la que viste las ropas de moda, vive romances y sufre decepciones amorosas, pero se mantiene ajena, hasta su pleno ingreso a las responsabilidades de la vida, a las exigências, carências y conflictos relativos a la economía, el trabajo y la familia. (MARGULIS; URRESTI, 1998, p. 6).

A moratória nesse sentido não corresponde à parcela da população que ingressa cedo no mercado de trabalho, os/as jovens que compõem novos núcleos

familiares, que abandonam o ensino básico ou não ingressam no ensino superior. Comumente, o tempo de ócio dos/as jovens pobres é criminalizado como “tempo de marcar bobeira na esquina” (ABAD, 2003). A moratória social é uma idealização de formas de integração socialmente reconhecidas, no entanto, acirra as distinções simbólicas entre classes sociais e o reconhecimento de formas de vivenciar a juventude. Para jovens de periferia, que tenham terminado ou abandonado a formação básica ou tenham se inserido no mercado de trabalho, é comum dissociá-los das noções de juventude, pois são remetidos a papéis sociais associados à vida adulta. Como contraponto ao (a) jovem trabalhador(a), tem-se a criminalização das formas de vivenciar a juventude quando dissonante do sistema simbólico normativo, como o uso das ruas e praças para lazer e encontro.

As formas de viver a juventude diferenciam-se no espaço e no tempo, sendo comum o argumento sobre a geração dos anos 1970, anos 1980, geração X, etc. Essa perspectiva corresponde ao campo de análise relativo às questões geracionais. Os/as jovens constituem-se no emaranhado de internalizações e criação de valores, normas, padrões. Não estão descolados dos processos estruturais, sendo o resultado das relações e conflitos de cada época e conjuntura. Mannheim (1993) é uma importante referência nos estudos da sociologia da juventude com enfoque geracional³³. A questão geracional para o autor não é puramente um dado biológico, mas qualitativo, pois corresponde à experiência do tempo, que é subjetiva e, portanto, é qualitativa e não quantitativa, não pode ser resumido à objetividade de tabelas cronológicas. “De esta manera, el problema generacional se transforma en el problema de la existencia de un tiempo interior no mensurable y que sólo se puede comprender como algo puramente cualitativo” (MANNHEIM, 1993, p. 199). Para o autor, várias gerações vivem o mesmo tempo cronológico, mas o vivenciam de forma singular, adquirindo diferentes dimensões, ou seja, não é a vivência em si dos fatos, mas sua internalização que configura a posição geracional. Para Abramo (1994), o conceito introduz uma importante problematização entre a herança cultural e as particularidades de pensar e agir da juventude. Tem-se nessa reflexão as

influências estruturais de um determinado tempo, mas a possibilidade de múltiplas experiências relativas à juventude.

São formas de interpretar a juventude que se deparam com a diversidade de experiências, internalização das noções e até mesmo sua subversão. Os limites e papéis associados às juventudes não são tão fixos quanto aparentam as classificações etárias e atribuições de conteúdos às noções de juventudes. Observa-se que jovens e adultos transitam entre uma posição e outra conforme as relações de poder e sistemas de valores nas quais estejam envolvidos: um sujeito posiciona-se como jovem nas manifestações de Hip-hop das quais participa, mas no mercado de trabalho coloca-se como adulto. Isso porque são associadas às juventudes as características de imaturidade, irresponsabilidade, o que entre em conflito com a realidade de jovens trabalhadores. Também destaca-se o processo de juvenilização, que consiste na juventude como um signo apropriado por sujeitos não jovens e até mesmo nem sempre vivenciados na condição juvenil de alguns jovens (GROPPO, 2004; MARGULIS, URRESTI, 1998).

As atribuições do modo de ser e viver as juventudes aparecem desfocadas, ora como desejo, estética e estilo, ora como desvio. Os enquadramentos como o de juventude alienada, rebelde, passiva, consumista, violenta contribuem para a produção dos estereótipos difundidos pelo senso comum e pela mídia, os quais subsidiam as relações de dominação vigentes. Assim, a fetichização das juventudes

É necessário entender que os discursos/ações do capital - muitas vezes microscópicos, invisíveis e apresentados como desinteressados e naturais- provocam poderosos efeitos: excluem, estigmatizam e tentam destruir a pobreza, notadamente sua juventude. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 35).

A distância social presente nas condições econômicas que oportunizam qualificação profissional, estabilidade financeira e postergação de compromissos financeiros estabelece diferenças nas formas de vivenciar e representar as juventudes. Somado às relações da divisão do trabalho, tem-se a associação das juventudes de espaços identificados como periféricos, como iminentemente

perigosa e suscetível ao desvio, precisando ser “salva” da “potencial” degenerescência que o meio (periferia) oportuniza. Essas representações tornam-se violências e entraves a sujeitos que vivenciam a juventude periférica, sendo necessário o exercício de desconstrução de estigmas, o que é recorrente nas narrativas de jovens do Guajuviras.

A localização nas diferenças da cidade, nas distâncias sociais, econômicas e simbólicas é elemento da vivências juvenis e espaciais (bairro, cidade, metrópole). Dessa forma, a diversidade de juventudes do Guajuviras vê-se subsumida nos estereótipos, os quais funcionam como hiper-representações (JOVCHELOVITCH, 2008): juventude problema, perigosa, ociosa... Já as representações dos/as jovens do Guajuviras sobre sua condição juvenil ocorre no imbricamento das representações de juventudes (vinculadas ao adultocentrismo e processos de dominação) e da reelaboração das noções de jovens e periferia a partir do lugar de enunciação desses(as) jovens. As formas de vivenciar a juventude são prescritas e/ou recriadas.

EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DE JUVENTUDES PERIFÉRICAS: o trabalho e a rua

Os/as jovens do Guajuviras demonstram em suas narrativas uma complexa teia de referências na produção das representações de juventudes, com a internalização de elementos estruturais, mas também sua reelaboração. Ou seja, por um lado os processos de subjetivação e dominação incidem e configuram essas juventudes, por outro, são combatidos, em um movimento de produção de representações a partir da juventude periférica como um lugar próprio de enunciação. São representações produzidas a partir de suas histórias de vida, inserção no mercado de trabalho, escola e relações entre bairro, cidade e metrópole. Dessa complexa teia, são abordadas aqui as relações de trabalho e usos das ruas nas formas de definir, oprimir e criminalizar as juventudes periféricas, mas também como elementos constitutivos dessas juventudes.

O trabalho, assim como as instituições de ensino, contribui para o controle e disciplinamento social. Tem-se a constituição de um ideal para as juventudes pobres: o(a) jovem trabalhador(a) disciplinado(a). Esses/as jovens que ingressam no mercado de trabalho jogam com as noções de juventude e vida adulta, acionando o segundo como superação das características de irresponsabilidade ou dependência associadas à juventude, como o colocar-se na sociedade através da condição de trabalhadores/as, o que incorpora valores socialmente reconhecidos. Jovens trabalhadores não são aqueles/as que “marcam bobeira” na esquina, que estão expostos aos perigos de viver em um bairro pobre.

As narrativas de Carolina e Mateus são exemplares do contexto de inserção desses(as) jovens no mercado de trabalho: a primeira referindo-se aos trabalhos na área de alimentação do Canoas Shopping; o segundo, no trabalho de vendas por telefone. Ambos relatam carga horária de trabalho excessiva e mecanismos de driblar as leis trabalhistas e ampliar a remuneração. “Trabalhei no Mc³⁴ dois meses e meio, foi a época que eu mais fui escrava. Depois trabalhei em um café [...] eu saí do café porque eu trabalhava 12 horas por dia, tanto que eu ganhava bem”. (Carolina, 19 anos, em 10/05/2012). Também Mateus narra sobre a necessidade de estar empregado, o que reduz as possibilidades de dar continuidade à formação através de um curso superior ou técnico. “Agora eu estou em dois empregos lá na *Uol*³⁵. Não é permitido, então é por fora.” (Mateus, 20 anos, em 14/04/2013).

Os/as jovens vivenciam as mesmas transformações estruturais, mas com impactos e intensidades distintos. Não é possível colocar da mesma forma a precarização do trabalho para jovens pobres que ingressam precocemente nesse mercado e jovens de classes sociais em que é possível estender e qualificar a formação profissional. As diferentes formas de ter ou não a experiência da juventude são distintas e por vezes ambíguas e devem ser compreendidas em suas especificidades. É recorrente sujeitos identificados dentro das classificações como jovens dissociarem-se dessa categoria, ou porque as representações os estigmatizam, e/ou porque suas experiências os distanciam dos imaginários de

juventudes.

O período exclusivo para formação é raro entre os/as jovens do Guajuviras. O trabalho tem como motivação a necessidade de contribuir no orçamento familiar ou para adquirir bens de consumo, frequentemente símbolos da juventude-signo e, dessa forma, os/as jovens passam a conciliar o período de formação com o trabalho. Taís traz em sua narrativa a importância do emprego na praça de alimentação do Canoas Shopping para o incremento da renda familiar, nas melhorias da casa e na aquisição de bens de consumo: “Esse é o primeiro emprego de carteira assinada. Eu ajudo em casa. Eu ganho quase R\$600,00, mas dou R\$250,00 pra casa [...]. No primeiro salário eu comprei um tênis”. (Taís, 17 anos, em 08/01/2013). A juventude enquanto direito não é vivenciada na totalidade social, seus signos e objetos de consumo são desejos generalizados; no entanto, as desigualdades socioeconômicas são limitações. Nesse percurso, primeiro os/as jovens equilibram-se entre trabalho e estudo; num segundo momento, posterior à conclusão do ensino básico ou ao seu abandono, os/as jovens pouco se reconhecem como jovens em decorrência de estarem mais vinculados aos papéis sociais reconhecidos como de adultos, como constituir família, trabalhar, pagar contas.

Os/as jovens do bairro Guajuviras convivem com a valorização do trabalho, sendo que a ampliação do tempo de formação torna-se um privilégio (DUARTE, 2012), e os/as jovens que não desfrutam dessa condição veem-se em meio à marginalização das suas formas de constituir-se enquanto jovens. O ingresso a um curso superior torna-se distante do cotidiano de jovens que buscam adquirir remuneração e independência financeira ainda durante o período no qual cursam o ensino fundamental e/ou médio. Novaes (2006) destaca que entre os/as jovens brasileiros há desigualdades, com destaque para a classe social. Para o autor: “Esse recorte se explicita claramente na vivência da relação escola/trabalho. A indagação sobre quando e como um jovem começa e termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe presentes na sociedade brasileira.” (p. 106).

Os sentidos contidos nas definições de juventudes elaboradas pelos/as

jovens do bairro estão associadas ao contexto em que vivem através do qual são recorrentes os projetos de trabalhar, adquirir estabilidade ou autonomia financeira e constituir família. São símbolos almejados e identificados como referências da condição adulta. Duarte (2012) destaca os aspectos simbólicos que subsidiam as distinções e a dominação sobre um grupo etário:

Este imaginario adultocêntrico constituye una matriz sociocultural que ordena naturalizando — lo adulto como lo potente, valioso y con capacidad de decisión y control sobre los demás, situando en el mismo movimiento en condición de inferioridad y subordinación a la niñez, juventud y vejez. (p. 120).³⁶

A premissa de que o trabalho é a situação ideal para os/as jovens é consequência do imaginário que define o ideal de como devem ser os(as) jovens (de periferia), das dificuldades que as famílias enfrentam e para evitar a permanência de jovens nas ruas. No contexto de bairros pobres, a formação associada ao trabalho agrega valor aos/as jovens, enquanto que a ampliação da educação, em especial a formação superior, não é familiar em trajetórias nas quais pais e avós têm baixa escolaridade, sendo, portanto, pouco incorporados os valores da escolaridade em determinados contextos sociais (GOMES, 1997). A moratória social nesse contexto não é uma condição valorizada, como narrado por Rodrigo (27 anos, em 12/11/2014) sobre a situação na qual precisou explicar para a avó as vantagens em estar cursando uma faculdade pública. Como ele exemplifica, há a ideologia de que o/a jovem que não está trabalhando é vagabundo/a:

No segundo semestre eu quase saí da faculdade porque na minha família é assim, ou tu trabalha ou tu é vagabundo. Eu moro com a minha vó então é outra ideologia, outro pensamento. Foi uma briga pra explicar, por no papel. Olha, se eu estivesse em uma universidade privada olha quanto eu gastaria, fazendo três cadeiras³⁷. E eu tô fazendo seis cadeiras. Olha o quanto eu tô ganhando. (Rodrigo, 27 anos, em 12/11/2014).

Palavras criam realidades. Termos como vagabundo/a, bandido(a), baderneiro(a) transportam e transbordam violências simbólicas e físicas, dão legitimidade e se transformam em ações através dos mecanismos de controle

social, alguns cujas expressões são explicitamente espaciais, como o policiamento, a interdição de determinados espaços da cidade para determinados sujeitos. Essas violências ocultam nos imaginários a perversidade das distinções e contribuem para formas de constituir o espaço urbano em movimentos contrários ao direito à cidade. A constituição de si dos/as jovens de bairros pobres é impactada por essas violências, sendo, às vezes, elementos estruturantes das formas de representação das juventudes periféricas.

Os/as jovens transitam na cidade a partir das relações de trabalho, que constitui uma forma de inserção na cidade em práticas ordenadas, controladas. Coimbra e Nascimento (2003) destacam a construção do imaginário do trabalho e da juventude pobre em que as definições são construções que elaboram modelos do bom e do mau pobre e, “[...] ao fugir a esses territórios modelares, entra-se para a enorme legião dos ‘perigosos’, daqueles que são olhados com desconfiança [...]” (p. 26-27). As interdições e seus sentidos são aspectos das múltiplas referências em que jovens de espaços pobres produzem seus autorreconhecimentos e, dessa forma, a inserção deles na cidade dá-se de forma periférica, tornando-os invisíveis atrás do balcão da praça de alimentação do shopping ou nos pacotes dos supermercados. Quando visíveis, são associados a sujeitos perigosos, que rompem a ordem na cidade.

Os/as jovens do Guajuviras vivenciam nas relações de bairro e cidade as representações de que o tempo de ócio é um prejuízo à formação, uma vez que pode conduzir a práticas ilícitas. O tempo de ócio é distinto segundo a classe social, o que evidencia que as juventudes não são apenas diferentes, mas desiguais e, com isso, têm seus sentidos e prescrições alicerçados nas distâncias sociais. Otávio exemplifica em sua narrativa a noção de vagabundo nas distâncias sociais na qual ele se percebe inserido em determinada representação de jovens pobres:

Detalhe, tem os playboyzinhos e tem quem tem, que tem que ter o futuro de ostentação e tem os humildes que são que nem nós. É que nem aquele dia, eu sei que não sou vagabundo, mas quem vê diz que é vagabundo. (Otávio, 22 anos, em 27/07/2013).

Essa relação apontada por Otávio não é acidental ou estranha aos/as jovens do Guajuviras e conduz à outra referência: o/a bandido/a. A associação entre jovens e violência incide principalmente sobre os rapazes. A construção de si dos/as jovens entra em conflito com o imaginário que os identifica previamente como vagabundos/as, bandidos/as, promíscuos/as. São representações que incidem nas formas de ter a experiência da juventude como interdição e a necessidade de superar essa condição através do trabalho. Nas práticas de lazer que se desenvolvem nas ruas, esses/as jovens são objetos de intervenções alicerçadas na premissa de potenciais infratores, como expõe Ricardo em sua narrativa:

Eu já fui abordado de uma maneira muito errada pela polícia, uma vez eu tava no prédio e duas motos, três viaturas e um camburão pararam eu e meus amigos, entendeu?

Nola: o que vocês estavam fazendo?

Eu não sei. A gente tava no colégio, daí eu sei que antes disso o cara tava falando no rádio, o cara falando: ah, tem três jovens... Eu ouvi e que vinha um carro da polícia, mas a gente não tava devendo nada pra ninguém. Daí os caras vieram, apontaram as armas pra gente, fuzil, vários armamentos pesados e nisso eu: esses caras tão loucos, né? Por que eu achei muito engraçado, entendeu? Pra que tudo isso? (Ricardo, 25 anos, em 28/08/2013).

A rua é uma espacialidade da cidade que se transforma de forma diferencial nos diversos contextos sociais e tecnológicos. Passagem anônima nos grandes centros, local de visibilidade nas relações de vizinhança, vitrine do comércio, local de predomínio do automóvel. Nela os passos podem ser lentos ou apressados, as permanências podem ser mediadas pelo consumo ou pelo encontro. A rua adquire, em contextos de bairros populares e nas práticas juvenis, funcionalidades que destoam dos conteúdos do medo urbano e dos aspectos de perigo e promiscuidade. Os conteúdos, os sentidos e as relações compõem experiências diferenciais, sendo, para os/as jovens, centralidades de sociabilidade.

As representações de espaços e sujeitos perigosos são distintas segundo o lugar de enunciação e não escapam às contestações dos estereótipos e violências simbólicas que incidem nas juventudes periféricas, como observado ainda por

Ricardo: “Tipo, é muito mais fácil tu achar um cara com boné na cara suspeito do que achar um cara com gravata suspeito”. A distinção possui símbolos, signos, que têm referência espacial. Jovens de espaços pobres cuja estética é atravessada por uma determinada forma de vestir-se, de agir e permanecer nas ruas é transformado em signo da violência. A identificação como vagabundo é um peso social vivenciado por esses(as) jovens, sendo que o trabalho um recurso ideológico de esvaziamento das práticas juvenis no espaço cotidiano do bairro. Imprescindível salientar que as práticas espaciais, encontros e lazer que se desenvolvem nas ruas são elementos identitários das juventudes periféricas, logo, associar a permanências nas ruas como algo a ser combatido é também combater as especificidades da constituição dessas juventudes.

É preciso compreender essas juventudes em sua situação e condição juvenis, em experiências e representações, que têm em comum o contexto de bairro pobre e das relações presentes nas distâncias sociais. No entanto, mesmo nas convergências é possível identificar diversas formas de ter a experiência juvenil nos papéis sociais de trabalhador/a, estudante, vagabundo/a. É preciso compreender os/as jovens dentro das possibilidades de vivenciar sua juventude. Jovens trabalhadores(as) não deixam de ser jovens. Jovens que fazem das ruas espaços de sociabilidade e lazer não são por isso perigosos(as).

A generalização dos bairros pobres como locais de contravenção e suas juventudes como os agentes das práticas ilícitas, como desajustados às normas e aos padrões sociais incidem no reconhecer-se desses/as jovens, que procuram no plano local elementos que os/as ressituem nas distâncias sociais a partir das diferenças e não dos estereótipos. Assim, o pobre torna-se o humilde trabalhador, os/as jovens vencedores que superam sua condição de defasagem frente às juventudes tidas dentro dos quadros da moratória social.

Mais oportunidade e menos preconceito. O Guajuviras é um bairro pobre, mas não é um... As pessoas acham que por ser um bairro pobre e tem gente de bem, tem muito mais ladrão em bairro de rico do que bairro de pobre. Nola: como tu viveu esse preconceito? É difícil, difícil tu ouvir as pessoas falarem e tu saber que aquilo é mentira. (Carolina, 19 anos, em 12/05/2012).

As representações dos/as jovens pobres criam um conjunto de sentidos/signos que retiram deles/as o direito à juventude, que é criminalizada. Assim como juventude é uma palavra no jogo das relações de poder e dominação, suas representações têm o mesmo efeito e dissimulam a violência simbólica à qual esses/as jovens estão sujeitos. As juventudes são, portanto, identificadas como patologia a partir da dissonância com os padrões impostos, ou disciplinadas a ponto de desconstituir-se enquanto jovens. Assim, Bento argumenta que não sabe mais o que é ser jovem em sua trajetória: “Bah, agora eu não sei mais o que é ser jovem, agora eu só trabalho, não faço mais nada. [...] É que antes eu ficava vagamundeando, eu não trabalhava.” (Bento, 18 anos, em 30/08/2013). Embora as representações que relacionem seu tempo vago à vagabundagem sejam uma forma de violência, elas estão presentes na subjetivação desses/as jovens.

O poder simbólico está onde é menos perceptível (BOURDIEU, 2007). Assim como são identificadas resistências e recriações das representações de juventudes e espaços, há também as assimilações, o impacto do habitus, através do qual as estruturas são assimiladas. Os significados da hierarquia social são internalizados, constituindo parte dos fragmentos das representações que os/as jovens elaboram de si. As distinções são legitimadas na própria hierarquia do vir a ser alguém, dado que o que se é ou quem são os sujeitos próximos de si, como pais, mães, vizinhos, não os insere em uma estrutura de valor hegemonicamente constituída como padrão, como as referências do nível de instrução e ocupação profissional dos pais. As representações são produções, formas de conhecer, atos humanos de dar sentido ao mundo, a si, e, com isso, a construção de alteridades e pertencimentos.

Jovens de bairros populares personificam esses signos associados à rua, ao estranho e, talvez, perigoso. Os/as jovens têm práticas vinculadas aos seus espaços de moradia e metropolitanos, ao mesmo tempo em que as lógicas e valores da metrópole se inserem nas práticas espaciais e representação dos bairros. A cidade contemporânea é cada vez mais atravessada por discursos que a associam ao fenômeno da violência. Motivados pelo medo, seus habitantes

buscam sentir-se seguros nos espaços privados da casa, do shopping, do centro comercial. Com isso, uma característica importante da cidade como espaço social se esvaece: a diversidade do contato com o outro, transformado em estranho e, conseqüentemente, em perigoso, devendo ser vigiado, combatido e evitado. Essas lógicas se disseminam por toda a cidade, inclusive nos bairros onde o convívio é intenso, entrando em conflito com o costume dos/as jovens de fazer da rua espaços de lazer e sociabilidade.

CONCLUSÃO

É evidente que as juventudes periféricas são objeto de violência simbólica que as localiza à margem da condição juvenil e da ordem estabelecida. Logo, é salutar desnaturalizar discursos e representações que descaracterizem ou desvalorizem as formas de constituição da condição juvenil de sujeitos vinculados aos espaços periféricos. Parte do problema urbano associado aos fenômenos da violência são fortemente remetidos às periferias, favelas e suas juventudes. Nesse interim, emerge o discurso da criminalização das ruas e formas e sociabilidades inerentes às juventudes. Dentre as soluções, tem-se a “ideia de trabalho” como instrumento de “retirar” jovens das ruas e promover o controle social. Ora, duas violências se impõem aqui, a primeira corresponde a uma premissa de cidade que a esvazia as ruas e as formas tradicionais de sociabilidade das periferias, segundo, criminaliza ou nega a condição juvenil dessas juventudes.

Esse processo incide e corrobora nas formas de normatizar e controlar espaços e sujeitos. Por outro lado, as juventudes do Guajuviras demonstram perceber essas violências e as combatem. Duas situações na essência inconciliáveis coexistem nas representações dessas juventudes. Uma refere-se a internalização das estruturas simbólicas que oprimem e negam as formas de sociabilidade e constituição das juventudes periféricas, outra que combate essas mesmas estruturas, pautado na experiência socioespacial dessas juventudes.

É inegável que são contextos populacionais em que a renda familiar dá-se pelo conjunto familiar com colaboração dos (as) jovens. Todavia, é importante problematizar as representações dessas juventudes trabalhadoras e das não trabalhadoras. O trabalho é remetido a características de responsabilidade e comprometimento, comumente associadas a adultos. Logo, jovens que trabalham, com frequência distanciam-se das noções de juventudes ou operam, conforme suas estratégias, com as posições de jovem e adulto. Assim, os imaginários acerca do trabalho incidem como uma violência a essas juventudes.

O disciplinamento e a produção de formas-modelo de juventudes são adultocêntricas e dificilmente aproveitam as emergências juvenis nos espaços urbanos para repensar a cidade sob um viés que privilegie as diferenças e que favoreça a plena inclusão desses sujeitos. As distâncias sociais como marcadores de espacialidades repercutem nas formas de identificação de jovens do Guajuviras. A importância das ruas como espaços de apropriação corresponde à sua capacidade de criação e não apenas à reprodução em circunstâncias controladas. Nesse sentido, embora sejam importantes os equipamentos públicos destinados ao lazer nesses espaços, é imprescindível salientar a relevância de espaços de sociabilidade e formação que escapam às situações modelo de liberdades monitoradas. Nesse sentido, é salutar reconhecer essas espacialidades no contexto de sociabilidade e formação. É através desse rompimento que o urbano pode ser reescrito a partir das múltiplas vozes e lógicas, ensaiando espaços de liberdade e expressão. Sob essa perspectiva e , a partir das vozes dessas juventudes, é possível reelaborar as representações das juventudes periféricas.

BIBLIOGRAFIA

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-32.

ABRAMO, Helena Wendel. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, 1997. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/edicoes/numeros-anteriores>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ALPÍZAR, Lydia; BERNAL, Marina. La construcción social de las juventudes. **Última Década**, Valparaíso, n. 19, p. 105-123, nov. 2003.

BERDOULAY, Vicent. Sujeto y acción en la geografía cultural: el cambio sin concluir. **Boletín de la A. G. E.**, Madrid, n. 34, p. 51-61, 2002. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/660032.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2014.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DUARTE, Klaudio. ¿Juventud o juventudes? Acerca de como mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. **Última Década**, Valparaíso, n. 13, p. 59-77, set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0718-22362000000200004&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 7 jul. 2014.

_____. Sobre los que no son, aunque sena: éxito como exclusión de jóvenes empobrecidos en contextos capitalistas. **Última Década**, Valparaíso, n. 30, p. 11-39, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/30.1-claudio-duarte.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

GAMALHO, Nola Patrícia. Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias: práticas e espaços de representações de

jóvenes do Guajuviras –Canoas/RS. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 62, p. 193-242, 1993. Disponível em: <<http://www.reis.cis.es/>

REIS/PDF/REIS_062_12.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2012.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. In: MARGULIS Mario et al. **Vivendo a toda**: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Departamento de investigaciones/Universidad Central, 1998. p. 3-21.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 5-14, 1997. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/edicoes/numeros-antteriores>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: MENDES, Maria Isabel; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

A MULHER E A OBRIGAÇÃO SOCIAL DA REPRODUÇÃO: discurso sobre a maternidade nos espaços de interação virtual

Ana Carolina Vaz dos Santos³⁸

Sara de Sousa Fernandes Epitácio³⁹

RESUMO: Debater sobre a maternidade configura uma mudança no plano social contemporâneo, onde a condição social de ser mulher não contempla apenas ser mãe, procurando assim romper com estigmas que reproduzem padrões culturais que tendem a ser naturalizados e contribuem para a utilização da maternidade como uma forma de organização simbólica do papel da mulher na sociedade. Para trazer evidências para esta discussão o capítulo analisa uma publicação da rede social- Facebook no qual os temas feminilidade e maternidade foram polemizados. Dessa forma pretendeu-se aliar ao estudo teórico a análise de caso e, de tal modo, subsidiar a discussão com dados que contribuem para a materialização do objeto de pesquisa. Assim, o artigo busca analisar os embates entre a imposição da maternidade como uma condição inerente ao sexo feminino, configurando uma violência simbólica que colabora para submissão feminina, e a desconstrução da relação maternidade/feminino. Para isso o debate teórico mobilizado situa-se em torno da desnaturalização da maternidade, onde foi utilizado Badinter (1985), bem como, questões acerca da subalternidade feminina levantadas por Safiotti (2015) e processos de violência simbólica impostos a condição feminina, tais quais apontados por Bourdieu (2002). Através do referencial teórico citado e o recorte analítico utilizado foi possível observar evidências de um contraponto a cultura da maternidade.

Palavras-chave: Maternidade, Poder Simbólico, Submissão Feminina.

INTRODUÇÃO

É necessário debater sobre a maternidade para alcançar a disjunção entre a figura da mãe e a figura da mulher, desmistificando-a como condição inerente ao sexo feminino, a propósito de como a maternidade foi sendo construída de forma imposta e carregada de atribuições que subsidiam a dominação de um sexo sobre o outro. Dialogar sobre esse tema já materializa uma mudança no plano social contemporâneo, onde a condição social de ser mulher não contempla apenas ser mãe, procurando assim romper com estigmas que são perpetuados e configuram uma violência simbólica, no sentido de reproduzirem padrões culturais que tendem a naturalizarem-se e conseqüentemente contribuem para a utilização da

maternidade como uma forma de organização simbólica da sociedade. Dada a amplitude o tema não é pertinente somente a área das ciências sociais, também envolve na discussão áreas de conhecimento como a medicina, o direito e a psicologia (BADINTER, 1985; SCAVONE, 2001).

A condição feminina foi construída de maneira em que ficasse atrelada a um modelo patriarcal de família e sociedade, onde o papel da mulher era definido pela subalternidade, conseqüentemente a maternidade foi utilizada como um mecanismo para legitimar tais modelos. Nesse sentido, o determinismo biológico da reprodução nas mulheres foi sendo introduzido na identidade feminina como se a maternidade fosse uma característica inerente ao sexo feminino, em decorrência disso a condição feminina foi voltando-se cada vez mais para espaços e atividades do âmbito privado. No entanto, é possível perceber que o instinto materno é um fenômeno construído gradativamente na sociedade, foi passando por transformações que o moldaram conforme as necessidades das relações sociais de poder, estabelecendo assim de forma velada a imposição da maternidade a identidade das mulheres.

A consolidação da sociedade industrial que acarretou na acumulação de atividades para as mulheres, juntamente com movimento feminista, que teve um papel de suma importância no chamamento da discussão sobre a maternidade, contribuíram para um debate feminista sobre a maternidade que amadureceu no final da década de 1960 a meados da década de 1980, em um contexto social permeado de mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais pós-segunda guerra mundial: aceleração da industrialização e da urbanização; inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho; controle da fecundidade com o advento da pílula contraceptiva, contribuíram para o modelo moderno de maternidade que possui um viés mais reflexivo quanto a possibilidade de escolha de ser mãe (SCAVONE, 2001).

Este artigo busca mostrar a construção social da maternidade, bem como as suas imposições como condição inerente ao sexo feminino e de que forma isso colabora para uma submissão feminina, com base em estudos e pesquisas

existentes, estabelecendo o debate teórico em torno de tais questões (BADINTER, 1985; ARIÈS, 2006; SAFIOTTI, 2015; BOURDIEU, 2002). Para esta discussão foi escolhido analisar o conteúdo de uma publicação no site Facebook, que subsidia a discussão com elementos que contribuem para a materialização do objeto de estudo do artigo, no viés de imposição atribuídas a maternidade, contribuindo assim para uma aproximação a condição social de ser mãe atualmente, já que em virtude do Facebook ser uma ferramenta recente o utilizamos para uma compreensão de estruturas sociais atuais, sendo empregado o uso de trechos do texto da publicação.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

O instinto materno não é uma tendência natural ao sexo feminino, uma vez que a sua existência foi produto de uma construção sociocultural, o instinto foi gradativamente incorporando-se de maneira tendenciosa à identidade da mulher conforme as necessidades oriundas de relações de poder/dominação, de tal modo que cada sociedade construiu o seu próprio modelo de mãe. A construção social da maternidade também nos remete a concepção de família, no sentido de que não existe uma unicidade quando se trata sobre esse tema, a percepção sobre a família vai se moldando conforme e assim como a sociedade se apresenta a ela. Na mesma direção dessa pluralidade do conceito de família e pela sua ligação com a mesma, que a compreensão de maternidade não pode ser considerada como uma característica instintiva (BADINTER, 1985).

Durante a Idade Média não existia nas relações familiares o sentimento de afeto, o matrimônio possuía a perspectiva de um contrato com a figura do homem sobressaindo-se sobre a figura da mulher e dos filhos. O papel desempenhado pelas crianças da época era o de realizar as atividades domésticas do lar, assim as relações familiares existentes baseadas na contemporaneidade podiam ser denominadas como cruéis, pois existia um sistema de trocas de crianças, onde as famílias realizavam a entrega das suas crianças ao completarem sete anos de

idade para famílias estranhas, todo esse esquema de permutas era visando um melhor rendimento nos afazeres domésticos, já que a “principal obrigação da criança assim confiada a um mestre era servi-lo bem e devidamente” (ARIÈS, 2006). Ressaltado que esse sistema era difundido por todas as classes sociais, nota-se então nas famílias da Idade Média a desvalorização da maternidade e a ausência de laços de afinidade construídos por sentimentos que atualmente são considerados características naturais do âmbito familiar.

No contexto brasileiro, segundo Venâncio (2012), durante o período colonial do Brasil a maternidade possuiu uma condição de negação para as mulheres, que por questões de necessidades se viam obrigadas a abandonarem seus próprios filhos. Tal atitude era mais difundida no meio urbano e o motivo dos abandonos variavam conforme fosse a condição social da mulher. Quando se tratava de mulheres brancas e com posições sociais elevadas o motivo do abandono era por razões de condenações morais e quando se tratava de mulheres negras ou mestiças as razões eram direcionadas por causa da pobreza, o abandono pelo motivo de morte da mãe era mínimo. Assim, a renúncia da criança significava uma ruptura definitiva dos laços entre mãe e filho.

É possível perceber que no período colonial a maternidade tem um caráter voltado para as aparências externas visando a manutenção da ordem social, no sentido de manter a ordem social, perante a sociedade colonial o abandono materno era uma atitude aceitável por mais violenta que ela fosse em seu cerne,

Durante o segundo e terceiro século de colonização, surge uma modalidade selvagem de abandono. Meninas e meninos com dias ou meses de vida não encontravam abrigo; eram deixados em calçadas, praias e terrenos baldios, conhecendo por berço os monturos, as lixeiras, e tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas (VENÂNCIO, 2012, p. 190).

Prosseguindo, sobre o caráter de manutenção da ordem social que a maternidade possuía na sociedade colonial, era voltada para atender as aparências familiares perante a sociedade, de tal modo que os casos de abandono eram acobertados, principalmente quando não continha as feições de um

abandono selvagem como já foi citado, não colocando em risco a vida do bebê. Portanto, tais abandonos eram considerados corriqueiros no cotidiano da época colonial, naturalizados pela sua função de manter as aparências externas das relações sociais e legitimados pela ausência de processos, inquéritos e investigações detalhadas, implicando em enigmáticos silêncios quanto aos casos (VENÂNCIO, 2012).

Consequentemente, a maternidade no período colonial sobrecarregava as mulheres, eis que o amor materno era fundamentado em regras da vida social, dos preceitos morais e religiosos ambos importados da realidade portuguesa, onde todo o trabalho pesado dos primeiros anos de vida do bebê recaía sobre as mães, sendo esses anos considerados fundamentais para a formação de um futuro adulto, já o pai não precisava ocupar-se diretamente com o filho, só em questões econômicas. Princípios esses que divergiam com a realidade do território brasileiro, assim foi necessário improvisar formas de amor e criação dos filhos que se encaixassem as complicadas e frágeis vidas familiar da época, sendo que o ato de abandono podia representar uma manifestação de ternura dada as circunstâncias que a mulher passava, “o abandono podia revelar uma das várias faces do amor maternal, face bem mais complexa do que a delineada nos manuais religiosos” (VENÂNCIO, 2012).

Com o aparecimento da família moderna as relações familiares passam a ter um modo mais particular dado que as relações humanas externas prejudicariam o seu desenvolvimento, conforme Ariès (2006) “quanto mais o homem vive na rua ou no meio de comunidade de trabalho, de festas, de orações, mais essas comunidades monopolizam não apenas seu tempo, mas também seu espírito, e menor é o lugar da família em sua sensibilidade”. Deste modo intensifica-se o processo de composição da maternidade com as atividades da vida privada e doméstica.

Nesse sentido, no último terço do século XVIII emerge um novo valor de amor materno, focando absolutamente na exaltação do sentimento da mulher em ser mãe e deixando a imagem do pai em segundo plano, para com isso determinar

por meio de um sentimento uma nova condição para a mulher, privativa a maternidade e a família. Com a ajuda da inserção de argumentos de moralistas, administradores e médicos para assim persuadir as mulheres para assumir uma nova forma de maternidade, sacramentada nos cuidados oferecidos pelas mães, obviamente em prol de motivações sociais e econômicas de uma sociedade que buscava efetivar a predominância masculina. Sendo que o discurso que acabou por seduzir as mulheres foi o da felicidade e o da igualdade, com ideologias que lhe prometiam respeito e indispensabilidade na família, o que resultaria na obtenção do direito à cidadania já que este trabalho familiar era de extrema importância para a sociedade (BADINTER, 1985).

Com a consolidação da sociedade industrial houve significativas mudanças no cenário da maternidade, onde ela alcançou o seu modelo moderno que amplia essa condição do lar para a possibilidade de a mulher realizar outras atividades externas, claro que concomitante com a maternidade,

As contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões da maternidade. No momento em que as mulheres das famílias operárias, no séc. XIX, começaram a associar, de forma crescente, trabalho fora do lar e maternidade (leia-se, também, como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade, que se consolidou no séc. XX, com o avanço da industrialização e da urbanização, recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de “dupla jornada de trabalho” (SCAVONE, 2001, p. 49).

Então, com a efetivação do processo de industrialização no decorrer do séc. XX as mulheres obtiveram mais acesso a sociedade para além das atividades domésticas, fruto da necessidade da sua mão-de-obra pelo modo de produção capitalista, em decorrência disso expandiu-se a condição da mulher para uma formação profissional. Entretanto, essa nova condição continuou limitadora, pois apesar dessas ampliações sociais o trabalho doméstico em sua maior parte ainda recai sobre as mulheres sobrecarregando-as.

Destarte, todo esse processo de industrialização e urbanização que acarretou em mudanças sociais no cotidiano das mulheres também aflorou movimentos

feministas da época e uma reflexão crítica sobre a maternidade, como relata Scavone (2001), “neste contexto, ser ou não ser mãe passou a ter uma dimensão reflexiva, a ser uma decisão racional, influenciada por fatores relacionados às condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e, também, do casal”.

Assim, no final da década de 1960 a meados da década de 1980, o advento e implementação dos métodos contraceptivos tiveram uma ligação fundamental com a sexualidade feminina, abrindo principalmente a possibilidade de questionamentos acerca da maternidade opcional, tirando uma visão taxativa de que a maternidade é uma consequência para quem nasce mulher. Igualmente ampliou a possibilidade de escolha da maternidade acabando por repaginá-la, trazendo novas abordagens que levam em consideração as histórias de vida, as crenças, os valores, o planejamento familiar e a liberdade sexual da mulher. Deste modo, a liberdade vem como objetivo que conduz as lutas feministas, que utilizaram o corpo como campo de luta para buscar práticas libertadoras entre a esfera privada e pública, chamando discussões sobre a sexualidade do corpo feminino e expondo as desigualdades nas relações sociais de sexo, de modo que os métodos contraceptivos configuram a separação da sexualidade com a reprodução e porque não também com as relações amorosas romantizadas, compactuando assim para uma livre escolha da maternidade (SCAVONE, 2010).

A reflexão feminista contribui para mostrar as relações de papéis sociais que a maternidade impõe na família, relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro,

Com base nesta evidência, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (SCAVONE, 2001, p. 138).

Desta forma, a maternidade deve ser entendida na perspectiva de uma construção social que busca domesticar a mulher e subordinar o seu papel na família, por conseguinte na sociedade, uma vez que a subordinação da mulher as

atividades privativas e/ou relacionadas a maternidade determinam a sua ausência nos espaços públicos, sendo assim um poder utilizado por uma sociedade medularmente machista para limitar as mulheres ao espaço privado e ao seu domínio. Essas características sutis, silenciosas, veladas da imposição maternal estão conexas ao uso do poder nas relações sociais de sexo, o poder este que se impõe ao sexo dominado (BOURDIEU, 2010), como será abordado no próximo tópico.

MATERNIDADE: violência simbólica e subalternidade feminina

Até os dias atuais ainda é atribuído à mulher na sociedade o papel principal de matinar, deste modo a maternidade atua tanto na concepção da identidade feminina quanto provocando uma distinção de papéis sociais. De modo que, a utilização da maternidade como um mecanismo de definição de papéis sociais pré-estabelecidos, configura uma violência simbólica que se impõe as mulheres, no sentido de existir uma subalternidade feminina nas mais diversas esferas da sociedade. Segundo Durkheim (2010), a definição de papéis sociais não é uma característica constitutiva do ser, ou seja, a pessoa não nasce com essa definição, ela é construída conforme o grupo ou os grupos diferentes de que ela faz parte juntamente com as suas crenças religiosas, suas práticas morais, suas tradições nacionais ou profissionais, suas opiniões coletivas de toda a espécie, portanto todo esse conjunto irá contribuir para criar determinismos sociais que irão constituir o ser social de cada pessoa.

Quando se trata de imposição de papéis sociais submissos para as mulheres, eles já são estabelecidos desde muito cedo, logo na infância com uma educação sexista que estabelece situações de privações e opressões, como a determinação de brinquedos, que na maioria das vezes envolvam atividades domésticas, naturalizando assim que tais atividades são privativas da mulher. Igualmente acontece no comportamento, a mulher se vê condicionada a agir de forma recatada, educada e submissa, pois são consideradas virtudes que remetem a

feminilidade. O inverso acontece ao homem que desde a sua infância possui uma educação libertadora com estímulos para a independência, ressaltando que a décadas esse sistema patriarcal de criação vem sendo o mesmo (BOURDIEU, 2002).

Desta forma, a definição de papéis sociais é um fenômeno gerado nas estruturas sociais e assim conseqüentemente, no interior das famílias, Igreja, Escolas, na sociedade como um todo, configurando uma dominação de um sexo sobre o outro que está associada a uma relação de poder, como afirma Saffioti:

No que tange ao sexismo, o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. Em outras palavras, os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo (2015, p. 131).

No que se refere ao sexismo, além de ser uma forma de preconceito também caracteriza uma relação de poder ao portador do preconceito, que está possuindo um poder legitimado pela sociedade de discriminar as categorias sociais sob a qual recaem esse preconceito, no caso a mulher. Em decorrência de tal estrutura legitimadora de uma relação desigual de poder, que visa a subordinação/exploração de determinados grupos, em questão as mulheres, ocorre a dominação do sexo masculino sobre o feminino.

A relação com o próprio corpo é de extrema importância para a constituição de uma pessoa, conforme Alice Miller (2011), o corpo é a fonte de todas as informações vitais que abrigam uma porta para uma maior autonomia e autoconsciência, deste modo o corpo feminino também é utilizado como uma ferramenta para construir uma subalternidade feminina, no sentido de utilizar o determinismo biológico da reprodução para naturalizar uma dominação por meio da maternidade, assim a imposição da maternidade como algo natural ao corpo feminino tende a gerar conflitos internos que mais uma vez levam a mulher à condição de servidão, pois que, é um poder simbólico tão forte que ultrapassa o físico e age na consciência do indivíduo. Assim, esse poder simbólico recaído

sobre o corpo e também sobre a consciência feminina causa também uma aceitação pela parte dominada, que adquire para si como se fossem verdades as imposições da parte dominante, acabando assim por aceitá-las e além disso reproduzi-las, em uma espécie de servidão voluntária, já que confirmar tais imposições provoca um conforto pela sensação de ser aceita socialmente (BOURDIEU, 2002).

Em vista disso, o ato da reprodução pode ser considerado como uma ferramenta a mais para instaurar a legitimação do sexo masculino sobre o feminino, levando em consideração que o ato de fecundação era atribuído somente a mulher que conseqüentemente era tratada de forma especial na sociedade, mas a partir da descoberta da existência da participação masculina surge uma nova forma de domesticar as mulheres (SAFFIOTI, 2015),

[...] desacreditando o caráter mágico da reprodução feminina e descoberta a possibilidade de este fenômeno poder ser controlado como qualquer outro, estava desfeito o vínculo especial das mulheres com a força da vida universal, podendo os homens se colocar no centro do universo. Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte de vida (SAFFIOTI, apud, JOHNSON, 2015, p. 129).

Destarte, é possível verificar como a maternidade é uma construção social naturalizada utilizada para legitimar uma condição subalterna feminina e também para uma organização simbólica da função da mulher na sociedade, configurando ainda uma violência simbólica que recai as mulheres, na medida que a imposição da maternidade age de forma subjetiva e invisível com fundamentos oriundos de uma ordem simbólica, permeada por representações romantizadas que atingem o campo físico e o campo da consciência feminina.

ANÁLISE: discurso sobre a maternidade nos espaços de interação virtual

O presente artigo irá apresentara análise de uma publicação no site Facebook que expõe indagações pertinentes à realidade materna, buscando assim encontrar subsídios que permitam uma aproximação com situações provocadas

pela maternidade, em virtude desta rede social configurar um grande centro de discussões por meio de um espaço democrático⁴⁰ de interação e de amplo alcance. Compreendendo assim, questões que foram construídas sobre situações condicionadas à maternidade em uma rede social via internet, que remetem ao cotidiano feminino. Além do mais, a partir do exposto, tentaremos abordar como foi reduzida tal discussão sobre a maternidade.

O avanço da tecnologia contribui para a sociabilidade por meio de redes sociais via internet e atualmente essa é a forma dominante de integração social onde os indivíduos compartilham entre si suas informações, preferências e a sua vida em geral. Na sociedade sempre existiram processos de socialização dos indivíduos entre si e formas de comunicações coletivas, assim as redes sociais na internet configuram uma nova morfologia social penetrante em todos os tipos de estruturas, onde os indivíduos utilizam a tecnologia para o compartilhamento de suas informações de maneira total, ressaltando a necessidade que possuem de interação, em razão de também serem seres sociais. Desse modo o Facebook atualmente é uma das redes sociais mais utilizadas e de certa forma possui um acesso rápido onde são compartilhados opiniões e espaços de interações sociais, com participação ativa dos seus usuários que passam muitas horas conectados e são munidos de certa autonomia e flexibilidade, refletindo posicionamentos da realidade concreta que na maioria das vezes são mascarados (MOREIRA; JANUÁRIO, 2014).

O Facebook é uma rede social criada em 2004 por Mark Zuckerberg e tem em seu cerne ser um espaço de interação e comunicação. Está respaldado por políticas de uso, princípios e padrões da comunidade que podem ser acessados diretamente no seu site e qualquer atividade que viole tais termos de uso podem ser removidas, terem a conta desabilitada e/ou serem denunciadas por usuários que se incomodam com o que está sendo compartilhado. Segundo seu próprio site, no Facebook não será permitido: Nudez ou outro conteúdo de sugestão sexual; Discurso de ódio, ameaças reais ou ataques diretos a um indivíduo ou grupo; Conteúdo que possua autoflagelação ou excesso de violência; Perfis falsos ou de

impostores e Spam (TERMOS E POLÍTICAS DO FACEBOOK, 2017)⁴¹.

Optamos por analisar uma publicação polêmica postada no Facebook, que causou grande repercussão ao discutir sobre imposições levantadas a partir da maternidade e seus desafios, sinalizando assim a importância de debates e/ou estudos relacionados a esta temática. Foi realizada a leitura da publicação em questão, sob a perspectiva das determinações maternas que são reproduzidas por terceiros e recaem a figura da mulher. Dado o tempo limitado, será feita uma análise que apesar de restrita nos possibilita materializar de alguma forma o tema abordado no artigo tendo como base o discurso postado pela usuária no Facebook, empregando o uso de Print Screen⁴² com recortes do texto e de comentários da publicação.

A publicação⁴³ em análise foi retirada da conta de uma usuária que não aceitou participar do desafio de uma corrente do Facebook que convidava a postar fotos que demonstrassem como as mulheres se sentem felizes por serem mães, a corrente virtual funcionava da seguinte forma, quem era desafiada publicava as imagens e convidava outras mulheres para fazerem o mesmo e assim fazer o desafio seguir em frente. A usuária em questão, não aceitou tal desafio e propôs em contrapartida outro desafio denominado, maternidade real, como uma espécie de desabafo a inquietações e dificuldades relacionadas a maternidade. Ao denunciar em sua postagem algumas circunstâncias as quais passa por ser mãe, seu discurso alcança diversos sujeitos, entre mulheres e homens, que se identificam, reproduzem, apoiam ou criticam, tais questões abordadas da maternidade. Ficando evidente, como esse assunto merece um aprofundamento por ajudar a compreender certas estruturas sociais.

No início da publicação, em seu discurso é possível perceber a referência que a usuária do Facebook faz ao afirmar não querer se tornar parte de uma estrutura que busca por meio da utilização da condição biológica da maternidade determinar o papel da mulher na sociedade.

Desafio não é aceitar! Me recuso a ser mais uma ferramenta pra iludir outras mulheres de que a maternidade é um mar de rosas e que toda mulher nasceu pra desempenhar esse papel. Eu não tenho outro destino.

Figura 1. Print, publicação de 15/02/2016.

Demonstrando o poder simbólico, existente nas relações para reforçar a maternidade idealizada sob a maternidade em sua situação concreta, como afirma Bourdieu (2002, s/p.) “demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural”, assim a reprodução da ideia de que a maternidade deve ser exaltada e qualquer sacrifício deve ser suportado pela mulher em prol de algo maior, que no caso seria o fato de ser mãe, transformando portanto uma condição cultural em natural.

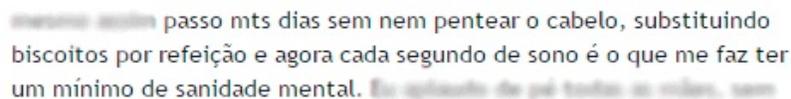
Em seu discurso, a usuária propõe um debate sobre a questão cultural da maternidade tirando o foco de uma discussão baseada somente no determinismo biológico da reprodução, buscando evidenciar a existência de imposições sociais que recaem sob a maternidade que diferem das atividades maternas concretas, no sentido de que, não existe um modelo correto para exercer o papel de mãe, tampouco o fato de não se encaixar em tais modelos normativos de maternidade ou na própria maternidade significa falta de amor ao filho. A reprodução dessas imposições corrobora para legitimação de uma violência contra as mulheres, que atua de maneira sutil, mas extremamente danosa. Revelando-se no texto da publicação, uma distinção entre o amor ao filho e o exercício da maternidade.

Primeiramente eu quero deixar bem claro que eu amo meu filho mas to detestando ser mãe. É sóto que tem não vai melhorar nem quando ele crescer e minha vida atual.

Figura 2. Print da publicação de 15/02/2016.

Ao decorrer da publicação fica evidente algumas denúncias feitas pela usuária sobre situações decorrentes da maternidade e que conseqüentemente

recaem sob a mulher. Imposições essas que atuam estabelecendo modelos comportamentais no campo corporal da mulher, “nossa essa barriga enorme pra 7 meses” e também no campo da consciência, “Vicente! Mas pq você escolheu esse nome coitado!”. Constatando como a sociedade reproduz nos indivíduos as suas estruturas, no caso da mulher de submissão, criando uma espécie de confinamento simbólico⁴⁴ (BOURDIEU, 2002). Outro fato abordado na publicação é a dificuldade existente em separar a figura da mãe da figura da mulher, a maternidade deixa a figura da mulher em segundo plano, transformando-a em mãe incondicionalmente, ou seja, a escolha da maternidade significa o anulamento da sua identidade.



mesmo assim passo mts dias sem nem pentear o cabelo, substituindo biscoitos por refeição e agora cada segundo de sono é o que me faz ter um mínimo de sanidade mental. Eu apáto de pé todas as mães, sem

Figura 3. Print da publicação de 15/02/2016.

E apesar de existir situações que vão além de uma compreensão materna é imposto as mães a obrigação de um conhecimento absoluto, a usuária aponta como exemplo as questões relacionadas ao choro da criança, que provoca imposições de adivinhações quanto ao motivo, “É cólica? É refluxo? É manha? Mas como assim?! vc que é mãe tem que saber!”. Essa responsabilidade materna elevada é imposta as mães, com atribuições de virtudes inalcançáveis e sentimentos de ternura por excelência (BADINTER, 1985). Assim, novamente a figura materna se sobressai a identidade feminina, seja qual for a forma de abordagem, atualmente a maternidade está construída para impor a mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo, sendo ápice de sua vida ter um filho.

Através da publicação notamos a manifestação de uma mãe que se viu na obrigação de falar sobre uma maternidade exaltada e suas condições reais, que está muito aquém das expectativas maternas impostas as mulheres, usando o Facebook para uma tomada de consciência e discussão sobre a utilização da

maternidade como um poder de submissão feminina. Demonstrando para além da crítica, apoio as mães.

sem nenhuma de qualquer maneira. Eu aplaudo de pé todas as mães, sem exceção, mas acho irracional e sadoquista gostar dessas coisas. Então.

Figura 4 Print da publicação de 15/02/2016.

Assim, uma consciência crítica se faz necessária para o conhecimento desses processos de confinamento simbólico instaurados sobre os corpos e consciência, e a reprodução desses estigmas contribui para a manutenção de tais processos nas estruturas sociais. De modo que, suscitar questões sobre como a maternidade é imposta para as mulheres nos espaços de interação social, como o Facebook, sinaliza um possível debate acerca do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, é possível perceber como a maternidade foi construída de forma impositiva e de maneira idealizada para as mulheres, vista culturalmente como uma questão de instinto com respaldo do determinismo biológico da reprodução, no entanto, ao decorrer do artigo é perceptível a sua construção histórica e social, que foi consolidada ao longo do tempo. De tal modo, a obrigação social da maternidade para a mulher é incorporada e reproduzida como mecanismo de submissão feminina, na medida em que provoca situações de privações as mulheres e atinge também a sua subjetividade, ocasionando a dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino.

Com a análise da publicação do Facebook, percebe-se a grande proporção que um desabafo sobre a realidade materna pode tomar, em razão que uma discussão sobre tal tema, suscita um tabu quanto a concepção da maternidade e de como ela interfere na vida das mulheres. Tendo em vista que a publicação causa grande polêmica pelo motivo de se contrapor a uma cultura de dominação do sexo

masculino, que tem a maternidade como um dos mecanismos utilizados para legitimar tal dominação, causando assim, desconforto por tocar em questões instituídas na estrutura social sobre distinção entre papéis de mulher e de homem. Contudo, a publicação demonstra que a atual condição social da maternidade não está estagnada, pois sinaliza uma reflexão e problematização acerca do tema que amplia as possibilidades de uma transformação quanto aos processos que envolvem o cenário social da maternidade e conseqüentemente uma mudança sociocultural que irá ascender uma possível reorganização da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DURKHEIM, Émile; FILLOUX, Jean-Claude. Tradução: Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo. Recife: Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4657.pdf>>. Acesso em: 10 de nov 2016.

FACEBOOK. **Termos e Políticas do Facebook**: Tudo o que você precisa saber em um lugar só. Disponível em: <<https://www.facebook.com/policies>>. Acesso em: 21 de mai 2017.

MILLER, Alice. **A revolta do corpo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MOREIRA, José Antônio; JANUÁRIO, Susana. **Redes Sociais**: reflexões acerca

do Facebook enquanto espaço de aprendizagem. In: PORTO, C.; SANTOS; E., orgs. Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 67-84. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/c3h5q/pdf/porto-9788578792831-05.pdf>>. Acesso em: 29 de mai 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. In. Cadernos pagu, p. 137-150, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>>. Acesso em: 29 de mar 2017.

SCAVONE, LUCILA. **Maternidade**: transformação na família e nas relações de gênero. In. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>>. Acesso em: 29 de mar 2017.

SCAVONE, LUCILA. **Nosso corpo nos pertence?** Discursos feministas do corpo. In: Revista Gênero, v. 10, n. 2, p. 47-62, Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Novo/Downloads/4-9-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Novo/Downloads/4-9-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 16 de mai 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ZAFIROPOULOS, Markos. **A teoria freudiana da feminilidade: de Freud a Lacan**. In. Reverso, ano 31, n. 58, p. 15-24, setembro de 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v31n58/v31n58a02.pdf>>. Acesso em: 08 de abril 2017.

O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE APENADOS: a alternativa ambivalente ao encarceramento

Adriana Denise Elsenbach⁴⁵
Jaqueline Carvalho Quadrado²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo explicar o uso do monitoramento eletrônico no sistema prisional, direcionando o olhar à utilização deste novo instrumento na Justiça Criminal. Através da abordagem histórico-evolutiva de seu surgimento, forma de funcionamento e utilização em diversos países e utilizando-se de pesquisa bibliográfica, o trabalho tem por escopo abordar o monitoramento eletrônico de apenados na perspectiva dos Direitos Humanos, fazendo uma análise de seus aspectos ambivalentes bem como os efeitos sociais produzidos. Baseado em experiências internacionais, o monitoramento eletrônico de apenados surge no cenário nacional com a finalidade de promover a ressocialização dos apenados, a redução do contingente carcerário, auxiliando, desta maneira, na própria segurança dos presos, contribuindo com a minimização dos prejuízos que o atual sistema penitenciário brasileiro causam para a dignidade da pessoa humana. Dá-se segmento a uma nova forma de pensar a utilização do sistema de monitoramento eletrônico como ferramenta capaz de contribuir para a ressocialização dos apenados sendo auxiliar no cumprimento da pena de privação de liberdade, fazendo com que o indivíduo não seja retirado abruptamente do meio em que vive

Palavras-chave: Monitoramento Eletrônico, Medida Alternativa, Ressocialização.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem por escopo abordar o monitoramento eletrônico de apenados na perspectiva dos Direitos Humanos, fazendo uma análise de seus aspectos ambivalentes, bem como os efeitos sociais produzidos. Apresenta-se, também, o seu funcionamento, suas características, assim como as experiências nacionais e internacionais sobre o tema.

Como metodologia buscou-se dados obtidos a partir da análise de conteúdos de artigos, revistas/jornais, *sites* especializados e noticiários, também de legislação, referências do sistema penitenciário e da utilização desse sistema de monitoração, bem como de sua eficácia. Utilizou-se de levantamentos bibliográficos, como fonte de conhecimento para a produção do artigo em si, com enfoque principal nas obras de Rogério Greco, Michel Foucault, Erving Goffman

e Howard Zehr.

Dentre as novas tecnologias presentes na sociedade, encontra-se o sistema de monitoramento com o uso de tornozeleira eletrônica. O programa de monitoramento eletrônico é um método de controle e observação sobre a localização e percurso de pessoas. Consiste em fiscalizar, *à distância*, o cumprimento de determinada sanção pelo acusado ou condenado imposta pelo juiz, mediante uso de equipamentos tecnológicos que permitem saber a exata localização em que o indivíduo se encontra. É, portanto, uma importante ferramenta que pode, por um lado, auxiliar o Estado no que diz respeito à fiscalização quanto ao cumprimento das decisões judiciais; e, por outro, evitar o ingresso do indivíduo no cárcere, ou seja, fazer com que o indivíduo cumpra sua pena não sendo retirado abruptamente do meio em que vive.

Mesmo podendo permanecer fora da casa prisional, o apenado é fiscalizado 24 horas por dia pela central de monitoramento. O uso da tornozeleira eletrônica permite conhecer a localização exata bem como o percurso do indivíduo via *Global Position System* (GPS – sistema de posicionamento global). Como considera Rogério Greco (2011, p. 388), torna possível constatar, com precisão, se a área delimitada - aquela em que o preso está autorizado a permanecer - está sendo obedecida.

No Brasil, recentemente, duas normas celebraram tal sistema como uma alternativa viável ao encarceramento: a lei nº 12.258/2010, que modificou a Lei de Execução Penal, prevê a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta - monitoração eletrônica - pelo condenado em casos de saída temporária no regime semiaberto ou em caso de concessão de prisão domiciliar, uma vez que o parágrafo único do art. 2º autoriza o juiz da execução de se valer de equipamento de monitoração eletrônica para fiscalizar o preso, já a lei nº 12.403/11 ampliar as hipóteses de utilização desse sistema, estendendo o seu uso para os presos provisórios.

Recente no Brasil, a tecnologia passou a ser adotada como alternativa para frear o encarceramento em massa no país. Destarte, a permanência no meio

social, juntamente com o uso do sistema de monitoramento, faz com que o sujeito crie certa disciplina no seu cotidiano, visto que pode se dirigir somente aos locais permitidos pela central de monitoramento.

Em sua obra, Howard Zehr (2008) cita que ajudar o ofensor é uma das maneiras de tratar do problema da segurança e prevenção de delitos futuros (p. 20). No entanto, há de se reconhecer que o principal benefício que pode ser alcançado pelo monitoramento eletrônico de presos é o seu afastamento dos efeitos que são produzidos pela inclusão do homem em um sistema penitenciário com várias práticas controversas e desiguais, entre tantas outras, que apontam superlotação, descaso público, violência tanto institucional como entre os próprios presos, a infantilização, a transmissão de doenças infecto contagiosas e tantos outros efeitos negativos, tornando mais fácil sua readaptação às regras sociais, mediante acompanhamento não somente eletrônico, mas, principalmente, por profissionais da área técnica, como assistentes sociais, psicólogos, advogados, entre outros.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PRISÃO E A ORIGEM DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

1.1 A PRISÃO

Quando o homem decidiu viver em sociedade, tornou-se necessária a criação de normas de conduta. Foi necessário o desenvolvimento de um sistema punitivo para controlar os sujeitos que, de alguma maneira, perturbassem com a apazibilidade da convivência social.

Em tempos remotos, várias eram as formas encontradas para punir quem descumprisse a lei. Desde os antigos gregos, era usado o acorrentamento e a restrição de liberdade com os delinquentes. Inicialmente, ao invés do castigo, o intuito da pena de prisão era guardar o réu até que este fosse condenado.

No Brasil, em 1551, já havia uma cadeia presente em Salvador que servia principalmente para escravos fugitivos, sendo apenas em 1830 a pena privativa

de liberdade instituída. Em 1850 foi inaugurada a casa de correção do Rio de Janeiro e, em 1852, a de São Paulo. Com o passar do tempo as casas de correção – que serviriam para reeducar quem passasse por estas – passaram a não cumprir mais o seu papel ressocializador. Segundo Salla (1999):

As Casas de Correções não atingiram seus objetivos. A de São Paulo, por exemplo, não se destinava somente a receber os condenados à prisão com trabalho, mas também negros africanos, menores, presos pela polícia, além de escravos fugitivos que ficavam em outra dependência [...]. A situação ficou mais precária quando os presos da cadeia foram transferidos para a Casa de Correção, fazendo com que condenados à prisão simples ficassem juntos com condenados à prisão com trabalhos, restando prejudicial que fossem desenvolvidas as funções da prisão inicialmente previstas na casa de correção.

A partir das casas de correção, o país já havia provado o resultado de misturar condenados distintos em um mesmo local. Até ao final do século passado, a sanção era utilizada como ato meramente punitivo por parte do Estado. Não se tinha preocupação se o sujeito iria ou não se recuperar, sendo que o importante para o clamor público era vê-lo atrás das grades, pagando pelo mal que tivesse cometido. Anos após, o indivíduo saía da prisão, muitas vezes com uma maior periculosidade do que havia entrado, por conta da convivência com detentos altamente perigosos.

Com o passar do tempo, o uso da pena privativa de liberdade por meio da prisão foi crescendo constantemente, o que ocorre até os dias atuais. Disso decorreu a superlotação dos presídios, trazendo juntamente diversos problemas e prejuízos provocados pela sua utilização.

Segundo informações do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN (2014) atualmente o Brasil possui cerca de 500.000 (quinhentos mil) presos. No entanto, as vagas disponíveis nos estabelecimentos penais não ultrapassam a marca de 300.000 (trezentos mil). Portanto, existe um déficit de aproximadamente 200.000 (duzentas mil) vagas. Somente a título de ilustração, em média, onde deveriam ser alojados 03 (três) presos, estão sendo “depositados” 05 (cinco).

Com o aumento da população carcerária, o sistema penitenciário brasileiro enfrenta uma grave crise, resultando em inúmeros problemas que colocam em

risco a segurança pública de uma nação: falta de condições básicas de higiene, proliferação de doenças, violência e tantos outros efeitos negativos resultando em condições de vivência subumanas. Tantas mazelas não poderiam gerar outros resultados senão o descontentamento de quase meio milhão de presos brasileiros, acarretando em rebeliões, brigas, disputas pelo poder dentro dos presídios, agressões físicas e mortes, não apenas de detentos, mas também de eventuais visitantes, familiares, ou ainda, de funcionários e ou agentes de segurança e policiais.

1.2 O MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Rogério Greco, em seu livro *Direitos humanos, sistema prisional e alternativas à privação de liberdade* (2011), relata que o monitoramento eletrônico teve início nos Estados Unidos. O primeiro dispositivo de monitoramento eletrônico foi desenvolvido no ano de 1964 pelo professor de psicologia da Universidade de Harvard, Ralph Schwitzgebel, que propôs medidas eletrônicas para controlar delinquentes e doentes mentais, entendia que sua invenção poderia fornecer uma alternativa humana e barata à custódia para pessoas envolvidas criminalmente com a justiça. Ralph e seu irmão Robert Schwitzgebel realizaram as primeiras experiências com dezesseis jovens reincidentes.

Entretanto, o monitoramento eletrônico foi efetivamente implantado pela primeira vez pelo magistrado norte-americano Jack Love, de Albuquerque, Novo México, que, em 1977, inspirado por um episódio de desenho em quadrinhos do Homem-Aranha em que o vilão da história colocava um bracelete eletrônico no braço do herói de modo que pudesse localizá-lo onde quer que estivesse. Em 1983, persuadiu o perito em eletrônica, Michael Gloss, para que criasse um novo sistema que permitisse supervisionar o comportamento dos delinquentes de sua jurisdição (p. 386 e 387). A partir de então, muitos Estados Norte-Americanos seguiram os passos do magistrado e começaram a determinar o uso do

monitoramento em suas jurisdições de modo que, em 1988, já havia 2.300 (dois mil e trezentos) condenados usando o dispositivo.

Os resultados e o sucesso da experiência norte-americana disseminaram e solidificaram internacionalmente a aplicação do sistema de monitoramento eletrônico de presos, com igual sucesso, em outros países, como na Austrália, Canadá, Portugal, Itália, Bélgica, entre outros. Segundo Mariath (Revista Jus Navigandi), na Inglaterra, em 1999, a ferramenta foi utilizada através do Programa *Home Detention Curfew* (HDC); na Suécia, o programa de monitoramento eletrônico substituiu aproximadamente 17.000 (dezessete mil) penas privativas de liberdade, sendo 10 (dez) pequenas unidades prisionais com capacidade para 400 (quatrocentos) detentos foram fechadas no país.

Apesar do monitoramento eletrônico de presos ter se originado e posteriormente disseminado em países de primeiro mundo, é importante reforçar que essa nova perspectiva legal é uma realidade crescente em nosso país.

O sistema de monitoramento eletrônico de presos surgiu tardiamente na legislação brasileira, sua implantação se deu 27 anos após a primeira experiência no mundo, no caso, ocorrida nos Estados Unidos, em 1983. Embora, mesmo antes de ser introduzida pelo legislador, experiências já haviam sido feitas na pequena cidade de Guarabira, localizada a 90 quilômetros de João Pessoa, no estado de Paraíba, em julho de 2007. Destarte, ainda que de maneira tímida, deve-se enaltecer o esforço legislativo para a implantação, visando avançar no sentido da inclusão de um instrumento de imensa utilidade social, o que efetivamente ocorreu a partir do ano de 2010 com as leis n. 12.403/11 e n. 12.258/10.

Atualmente, as penas privativas de liberdade podem ser cumpridas em diferentes tipos de regime: no regime fechado, a pena deve ser estabelecida em segurança máxima ou média, não sendo permitido que o sujeito saia dos limites da casa prisional; no semiaberto, a pena é cumprida em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, proporcionando que esta esteja atrelada ao trabalho; já no regime aberto, o encarcerado deve cumprir a pena em albergues, também denominados Institutos Penais.

Existem, segundo Rogério Greco (2011, p. 387), quatro opções técnicas de monitoramento eletrônico: adaptação de uma pulseira; de uma tornozeleira; de um cinto; e de um microchip implantado no corpo humano - em fase de testes nos Estados Unidos e Inglaterra. Nas quatro hipóteses apontadas, a utilização pode ocorrer de maneira discreta, permitindo que o condenado cumpra sua pena sem sofrer as influências nefastas do cárcere.

A legislação brasileira estabeleceu o monitoramento eletrônico nas hipóteses de saída temporária no regime semiaberto e aberto e de prisão domiciliar (BRASIL, 2010). A competência para determinar o uso da tornozeleira eletrônica cabe a Vara de Execuções Criminais (VEC). Os sentenciados, além de ter boa disciplina e estar cumprindo regime mais brando, devem se comprometer a desenvolver uma atividade laborativa em até 30 dias da instalação do dispositivo e possuir residência fixa. A adesão deverá ser voluntária, ou seja, deve ser oferecido, porém não imposta a ele. Cabe, assim, ao sujeito escolher entre permanecer encarcerado ou participar do programa fazendo o uso do equipamento eletrônico, devendo assim, ter sua vontade respeitada.

Impõem-se obrigações que devem ser cumpridas pelo preso durante o período de liberdade vigiada, estimulando o senso de responsabilidade, de seriedade e de comprometimento. A lei fixa a necessidade de o condenado adotar cuidados com o dispositivo, estabelecendo deveres como: “receber visitas do servidor responsável pelo monitoramento eletrônico, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações”; e, ainda, “abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoração eletrônica ou de permitir que outrem o faça” (BRASIL, 2010). O descumprimento destas medidas pode acarretar para o acusado a regressão do regime, revogação da saída temporária ou da prisão domiciliar que poderá se tornar sem efeito se a medida se tornar desnecessária ou inadequada, ou ainda, se o condenado violar os deveres a que estiver sujeito ou cometer falta grave (BRASIL, 2010).

Tais medidas são meramente repressoras, pouco colaborando com a finalidade ressocializadora da pena. Entretanto, nessa vertente, a violação dos

referidos deveres denotaria sinal de descompromisso do sujeito com o seu próprio processo de recuperação social.

2 O MONITORAMENTO ELETRÔNICO E O PANOPTISMO

O modelo panóptico, citado por Michel Foucault (2001), se baseia em uma construção periférica de celas, fazendo com que todas elas se voltem para uma torre de comando. Para os indivíduos de dentro das celas, não seria possível enxergar quem os estaria vigiando, fazendo com que eles se sentissem policiados o tempo todo. Este é o princípio fundamental do Panóptico: criar uma sensação de vigilância no preso, fazendo com que o sujeito comece a cuidar de todas as suas ações, afim de que fossem feitas da forma mais correta possível.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 2001, p. 165).

Corroborando, Foucault cita que o poder deveria ser visível e inverificável. Visível, pois a torre estaria sempre no campo de visão do sujeito; inverificável, pois ele nunca saberia se há a presença de um vigia. Assim, a presença ou ausência do vigia deve ser indecifrável, sem o menor aparecimento de luz ou sombra, para poder-se ver, sem nunca ser visto.

O modelo Panóptico pode facilmente ser comparado com o monitoramento eletrônico. O sujeito possui sempre o acompanhamento de sua tornozela, tendo ciência de estar sendo vigiado o tempo todo. Porém, não é possível saber quem está fazendo este controle através da central de monitoramento, ou se o controle está sendo realizado rotineiramente. Com isso, o apenado obedece as regras impostas criando disciplina sobre os seus atos.

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é

necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento [...]. Bentham se maravilha de que as instituições panópticas pudessem ser tão leves: fim das grades, fim das correntes, fim das fechaduras pesadas. [...] A eficácia do poder, sua força limitadora, passaram, de algum modo, para o outro lado — para o lado de sua superfície de aplicação (FOUCAULT, 2001, p. 167).

A importância do uso desse sistema se refletirá na vida do sujeito quando já cumprida a pena. A taxa de reincidência é menor do que na prisão tradicional. Com isso, percebe-se um êxito maior no uso do monitoramento, levando em conta que quando liberto, terá mais chances de recomeçar sua vida dentro dos parâmetros da lei do que de recorrer ao “mundo do crime” novamente.

3 TENTATIVA DE DESAFOGAMENTO DAS PRISÕES BRASILEIRAS E A COMPARAÇÃO DE CUSTOS ENTRE A PRISÃO TRADICIONAL E O MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Segundo o relator especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), Juan E. Méndez (2010), durante inspeções feitas em presídios brasileiros, e ainda, observando os dados oficiais do Ministério da Justiça, inseridos no Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), facilmente se verifica a existência de um dos mais graves e preocupantes problemas para as Ciências Penais e para a sociedade: a superpopulação carcerária, e, ainda, o acesso à justiça severamente deficiente. O encarceramento, que deveria ocorrer como exceção, ocorre como regra, principalmente se tratando de crimes considerados leves.

Enquanto ocorre um encarceramento em massa, os estados ficam cada vez mais sem estrutura para lidar com os seus criminosos. Os dados publicados no InfoPen apontam que, em dezembro de 2010, a população carcerária atingiu o patamar de 496.251 encarcerados, representando 259,17 presos por cada 100.000 habitantes. Ocorre que os mesmos dados indicam que o sistema prisional brasileiro só dispõe de 298.275 vagas. Assim, é de se perceber que estes números são alarmantes, sobretudo porque denunciam a deficiência da estrutura

penitenciária brasileira, acusando a existência de número expressivos de encarcerados e exigindo, portanto, uma séria discussão sobre o tema.

Sobre o mencionado aspecto, pontua-se que o sistema penitenciário brasileiro deixa de oferecer condições minimamente dignas para a execução das penas. Devido ao grande contingente de presos surgem diversos problemas. Não é possível atender às necessidades de todos, deixando a administração das celas para as facções. Ao proporcionar aos outros presos a ajuda de que precisam, a facção se torna cada vez mais forte devido ao número de membros sempre crescente. Assim, quando um indivíduo é liberto do cárcere, ficará devendo favores a esta facção, fazendo com que tenha dificuldades para sair do “mundo do crime”.

Segundo Marcos Fuchs, advogado nomeado pelo Ministério da Justiça para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), o Brasil é o segundo país que mais prendeu em 15 anos. De 1995 a 2010, a população carcerária aumentou 136% e, mesmo assim, o país é recordista de homicídios – são mais de 60 mil por ano. O país possui desde 2011 uma Lei de Medidas Cautelares (12.403/11), que prevê medidas alternativas para presos provisórios. Nessa Lei, encontram-se medidas como prisão domiciliar, proibição de acesso a alguns lugares e suspensão de exercício de função pública. O problema é que além dessa Lei não ser cumprida com argumentação de que não existem mecanismos que a suportem, ela também não é considerada eficiente, conforme dados supracitados.

Ainda, conforme o DEPEN, no ano de 2013, o investimento em presídios pelo governo federal foi 30 vezes maior do que em outras alternativas penais: foram R\$ 361 milhões e R\$ 11 milhões de gastos, respectivamente. A preferência pelo encarceramento é clara, como busca de uma solução momentânea para o problema de criminalidade. O que não é levado em conta são as consequências futuras trazidas pela falta de atenção devida ao que o apenado realmente necessita, se constituindo em verdadeiras barreiras para alcançar a ressocialização do sujeito, especialmente porque estes fatores são agentes impulsores da

preocupante violência - física e moral - constantemente exercitada nos presídios, inclusive pelos próprios apenados, uns contra os outros.

Assim, com a quarta maior população carcerária do mundo, prisões superlotadas, fortalecimento de facções criminosas e índice de reincidência beirando os 70%, acredita-se ser necessário repensar os rumos do sistema penal brasileiro.

A superlotação carcerária, o aumento crescente da criminalidade, a insatisfação com a justiça e a fragilidade do senso comunitário são sinais de alerta que nos levam a repensar a visão que temos do crime e nosso modelo de justiça (ZEHR, 2008, p. 6).

Tudo isso acaba fazendo com que o sujeito seja duplamente condenado: além da privação de liberdade, acaba tendo poucas chances de ressocialização, objetivo principal da pena.

É justamente quando está cumprindo sua pena que o preso é esquecido pelo Estado. Não são colocados em prática os planos ressocializadores, suas condições carcerárias são indignas, seu afastamento do meio social é quase absoluto e as autoridades esquecem sua existência (GRECO, 2011, p. 263).

Além disso, a morosidade da justiça agrava ainda mais este problema. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF), art. 5º, está assegurada a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Porém, na prática, não é isto que ocorre. A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, durante entrevista ao Jornal Folha de São Paulo em 13/05/2015, revelou que no país há 95 milhões de processos e existe um juiz para cada 11 mil cidadãos, o que torna mais demorado o atendimento a todos.

Desta forma, existe a necessidade de proporcionar alternativas que minimizem o impacto dentro do sistema carcerário. Dentre estas alternativas, está presente o uso do monitoramento eletrônico, fazendo com que o sujeito tenha limitada a sua liberdade sem precisar ficar encarcerado, mantendo o convívio social e familiar com a nova modalidade de cumprimento da pena.

Segundo dados referente ao ano de 2014 do DEPEN e levantamento nacional

de informações penitenciárias do Ministério da Justiça do Governo Federal, cerca de 21 mil tornozeleiras estão em funcionamento e outras 30 mil, prontas para uso. Cujas opções são também mais econômicas, pois custam 10% do valor gasto com os sujeitos encarcerados.

O uso da tecnologia eletrônica para manter a vigilância do preso fora dos limites do presídio mostrou-se um meio mais eficaz de controle nos países que adotaram esse procedimento, possibilitando, desta forma, a redução do número da população carcerária, por conseguinte, a diminuição dos custos com os apenados e a imediata redução nos índices de reincidência.

É possível que, além de desafogar as penitenciárias, o uso do monitoramento eletrônico faça com que a maioria dos apenados não reincidam ao mundo do crime. Muitas vezes, ao entrar em contato com a situação precária das instituições prisionais, o sujeito poderá sair do presídio com concepções de vida piores do que as que já possuía. Com isso, há uma propensão das pessoas libertas voltarem a cometer delitos e a ocuparem o mesmo espaço dentro das celas.

Grande parte das cadeias tradicionais brasileiras são administradas pelos governos estaduais. Estas – que deveriam apenas acolher os sujeitos que cumprem penas quando já julgados – estão lotadas de pessoas que aguardam uma sentença do Juiz pelo crime cometido. Já que o espaço se torna pequeno, os encarcerados acabam revezando seus lugares para dormir, bem como produtos básicos de higiene – já que não são disponibilizados em número necessário.

Esta “mistura” de pessoas que cometeram diferentes tipos de infrações num mesmo local faz com que as penitenciárias se tornem uma ‘escola do crime’. Os sujeitos que cometeram crimes mais graves acabam compartilhando suas experiências com os que cumprem pena por delitos mais brandos, ou até mesmo que ainda não foram julgados. Com isso, se abre espaço para a criação das facções, fazendo com que esses indivíduos – que cometeram crimes considerados “de menor potencial” – estejam cada vez mais inseridos dentro da esfera criminal. Assim, devido aos vínculos criados a reinserção no meio social deixa de ser um dos objetivos do sujeito encarcerado.

Desta forma, ao invés do detento cumprir sua pena e não retornar mais ao presídio, se tem o inverso. O sujeito acaba voltando a cometer delitos e retorna às unidades prisionais. Esse elevado índice de reincidência comprova que a pena privativa de liberdade não é devidamente eficaz. De acordo com Zehr (2008, p. 22):

Corrigir é algo central para a justiça. Acertar o que está errado não é uma atividade periférica e opcional. É uma obrigação. [...] Muitos relutam em assumir a responsabilidade. Receber uma punição é mais fácil por uma série de motivos. Embora ela cause sofrimento por algum tempo, não envolve responsabilidades nem ameaça as racionalizações e estereótipos. Frequentemente os ofensores precisam de forte incentivo ou mesmo coerção para aceitar suas obrigações.

Enquanto isso, a reincidência dos presos que utilizam tornozeleira eletrônica é menor. Porque, devido ao monitoramento, o sujeito saindo da área demarcada, acionaria um alarme na central de monitoramento. Isso faz com que ele aprenda uma certa disciplina que, mesmo quando retirar o aparelho, estará presente no seu dia-a-dia.

Referindo-se a aplicação da pena FOUCAULT escreve:

Calcular uma pena em função não do crime, mas de sua possível repetição. Visar não à ofensa passada mas à desordem futura. Fazer de tal modo que o malfeitor não possa ter vontade de recomeçar, nem possibilidade de ter imitadores (2001, p. 78).

Entre as penas e na maneira de aplicá-las, é importante escolher os meios que causarão a impressão mais eficaz e durável e, ao mesmo tempo, a menos cruel para o sujeito. Ou seja, mostrar que voltou ressocializado à comunidade é mais eficiente do que trancá-lo em uma cela apenas pela sede de justiça.

Para a Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (Susepe), o monitoramento eletrônico é uma alternativa barata e de melhor controle para o semiaberto. A instalação das tornozeleiras pode representar uma economia de R\$ 4 milhões mensais aos cofres públicos. Segundo o órgão de segurança pública e ainda informação obtida junto ao *site* do DEPEN e Ministério da Justiça, atualmente o custo de um preso em Instituto Penal é de R\$ 1,2 mil

mensais, mas com o equipamento eletrônico, o custo de locação, manutenção e pessoal é de R\$ 400,00, ou seja, três vezes menos do que o preso em instituição prisional.

Considerando a economia resultante no uso de tornozeleiras eletrônicas, este mesmo dinheiro poderia ser repassado para investir nos direitos sociais. De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ), Carlos Lélío Lauria Ferreira (2011):

O preço varia de acordo com o tratamento. Se o valor é baixo, desconfie. A alimentação pode ser lavagem. No Brasil, a média de custo de um preso num presídio estadual é de R\$ 1,7 mil por mês. Mas nessa conta não está incluído o custo social e previdenciário. No presídio federal, o custo é mais elevado. O aparato tecnológico é caro, os salários dos servidores são mais altos e o número de agentes por preso é maior. Graças a isso, o país não gasta menos de R\$ 7 mil por preso ao mês.

Tendo em vista que o objetivo principal da cadeia não é a ressocialização, e sim o cumprimento de uma pena, o que acaba ocorrendo na forma que vem se aplicando esses recursos, é a perda de dinheiro público. O valor gasto para manter quase sempre os mesmos apenados no cárcere – que poderia ser aplicado em saúde, educação e infraestrutura pelo Estado – menos da metade seria investido com a tornozeleira eletrônica. Considerando que a taxa de reincidência pode ser menor, o dinheiro não seria gasto duplamente com o mesmo sujeito, já que este logo estaria inserido novamente na sociedade, trabalhando e gerando renda.

4 POSSÍVEIS ESTIGMAS OCACIONADOS PELO USO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA E SUA AMBIVALÊNCIA

Não há unanimidade em relação ao tema, surgindo inúmeras correntes doutrinárias que propagam as supostas vantagens ou desvantagens da vigilância eletrônica do apenado.

No Brasil, atualmente, os que são favoráveis à utilização do monitoramento

eletrônico, invocam o argumento de que ocorrem muitos ganhos com o uso desta tecnologia, tais quais: redução significativa de população carcerária; menor custo econômico para o Estado; reduções nas taxas de reincidência; humanidade das penas e a dignidade humana; o afastamento do sujeito das consequências que o cárcere ocasiona como más condições de higiene, a ociosidade, e, no caso dos presos provisórios, impede que os mesmo tenham contato com presos perigosos e se contaminem ainda mais com a vida do crime. Outrossim, a opção pelo monitoramento eletrônico permitirá o acesso ao trabalho e ao convívio familiar evitando a ruptura dos laços familiares, a participação de cursos e atividades educativas, auxiliando na ressocialização destes sujeitos.

Aqueles que discordam da utilização do monitoramento eletrônico alegam que o dispositivo infringe a liberdade do sujeito e que acarretará uma enorme estigmatização sobre a pessoa do condenado. Invocam, ainda, que além da perda de privacidade dos indivíduos, provoca uma invasão na dinâmica familiar, violando o preceito segundo o qual a pena não pode ultrapassar a pessoa do condenado, além do não atendimento à totalidade da população carcerária.

Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o simples fato de que ele entre em contato com outros levará o seu estigma a ser conhecido. Mas se outras pessoas conhecem ou não o estigma de um indivíduo depende de um outro fator além de sua visibilidade corrente, ou seja, de que elas conheçam, ou não, previamente o indivíduo estigmatizado – e esse conhecimento pode estar baseado em mexericos sobre ele ou num contato anterior com ele durante o qual o estigma mostrou-se visível (GOFFMAN, 2013, p. 44).

No tocante a violação de direitos fundamentais, faz-se necessário lembrar que se trata de pessoas condenadas, as quais no cárcere sofrem violações e privações muito maiores. Ainda, normalmente, o sistema de monitoramento somente é aplicado com o consentimento do sujeito e ou seus familiares, cabendo a ele optar sobre quais privações prefere sofrer, as do cárcere ou as do monitoramento eletrônico.

O uso do sistema de monitoramento eletrônico, tanto pela pulseira, pelo bracelete ou pela tornozeleira, pode provocar certa discriminação no âmbito

social. Essa estigmatização causada pode acabar não contribuindo para que se alcance a reintegração – o principal objetivo da tornozeleira eletrônica. Porém,

Tudo será realizado da maneira mais discreta possível, ou seja, a utilização da tornozeleira, da caneleira, do cinto [...] será feita de modo a não ofender a dignidade do condenado, evitando sua desnecessária exposição. Assim, por exemplo, seria inviável o uso de aparelhos que envolvessem o pescoço do condenado, ou mesmo algum outro que o expusesse de forma excessiva (GRECO, 2011, p. 396).

Diante disso, quanto à estigmatização do monitoramento, destaca-se que diante da evolução das tecnologias, os braceletes podem ficar menores que um relógio de pulso, tornando-se quase que ocultos e imperceptíveis.

De acordo com Erving Goffman (2013), se um estigma fosse aparente de imediato para as pessoas que o indivíduo tem contato, elas não se aproximariam tanto dele (p. 65). Tendo ciência disto, mesmo com a possibilidade de causar pequenos transtornos, a tornozeleira eletrônica é facilmente escondida com o uso de uma calça. O aparelho é um pouco mais grosso que um celular e possui aproximadamente 128 gramas.

A tendência é que o monitoramento eletrônico fique cada vez mais imperceptível por outras pessoas, que não aquele que utiliza. Quem não se lembra do tamanho inicial dos telefones celulares? Hoje, são multifuncionais e minúsculos. Da mesma forma, em um futuro muito próximo [...] o monitoramento poderá ser feito através de um aparelho contido no relógio de pulso daquele que se viu beneficiado com sua utilização (GRECO, 2011, p. 389).

Para a inclusão ao programa de monitoramento deve se observar critérios definidos em consonância com a legislação específica (leis nº 12.258/10 e nº 12.403/11), tais como: regime compatível, adesão voluntária, estar trabalhando ou o compromisso de conseguir um trabalho em trinta dias da data da instalação do dispositivo, ter residência fixa e boa disciplina. Pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade dentro do sistema prisional, como gestantes, portadores de doenças infectocontagiosas, condenados maiores de 70 anos de idade, mulheres com filho menor e portadores de deficiência física ou mental, também podem receber o dispositivo eletrônico. Após o sujeito assinar o

documento concordando, a autorização depende do deferimento da VEC.

Por outro lado, não parece que haja inconstitucionalidade da medida, visto que a implantação do sistema na pessoa do condenado só se dá pela autoridade competente, após a oitiva do Ministério Público, e o consentimento do indivíduo que irá utilizá-lo - adesão voluntária ao programa de monitoramento eletrônico.

Rogério Greco ressalta que:

Não podemos esquecer que não existe direito absoluto [...]. No caso do monitoramento, entendemos que, entre colocar o condenado num sistema falido que, em vez de ressocializá-lo, fará com que retorne completamente traumatizado ao convívio em sociedade, com toda certeza, será preferível o seu controle pelo Estado em algum local *extramuros*, previamente determinado (2011, p. 396).

O monitoramento eletrônico não é permitido em todas as infrações penais, mas tão somente naquelas que seja viável a permanência do sujeito fora do cárcere. Ainda,

Existem, como sabemos, casos graves que, por enquanto, requerem uma resposta mais severa por parte do Estado. Não se pode, por exemplo, permitir que chefes de organizações criminosas, membros de células terroristas, traficantes de drogas etc. permaneçam monitorados em sua própria residência, pois que, com quase toda a certeza, continuariam a praticar seus crimes, agora com o aval do próprio Estado (GRECO, 2011, p. 387).

Mesmo com a diminuição da população carcerária, a redução dos custos e diminuição da taxa de reincidência devido ao uso da tornozeleira eletrônica, existe outro lado que questiona a eficácia do sistema. De acordo com Zehr (2008), com o aumento das alternativas penais, o número de pessoas sob o controle do Estado cresce cada vez mais. Os sujeitos não estão necessariamente encarcerados, porém necessitam ser supervisionados assim como todos os outros, fazendo com que não diminua o número de indivíduos que são administrados.

Além disso, existem os casos de descumprimento em que sujeitos aderem ao uso da tornozeleira eletrônica para, mais tarde, tentar burlar o sistema do monitoramento. Isso acaba fazendo com que, ao invés de o apenado ficar apenas no convívio com a família e poder sair para trabalhar, ele volta a cometer delitos.

Contudo, em todo sistema novo são encontradas vantagens e desvantagens. Com o monitoramento eletrônico não poderia ser diferente, problemas técnicos podem surgir, como por exemplo, o desgaste do material utilizado e a manutenção periódica que garantam o adequado funcionamento dos equipamentos. Outrossim, referem-se às eventuais interferências provocadas por fatores meteorológicos ou outros elementos. Além disso, nem todo sistema é infalível e totalmente seguro, podendo haver violação dos dados dos infratores através de invasões nas centrais do monitoramento e controle, bem como ocorrências de defeitos técnicos, disfunções e panes nos aparelhos, como pode acontecer com qualquer equipamento eletroeletrônico.

Ainda, existem acusações de que o uso da tornozeleira fere o princípio da dignidade humana, o que pode ocasionar preconceitos na sociedade. Consonante Rogério Greco:

[...] as acusações de que o monitoramento eletrônico é por demais benigno ao condenado, além de possuir pouca ou nenhuma eficácia intimidante, tem-se rebatido com o correto argumento de que a ele são reservadas somente as infrações penais de pouca gravidade [...] e só excepcionalmente para um delito que preveja alguma forma de violência, como pode ocorrer com as lesões corporais. Além disso, o prognóstico que se faz do condenado lhe é favorável, ou seja, tudo leva a crer que o cumprimento da pena monitorada extramuros exercerá sobre ele os necessários efeitos, evitando a prática de futuras infrações penais (2011, p. 391).

Ainda:

Em caso de desobediência, isto é, se o condenado demonstrar que o sistema de monitoramento eletrônico não está surtindo efeitos esperados pela justiça penal, que a ele deu essa alternativa, a solução será o seu confinamento no interior do sistema prisional (2011, p. 388).

Também, não se pode esquecer que os sujeitos são monitorados a todo instante, sendo possível saber todo o percurso percorrido por este via GPS. Quando o indivíduo sai da área definida, é acionado um alarme na central de monitoramento. As tornozeleiras possuem sensores que identificam a proximidade do objeto com a pele, para alertar caso ocorra o rompimento desta.

O uso do aparelho, ao chamar a menor atenção possível, possibilita que o

sujeito possa conviver em meio ao restante da população sem sofrer algum tipo de preconceito. Como as outras pessoas não saberão que o apenado está cumprindo sua pena, ele se coloca em uma posição muito semelhante do restante, tendo chances para evoluir profissionalmente e melhorar sua condição de vida. Como cita Goffman (2013, p. 63):

Funcionários cuja tarefa é controlar a possível presença de pessoas de má reputação podem operar no meio do público em geral em vez de atuar em estabelecimentos sociais particulares [...]. É-se levado a considerar um segundo tipo de controle social baseado na má reputação, mas, que, dessa vez, têm características informais que envolvem o público em geral; e, nesse ponto, tanto a pessoa que tem boa reputação quanto a que tem má podem ser consideradas em posição muito semelhante.

O monitoramento eletrônico surge, então, como alternativa à prisão, pois além de ser uma medida que leva em conta a dignidade da pessoa humana, está voltada para a reinserção social, na medida em que, não afasta o sujeito do convívio social e do apoio da família, não retirando do Estado a tarefa de fiscalização e controle sobre o mesmo. Outrossim, o monitoramento eletrônico é o primeiro sistema administrado exclusivamente pelo Estado, por meio das Secretarias de Segurança Pública. Com isso, existe a garantia de a mão de obra dos agentes treinados e qualificados, já que não se trata de uma empresa privada.

Colocar o sujeito em liberdade monitorada fazendo uso de mecanismos eletrônicos, ou mantê-lo trancafiado no interior dos estabelecimentos prisionais, são situações que violam de maneira expressiva o Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. Assim, devemos analisar qual das condutas atenta menos contra a dignidade daquele que teve a liberdade cerceada, já que, inevitavelmente, ambas a violam de alguma forma.

Ante ao exposto, parece preferível o monitoramento eletrônico à prisão tradicional. Nada, de fato, diminui mais o ser humano do que o encarceramento. O monitoramento eletrônico concorre, a um só tempo, para o benefício do Estado, dos condenados e dos demais membros da sociedade. Outrossim, através desse sistema, o sujeito em situação de prisão, além de ter direito ao convívio social, terá ampliado o seu direito a liberdade, tendo a possibilidade efetiva de

ressocializar-se.

5 A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO E O ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA

5.1 A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Podemos dizer que socialização é um processo pelo qual cada grupo social ou a sociedade em geral prepara os seus membros, apresentando seus costumes e suas regras de convivência, para que possam fazer parte dessa sociedade. Entretanto, às vezes essas regras são quebradas. E, quando isso ocorre, aquele que violou as regras deve receber uma sanção. Dependendo do grau de violação, a sanção pode ser maior ou menor. No caso de uma pena privativa de liberdade, o infrator é retirado do meio social em que vive para cumprir sua pena num estabelecimento penal. Nesse caso, além da repressão e da prevenção, o Estado deve possibilitar ao sujeito recluso ressocialização para que quando termine sua pena possa voltar ao convívio social e a sociedade antes inserido.

Contudo o sistema tem se mostrado falho, pois, em vez de adotar políticas positivas que incentivem e dificultem a reincidência, usa apenas este discurso de ressocialização para legitimar o sistema penal, tendo o Estado como legitimador da violência.

Quando o sujeito faz uso da tornozeleira eletrônica, podendo retornar para sua moradia, não ocorre uma ‘transferência’ de responsabilidade do Estado para a família, sendo este um equivocado discurso por parte de alguns. Para GRECO:

Podemos, com a ajuda da tecnologia, fazer com que a pena cumpra de fato suas funções, sem que, para tanto, o homem seja retirado abruptamente do seu meio social. [...] A tecnologia é o presente. Ela já chegou e está à disposição de todos, para inúmeras finalidades. A cada dia se descobre algo novo, uma evolução que, certamente, deverá ser utilizada pelo sistema penal (2011, p. 384).

Os estudos existentes sobre a prisão já demonstraram cabalmente sua

incapacidade para o alcance do objetivo de ressocializar o sujeito recluso. Assim concluíram, também, que a incapacidade não deriva apenas das condições de cárcere, quase sempre subumanas, povem muito mais de sua própria natureza. Como explica Foucault (2001, p. 240), a prisão é um espaço de contradição por produzir delinquência enquanto busca a ressocialização e, assim, ela só é capaz de contribuir para a

[...] manutenção da delinquência, na indução do interno a se tornar reincidente; ela transforma o infrator ocasional com seus pequenos delitos e ilegalidades em delinquente habitual; a organização da “sociedade do cárcere” ajuda a promover a solidariedade entre os internos para o mundo do crime e da delinquência.

O sistema de vigilância surge como escopo da dignidade humana pois, além de evitar o ingresso do sujeito em um sistema doente, frágil e perverso, acelera a saída dos que no cárcere se encontram. Esta tecnologia permite que se ande no sentido a uma forma de execução da pena menos invasiva e bem mais humana do que o cárcere. E, nessa linha, acredita-se que quando terminar a pena, o egresso vai viver fora da prisão, sendo este o melhor lugar para se preparar. Então, é necessário buscar instrumentos ou ferramentas que tornem possível a reinserção do sujeito na sociedade aos poucos, acompanhando o seu comportamento e a evolução de sua ressocialização. Dessa forma, o monitoramento eletrônico apresenta-se como instrumento capaz de contribuir para a redução da população carcerária, sem que isso ofereça maior risco para a sociedade e também contribua para a ressocialização, propiciando que o sujeito retome sua vida junto de seus familiares. Isso contribuirá também para o bem estar da comunidade, pois cada preso ou egresso recuperado significa um criminoso a menos nas ruas.

5.2 O ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA

Com a era digital, a tecnologia se apresenta como uma nova dimensão, apta para ser utilizada no serviço social, fazendo com que os profissionais desta área estejam cientes de seu conteúdo. Acima de tudo, os assistentes sociais devem

auxiliar na proteção dos direitos da população, atuando como elaboradores de políticas sociais nos mais diversos campos, tendo habilidade de se comunicar com diversos públicos. Nas penitenciárias, os assistentes são encarregados de melhorar as relações dos sujeitos com suas famílias, com a rede pública e organismos sociais.

O serviço social por diversas vezes se torna um conciliador entre os familiares e o sujeito privado de liberdade, promovendo, desta forma a interlocução, o fortalecimento ou o estabelecimento dos vínculos familiares, tornando-se assim uma referência em seu meio social.

As atividades desenvolvidas pelos profissionais estão imbuídas de uma visão pautada no Código de Ética Profissional do Assistente Social, o qual tem como princípios à “defesa intransigente dos direitos humanos”, “a ampliação e consolidação da cidadania (...) com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras”, sendo neste caso, na defesa dos direitos dos apenados e dos seus familiares.

Especialmente no programa de monitoramento eletrônico, conforme apresentado no II Seminário de Política Prisional e Direitos Humanos, promovido pela Susepe, no ano de 2015 na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, ao profissional do serviço social compete as atribuições de: orientar monitorados e familiares sobre critérios e regras estabelecidas pelo programa de monitoramento eletrônico; realizar atendimentos pessoal e/ou telefônico e cadastrar exceções de deslocamento no sistema de monitoramento eletrônico (Akiles); desempenhar ações de tratamento penal que contemplem atendimentos, orientações e encaminhamentos para a rede de assistência social, saúde, educação, habitação, entre outras; realizar grupos de orientação e entrevistas individuais junto às casas prisionais com os apenados, anteposto à instalação do dispositivo eletrônico, dirimindo eventuais dúvidas; estabelecer contatos com empresas e/ou empregadores dos monitorados, a fim de estreitar laços entre a instituição, o empregador e o empregado; realizar visitas aos locais de trabalho ou domicílio dos sujeitos monitorados, quando necessário; orientar os sujeitos quanto a

documentação necessária e os procedimentos para a efetivação de trabalho; elaborar documentos técnicos e pareceres ao poder judiciário, quando solicitado, ou identificada demanda.

Contudo, no sistema prisional, os processos de trabalho do assistente social se tornam ambivalentes e contraditórios, visto que ora terá que atender os interesses da Instituição/Estado, ao mesmo tempo atender o Projeto Ético-Político profissional, priorizando uma relação sistemática com o usuário, firmando compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

CONCLUSÃO

Considerando a realidade atual, diante dos pontos explanados no artigo apresentado, a adoção do programa de monitoramento eletrônico traz consigo o objetivo de humanização da pena, buscando evitar que o sujeito seja submetido no universo confuso e desordenado das penitenciárias, dentre outras características já apontadas neste trabalho. Portanto, a busca incessante quando da adoção desse tipo de mecanismo é fazer valer os objetivos de ressocialização, oferecendo ao indivíduo uma chance ao sair da prisão e conviver em harmonia com as leis e com seus semelhantes.

Há características importantes estabelecidas dentro de uma penitenciária, com a presença de um grupo ali constituído, os sujeitos são submetidos a um regime quase que de controle total devido às ordens rigorosas, à vigilância constante, à distância entre quem manda e quem obedece, à concentração do poder nas mãos de poucos. O efeito criminológico da prisão também pode ser citado como um dos principais problemas. A convivência em massa cria nos sujeitos a cultura da prisionalização, adotando costumes, hábitos, vocabulário, gírias e forma de pensar exclusivos do sistema prisional. A prisão é um local que possibilita e incentiva toda e qualquer espécie de desumanidade, já que não prioriza ao sujeito benefício mas sim vícios e degradações. Em vez de diminuir a criminalidade, oferece o ambiente adequado para a sua proliferação, não se

restringindo apenas aos apenados, considerando os familiares, vizinhos e outras pessoas do seu círculo de convivência.

O sistema penitenciário brasileiro é uma instituição que passa por uma série de problemas, tais como: o insuficiente número de funcionários especializados; a inexistência de profissionalização; superlotação; corrupção interna; violência institucionalizada; doenças infecto contagiosas; segregação; e a mitigação de direitos fundamentais, impossibilitando-se, assim, a efetivação dos fins penais. A situação degradante dos presídios na atualidade é nítida, diante da superlotação e da falta de infraestrutura daqueles locais.

É reconhecido que o sistema de monitoramento eletrônico não é a principal solução, mas um instrumento que pode colaborar para a oferta de condições mais dignas e adequadas à ressocialização dos condenados. No entanto, ficou evidente que os constrangimentos pelos quais passam os sujeitos reclusos nas prisões seriam superiores àqueles que passariam com o uso do dispositivo eletrônico, uma vez que não se privariam do convívio social, auxiliando na ressocialização. Assim, o monitoramento é uma alternativa para proporcionar uma vida mais digna para aqueles que, mesmo tendo praticado infração penal, tenham chance de cumprimento de uma pena mais humana, além de criar alternativas orientadas rumo à reinserção social, já que o infrator não estará afastado do convívio social, bem como evitar a reincidência, uma vez que é sabido que as penitenciárias hoje são verdadeiras escolas de formação de criminosos. A fim de amenizar os reflexos da crise carcerária, o monitoramento eletrônico vem como medida alternativa à prisão. Nesse ínterim, cumpre salientar que o principal objetivo desse sistema vai muito além do simples uso de mecanismos eletrônicos como forma de controle dos presos. Ele pretende não somente reduzir a superpopulação carcerária, mas também reduzir os gastos públicos.

É necessário assegurar a discricção dos aparelhos a serem utilizados, de forma que os usuários tenham sua imagem preservada e não sejam estigmatizados. Nesses moldes, a medida satisfaz plenamente o princípio da dignidade humana, o monitoramento eletrônico concorre, a um só tempo, para o benefício do Estado,

dos sujeitos envolvidos diretamente e dos demais membros da sociedade.

O monitoramento eletrônico contribui para a redução da reincidência na medida em que constitui um importante instrumento capaz de neutralizar atos criminosos durante a execução da medida. Por outro lado, com o convívio social e familiar e diante do senso de responsabilidade e autodisciplina que o sistema impõe, o sujeito acaba tendo uma conduta voltada para uma vida mais saudável e de acordo com os ditames sociais, permitindo novas oportunidades para a vida familiar e comunitária deste.

Na linha evolutiva de humanização da pena, há grandes indicativos de que os presídios tendem efetivamente a desaparecer para dar lugar à prisão com monitoramento eletrônico. E a prisão domiciliar, já bastante utilizada em muitos países, será certamente reconhecida, nessa trajetória, como a “prisão do futuro”. E, com isso, buscam-se reduzir os casos de prisão, substituindo-os por alternativas menos gravosas do que o intramuros tradicional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ingrid Rossana Santos de. **A formação das facções criminosas e o seu papel no sistema carcerário.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.44326&seo=1>>. Acesso em: 20 out 2015.

ASSIS, Rafael Damaceno de. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro.** 2007. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 16 out 2015.

AYER, Flávia. **Uso de tornozeleira em detentos faz reduzir de 70% para 15% casos de reincidência.** Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/03/18/interna_gerais,508936/uso-de-tornozeleira-em-detentos-faz-reduzir-de-70-para-15-casos-de-

[reincidencia.shtml](#)>. Acesso em: 19 out. 2015.

BARROCAL, André. **Se cadeia resolvesse, Brasil seria exemplar**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/838/se-cadeia-resolvesse-4312.html>>. Acesso em: 24 out 2015.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 out 2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112258.htm>. Acesso em: 23 out 2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 12.403, de 04 de maio de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112403.htm>. Acesso em: 23 out 2015.

Especialista da ONU insita Brasil a resolver superlotação das prisões e agir contra tortura. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-insta-brasil-a-resolver-superlotacao-das-prisoas-e-agir-contratortura/>>. Acesso em: 26 out 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO, jornal. **Brasil passa a Rússia e tem a terceira maior população carcerária do mundo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465527-brasil-passa-a-russia-e-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Editora Vozes, São Paulo 2001, 262p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro:

LTC, 2013, 158p.

GRECO, Rogério. **Direitos Humanos, sistema prisional e alternativas à privação de liberdade**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARIATH, Carlos Roberto. **Monitoramento eletrônico: liberdade vigiada**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2601, 15 ago. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17196/monitoramento-eletronico-liberdade-vigiada>>. Acesso em: 21 out. 2015.

Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em: 11 out 2015.

Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional**. http://justica.gov.br/Acesso/consultas-publicas/subpaginas_consultas-publicas/departamento-penitenciario-nacional-depen.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SALES, Robson. **Número de processos em tramitação é assustador, diz ministra do STF**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/legislacao/4048192/numero-de-processo-em-tramitacao-e-assustador-diz-ministra-do-stf>>. Acesso em: 20 out 2015.

Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe - Assessoria de Imprensa SSP. **Tornozeleiras eletrônicas passam a monitorar parte dos apenados do semiaberto do RS**. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=4&cod_conteudo=1211>. Acesso em: 21 out 2015.

Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe - **II Seminário de Política Prisional e Direitos Humanos**, 16 out 2015, Santa Cruz do Sul/RS.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a Justiça**.

São Paulo: Palas Athena, 2008.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: Análise dos índices de reincidência registrados no Posto Policial da Mulher da Delegacia de Polícia de Santiago/RS

Cíntia da Silva Moura⁴⁶

Jaqueline Carvalho Quadrado⁴⁷

RESUMO: O presente artigo versa sobre violência psicológica doméstica e familiar contra a mulher, utilizando pesquisa bibliográfica combinada com análise documental. Tendo em vista a inexistência de um banco de dados relativo ao tema, apresenta dados primários coletados junto ao Posto Policial da Delegacia de Santiago, a partir da análise das ocorrências de ameaça no ano de 2016, com confronto dos registros obtidos no livro de entrada e no sistema informatizado. Identifica as variáveis de idade, número de filhos e região em que residem as vítimas dos casos analisados, bem como o vínculo ou relação com o agressor. Também mostra informações referentes ao atendimento prestado às mulheres vítimas de violência e à forma como elas chegam até a Delegacia e verifica o índice de reincidência.

Palavras-chave: Violência psicológica, Lei Maria da Penha, Reincidência.

INTRODUÇÃO

Os dez anos completados recentemente pela Lei Maria da Penha representam um marco que robusteceu a discussão acerca da eficácia dos seus dispositivos. A escolha por esse tema teve como motivo principal a preocupação em abordar a dimensão da problemática que circunda a reincidência de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Destaca-se que, embora a violência física seja a com maior repercussão, optou-se por desenvolver um estudo sobre casos de violência psicológica tipificados como delito de ameaça, cuja ação penal é condicionada à representação da vítima, diferentemente dos casos em que há agressão física, quando a ação penal é incondicionada, o que, a priori, garante maior proteção estatal à vítima.

Considerando o panorama de ocorrências do Posto Policial da Mulher da Delegacia de Polícia de Santiago no ano de 2016, buscou-se verificar o índice de reincidência a partir dos registros de ameaça. Também foram identificadas as variáveis de idade, número de filhos e região em que residem as vítimas, bem como a relação ou vínculo com o agressor. Além disso, foram levantadas informações acerca do atendimento oferecido às vítimas na seara policial e como elas chegam ou tomam a iniciativa de ir à Delegacia de Polícia.

O trabalho utilizou pesquisa bibliográfica combinado com análise documental. Tendo em vista a inexistência de um banco de dados relativo ao tema, a coleta de material foi realizada junto ao Posto Policial da Mulher da Delegacia de Polícia de Santiago, onde foram obtidos dados primários, a partir dos quais foi feito confronto dos apontamentos constantes no livro de entrada de ocorrências com os elementos inseridos no sistema informatizado. Cabe mencionar que a análise documental teve a autorização da autoridade policial responsável por aquela Delegacia.

Quanto à estrutura, a parte inicial do artigo trata da violência psicológica contra a mulher; num segundo momento versa sobre a Lei Maria da Penha; na sequência o estudo aborda os órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, com destaque às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher-DEAMs; por fim, apresenta os dados coletados junto aos registros do Posto Policial da Mulher da Delegacia de Polícia de Santiago, com ênfase para os índices de reincidência.

1 DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Precedentemente ao estudo da questão central, são necessárias algumas considerações acerca do tipo de violência que se pretende abordar.

Barros (2012) refere que violência doméstica e familiar praticada pelo homem contra a mulher é uma violência baseada no gênero, alicerçada na tradição do patriarcalismo, a qual abarca o histórico e discriminatório pensamento do

suposto dever de submissão da mulher ao homem como se ela estivesse em uma posição hierárquica inferior a ele na sociedade.

Welter (2007, p. 01) amplia o conceito:

A violência doméstica e familiar contra a mulher não é unicamente aquela praticada pelo cônjuge ou companheiro, mas por todo aquele que se encontra na família, como cônjuge, companheiro, filha(o), irmã(o), pais, avós, netos, amiga(o), hóspede etc., enfim, o ser humano, parente ou não, que convive com a vítima mulher no rancho familiar.

A Constituição Federal, em seu artigo 226, §8º, dispôs: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (Brasil, 1988)”. Nesse sentido, foram editadas legislações pertinentes para respaldar essa proteção, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Idoso.

Em relação aos direitos das mulheres, em 1995, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”. Tal documento foi o primeiro tratado internacional a reconhecer expressamente a violência contra a mulher como um problema generalizado na sociedade (SOUZA, 2010).

Em 2001, o governo brasileiro assinou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotado pela ONU em 1999 (PASINATO; SANTOS, 2008).

Ainda que a assinatura desses termos tenha representado uma evolução e que a Constituição Federal tenha afirmado que homens e mulheres são iguais perante a lei, a realidade evidencia uma igualdade meramente formal e inoperante, mostrando que essas ações não foram suficientes para acabar com a diferenciação de gênero.

1.1 DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER

Destaca-se que, embora a violência física seja a com maior repercussão, optou-se por desenvolver um estudo sobre violência psicológica, com enfoque

nos casos tipificados como ameaça.

O delito de ameaça está previsto no artigo 147 do Código Penal Brasileiro, que dispõe: “Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave (Brasil, 1940)”. Como este crime se processa através de ação penal condicionada à representação da vítima, o Promotor só poderá agir, dando início ao processo, se houver manifestação expressa de vontade da ofendida, diferentemente dos casos em que há agressão física, quando o entendimento é de ação penal incondicionada, o que, a priori, garante maior proteção estatal à vítima.

O conceito de violência psicológica adotado pelo Ministério da Saúde diz:

É toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. [...] Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007, p. 04).

Reforçando essa definição, Madeira (2013) sustenta que a violência psicológica é uma agressão tão ou mais prejudicial que a física, sendo considerada a mais silenciosa de todas as formas de violência, cuja sutileza faz com que muitas vezes não seja corretamente identificada, onde nem a própria pessoa que é violentada tem a real noção de que está a ser alvo deste tipo de agressão.

Sob o prisma legal, temos a seguinte concepção de violência psicológica:

Art. 7º, inciso II:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Como forma de exemplificar a violência psicológica, podemos citar ameaças configuradas por promessas de agressões ou gestos intimidatórios, além

de rejeição, humilhação, desrespeito e depreciação. Algumas atitudes podem ser direcionadas aos filhos ou pessoas próximas, mas na intenção de atingir a mulher, fazendo com que a situação de violência tome uma proporção ainda maior. Em outros casos, as manifestações de violência psicológica podem ser o prenúncio de futuras agressões físicas.

Nessa perspectiva, Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 07) comentam:

A violência se inicia de uma forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e consequências. O autor de violência, em suas primeiras manifestações, não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima, avançando para o constrangimento e humilhação.

A questão toma uma forma mais complexa se considerarmos que as marcas deixadas por essas condutas não são visíveis, consistindo na grande dificuldade em demonstrar o seu cometimento. Assim, na maioria das vezes em que a violência ocorre no ambiente doméstico, fica a palavra da vítima contra a do agressor, já que é comum que não existam testemunhas. Diferentemente do impacto causado por lesões físicas aparentes, a invisibilidade dos danos causados por atos de violência psicológica pode resultar, em alguns casos, no indeferimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha por ausência de provas.

Sob essa ótica, Ismael (2010) defende que a imediata prestação das medidas protetivas de urgência age como sinônimo de efetividade jurisdicional e ampara a dignidade da mulher vítima de violência doméstica, pois negar sua aplicação é subtrair o direito constitucional de viver sem violência, condenando a mulher a ser violentada no resguardo de seu lar.

Além disso, as situações de violência contra a mulher têm como grande obstáculo a tomada da decisão de denunciar. Quanto aos fatores que interferem nesse momento delicado, podemos referir a vergonha, o conflito entre a vontade e o medo de sair daquela situação, a falta de autonomia e a dependência excessiva, seja ela emocional ou financeira.

Outro ponto crítico que merece ser mencionado ao se falar em violência

contra a mulher, sobretudo na constância da relação afetiva, diz respeito às atitudes da vítima no intuito de tentar justificar para outras pessoas a forma de agir do agressor. É comum a esposa, companheira ou namorada atribuir a situação a problemas financeiros ou no emprego, stress, perda de alguém, sendo, de certo modo, conivente e contribuindo para o agravamento da situação.

Nesse sentido, Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 09) enfatizam:

Dificilmente a vítima procura ajuda externa nos casos de violência psicológica. A mulher tende a aceitar e justificar as atitudes do agressor, protelando a exposição de suas angústias até que uma situação de violência física, muitas vezes grave, ocorra.

Há que se falar, também, sobre a naturalização da violência e o subterfúgio de garantir a ordem familiar, assunto sobre o qual Carneiro (2012) assegura que são padrões culturais tão enraizados na sociedade que terminam por se normalizarem, por se considerarem naturais, fazendo com que as vítimas deixem o problema do maltrato permanecer na privacidade, como um segredo que não deve sair do âmbito doméstico.

2 DA LEI MARIA DA PENHA

No direito brasileiro, ainda que tardiamente, acabou por ser positivada a valorização e preservação dos direitos fundamentais da mulher com a criação da Lei Maria da Penha, nome como ficou conhecida a Lei nº 11.340/06.

A lei em comento, que entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, contemplou novos mecanismos para coibir e prevenir a violência sexista, representando um passo importante para demonstrar o amadurecimento do problema.

Sobre a relevância da lei, Bandeira e Almeida (2015) asseveram que seus dispositivos trouxeram indicações explícitas sobre as articulações e decisões a serem tomadas para efetivar o enfrentamento à violência doméstica e familiar, apontando para a necessidade de implantação e incremento de ações voltadas a uma complexa rede de atendimento multidisciplinar, tanto aos agressores como às

mulheres agredidas ou àquelas que permanecem em situação de violência, que envolva instituições governamentais, Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil.

Ao associar a questão dos direitos humanos com a lei brasileira de proteção à mulher, Welter (2007) refere que a mesma acolheu o princípio universal de defesa dos direitos humanos, pois foi a partir dela que a violência doméstica e familiar deixou de ser assunto pessoal da mulher e passou a ser do interesse da família, da sociedade, do Estado e da humanidade.

Ocorre que a demora gerou muita expectativa na criação da Lei, o que acabou por frustrar o imaginário utópico de que ela exterminaria a violência contra a mulher. Incontroverso é que, independentemente disso, o advento da Lei Maria da Penha, trouxe vários aspectos positivos. Dentre eles, há que se enfatizar a exclusão da competência para julgar os crimes oriundos de violência doméstica e familiar dos Juizados Especiais Criminais, afastando-se, assim, a possibilidade de a pena ser revertida em cestas básicas ou outra prestação pecuniária.

Além dessa punição maior, a Lei também representou uma demonstração do empoderamento das mulheres, visto que abriu espaço no cenário legislativo brasileiro para o enfrentamento da violência de gênero. Exemplo disso foi a criação da Lei nº 13.104/2015, conhecida como lei do feminicídio, cuja aplicação que se uniu à Maria da Penha e às políticas criadas para prevenir e punir atentados, agressões e maus-tratos.

3 DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

3.1 DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER

As lutas dos movimentos feministas no final da década de 1970 e início da década de 1980 deram visibilidade à temática violência contra a mulher. Nesse contexto, o atendimento policial a mulheres em situação de violência demandava a criação de espaços adequados, o que ocorreu em 1985, com a instauração da

primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, no Estado de São Paulo.

Uma observação que se considera pertinente nesse tópico diz respeito ao marco que essa Delegacia representou no sentido de reconhecer, de forma inédita pelo Estado, as necessidades e direitos de grupos sociais frequentemente excluídos do acesso à justiça, tais como idosos e crianças e adolescentes, uma vez que até então as delegacias de polícia eram especializadas somente em relação aos tipos de crimes e não quanto às particularidades das vítimas (PASINATO; SANTOS, 2008).

Depois da implantação daquela Delegacia em São Paulo, os outros estados também foram criando unidades policiais para atendimento às mulheres. É claro que esse processo foi lento e gradativo, tendo em vista a vontade política e questões institucionais que rodeiam o assunto.

É válido referir que estas Delegacias são órgãos subordinados às Chefias da Polícia Civil de cada estado. Assim, não existe padronização quanto ao atendimento e serviços prestados naqueles locais, havendo diversidade até mesmo entre as Delegacias de um mesmo estado.

No Rio Grande do Sul, a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi criada em 1988, em Porto Alegre, sendo que atualmente existem 21(vinte e uma)⁴⁸, além de postos especializados, que funcionam dentro das Delegacias, como é o caso de Santiago.

3.1.1 DO POSTO POLICIAL DA MULHER DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTIAGO

O Posto Policial da Mulher (PPM) de Santiago foi criado em 2002 e é parte integrante da Delegacia de Polícia (DP). Lá tramitam e são encaminhados ao Poder Judiciário os procedimentos policiais (Inquérito e Termo Circunstanciado) referentes aos crimes e contravenções que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher. Os procedimentos dos anos de 2016 e 2017 em andamento no Posto da Mulher representam 12% do total de procedimentos da

Delegacia de Polícia de Santiago⁴⁹.

Em relação ao atendimento, na época da coleta de dados o Posto contava com duas servidoras, sendo que atualmente há apenas uma. O espaço físico é composto por uma sala maior e duas salas menores, para atendimento individualizado.

Quanto ao expediente do setor, assim como o da Delegacia, é de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino. Ocorre que os registros policiais em Santiago são feitos na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento, que funciona 24 horas por dia. Nesta Delegacia, há variação na distribuição dos servidores, uma vez que existem 05 equipes de plantão formadas por 03 ou 04 policiais, sendo que nem todas possuem mulheres, já que a presença feminina ainda é menor do que a masculina na Polícia Civil do RS⁵⁰, fazendo com que muitos dos registros sejam feitos por homens.

A realidade revela uma situação precária das Delegacias de Polícia, de um modo geral, sem estrutura material e de recursos humanos para fazer frente às demandas, afetando, muitas vezes, na qualidade do atendimento prestado. Observa-se a ausência de capacitação de servidores sob uma perspectiva de gênero, visto que a instrução restringe-se a disciplinas em cursos de formação de policiais ou cursos, palestras e seminários em parceria com outras instituições.

Assim sendo, vislumbra-se a importância da capacidade de iniciativa do profissional, colocando-se de forma ética, cordial e discreta perante a vítima, visando estabelecer um vínculo de confiança no momento do atendimento em sede policial. Tal atitude contribui para fazer da Delegacia um espaço de escuta que permita à vítima se expressar sem medo e facilita o encaminhamento das mulheres em situação de violência.

3.2 DEMAIS ÓRGÃOS

Além da criação das Delegacias Especializadas, outro indicativo de resposta aos discursos feministas sobre violência doméstica é a iniciação de um

processo de formulação e implementação de políticas públicas (SANTOS, 2010).

Neste tópico, serão feitas algumas considerações sobre os órgãos que tornam possível um atendimento articulado entre os diferentes setores de políticas sociais.

Bandeira e Almeida (2015, p. 511) frisam:

Evidentemente, os sistemas de saúde, justiça, segurança e assistência social têm papéis claros a cumprir no acompanhamento e desfecho dos casos de violência e, portanto, a atuação de cada um deles decorre das responsabilidades específicas que lhes competem.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que deu evidência à pauta da violência contra a mulher em âmbito nacional, no sentido de criar e executar políticas e parcerias através de programas com os governos estaduais e municipais.

O Rio Grande do Sul passou a contar, a partir de 2011, com uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, órgão de criação e desenvolvimento das políticas na esfera do governo estadual. Vinculado a esta Secretaria, surgiu o serviço Escuta Lilás, que recebe denúncias de violência contra a mulher e presta informações às vítimas.

Os Centros de Referência – CRAS e CREAS – são órgãos responsáveis pela oferta de serviços de proteção social básica e especial, respectivamente, voltados ao fortalecimento dos vínculos e acompanhamento de indivíduos ou famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Já as casas-abrigo são locais destinados a acolher a mulher vítima de violência e seus filhos menores.

No âmbito jurisdicional, existem as varas ou juizados especializados, com competência cível e criminal para processar e julgar processos decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2015, havia 87 varas ou juizados especializados no país, distribuídos nas 27 unidades da federação (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

A Defensoria Pública, por sua vez, atua por meio de seus núcleos especializados no atendimento de mulheres vítimas de violência que necessitam

de assistência jurídica integral e gratuita, através dos meios jurídicos existentes para a defesa de seus direitos.

O Ministério Público exerce a função de titular da ação penal e tem a obrigação de requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social, entre outros; de fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência, bem como de adotar as medidas cabíveis para sanar as irregularidades constatadas e cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

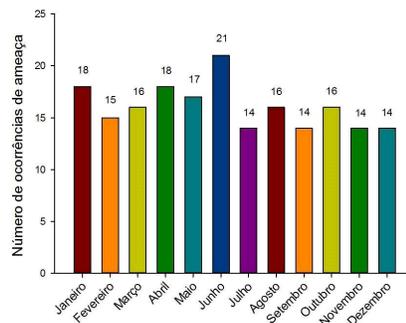
Além destes, também existem os serviços prestados pelos órgãos municipais, como Secretarias de Saúde e Assistência Social, Conselhos de Direitos da Mulher ou Coordenadoria da Mulher, como a existente em Santiago.

Nota-se uma diversidade de serviços públicos ofertados às mulheres que sofrem violência, entretanto, nem todos os municípios contam com esses mecanismos, apresentando-se como um entrave ao bom funcionamento da rede interdisciplinar, e conseqüentemente, ao enfrentamento adequado da violência contra a mulher.

4 ANÁLISE DOS REGISTROS DO POSTO POLICIAL DA MULHER DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTIAGO-RS

Analisando a temática estudada no contexto do Posto Policial da Delegacia de Santiago, os dados coletados, referentes ao ano de 2016, indicam 193 registros de ocorrências por mulheres que sofreram violência psicológica enquadrada como ameaça (Gráfico 1), número que revela média de 16 registros por mês⁵¹. Convém mencionar que a circunscrição policial da Delegacia de Santiago engloba os municípios de Capão do Cipó, Itacurubi e Unistalda, que não possuem delegacia e, portanto, também estão incluídos nos dados aqui apresentados.

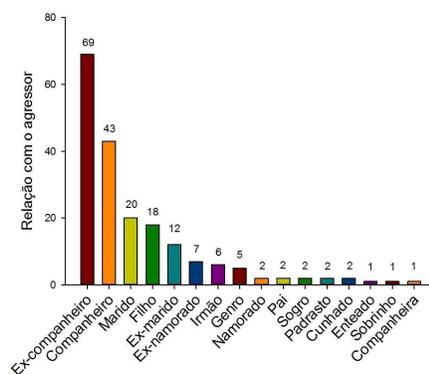
Gráfico 1 - Número de ocorrências de ameaça por mulheres ao mês no ano de 2016



Fonte: Elaboração da autora (2017)

A pesquisa evidenciou que a grande maioria das ameaças ocorreu após o término da relação afetiva, ou seja: o agressor é ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado da vítima (Gráfico 2). Em segundo lugar aparecem os atos de violência praticados na constância da relação (pelo marido, companheiro ou namorado). Foi encontrado, ainda, um caso de ameaça em uma união homoafetiva.

Gráfico 2 - Relação ou vínculo com o agressor

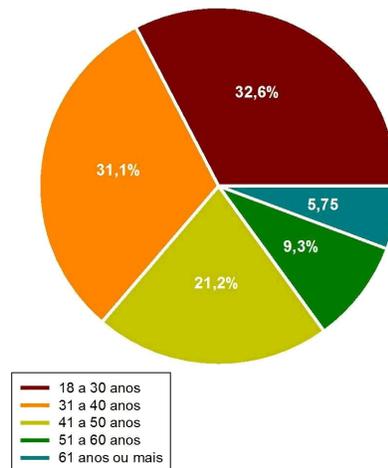


Fonte: Elaboração da autora (2017)

Adentrando no perfil das vítimas, foi observado que a maior incidência de ameaças é registrada por mulheres jovens, figurando em primeiro lugar na estatística a faixa etária compreendida entre 18 e 30 anos, seguida de mulheres

com idade entre 31 e 40 anos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Faixa etária das vítimas

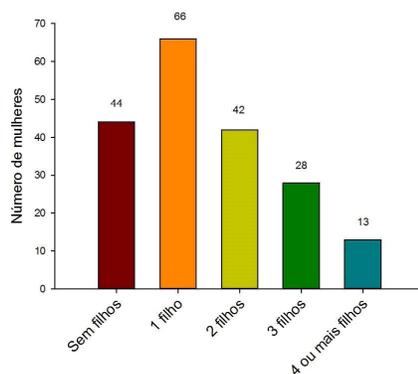


Fonte: Elaboração da autora (2017)

É de se ressaltar o baixo número de registros efetuados por mulheres com mais de 50 anos, dado que, possivelmente, está mais ligado aos fatores que dificultam a tomada de decisão de denunciar mencionados anteriormente do que propriamente à inexistência de violência envolvendo essa faixa etária.

Outro aspecto analisado na pesquisa diz respeito ao número de filhos das vítimas. Nesse item, verificou-se grande diversidade entre as mulheres que sofreram ameaça no âmbito doméstico e familiar (Gráfico 4).

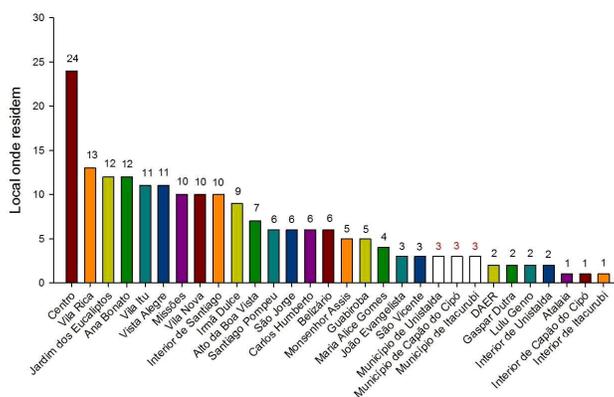
Gráfico 4 - Número de filhos das vítimas



Fonte: Elaboração da autora (2017)

Em relação ao local onde as vítimas residem, confirmou-se a extensão da problemática da violência contra a mulher, uma vez que foram encontrados registros em todas as regiões do município (Gráfico 5). Nesse ponto, a pesquisa permitiu observar o baixo índice de denúncias oriundas dos outros municípios que fazem parte da circunscrição policial de Santiago, o que pode indicar dificuldade de acesso à Delegacia e às políticas públicas para mulheres, além de falta de informação e desconhecimento de seus direitos.

Gráfico 5 - Local onde residem as vítimas



Fonte: Elaboração da autora (2017)

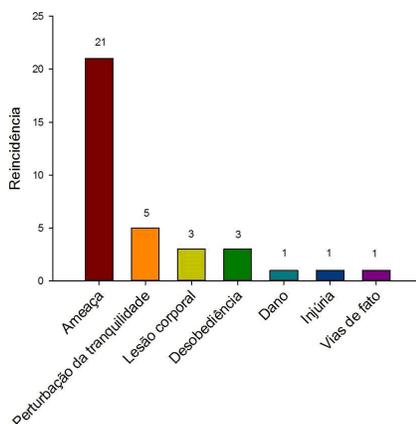
Sobre a forma como as vítimas fizeram o registro, a maioria absoluta das mulheres (161 casos) compareceu até a Delegacia para comunicar a ocorrência; outras 29 vítimas solicitaram o auxílio da Brigada Militar. Aparecem, também, 03 registros originados de requisição do Ministério Público, iniciativa mais frequente nos casos de violência física.

4.1 DA REINCIDÊNCIA

Outra questão que surgiu diz respeito à reincidência dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Verificou-se que 35 mulheres que registraram ocorrência de ameaça cometida no âmbito doméstico e familiar no ano de 2016 compareceram na Delegacia ainda no mesmo ano relatando terem sido vítima de novos episódios de violência. A incidência de novas ameaças foi constatada em 21 casos. Encontramos, ainda, registros de lesão corporal, dano, injúria, perturbação da tranquilidade, vias de fato e desobediência (Gráfico 6), esta última configurada pelo descumprimento às medidas protetivas de urgência determinadas pelo Poder Judiciário⁵².

Gráfico 6 - Tipo penal e número de casos de reincidência



Fonte: Elaboração da autora (2017)

Nesse ponto do estudo cabe frisar a influência que a retratação ou desistência no prosseguimento da ação penal pode ter para gerar reincidência.

Após o ato de violência e o registro policial, muitas mulheres desistem de processar o agressor, retomando o convívio (quando é o caso) e, muitas vezes, recaindo em novos episódios de violência.

A desistência está vinculada a um vasto universo de razões, semelhante ao que ocorre com a decisão de denunciar, e esta realidade se faz presente não só nos casos de relacionamento afetivo, mas também quando há vínculo familiar (como pai, irmão, etc).

Na tentativa de assegurar maior proteção à vítima, considerando que o ambiente doméstico e familiar é mais suscetível de ocorrer pressões para desistência, o artigo 16 da Lei Maria da Penha dispôs acerca da retratação à representação, determinando que só pode ser feita na audiência designada para esse fim.

Através dos dados colhidos junto ao Posto Policial da Mulher de Santiago foi possível estimar a amplitude da questão da violência psicológica contra a mulher, reforçando a necessidade de uma preocupação mais sistemática. Nesse passo, é preciso compreender que as demandas domésticas e familiares que chegam à Delegacia necessitam de integralidade do atendimento, por meio de mediações interdisciplinares que recaiam sobre os envolvidos, primando pelo atendimento ao agressor e dando atenção especial à vítima, principalmente por conta dos danos emocionais deixados por essa forma de violência.

5 CONCLUSÃO

No Brasil, as lutas feministas contribuíram para reconhecer a necessidade de intervenção estatal diante da violência contra a mulher. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha foi o instrumento normativo que positivou os anseios de prevenção e coibição a este tipo de violência. Além de representar o marco

legislativo de proteção dos direitos da mulher, a Lei Maria da Penha trouxe outras mudanças importantes, notadamente ao declarar a inaplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais Criminais, cujos dispositivos eram considerados insuficientes para o enfrentamento da criminalidade doméstica.

Ao se falar em violência doméstica e familiar contra a mulher há de se referir a sua naturalização, percebida como herança de uma cultura patriarcal. Sobre as formas de violência, a psicológica aparece como a que apresenta danos invisíveis e, muitas vezes, dificuldades de ser identificada pela vítima. Além destes, outros fatores interferem na tomada da decisão de denunciar, dentre os quais a vergonha, a falta de autonomia e a dependência emocional ou financeira.

A abordagem do presente estudo sobre a violência psicológica versou sobre as condutas tipificadas como delito de ameaça, que denotam a proteção fragilizada do sistema penal, uma vez que a ação condicionada à representação vincula o órgão ministerial a agir somente diante da vontade da vítima.

Outro aspecto destacado diz respeito à criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher que, paulatinamente, ganharam espaço em todo o território brasileiro. É verdade que o número de órgãos policiais e o próprio atendimento estão longe de ser o ideal, situação atribuída à carência de recursos materiais e humanos e falta de capacitação específica. No entanto, as delegacias reconhecidamente significaram um marco no combate à violência e se apresentam até hoje como importante política pública.

Nesse contexto, observa-se que a Delegacia de Santiago conta com um Posto Policial que apura as questões criminais domésticas e familiares contra a mulher. O Posto apresenta efetivo policial deficitário e horário de expediente não suficiente para o atendimento apropriado às vítimas.

A análise das ocorrências do Posto Policial da Mulher possibilitou mensurar os índices de ameaça e apurar os casos de reincidência. Restou demonstrado que a maior parte das ameaças é cometida no âmbito das relações afetivas, seja na constância ou após o rompimento. Outra constatação diz respeito à diversidade em termos geográficos das ocorrências, que se espalham por todos os bairros e

interior do município. O número de filhos e a idade das vítimas também são variados, aparecendo de forma mais acentuada os registros de mulheres jovens e com filhos.

Merece referência, ainda, a atuação dos demais órgãos de rede, que tornam possível o devido atendimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência, através de assistência psicológica, social e jurídica.

Não há como ignorar a necessidade de mudança para que se chegue ao enfrentamento pretendido da violência contra a mulher, dando a abrangência que a questão merece de modo a alcançar um resultado eficaz, fazendo com que as ações no âmbito jurídico e penal andem de mãos dadas com as políticas sociais. É desejável a reorientação e a ampliação dos serviços voltados para o exercício dos direitos das mulheres, de forma a trabalhar a autonomia de suas próprias vidas e reparação dos danos emocionais sofridos, aliados à melhoria contínua no processo de capacitação profissional.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha**. Revista Estudos Feministas – UFSC, v. 23, p. 501-517, 2015.

BARROS, Gabriela dos Santos. **Análise da violência doméstica e familiar contra a mulher no contexto da aplicação da Lei Maria da Penha**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12364>. Acesso em 11 nov. 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 dez. 2016.

BRASIL, **Decreto-lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 24 set. 2016.

BRASIL, **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF, 2006.

CARNEIRO, Evandro Lima. **Lei Maria da Penha: Um instrumento ínfimo para solucionar os atos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11855>. Acesso em: 16 ago. 2016.

ISMAEL, Denigelson da Rosa. **O dogma da formalidade visível e inoperante ante a constatação necessária de medidas reais ao combate da violência contra a mulher: Lei Maria da Penha (da igualdade formal à igualdade real-material)**. Revista Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 107-124, 2010.

MADEIRA, Cristina. **A maldade na violência psicológica e os seus reflexos na saúde**. Revista Progredir. 01 mar. 2013. Disponível em: <http://www.revistaprogridir.com/blog-artigos-revista-progredir/a-maldade-na-violencia-psicologica-e-os-seus-reflexos-na-sade>. Acesso em 20 mar. 2017.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Campinas: PAGU/UNICAMP, 2008.

RIO GRANDE DO SUL, **Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.pc.rs.gov.br>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 07/2002 da Secretaria da Justiça e da Segurança**. 07 jan. 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www2.spm.rs.gov.br>>. Acesso em 22 mar. 2017.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado**. Revista Crítica de

Ciências Sociais [Online], 89, 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/3759>>. Acesso em 22 fev. 2017.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema e CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. Interface (Botucatu) [online]. 2007, vol.11, n.21, pp.93-103.ISSN 1807-5762. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>. Acesso em 08 fev. 2017.

SOUZA, Mércia Cardoso De et al. **A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e a Lei Maria da Penha. Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7874>. Acesso em 18 mar. 2017.

TORRES, Eduardo. A cada cinco agentes envolvidos em megaoperação policial um é mulher. **Zero Hora**. 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2017/03/a-cada-cinco-agentes-envolvidos-em-megaoperacao-policial-um-e-mulher-9754200.html>>. Acesso em 22 mar. 2017.

WELTER, Belmiro Pedro. **A Norma da Lei Maria da Penha**. 06 mar. 2007. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/atuacaomp/not_artigos/id14940.htm> Acesso em: 18 ago. 2016.

OS IMPASSES E IMPACTOS DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA SAÚDE DAS MULHERES

Gessiane Pereira Casali⁵³

Nagel Fagundes de Oliveira⁵⁴

Jaqueline Carvalho Quadrado⁵⁵

RESUMO: O referido artigo expõe e reflete os impactos que a criminalização do aborto gera na saúde das mulheres, evidenciado como uma violação dos direitos reprodutivos e sexuais das mesmas. Como resultado, revela que a saúde das mulheres é impactada diretamente pela criminalização do aborto, uma vez que sem o amparo legal e os recursos necessários para fazer o aborto de forma segura, buscam na clandestinidade o acesso aos procedimentos abortivos, levando-as a complicações físicas, psicológicas e sociais, quando não a morte. É necessário o fomento sobre a temática para essa demanda deixar de ser vista como um tabu na sociedade, e passar a ser tratada como uma questão de saúde pública, para assim se ter a garantia de fato dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

Palavras-chave: Criminalização do Aborto, Saúde Biopsicossocial da Mulher, Aborto.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está voltado a estimular o debate acerca da criminalização do aborto e como isto impacta negativamente na saúde biopsicossocial⁵⁶ das mulheres, visto que é um procedimento vivenciado pelas mulheres nos dias atuais. Assim, parte-se da compreensão de que a mulher sofre com a imposição da maternidade desde os primórdios da sociedade, juntamente com extrema pressão em manter este papel de reprodutora biológica, e quando questiona tal imposição e busca por meios para romper com esta determinação cultural patriarcal ou interromper uma gestação indesejada é criminalizada e marginalizada pela sociedade, arriscando sua saúde e vida para possuir autonomia de decidir sobre seu corpo.

Por trás destas imposições às mulheres existem diferentes interesses: do Estado de manter o domínio sobre seus corpos e sexualidades e das religiões em

zelar por sua estrutura conservadora e moralista. Essa manipulação acaba sendo naturalizada pelo corpo social, fazendo com que os sujeitos não procurem aprofundamentos e bases sobre a temática e assim reproduzindo argumentos irracionais sobre o aborto.

O trabalho está exposto da seguinte maneira: a contextualização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que é responsável pela proteção e amparo à saúde da mesma, uma breve exposição sobre os direitos reprodutivos e sexuais, os impactos biopsicossociais na saúde das mulheres e, por fim, as considerações finais, sintetizando as reflexões acerca da temática debatida.

2 POLÍTICA DE PROTEÇÃO À SAÚDE DA MULHER

As relações de gênero e as suas formas de opressão sempre estiveram presentes em todo o contexto histórico e cultural que permeiam as relações das mulheres, sendo configurada por bases conservadoras, religiosas e controladoras. Conforme a evolução das relações na sociedade, tais papéis de gênero passam a ser desconstruídos, principalmente no que se refere as mulheres, antes vistas como o “sexo frágil” e aptas apenas para as atividades do “lar e da maternidade”. As transformações nas relações sociais de gênero criaram um ambiente propício para a construção de políticas nacionais específicas para a saúde da mulher, historicamente direcionadas à atenção para os momentos de gestação e parto (ANJOS *et al*, 2013b).

A restrição à liberdade e a vontade das mulheres não se limitavam apenas nas suas relações e ações na sociedade, mas também ao seu direito à saúde, como descrito na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, na qual a saúde da mulher era compreendida apenas na categoria “materna ou à ausência de enfermidade associada ao processo de reprodução biológica. Nesse caso estão excluídos os direitos sexuais e as questões de gênero” (COELHO, 2003 *apud* BRASIL, 2004, p. 11). Mas devido a algumas mudanças através de reivindicações por mais visibilidade às demandas e especificidades da categoria,

o conceito de saúde das mulheres começou a ser compreendido como:

[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não apenas mera ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 1994 *apud* BRASIL, 2004, p. 11).

Deste momento em diante as condições de vida e saúde das mulheres passaram a ter novas perspectivas, incluindo dimensões da sexualidade e da reprodução humana como um direito. Na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, menciona-se sobre indicadores que demonstram que as mulheres estão mais expostas a condições precárias que os homens e que representam a maior taxa de mortalidade do país. Em 1984, o Ministério da Saúde formulou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), incorporando nos “princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade da atenção” (BRASIL, 2004, p. 16).

O novo programa para a saúde da mulher incluía ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas partir do perfil populacional das mulheres (BRASIL, 1984 *apud* BRASIL, 2004, p. 17).

Este programa se tornou a principal ferramenta para formulações de ações que promovam e protejam a saúde das mulheres brasileiras, compreendendo a realidade e as reais necessidades das mulheres em relação a sua saúde. Pois, o modo de vida das pessoas, especialmente das mulheres é diretamente influenciado pela desigualdade de gênero e aos diferentes fatores como econômicos, sociais, físicos ou psicológicos, assim como o aborto que mesmo sendo um procedimento ilegal no Brasil, é comum na vida das mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O aborto realizado em condições inseguras figura entre as principais causas de morte materna e é causa de discriminação e violência institucional contra as mulheres nos serviços de saúde. Violência que pode traduzir-se no retardo do atendimento, na falta de interesse das equipes em escutar e orientar as mulheres ou mesmo na discriminação explícita com palavras e atitudes condenatórias e preconceituosas. Pela representação simbólica da maternidade, como essência da condição idealizada do ser mulher e da realização feminina, o aborto pode sugerir uma recusa da maternidade e por isso pode ser recebido com muitas restrições por parte dos profissionais de saúde (BRASIL, 2004, p. 31).

Assim, a prática do aborto realizada de forma incorreta, ou seja, clandestinamente, por alguns profissionais⁵⁷ ou pelas próprias mulheres podem acarretar em complicações que podem levar a um índice significativo de morbidade e mortalidade (LANGER, 2001 *apud* BRASIL, 2004). O aborto mesmo sendo um procedimento criminalizado e ilegal, não faz com essa demanda e realidade inexistente, abortos continuam sendo feitos pelas mulheres, como mostra os dados coletados na Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 (PNA 2016), em que cerca de 4,7 milhões de mulheres em 2016 fizeram aborto ao menos uma vez.

A rejeição e a criminalização dessa realidade vivenciada por tantas mulheres, é identificado não apenas nas instituições de saúde, visto que 16%, 20% ou 28% das mulheres que abortaram de forma clandestina necessitaram finalizar o procedimento na rede pública devido complicações (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016), mas também pelos representantes no poder e por grande parcela da sociedade leiga nesta temática que insiste em tratar o aborto como matéria de religião e moral, mesmo os dados alertando sobre a necessidade de trazer tal discussão para a área da saúde e proteção as mulheres.

Baseando-se neste contexto, é necessário fortalecer e preparar os serviços e profissionais de saúde, reforçando a importância da humanização nestes espaços, algo que também é fomentado na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004), pois a procura das mulheres pelos serviços de saúde é marcada pelo atendimento discriminatório e pelas várias formas de violação dos seus direitos. É importante promover um atendimento de qualidade e com atenção as mulheres.

A humanização e a qualidade da atenção em saúde são condições essenciais para que as ações de saúde se traduzam na resolução dos problemas identificados, na satisfação das usuárias, no fortalecimento da capacidade das mulheres frente à identificação de suas demandas, no reconhecimento e reivindicação de seus direitos e na promoção do autocuidado (BRASIL, 2004, p. 59).

É fundamental que para a resolução dos problemas se incentive e facilite o acesso das mulheres aos serviços de saúde, tornando-os de qualidade, pois como descreve Mantamala (□□□□ apud BRASIL, 2004), a qualidade do atendimento envolve a reunião dos cuidados que compreendem as questões psicológicas, sociais, biológicas, sexuais, ambientais e culturais, superando a atenção biologicista e medicalizador hegemônico nos serviços de saúde adotando práticas que considerem as experiências das usuárias com sua saúde. Como forma de melhorar o atendimento as mulheres nas instituições de saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004), prevê alguns objetivos que devem ser seguidos para que ocorra a efetivação e eficácia desta política para as mulheres, tornando os serviços humanizados e de qualidade:

- Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro.
- Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie.
- Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2004, p. 67).

As instituições devem se apropriar desta política e efetivá-la através de mecanismos que reconheçam a realidade das mulheres de cada região, compreendendo que é um direito receber atendimento digno e não discriminatório, além de ter acesso a serviços de informação, humanizados e de qualidade. É dever dessas instituições trabalhar diariamente na busca por melhorias na saúde e que garantam as condições mínimas de vida para as mulheres.

3 OS DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS DAS MULHERES

Conforme é exposto acima, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher desenvolve mecanismos que respaldam as demandas das mulheres relacionadas a sua saúde, compreendendo suas vivências e dificuldades presentes na atualidade. Mas é evidente que esta não atende completamente a todas as necessidades das mulheres, apenas aquelas permitidas pelo sistema conservador e controlador. O campo dos direitos reprodutivos no Brasil começou a ser problematizado a partir de 2004, juntamente com outros países na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – CIPD, assim marcando uma nova era para questões do desenvolvimento e em relação à reprodução humana. Os países ao invés de promoverem metas demográficas, firmaram o compromisso de promover o desenvolvimento por meio da promoção dos direitos humanos, fortalecendo a cidadania, o acesso universal à saúde, informação e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, permitindo escolhas responsáveis e a equidade entre os sexo (VENTURA, 2004).

No ano de 2000 o Brasil assinou o Estatuto do Tribunal Penal Internacional – Estatuto de Roma, promulgado através do Decreto no 4.388, de 25 de setembro de 2002, tornando-se uma marco importante para que se instituisse uma visão mais sensível em relação aos direitos reprodutivos, incluindo como crime contra a humanidade, a agressão e a escravatura sexual, a prostituição, a gravidez e a esterilização forçada, ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável, sejam elas ataques de forma generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, contribuindo para a implementação de visão humanizada sobre os direitos reprodutivos. No ano de 1994 o governo brasileiro passa a cumprir as orientações apresentadas pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e que tratam da igualdade entre homens e mulheres no âmbito da família, consolidadas no novo Código Civil (VENTURA, 2004).

Segundo Ventura (2004), além destes avanços, o Brasil no ano de 2001

aderiu ao protocolo facultativo à CEDAW, do Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, passando a reconhecer a jurisdição dessa Corte para receber denúncias de pessoas vítimas de violação de direitos e a cumprir sentenças condenatórias de reparação de danos causados às vítimas e efetivando medidas que previnam a violação.

Com uma nova perspectiva, os direitos reprodutivos procuram abranger categorias de direitos antes inviabilizadas, propondo a liberdade no exercício da reprodução e da sexualidade humana, desmistificando a obrigatoriedade desse processo dentro da sociedade, principalmente para as mulheres.

Com os papéis de gênero já estabelecidos e enraizados na sociedade, fomentar sobre tais temáticas se torna uma oposição aos padrões conservadores e morais existentes. Dessa maneira, tanto o campo dos direitos reprodutivos quanto sexuais são percebidos como uma demanda não essencial na vida dos sujeitos, principalmente das mulheres que logo tem como imposição a maternidade e a restrição a sua vida sexual. Corrêa e Ávila (2003 *apud* Ventura, 2004), descrevem que os direitos reprodutivos e sexuais estão se afirmando através da área da saúde e que ao mesmo tempo as restringe, não permitindo que se compreenda estas questões como a garantia da cidadania plena e na dimensão política, possibilitando a autonomia e a liberdade dos sujeitos nas esferas da sexualidade e da reprodução.

O conceito de direitos reprodutivos e, mais recentemente, o de direitos sexuais busca a interação de direitos sociais, como os direitos à saúde, à educação e ao trabalho, com os direitos individuais à vida, à igualdade, à liberdade e à inviolabilidade da intimidade (VENTURA, 2004, p. 20).

Assim, percebe-se que os direitos sociais e individuais estão interligados com os direitos reprodutivos e sexuais, diretamente e indiretamente, que em conjunto formam um ciclo que possibilita a liberdade plena dos sujeitos em todas as esferas possíveis, “reduzindo as violações à autonomia pessoal, integridade física e psicológica de que são alvos indivíduos e coletividades, e garantir os meios necessários para o ser humano alcançar seu bem-estar sexual e

reprodutivo” (VENTURA, 2004, p. 20). Segundo Ventura (2004) pode-se compreender como alguns desses direitos o:

[...] direito de decidir sobre a reprodução sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição ao número de filhos e intervalo entre seus nascimentos; direito de ter acesso à informação e aos meios para o exercício saudável e seguro da reprodução e sexualidade; direito a ter controle sobre seu próprio corpo; direito de exercer sua sexualidade sem sofrer discriminações ou violência (VENTURA, 2004, p. 20).

Logo, os direitos reprodutivos também devem ser vistos como direitos humanos⁵⁸ fundamentais, considerando o determinado período histórico e as diferentes reivindicações e necessidades de cada época, buscado incluir todas as demandas éticas e políticas, gerando novas categorias de direitos. Isto posto, legitima a reconstrução do discurso dos direitos, reconhecendo as diferenças de gênero, geração, classe, cultura e entre outras, além das necessidades sociais, intervindo nas desigualdades sociais e permitindo o acesso igualitário dos direitos para todos (VENTURA, 2004).

É preciso entender que essas demandas são imediatas, e estão diretamente ligadas a saúde das mulheres, não apenas pelo fato de minimizar os seus direitos de acesso a saúde de qualidade ou de gerir seu próprio corpo, mas pela extrema necessidade das mulheres de assumirem uma posição de autonomia sobre suas vidas na sociedade, sem que sejam desrespeitadas ou que arrisquem suas vidas em busca da sua liberdade de escolha. Pois é fundamental tornar os direitos reprodutivos e sexuais efetivos e presentes na construção da autonomia de cada sujeito. Na Constituição Federal de 1988 não há leis que garantam tais direitos, mas é apresentado de forma superficial o conceito de direitos reprodutivos na visão do ordenamento jurídico, assim como apresenta Ventura (2004).

[...] Em sentido restrito, o parágrafo 7º do art. 226 pode ser considerado o conceito normativo dos direitos reprodutivos no ordenamento jurídico nacional: “§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (VENTURA, 2004, p. 49).

A Constituição Federal de alguma forma tem introduzido mecanismos legais que possibilitem o exercício e a legitimação dos direitos reprodutivos e sexuais mesmo que indiretamente, entretanto, entende-se que existem barreiras políticas, sociais, culturais e religiosas que devem ser rompidas, exigindo da sociedade tanto jurídica quanto civil um posicionamento mais participativo que visem melhorias para todo o corpo social, ampliando assim o acesso à justiça, permitindo que os avanços obtidos na lei sejam incorporados à jurisprudência nacional e às políticas públicas (VENTURA, 2004).

4 SAÚDE BIOPSISSOCIAL DAS MULHERES

No momento em que a sociedade posiciona-se contra a descriminalização do aborto sem possuir um entendimento aprofundado sobre as complicações que os procedimentos clandestinos vêm ocasionado a vida e a saúde biopsicossocial das mulheres e que em muitos casos pode levar à morte, o corpo social como um todo está negligenciando o direito fundamental das mulheres brasileiras de acessar aos serviços de saúde pública.

Assim como, o ato de criminalizar quem recorre a prática abortiva só tem a contribuir para que cada vez mais se deslegitime a autonomia e o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo. O aborto é fortemente criminalizado e julgado pelas instituições religiosas e grupos sociais que não possuem conhecimento sobre impactos do aborto na saúde das mulheres, e que nem se interessam em saber os motivos que levaram a mulher a decidir pela interrupção da gestação, até mesmo quando o aborto é legalmente aceito pelo Estado, pois não é do interesse de parte da sociedade discutir mudanças nessa forma de se posicionar, uma vez que é mais fácil reproduzir o que certo e errado de acordo com seus interesses sociais, culturais, econômicos, jurídicos, religiosos e ideológicos.

O abortamento representa um grave problema de saúde pública. Estima-se que ocorram, considerando apenas no Brasil, mais de um milhão de abortamentos induzidos ao ano,

sendo uma das principais causas de morte materna no país. Por atravessar um emaranhado de aspectos sociais, culturais, econômicos, jurídicos, religiosos e ideológicos, é tema que incita passionalidade e dimensão, parecendo, sob consideráveis perspectivas, distante de saída (BRASIL, 2011, p. 5).

No Brasil, o aborto não é considerado um problema de saúde pública, mesmo causando a morte de muitas mulheres, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social e que procuram na clandestinidade uma solução para uma gravidez indesejada ou até mesmo por não possuírem condições de zelar pela vida de uma criança. Desde que se iniciou o ato de criminalizar o aborto, por iniciativa de algumas religiões, a sociedade e o Estado são manipulados a manter esse processo de punir as mulheres que abortam e preservar os interesses das religiões evitando modificações na sua estrutura moral.

Lembrando, que no Brasil atual, em pleno século XXI, o Estado deveria ser laico, defendendo os interesses e atendendo as demandas imediatas da sociedade, sem que seus ideais religiosos e valores morais impliquem nas suas decisões. Isso não se aplica ao Brasil no momento, pois a bancada de parlamentares é composta em sua maioria por homens brancos, religiosos e conservadores, que usam de sua posição de poder para manter essa autocracia, impondo as suas opiniões de acordo com suas convecções pessoais.

É fundamental reforçar [...] que o Estado é laico e não pode basear o seu ordenamento jurídico na vontade do deus de uma religião, mas nos interesses coletivos. [...] Se a legalização do aborto se faz necessária para solucionar uma crise de saúde pública, a existência de alma ou espírito no zigoto ou embrião pouco importa no âmbito jurídico. Quem acredita nesta existência simplesmente deve optar por não abortar, sem interferir na vontade alheia e no exercício do bom direito. Faz-se importante reforçar, novamente, que mesmo após sua legalização o aborto jamais será imposto sobre a gestante, que poderá prosseguir com a gestação se assim desejar (FILHO, 2015, p. 9).

Desta forma, os sujeitos devem compreender que o aborto existe e está presente na vida de muitas mulheres, que as coloca em risco quando realizado na clandestinidade e que conseqüentemente pode acarreta na sua morte ou em sequelas físicas e psicológicas devido à precariedade em que este procedimento

é realizado. Deve-se desconstruir essa visão alienada e conservadora compreendendo a dimensão e os resultados que este processo acarreta, assim como as várias situações e condições de vida que levam as mulheres a optar pelo aborto.

Verifica-se que a problemática que caracteriza o aborto como questão de saúde pública não se restringe somente às complicações físicas e mortes decorrentes. Esses indicadores devem ser considerados, porém, desde uma perspectiva bioética, é essencial analisar o contexto mais amplo, pois os paradigmas que envolvem o aborto perpassam a moralidade da sociedade brasileira, fortemente influenciada por valores do patriarcado, que são bases da determinação dos papéis sociosexuais dos homens e das mulheres no país, sempre com nítidas desvantagens para estas (ANJOS *et al*, 2013b, p. 498).

A rejeição ao aborto é resultante de posicionamentos individualistas, moralistas, religiosos e conservadores, pois em nenhum momento é observada a realidade dessas mulheres e a complexidade que é decidir pela prática do aborto, vivendo em um sistema completamente patriarcal, desigual e machista.

O momento da decisão em relação ao que fazer frente a uma gestação não desejada é um momento solitário e doloroso para a mulher [...] e traz inúmeras consequências. O abortamento não é visto pelas mulheres que o elegeram como uma preferível, ou desejável, forma de contracepção. O abortamento só ocorre porque uma gravidez é indesejada e somente as mulheres que tomam essa decisão sabem exatamente porque o fazem (PEDROSO, 2012, p. 1).

Optar pelo aborto não é uma decisão fácil, ainda mais quando não existe nenhum tipo de amparo social, psicológico ou físico as mulheres, que passam por todo esse processo sozinhas e que em muitos momentos fazem o uso de métodos abortivos caseiros, como a inserção de preparos herbais na vagina, até mesmo introduzem paus, ossos de frango, dentre outros objetos, assim como o consumo de chás e medicamentos, ou na clandestinidade através de profissionais desqualificados para a execução destes procedimentos, sendo qualquer uma das opções extremamente desumanas e perigosas (BRASIL, 2011).

O aborto provocado executado em clínicas clandestinas é feito em geral sem acompanhamentos e cuidados médicos adequados, o que igualmente poderá ocasionar inúmeras complicações, entre elas destacam-se: hemorragia profusa, perfuração uterina, retenção de restos de placenta, seguida de infecção, peritonite, tétano e septicemia

(PINTO; TOCCI, 2003, p. 59).

Após o aborto ilegal de forma precária, as mulheres não procuram os órgãos de saúde, pois sabem que serão delatadas a polícia pelos profissionais, e que receberão um atendimento discriminatório e humilhante por parte desses funcionários, isso se forem atendidas pelo sistema de saúde, pois em muitos casos são até mesmo ignoradas.

O ato de abortar de forma insegura pode ser considerado uma injustiça social. Índices de mortalidade decorrentes do aborto, na maioria das vezes, refletem mulheres solteiras ou separadas judicialmente. As desigualdades dos efeitos danosos da clandestinidade e da criminalização do aborto atingem principalmente a parte mais vulnerável da população, de mulheres pobres e negras, com baixa escolaridade; as mais jovens e aquelas com menor acesso à informação (ANJOS *et al*, 2013a, p. 505).

Mais um aspecto de desigualdade se identifica nessas situações, pois as mulheres que possuem uma situação econômica privilegiada têm acesso aos procedimentos abortivos de qualidade, já as mulheres que se encontram em vulnerabilidade econômica, acabam se “contentando com profissionais açougueiros”. Os impactos da criminalização do aborto a saúde das mulheres vão muito além de sequelas físicas, pois atingem aspectos bem mais complexos como o seu psicológico, tanto antes quanto após o procedimento e que implicam no adoecimento mental dessas mulheres.

[...] um aborto costuma provocar crises de arrependimento e culpa, e reações psiconeuróticas ou mesmo psicóticas graves [...]. Há três tipos de fenômenos psíquicos [...] sentimentos de remorso e culpa, oscilações de ânimo e depressões, choro imotivado, medos e pesadelos. [...] Certamente, há sentimentos de culpabilidade originados por convicções religiosas (ROLIM, 1996 *apud* PINTO; TOCCI, 2003, p. 59).

A sobrecarga enorme de preconceitos e discursos conservadores e religiosos sobre o aborto e sobre as mulheres que recorrem a este método, praticamente define o sentimento de angústia e culpa que essas mulheres sentem, pois a imposição da maternidade e a “divindade” que ela traz, exerce uma pressão psicológica sobre as mulheres intensificando a dominação sobre o corpo da mulher e sua obrigação com a reprodução humana.

Segundo Pedroso (2012, p. 1), “as respostas psicológicas ao abortamento são menos sérias do que aquelas experimentadas por mulheres que levam sua gestação indesejada a termo e decidem entregar a criança para adoção”. Os impactos psicológicos, mesmo sendo menos agressivos que os físicos ainda são presentes na vida das mulheres, sendo relevante mencionar o *status* social imposto a mulher referente à maternidade, pois é inaceitável e anormal que uma mulher não queira ter essa vivência como mulher, passando novamente por processos de discriminação e opressão de gênero.

A ilegalidade do aborto no Brasil provoca diversas consequências negativas para a saúde das mulheres, porque pouco inibe a prática ou porque perpetua a desigualdade social. A discussão referente ao aborto no país precisa ser encarada de maneira responsável, entendida como situação que exige cuidados em saúde e respeito aos direitos humanos, e não como ato de infração moral praticado por mulheres imprudentes (ANJOS *et al*, 2013b, p. 499).

Além dos impactos que a criminalização do aborto causa na saúde física e psicológica das mulheres, ainda devem enfrentar os processos sociais discriminatórios, que não apenas fragilizam suas relações sociais, mas impõe seu afastamento do meio social, vivenciando esse processo delicado sozinhas e vulneráveis. São taxadas de “insensíveis”, silenciadas pelo sistema patriarcal e criminalizadas pelos valores morais e éticos individuais.

Seu meio social é impactado de uma forma que não lhe reste saída para compreensão ou “absolvição” aos olhos da sociedade. As religiões e o Estado se encarregam de não permitir que isso ocorra, uma vez que as mulheres venham a confrontar os interesses dessas instituições, esta será punida pelo Estado e repudiada pela sociedade.

É revoltante perceber que mesmo com o grande índice de óbito causados pelos abortos clandestinos, precários e desumanos e pelos inúmeros impactos que a prática do aborto pode ocasionar a saúde física e psicológica das mulheres, bem como a fragilidade nos seus vínculos sociais não é suficiente para legitimar o direito sobre seu corpo e de sua autonomia como mulher.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se o quanto os direitos das mulheres conquistados são vulneráveis e a mercê de um sistema patriarcal, onde é preciso que as mulheres todos os dias se reafirmem como cidadã de direitos e que estes devam ser respeitados, ainda mais quando estão vinculados a decisões que envolvem seu corpo. As mulheres ainda enfrentam arduamente a luta pelo direito total sobre seu corpo, para que não sejam manipuladas pelas vontades de um Estado machista e hipócrita sob influência forte do moralismo religioso. Estes setores que estruturam grande parte da sociedade não compreendem limites quanto a sabotar a dignidade da mulher, cada vez mais criando formas de silenciar suas reivindicações.

É importante compreender que criminalizar o procedimento e a mulher apenas impacta negativamente na vida e na saúde biopsicossocial das mulheres, primeiro pelos riscos a saúde devido o procedimento ser realizado de forma insegura, pelo abalo psicológico em consequência da pressão moralizante e discriminação em cima da decisão da mulher de abortar, e o aumento do ciclo de desigualdade social, pois quem acaba sofrendo com o aborto clandestino é a mulher em vulnerabilidade social e econômica. As decisões relacionadas ao aborto devem ter por base argumentos sólidos, espelhados na vivência e realidade das mulheres, e principalmente no respeito ao corpo da mulher e que somente ela deve decidir sobre o mesmo.

Diante dos dados abordados neste artigo é visível que o Estado é negligente e mascara seus interesses, usando como justificativa argumentos falhos e moralista, assistindo o número de óbitos de mulheres aumentar em consequência de abortos realizados clandestinamente por “profissionais” sem nenhum comprometimento com a saúde da mulher. Enquanto o Estado e a sociedade agirem e decidirem sobre a vida e o corpo das mulheres de forma hipócrita, é necessário fomentar cada vez mais sobre essa demanda, esclarecer que o mesmo deve ser discutido como questão de saúde pública e direito sexual e reprodutivos das mulheres.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Karla Ferraz dos, et al. **Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p.504-515, jul/set. 2013a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a14v37n98.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

_____. et al. **Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública.** Revista bioética, v.21, n.3. 2013b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a14v21n3.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Normas Técnicas de atenção humanizada ao abortamento.** 2. Ed. Brasília, 2011.

_____. MINISTERIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes.** 2004. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf>. Acesso em: 15 agos. 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2017.

FILHO, Alexandre Arena. **A legalização do aborto como forma de reduzir a quantidade de mortes maternas e os índices de criminalidade.** In: XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13142/2244>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PEDROSO, Daniela. **Aborto e saúde mental.** Ciência e Cultura, São Paulo, v.64 n.2, abr./jun.2012. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009->

67252012000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 nov. 2016.

PINTO, Ana Paula; TOCCI, Heloísa Antonia. **O abortamento provocado e suas Consequências**. Revista de Enfermagem – UNISA, 2003. Disponível em: <http://www.unisa.br/graduacao/biologicas/enfer/revista/arquivos/2003-13.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2016.

PSICOPORT. **Saúde: Uma Abordagem Biopsicossocial**. Disponível em: <https://psicoport.wordpress.com/2009/11/03/saude-uma-abordagembipsicossocial/>. Acesso em: 20 dez. 2016.

VENTURA, Mirian. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos.pdf>. Acesso em: 1 set. 2016.

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E SOCIAL DE GÊNERO: a cisgeneridade e a transgeneridade em debate

Nagel de Oliveira Fagundes⁵⁹

Gessiane Pereira Casal⁶⁰

Jaqueline Carvalho Quadrado⁶¹

RESUMO: O artigo articula cisgeneridade e transgeneridade como forma de captar a complexidade e densidade das relações de gênero vivenciadas por pessoas em constructo identitário e social. A partir da análise das evidências, aponta algumas práticas e saberes que violentaram e violentam até os atuais dias, aqueles que subvertem as fronteiras normativas de gênero e sexualidade, impostas pelo Estado, religiões, ideologias, política, dentre outras instituições.

Palavras-chave: Gênero, Subjetividade, Transgeneridade, Identidade.

INTRODUÇÃO

O gênero na sociedade traduz humanidade, e é através de uma leitura rasa da anatomia dos corpos que ele pronuncia-se. Então o gênero constitui-se historicamente e socialmente levando em consideração um aparato baseado no dimorfismo sexual⁶²: vagina/mulher/feminino e pênis/homem/masculino. Além disso, a imposição do gênero se limita na biologização dos corpos de forma binária, seguindo a lógica citada e sancionando o gênero a partir de uma mera parte do corpo do indivíduo, o genital, e logo após determinando os papéis sociais do gênero designado. Por ser então o gênero uma norma inquestionável, já que se reproduz de forma determinante na anatomia dos corpos e por estar culturalmente arraigado na sociedade, é possível escolher um nome e projetar uma vida de acordo com o gênero designado, acatando os papéis de gênero que a sociedade faz questão de preservar. A projeção será materializada em cores, brinquedos, modelos de roupas e até mesmo em comportamentos e projetos para o futuro. Do mesmo modo, se determina mesmo antes do nascimento a maneira que

os corpos/sujeitos deverão ser e se comportar socialmente. Chega-se ao mundo já com expectativas e suposições, caso não sejam desempenhadas como o esperado, um conjunto de repressões recairá sobre a pessoa a fim de coagi-la e encaixá-la no padrão de gênero hegemônico.

Quando a criança nasce encontrará uma complexa rede de desejos e expectativas para seu futuro, levando-se em consideração para projetá-la o fato de ser um/a menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa (BENTO, 2008, p. 35).

Sob o mesmo ponto de vista, percebe-se que foi constituído socialmente que a pessoa que nasceu com pênis deverá ser reconhecida e lida como homem e a que nasceu com vagina deverá ser reconhecida e lida como mulher. Ademais, o gênero é a primeira imposição social que as pessoas sofrem, atribuído de forma imperativa e determinado por um mero órgão.

[...] O feto já não é feto, é um menino ou uma menina. Essa revelação evoca um conjunto de expectativas e suposições em torno de um corpo que ainda é uma promessa. Enquanto o aparelho da ecografia passeia pela barriga da mãe, ela espera ansiosa as palavras mágicas que irão desencadear as expectativas. A ansiedade da mãe aumenta quando o aparelho começa a fixar-se ali, na genitália, e só termina quando há o anúncio das palavras mágicas: o sexo da criança. A materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando se anuncia o sexo do feto. [...] Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo (BENTO, 2008, p. 33-35).

Por certo, é perceptível que o gênero é construído socialmente, no entanto, para ser efetivado/estabelecido necessitará seguir roteiros para a concretização dessa construção. Haja vista, brinquedos e brincadeiras apresentadas aos meninos são o futebol e a bola, os carros, as armas, brincar na rua, etc., isto é, meninos são preparados para o espaço público, enquanto meninas são preparadas para o espaço privado, tendo no arsenal de brinquedos e brincadeiras permitidas o fogão, a panelinha, a casinha, cuidar de bonecas, etc. Como se observa adiante:

Uma criança que recebe de presente bonequinhos para cuidar, dar de mamar, fogãozinhos e panelinhas onde predomina a cor rosa, está sendo preparada para o gênero feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e que terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer estes atributos. Ou então, se esta criança ganha revólveres, carros, bolas e outros

brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais, está em curso o trabalho de fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses identitárias (BENTO, 2008, p. 37).

Em vista disso, é inegável que brinquedo produz subjetividade, dado que é uma das primeiras referências na infância de qualquer sujeito. Percebe-se, por exemplo, que não é da natureza feminina ser maternal, tal característica é construída socialmente, culturalmente, desde a tenra idade pela subjetividade através da imposição de brinquedos que desestimulam a permanência e resistência de mulheres no espaço público.

Entretanto, embora exista essa tentativa de socialização dos gêneros através das brincadeiras e brinquedos, “alguns corpos escapam”, como parafraseia Butler (2003). Isto é, algumas pessoas não seguem a normativa de gênero imposta, elas se constroem e se reconhecem em gêneros diferentes aos designados, como no caso das pessoas transexuais e travestis. Esses casos nos mostram a diversidade que há na construção identitária dos sujeitos, não seguindo apenas um modelo preestabelecido e determinado, mas mostrando que existem outras possibilidades de vivenciar o gênero.

GÊNERO: CISGENERIDADE E TRANSGENERIDADE

O termo gênero passa a ser utilizado com mais frequência na década de 1950, período de mobilizações e reivindicações feministas, que questionavam o que era ser mulher, uma vez que mulheres estavam se inserindo nas universidades e problematizando os papéis sociais de gênero e as determinações sociais pautadas nas diferenças anatômicas entre os corpos tidos até então como masculinos e femininos.

Atualmente se entende o gênero como uma questão política, já que é possível enxergar através dele uma hierarquia de poder social e uma resistência. Usar a palavra gênero ao invés da palavra sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo genital, mas por ser

resultante de uma invenção: uma engenharia social e política. Ser homem ou ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos (COLLING, 2004).

Segundo Butler (1990), citada por Bento (2008, p. 20), “transexualidade, travestilidade e transgeneridade são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações”.

Pessoas transgêneras vivenciam o gênero em uma perspectiva diferenciada da imposta (designada) socialmente. Para compreender essas experiências identitárias, primeiramente é necessário entender o gênero como uma construção social que independe da biologia para ser performatizada.

A transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam do processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas (BENTO, 2008, p. 38).

A construção identitária de gênero perpassa um constructo biopsicossocial⁶³, logo, definir o gênero em uma perspectiva puramente biológica (contribuições hormonais, genéticas, etc.) é ignorar um conceito amplo e dialético que abrange e respeita outras formas de expressar e vivenciar o gênero.

Se analisarmos a identidade de gênero como meramente construção anatômica e genética, ignoramos a existência e excluímos todas as pessoas transgêneras do campo da autenticidade, como se fossem invenções ilusórias. Além de ignorar a existência, por exemplo, de mulheres cisgêneras⁶⁴ que nasceram sem canal vaginal, útero ou ovários - ou ainda - pessoas que nasceram com combinação cromossômica que não a XX e XY e, no entanto, se reconhecem homens ou mulheres.

O gênero não é uma “essência interna”. Essa suposta “essência interna” seria produzida mediante um conjunto de atos postulados por meio da estilização dos corpos. O que se supõe como uma característica natural dos corpos é algo que se antecipa e que se produz mediante certos gestos corporais naturalizados. Ao formular “gênero” como uma

repetição estilizada de atos, abre-se espaço para a inclusão de experiências de gênero que estão além de um referente biológico (BENTO, 2008, p. 46).

Outrossim, o gênero engloba todos os aspectos socioculturais construídos historicamente que residem sobre os sujeitos sociais, compreendendo a performatividade dos corpos, relacionadas a ser homem e mulher. O debate sobre gênero emergiu a partir das lutas das mulheres pela garantia de direitos e equanimidade em relação aos direitos e privilégios dos homens. É pertinente destacar que:

[...] A história das mulheres é uma história recente, porque desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. [...] Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-na invisíveis (COLLING, 2004, p. 13).

Socialmente existem apenas dois gêneros considerados inteligíveis e, portanto, hegemônicos: o masculino e o feminino, que se denominam gêneros binários. Eles estão pautados no dimorfismo sexual, nas diferenças/características anatômicas dos corpos – biologização – e genitalização.

Quem se encaixa em um padrão considerado feminino (mulheres cisgêneras e transgêneras em sua maioria, homens efeminados, etc.) sofre com uma violência estrutural de gênero: a misoginia⁶⁵, presente em culturas machistas.

Igualmente, pessoas que expressam a feminilidade (característica imposta às mulheres, abrangendo os sentimentos e emoções, sensibilidade, fragilidade, empatia, dentre outras características) são vistas como inferiores por quem não as expressa. Quem não as expressa, obviamente, teve uma castração ou repressão desde muito cedo, no início da construção identitária enquanto ser social, através da educação machista e sexista. Nesse caso, a socialização para quem nasce com pênis e se constrói e identifica enquanto homem perante a normativa imposta.

A interpretação de que existem dois corpos diferentes, radicalmente opostos, e que as explicações para os comportamentos dos gêneros estão nesses corpos, foi uma verdade que para se estabelecer e se tornar hegemônica, empreendeu uma luta contra outra interpretação sobre os corpos: o isomorfismo (BENTO, 2008, p. 24).

No isomorfismo⁶⁶, a diferença entre mulheres e homens está na intensidade do calor corporal. Nessa concepção, mulheres eram vistas como mais frias que os homens, sem a capacidade de “empurrar para fora o que a frieza de seu temperamento mantém preso no seu interior”. Já o homem possui a energia necessária para gerar vida.

Nessa perspectiva, a vagina era vista como um pênis invertido, os ovários como testículos, o útero como o escroto e a vulva como prepúcio. Para os anatomistas na época que o isomorfismo dominava as verdades sobre os corpos, anterior ao século XVIII, não havia nada de extraordinário em uma menina, por algum acidente, tornar-se um menino. Analogamente, a mulher era encarada como um homem imperfeito, por isso a genitália ser um fator inseguro para posicionar os sujeitos na ordem social (BENTO, 2008). Historicamente, a mulher era vista como uma extensão do homem, uma extensão encarada como “inferior”, como o “outro”: àquelas sem o “falo”, sem o poder. Inferiorizadas por suas características anatômicas e biológicas.

Esta maneira de identificar a humanidade – androcêntrica⁶⁷ - e de fazer das mulheres seres inferiores é muito antiga e remota à cultura grega. Nessa cultura a mulher era excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, algo extremamente valorizado na época pela sua civilização.

Com os romanos, em seu código legal, é legitimada a discriminação feminina através da instituição jurídica do pater famílias⁶⁸, que concedia o poder total ao homem: sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos (COLLING, 2004).

Enquanto no século XVIII, com o avanço das ciências naturais e biológicas, puderam legitimar essa colocação da mulher através de um parecer “científico”. A Medicina, em especial, descrevia a mulher como doente, histérica, à beira da loucura, instintiva, mais sensível do que racional, incapaz de fazer abstração, de criar, e acima de tudo, de governar. Criada para estar única e exclusivamente no espaço privado, dedicando-se à família e aos afazeres domésticos, zelando pelo bem-estar do marido e dos filhos, vocação benéfica para a sociedade de modo geral (COLLING, 2004).

Os discursos científicos sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres, construídos no século XVIII e XIX, foram antecedidos pela rediscussão do novo estatuto social da mulher e do homem. Por volta da segunda metade do século XVIII, as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres, mediante o uso do discurso científico (BENTO, 2008, p. 25).

Em meados do século XIX, o dimorfismo surge como uma nova concepção para justificar as desigualdades e diferenças hierarquizadas entre os homens e mulheres. Aqui se avalia as diferenças entre os corpos de forma irrelatizável, desde a espessura da pele ao tamanho do crânio – tudo é diferença, inclusive abrangendo os comportamentos. Sendo assim, para ter o título de “mulheridade” necessitará de todo o aparato biológico tido como feminino (útero, ovários, vagina, etc.) e de uma performance heterossexual, nesse caso, necessitará se atrair unicamente e exclusivamente ao gênero oposto, ao gênero masculino. E não somente, “necessitará” ter o desejo da maternidade, excluindo desse discurso as mulheres lésbicas e transgêneras (BENTO, 2008).

Ser mulher, portanto, nessa perspectiva, é assumir um local na hierarquia dos gêneros tida como inferior. E as mulheres se constroem em cima dessa normativa, cheias de subordinação. É por isso que ser mulher em uma sociedade machista, com fortes tendências misóginas, é algo político e revolucionário, dado que a construção da autoestima e segurança acontece no posto mais hostil da “pirâmide social”.

Em relação à transgeneridade e a origem etimológica da palavra, o prefixo “trans” é oriundo do latim e significa do outro lado, se opondo ao prefixo “cis”, de cisgeneridade, que significa do mesmo lado/deste lado. Esses conceitos tiveram início quando a Medicina deixa o posto de arte e técnica e passa a ocupar o lugar de ciência, no século XIX, no auge do pensamento positivista, visando assim classificar os corpos e comportamentos dos sujeitos, em especial os “desviantes” dos discursos normativos. É válido ressaltar que pessoas transgêneras sempre existiram, não são uma invenção pós-moderna, por isso são encontradas inclusive na mitologia greco-romana e em produções literárias e

antropológicas do século XIX.

A transexualidade não é uma experiência identitária a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessa experiência, apagam-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo (BENTO, 2008, p. 24).

Evidencia-se aqui uma relação de poder, afinal quem classifica as pessoas que fogem da normativa de gênero como “transgêneras” são as pessoas que estão do lado de cá, convergindo com essa norma, os médicos, os homens cisgêneros.

Então, primeiramente cria-se um termo para abarcar os diferentes da norma, se pensando apenas depois de séculos e por uma questão política um termo para classificar também as pessoas que convergem com a normativa de gênero: o termo cisgênero tem sido usado na atualidade de forma política para não diferenciar apenas o que é encarado como diferente na sociedade, para tirar as pessoas transgêneras do campo da abjeção.

Assim, termos como homem/mulher de verdade são substituídos por homem/mulher cisgênera. Ou ainda: homem/mulher biológica por homem/mulher cisgênera, partindo do pressuposto que pessoas transgêneras também existem e, portanto, são de verdade e possuem também biologia, deslocando-as do campo discursivo da anormalidade.

A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2008, p. 24-25).

As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que determinadas expressões de gênero/identidades de gênero são falsas, enquanto outras são originais e verdadeiras, condenando a uma morte em vida, proibindo e exilando de espaços sociais os sujeitos que não se ajustam a tais idealizações (BENTO, 2008).

ESPECIFICANDO AS DIFERENÇAS ENTRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

De maneira equivocada, disseminou-se na sociedade a ideia de que o gênero reflete a sexualidade, gerando uma confusão referente à identidade de gênero e orientação sexual. Essa noção advém de um conhecimento marcado no dimorfismo (anteriormente citado), que encara todas as relações sociais entre os gêneros (mulheres e homens) na diferença anatômica e comportamental entre eles. Além da demarcação na anatomia dos corpos, ser mulher e ser homem está muito atrelado à sexualidade nessa concepção, aos comportamentos e desejos. Entretanto, gênero (identidade de gênero) e sexualidade (orientação sexual) são dimensões diferentes e não devem ser confundidas.

Relacionar e condicionar a transexualidade ao campo da sexualidade poderia ser lido como uma confusão ou imprecisão. No entanto, a aparente confusão significa uma atualização de uma concepção que atrela todos os níveis constitutivos da identidade dos sujeitos a sua estrutura biológica. O masculino e feminino existiriam para dar sentido à complementaridade sexual (BENTO, 2008, p. 59-60).

A primeira categoria, identidade de gênero, como o nome já supõe, diz respeito à subjetividade, tendo como foco o sujeito e a forma como ocorre a sua autopercepção, referindo-se aqui ao gênero com o qual a pessoa se percebe e reivindica, podendo ou não concordar com aquele que foi atribuído no nascimento. Pessoas transgêneras e cisgêneras, travestis e transexuais, representam alguns exemplos de identidades de gênero.

Ler a sexualidade pela lente do gênero, supor o masculino e feminino como expressões da complementaridade do sexo, ou que as transformações corporais realizadas pelas pessoas transexuais são os ajustes necessários para se tornarem heterossexuais, é considerar o binário como modelo único para expressar as construções das identidades (BENTO, 2008, p. 59).

A segunda categoria, orientação sexual, refere-se ao campo do desejo sexual ou afetivo e a forma como o sujeito relaciona-se ou não com o outro. Em relação ao termo “orientação sexual”, não denota influência, condução ou até mesmo significa que a pessoa é orientada a ter determinada sexualidade, mas faz uma

analogia ao instrumento de localização chamado “bússola”, que mostra o “posicionamento” do desejo e para qual direção ele aponta. Existem várias orientações sexuais conhecidas socialmente: heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual, dentre outras. Essas representam apenas alguns exemplos de orientações sexuais. Posto isto, pessoas transgêneras, assim como cisgêneras, podem ter qualquer orientação sexual.

Entende-se então que também há diferença nas opressões que pessoas com uma identidade de gênero não normativa (não cisgênera) e pessoas com uma orientação sexual não normativa (não heterossexual) sofrem. O nome dado à opressão (insultos, agressões, ataques, dentre outros) que pessoas transgêneras sofrem, denomina-se transfobia. Esse contingente populacional é discriminado em decorrência da sua identidade de gênero, não pela sua orientação sexual. A violência transfóbica independe de um relacionamento afetivo, o ataque direcionado a essas pessoas está diretamente relacionado à forma como se relacionam com o próprio corpo. Quando os ataques estão direcionados a sexualidade e a forma como o sujeito se relaciona afetivamente com o outro, designa-se como homofobia.

No bojo das militâncias de sexualidade e gênero, existem discussões e fomentos pertinentes que aproximam essas categorias ao materialismo. Não é à toa que se identifica o gênero atualmente como um constructo social. Com a orientação sexual não tem sido diferente, estão afastando essa categoria de explicações médicas e biológicas que tentam definir a “origem” dos desejos em uma base genética.

Ora, como é que é possível nascer gostando e sentindo atração por determinado gênero, se gênero é uma construção social? Não se nasce sabendo que existem socialmente dois gêneros inteligíveis e hegemônicos, nem que existem genitais que podem defini-los e separá-los. Isso se aprende, nossos conhecimentos e gostos são colonizados, ou seja, existem transferências de saberes e padrões que a sociedade adotou a fim de estabelecer uma norma, um padrão.

Ter, então, uma orientação sexual considerada não normativa para a sociedade é algo que se pode desconstruir a fim de não sofrer com a violência? E se o padrão sempre foi imposto, por que todas as pessoas não se constroem nesse modelo a fim de respeitar a ordem estabelecida? Os sujeitos sociais recebem esses ensinamentos e estímulos hegemônicos, muitas vezes com muita violência, no entanto são seres pensantes que reagem, respondem aos estímulos e constroem suas identidades nesse meio, podendo ou não se identificar com o que está sendo estabelecido.

O padrão heteronormativo de família e relações sociais, inclusive, é muito válido para o modo de produção vigente, para o capitalismo, uma vez que a organização social depende da existência da família. Entende-se nesse modelo por família a normativa: cisgênera e heterossexual. Nesse núcleo, irá se garantir o que é fundamental para a produção e reprodução, sem necessitar dos investimentos do governo em demandas básicas como moradia, higiene, alimentação, saúde preventiva, cuidado com idoso, educação das crianças, dentre outras.

Semelhantemente, a sociedade tenta moldar os sujeitos a fim de corresponder esses papéis. Então se torna perceptível que as orientações sexuais e as identidades de gênero (cisgêneras e transgêneras) são construções sociais e que não há nada “natural” nelas, mesmo nas normativas. Os sujeitos se constroem em interação com o meio social, são seres sociais, e as categorias abordadas estão e estiveram circunscritas nesse meio.

UMA NOTA SOBRE NOME SOCIAL

Afinal, o que é o nome social? Atualmente muito se fala sobre o nome social e seu uso, que o mesmo tem sido aceito em instituições sociais a fim de inserir e respeitar as pessoas transgêneras que buscam e encontram nessas instituições um direito básico: o de poder pertencer e não ser constrangida e humilhada, tendo a sua dignidade preservada.

O nome social é o nome pelo qual a pessoa se identifica e reivindica para si. No caso das pessoas transgêneras, é o nome real adotado conforme a identidade de gênero em detrimento daquele escolhido por outrem de acordo com o gênero imposto ao qual a pessoa não se reconhece e que portanto a constrange. Dessa forma, o nome social que a pessoa transgênera, travesti e transexual reivindica e é reconhecida em seu círculo social difere daquele com o qual foram registradas.

Quando há possibilidade de usá-lo em determinada instituição, isto é, quando existe documento oficial que respeite o uso do nome social, ele visa diminuir o estigma que é portar um registro civil não representativo, minimizando assim situações vexatórias, respeitando a autoidentificação do sujeito e facilitando a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho, âmbito escolar, saúde, etc. Quando uma instituição social não adota essa medida, a divulgação verbal ou escrita do nome civil agride de forma simbólica a dignidade da pessoa humana.

Posto isto, em abril de 2016, depois de muitas mobilizações do movimento social de pessoas transgêneras, a então ex-presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 8.727/2016, que garante a utilização e o tratamento pelo nome social de pessoas transgêneras funcionárias ou usuárias de órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais, incluindo crachás, documentos oficiais, dentre outros (TONHON, 2016).

Decretos, resoluções, portarias e pareceres de conteúdo semelhante, porém de outras instâncias de governos estaduais, municipais e também o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, por exemplo, já vinham sendo aprovados há pelo menos uma década antes deste aprovado por Dilma (TONHON, 2016, s/p).

Adentrando superficialmente o atual cenário político, com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer no poder, já nos primeiros dias de mandato anunciou-se inúmeros retrocessos, inclusive a tentativa de anular o Decreto nº 8.727/2016 assinado pela ex-presidenta.

A proposta contra o Decreto nº 8.727/2016, que teve apoio de Michel Temer, é de autoria de João Campos (PRB/GO), um dos líderes da bancada

evangélica e também autor da proposta de Emenda Constitucional que permitiria às entidades religiosas contestar a constitucionalidade das leis diante do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com o apoio de muitos deputados federais e senadores da República, o atual governo alega que, de acordo com a Constituição Federal, a alteração de nomes e registros civis deve ser matéria de decisão colegiada, lei, e não unilateral, decreto.

É notória a preocupação destes deputados com o método que a então Presidenta utilizou para aprovar e não com sua finalidade: garantir o direito mínimo de cidadania à esta população por meio da possibilidade de usar o nome social. Assim, fica evidente que por trás de uma aparente preocupação ‘meramente burocrática’ sobre qual Poder (Legislativo ou Executivo) teria atribuição para tratar o tema, existe a inegável transfobia institucionalizada representada nesta tentativa de barrar um movimento que tem por finalidade garantir respeito a estas pessoas cujo nome de registro não condiz com a identidade que se reconhecem e vivem (TONHON, 2016, s/p).

Além disso, por não existirem legislações específicas para dar amparo legal nessa questão do nome e gênero das pessoas, fica a cargo das instituições acatarem ou não com a aprovação do uso do nome social para pessoas transgêneras, sendo essa uma das dificuldades que essas pessoas encontram ao buscar por direitos básicos (como Educação e Saúde) em instituições sociais, como escolas, universidades e órgãos de saúde.

Através do referido Decreto, ao menos, há a possibilidade de pessoas transgêneras serem respeitadas por seus nomes e gêneros em instituições e órgãos públicos federais, no entanto, uma instituição que seja particular (não governamental) pode não respeitar essa demanda, tornando as relações sociais das pessoas transgêneras mais burocráticas e humilhantes.

Ademais, ter a portaria do nome social em determinada instituição, automaticamente não transformará a vida das pessoas transgêneras em algo menos discriminatório, uma vez que trabalhadores e gestores podem continuar sem respeitar a normativa e reproduzindo preconceitos engessados.

Segundo Bento, o nome social é uma medida paliativa, é uma cidadania à

conta gotas, um puxadinho de cidadania, uma cidadania precária (não há cidadania). Como pessoas transgêneras não tem direito a cidadania plena, erguem-se puxadinhos em uma universidade ou outra, um órgão ou outro, um estado ou outro. O Decreto assinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff funciona no âmbito restrito federal, apenas. Dessa forma, pessoas transgêneras tem que torcer e implorar para que de fato as portarias sejam respeitadas.

No Brasil, para ter de fato esse direito garantido e respeitado, a pessoa transgênera deve mover um processo judicial com envolvimento de um advogado para quem sabe ter uma sentença favorável e ter um registro civil representativo. Com uma sentença favorável, que reconheça a identidade da pessoa transgênera, instituição nenhuma poderá negar seu nome e seu gênero, afinal o Estado estará legitimando e reconhecendo a autoidentificação da pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todavia, de modo geral, o judiciário brasileiro reproduz conceitos de gênero disseminados socialmente, encarando o mesmo como algo definido pelo genital, exigindo muitas vezes que a pessoa transgênera passe por outro processo compulsório, de violação, que é o procedimento de transgenitalização⁶⁹.

Para ter acesso à cirurgia de transgenitalização a pessoa transgênera deverá passar por mais burocracias e constrangimentos, respeitando o Processo Transexualizador (portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008), criado pelo Ministério da Saúde, e submetendo-se à terapia compulsória de no mínimo dois anos, com uma equipe multiprofissional composta por psicólogo, psiquiatra, endocrinologista e assistente social. Ao término, a pessoa necessitará de laudos que comprovem que de fato ela tem a identidade que reivindica, a fim de entrar na fila para se submeter à cirurgia. Caso a pessoa não queira se submeter à cirurgia, por questões pessoais ou de saúde, existe uma grande probabilidade de que o judiciário não a reconheça legalmente como parte do gênero que ela reivindica.

Dessa forma, se entende que a falta de um documento

adequado/representativo à identidade é motivo de violências transfóbicas em instituições sociais, políticas, econômicas, culturais, dentre outras, dificultando e impossibilitando a permanência de pessoas transgêneras na escola, mercado formal de trabalho, acesso à saúde, dentre outros.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Ana. *A Construção Histórica do Feminino e do Masculino*. In: STREY, Marlene N. et al (orgs). **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TONHON, Magô. **Nome Social É Direito!** Disponível em: < <http://transfeminismo.com/nome-social-e-direito/> >. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA: em debate a perspectiva da educação inclusiva

Elisângela Maia Pessoa ²⁰

Aline Benites Ramos ²¹

Adriane Guedes Medeiros Eidelwein ²²

Eduarda Rodrigues Fernandes ²³

RESUMO: Esse artigo constitui resultado de pesquisa que objetivou fomentar discussão sobre qualidade de vida no envelhecimento numa perspectiva de reflexão sobre a importância da educação inclusiva. Foi realizada pesquisa de opinião pública por meio de enquete, onde se buscou realizar reflexão sobre os conceitos que se tem sobre envelhecimento objetivando compreender o que a comunidade acadêmica, tem a dizer sobre a velhice. O tipo de pesquisa realizada foi à quantitativa e qualitativa, sendo que responderam ao formulário 105 entrevistados. O resultado do estudo serviu como base para colocar em prática o projeto de extensão denominado EnvelheSER²⁴, que objetiva promover reflexão sobre o envelhecimento humano visando contribuir com indicações de possibilidades de melhoria da qualidade de vida no envelhecer bem como fortalecimento de políticas públicas. Ressalta-se a necessidade de pensar o envelhecimento na perspectiva positiva que busca ações, reivindicações, posicionamento e garantia de vivência plena das possibilidades que a conjuntura política, econômica e cultural oferece; onde ser idoso não seja visto como um fardo. A partir dos resultados conclui-se que há necessidade de inclusão do tema envelhecimento de forma transversal nos currículos educacionais – uma vez que o próprio Estatuto do Idoso (2003) prevê essa necessidade – desde educação de base até o meio universitário. A educação inclusiva deve prever uma gama de temas que levem a diversidade de ideias, posicionamentos e ações não somente voltadas a questões econômicas e sociais, mas essencialmente ideológicas.

Palavras-chave: Envelhecimento, Qualidade de Vida, Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Para construção do presente artigo – a partir das experiências no projeto de extensão – elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância de uma educação inclusiva que debata a questão da inserção da pessoa idosa? Assim as reflexões realizadas constituem fruto de pesquisa de opinião realizada, onde se utilizou como norte teórico o método dialético crítico - categoria historicidade, totalidade e contradição - tendo como tipo de pesquisa a quantitativa e a qualitativa tendo como apoio levantamento bibliográfico. A pesquisa qualitativa

possibilita ao pesquisador aprender a realidade de forma mais subjetiva, no qual se tem um contato mais direto com o sujeito/objeto, assim conhecendo as suas particularidades. Tem por objetivo “trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito” (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Já na pesquisa quantitativa se apresenta resultados de forma objetiva por meio de dados, porcentagens, gráficos, etc. Para os dados quantitativos foi realizada enquete, denominada pesquisa de opinião na Universidade Federal do Campus de São Borja, com a comunidade acadêmica – compreendendo discentes, docentes e técnicos em assuntos educacionais –. Destaca-se que o “conhecimento da realidade se dá a partir de critérios de representatividade probabilística da amostra e dos dados, pela objetividade e neutralidade do pesquisador, pela separação entre fato e valor” (MARTINELLI, 1999, p. 33). Foi realizada análise de conteúdo para dimensionar os resultados do estudo.

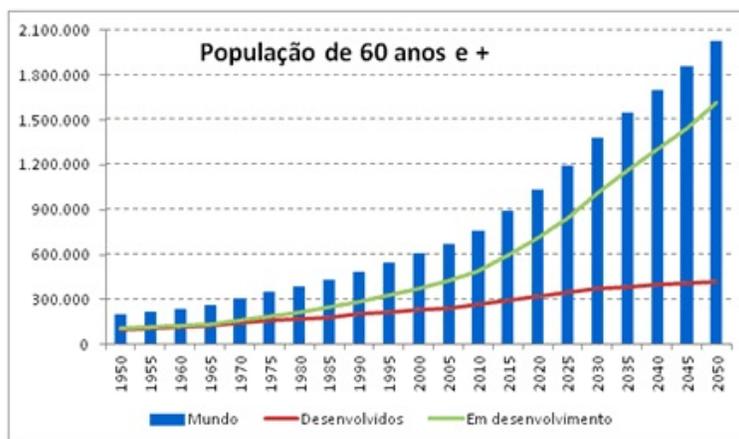
Responderam a enquete 105 sujeitos – foi utilizado como instrumento de coleta de dados questionário –, onde ficou evidenciado um grande número de alunos e docentes, que tem como maior base de questionamento necessidade de busca de informação sobre a questão da qualidade de vida do idoso, direitos do idoso e violência. O material da pesquisa foi utilizado, para reflexão do estudo sobre o tema do envelhecimento humano, alterações físicas e cognitivas na velhice e os fatores que influenciam no processo de envelhecimento, uma vez que o mesmo se dá de forma heterogênea.

Os dados qualitativos foram buscados em pesquisa bibliográfica que dialogasse com os achados quantitativos. Tanto a pesquisa quanto o artigo que se apresenta serviram de base para colocar em prática Projeto de Extensão EnvelheSER: refletindo sobre qualidade de vida no envelhecimento (3ª edição), que tem por objetivo promover reflexão sobre o envelhecimento humano visando contribuir com indicações de possibilidades de melhoria da qualidade de vida no envelhecer bem como fortalecimento de políticas públicas.

Pontua-se que nas últimas décadas, tem ocorrido aumento considerável da expectativa de vida ao nascer – melhoria de condições de vida, descobertas medicamentosas, etc. – desde o nascimento. O crescimento econômico, assim como as crises financeiras levaram a sociedade brasileira a preocupar-se cada vez mais com o bem-estar social e financeiro dos homens e mulheres o que conseqüentemente fez com que a população tenha nos últimos anos optado por ter cada vez menos filhos, assim o número de idosos em detrimento aos jovens é crescente.

Segundo os dados do IBGE (2015) cerca de 84,4% das mulheres e 78,03 % homens serão considerados velhos até 2050, isso é um número bastante significativo. A evolução do número de idosos no Brasil pode ser observada nos gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Envelhecimento da população brasileira



Fonte: IBGE, 2015.

O que se pode analisar é que a população brasileira vem se transformando em termos de faixa etária, o que ocorre devido à redução do número de jovens e o aumento da população idosa no Brasil. Desta maneira é importante à compreensão da conjuntura na qual os idosos estão inseridos, até mesmo para que se crie políticas públicas para atender as demandas oriundas dessa faixa etária,

bastante expressiva no país. Com base nesses dados é importante que se pense estratégias de entendimento das questões que envolvem o processo de envelhecimento e assim compreender a diferença entre velhice e envelhecimento. Ser idoso pode se tornar um constante desafio, pois a população brasileira não se prepara para velhice, momento onde podem se acarretar vários problemas de saúde, conflitos familiares, bem estar-social, como também problemas psicológicos, emocionais e etc. O processo de envelhecimento ocorre desde que nascemos, onde a cada tempo que passa vai se manifestando mudanças nos aspecto físico e cognitivo do ser humano. O processo de envelhecimento vai ser heterogêneo, ou seja, cada um envelhece de forma diferenciada, cada sujeito sofre influência a partir de seu estilo de vida, determinado pelos condicionantes sociais que os cercam, próprios de um sistema capitalista que gera as mais diversas desigualdades sociais.

O envelhecimento populacional em curso no Brasil é descrito de várias formas, invariavelmente aonde vem sendo enfatizando que o envelhecimento populacional é um problema grave. Destaca-se que velhice é uma fase da vida do ser humano – assim como a juventude e a fase adulta – enquanto envelhecimento trata-se de um processo gradual que tem influência de vários agentes externos aos sujeitos. Destaca-se que a velhice não é um problema, mas sim a falta de acesso a bens e serviços que garantam condições dignas de sobrevivência.

A heterogeneidade do processo de envelhecimento pode ser demonstrada, por exemplo, na questão da desigualdade entre homens e mulheres e a própria expressão da questão social que está atrelada no processo de envelhecimento. A partir do entendimento do que é o processo de envelhecimento – que em cada ser humano se caracteriza de forma diferenciada, a partir de suas vivencias de vida –, estudos tem mostrado que para muitas famílias prestar cuidados para um idoso tem se mostrado como um fardo e não como um processo natural da vida. Desta forma é importante destacar a importância do estudo sobre a velhice por meio da Gerontologia Social.

A Gerontologia Social proporciona a realização de uma série de pesquisas

no que diz respeito ao processo de envelhecimento. Fraiman (1995, p. 26) a “Gerontologia é uma macrociência que estuda o envelhecimento nos seus múltiplos aspectos biopsicossociais, enfocando tanto os grupos de idades, quanto as fases ou ciclos do desenvolvimento humano”. Esse ramo do conhecimento busca promover reflexões acerca na necessidade da população idosa ser atendida em suas necessidades na busca do bem-estar social, dando atenção às necessidades, físicas, emocionais e sociais que surgem ao longo do tempo. Torna-se de extrema importância discussões sobre o envelhecimento principalmente no âmbito das unidades escolares desde o ensino fundamental ao universitário.

O ENVELHECIMENTO NA PERSPECTIVA UNIVERSITÁRIA

A realização da pesquisa de opinião pública aplicada na Unipampa - Campus São Borja, foi extremamente importante para questionar a comunidade acadêmica sobre temas que auxiliariam na construção do projeto EnvelheSER, com debates sobre o processo de envelhecimento. As perguntas tiveram por objetivo esclarecer como a comunidade universitária vem compreendendo o envelhecer, assim como foi buscando subsídios quanto possíveis interesses e dúvidas sobre a velhice e envelhecimento que podem ser esclarecidas na aplicação do projeto.

O questionário contou com a participação de 105 pessoas onde foi questionado em um primeiro momento O que é ser idoso? Essa questão trouxe muitas respostas diversificadas, dos 100% dos alunos e professores que responderam às perguntas, 2% das pessoas responderam que é “uma pessoa que se torna dependente de outros”, 5% responderam que é “ter capacidade limitada”, outros 9% responderam que é “o processo de degradação biológico e emocional”, um grande número respondeu que é “uma fase natural da vida” 82%, e ainda contamos com mais 2% que decidiu declarar que ser idoso é “sabedoria ao passar do tempo” como também “enfrentar os limites que a sociedade impõe”. Embora maioria tenha pontuado que seria uma fase natural da vida, o que deveria

remeter a velhice e não ao envelhecimento, 16 % indicaram estereótipos comuns da sociedade que visualizam o idoso como dependente, limitado ou atrelado à degradação conforme outras pesquisas já apontam. Assim infelizmente o idoso por ser visto como:

O ser velho que representa um conjunto de atribuições e transformações negativas que estão ligadas ao conceito tradicional de velhice. No imaginário social o velho está diretamente associado à estagnação e perdas que levam à ruptura e ao isolamento; inflexibilidade decorrente de apego a valores ultrapassados e cristalizados que também levam ao isolamento social; imagem negativa do aposentado, significando um final de vida, falta de capacidade pessoal e a exclusão da rede produtiva; pessoa que necessita de cuidados, sem força, sem vontade, sem vida, doente, incapacitado e que por todos esses motivos fez opção pela passividade (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 8).

A segunda pergunta questionou quais as dificuldades que o sujeito acredita que sejam as constantes no envelhecimento? 3% das pessoas responderam “conflitos geracionais”, outros 5% responderam “acesso à saúde”, 15% que responderam que é “perda da autonomia”, 21% que responderam “acessibilidade de forma geral” e mais 21% responderam como sendo um período de “mudanças físicas e emocionais”. A resposta que teve mais destaque contou com 32% de afirmações que indicaram a questão do “preconceito social”. O preconceito social dentro da sociedade contemporânea é algo institucionalizado, onde os indivíduos são tachados de bons ou ruins, se tem um pré-julgamento dos mesmos, ou seja, os indivíduos são rotulados por pertencer a uma classe social, etnia, religião, etc. O preconceito é efetivado geralmente em meio às relações de poder. A partir do que se pode entender do preconceito social e do impacto dele na vida do idoso, isso fica claro as relações de poder familiar e social perante o idoso, pois se acredita, que em muitas situações, que o idoso não tem capacidade e, portanto precisa de cuidado, direto, vale salientar que o idoso não é um ser incapaz, pode ser acometido de problemas próprios da faixa etária, mas que não o impossibilitam de agir, pensar e tomar decisões. Muitos preconceitos são perpetuados por falta de entendimento da sociedade e do próprio indivíduo sobre o que é ser idoso. Gera-se o preconceito social na maioria das vezes de ordem de

senso comum. Assim,

O preconceito contra o idoso possui um contexto social histórico de acordo com o modo de produção provocado pelo sistema capitalista que se estende até os dias de hoje, os paradigmas da sociedade é focada no capitalismo, consumismo e realismo que visa atender com mais especificidade as demandas de um público jovem (SILVA; NASCIMENTO; SANTOS 1999, p. 243).

O tema sexualidade no envelhecimento, por exemplo, é visto por muitos de forma preconceituosa, por causa de diversos fatores, principalmente pelas limitações físicas que podem surgir na velhice. É importante destacar nesse âmbito a falta de informação. Destaca-se que “por muitos séculos, a sexualidade foi vista pelas civilizações como sinônimo de sexo e diretamente ligadas à reprodução” (BERNARDO; CORTINA, 2012, p. 75). Desta forma o idoso é visto como alguém incapaz de ter relações sexuais por não ter uma vida ativa como as demais pessoas. Apesar de diversas reflexões sobre a sexualidade na velhice, o idoso pode ter uma sexualidade normal, talvez apenas não com a mesma frequência ou intensidade, pois:

O envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico que determinam algumas perdas de capacidade e adaptação. Nesta fase identificar concomitantemente a diminuição da potência sexual como também de outras funções é primordial. No entanto a sexualidade continua sendo uma necessidade básica da velhice, que visa à busca do prazer, afeto e intimidade, articulando-se a fatores hormonais, emocionais e socioculturais (NOVAES, DERNTL apud BERNARDO; CORTINA, 2012, p. 75).

Outro tema relevante a ser destacado no envelhecimento reside na questão da aposentadoria do idoso. Além de ser considerando improdutivo quando se aposenta ainda tem-se como agravante o fato de que nem sempre o valor dos benefícios ou aposentadorias é suficiente para as necessidades que o envelhecimento requer. Assim, não raro o idoso procura outras possibilidades para manter sua sobrevivência, até mesmo continuando a trabalhar. Destaca-se aí a importância do Benefício de Prestação Continuada, amparo social ao idoso que não contribuiu com a previdência social. É um benefício garantido pela Lei Orgânica de Assistência Social 8.742, que traz em seu art. 2º que a assistência

tem como objetivo “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993, p. 7).

A partir da enquete ressalta-se a questão da autonomia do idoso na qual reflete na questão de decisões e de autogestão de sua vida diária, pois é de suma importância para o idoso que ele não se sinta reprimido e até mesmo sufocado pela superproteção ou negligência de seus familiares. Portanto é necessário que os familiares deixem que o idoso tome suas decisões em relação a sua forma de viver, lazer e sua alimentação desde que não prejudique a sua saúde. A autonomia deve ser compreendida como um direito do idoso e não como um favor a ser oferecido, segundo (CUNHA, et al., 2012), a dignidade, integridade e liberdade se torna fundamental para que o idoso tenha uma boa qualidade de vida.

O respeito à autonomia pressupõe a oferta de informações e a obtenção do consentimento informado do idoso, através da manifestação de sua vontade, sem ter sido submetido à coação, influência, indução ou intimidação (ALMEIDA; AGUIAR apud CUNHA et al., 2012, p. 661).

Quando questionado a comunidade acadêmica quais temas relacionados ao envelhecimento seriam importantes de serem debatidos na universidade 2 % indicaram a questão da “morte”, 2% declararam que dos temas a serem estudados sobre o envelhecimento seria interessante aprofundar-se em “relatos de vida” como também “atenção da família”, 12% responderam “sexualidade”, outros 14% indicaram “violência”, 26% afirmaram necessidade de discussão quanto aos “direitos” e a resposta com maior número de indicações foi “qualidade de vida” que contou 44%. A partir das respostas do questionário é possível perceber que muitas pessoas não tem uma ideia clara sobre o processo de envelhecimento e sobre a própria velhice, desta forma é fácil entender porque os idosos sofrem muitos preconceitos e desigualdades, pois muitas das vezes a própria sociedade delimita o espaço do idoso, não lhe dando qualquer tipo de autonomia.

Dentre os temas que foram questionados, na terceira pergunta ganha destaque, os temas qualidade de vida, direitos e violência, esses temas foram

debatidos dentro do projeto de extensão EnvelheSER, que pretende fortalecer debates em torno do processo de envelhecimento e preparação para o envelhecer com qualidade de vida assim como a necessidade de atendimento qualificado aos que se encontram nesta fase. Destaca-se que a qualidade de vida no envelhecer, está baseada no bem-estar, ou seja, é importante que se obtenha acesso a uma vida saudável no cotidiano, tanto para as condições físicas e psicológicas como também no âmbito das relações sociais. Esse processo se dá pela satisfação que o idoso tem em sua fase atual e para isso é necessário que o idoso se sinta seguro tanto emocionalmente como financeiramente até mesmo para manter o equilíbrio de sua autoestima e identidade, para tanto necessita de apoio da família e do Estado. Destaca-se que:

Qualidade de vida é uma palavra de difícil conceituação, porém vem sofrendo modificações ao longo do tempo. (...) palavra qualidade é definida para qualificar pessoas ou objetos e a palavra vida, é destinada a vida digna, direito a vida. Desse modo é possível à compreensão da qualidade de vida como “sentir-se bem”, e no envelhecimento é necessária a contribuição de todos para que o idoso possa ter uma boa perspectiva de vida e não deixar abalar pelas possíveis dificuldades que a velhice inevitavelmente impõe (PASCHOAL, 2000, p. 19).

A garantia de direitos também é outro ponto importante a se destacar. Para esse artigo destaca-se a Lei nº8.842 de 4 de janeiro de 1994 – Política Nacional de atendimento a Pessoa Idosa, que se efetiva por garantir os direitos da pessoa idosa, como também a busca pela garantia da qualidade de vida dos mesmos, dando autonomia e liberdade para sua participação efetiva na sociedade. Tem-se como princípio da política nacional do idoso no art.3º, onde consta que “a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (BRASIL, 1994, p. 1). Desta forma fica claro que ninguém nem o Estado podem usurpar os direitos dos idosos, mas sim garantir seu bem estar social.

Outro garantidor de direitos dos idosos é o Estatuto do Idoso, Lei nº. 10.741, de 1º de Outubro de 2003 que garante aos idosos, direito a vida, direito a

liberdade, respeito, dignidade como também alimentação, direito a saúde, habitação, além de educação, cultura, esporte e lazer. Ao Estado fica expressamente indicado responsabilidade de garantir os direitos à previdência e assistência social e outros, tudo para o bem estar social do idoso para que esse possa ter uma vida digna, sendo assim a maior responsabilidade ainda encontra-se centrada na família.

Infelizmente, porém é fato que vem aumentando índices em torno da violência contra os idosos, onde muitos sofrem violência intrafamiliar – principalmente no âmbito econômico, quando a família se vale da renda do idoso –, mas também está muito presente violência urbana e institucional – quando os idosos estão principalmente sendo institucionalizados –. Dessa maneira é importante ressaltar necessidade de fomentar discussões e inserir o debate em torno do envelhecimento na educação para que ocorra preparação previa para essa fase da vida. Não é possível trabalhar na perspectiva de reprodução ou naturalização da violência.

[...] Em muitas sociedades, diversas expressões dessa violência, frequentemente, são tratadas como uma forma de agir “normal” e “naturalizada” ficando ocultas nos usos, nos costumes e nas relações entre as pessoas. Tanto no Brasil como no mundo, a violência contra os mais velhos se expressa nas formas como se organizam as relações entre os ricos e os pobres, entre os gêneros, as raças e os grupos de idade nas várias esferas de poder político, institucional e familiar (MINAYO, 2005, p. 5).

A violência contra a pessoa idosa se manifesta de várias formas, mas principalmente por muitos considerarem a pessoa idosa como algo que já não serve mais para a sociedade, como um fardo, gerando muita desigualdade e tornando essas pessoas totalmente dependentes de outros, e assim dando liberdade para que abusem da dignidade deles. Por isso a importância do estudo nessa área, para a compreensão do processo de envelhecimento para que a sociedade em geral compreenda que o idoso é uma pessoa normal e tem os mesmo direitos que qualquer outra pessoa, assim que acabe a distinção entre pessoas, pois todos são iguais.

No âmbito universitário ainda precisam ser amadurecidas questões envoltas

na necessidade de valorização de pesquisas que tenham o envelhecimento como foco de debate, privilegia-se pesquisas tecnológicas, econômicas em detrimento de estudos sobre comportamento humano, principalmente quando este é voltado para idosos. Assim o presente artigo indica ser de relevância fundamental pensar o debate sobre o envelhecimento de forma transversal nas matrizes curriculares, principalmente no que diz respeito a educação inclusiva.

O ENVELHECIMENTO ENQUANTO TEMA TRANSVERSAL PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Existe necessidade de inserção do tema envelhecimento de forma transversal nos currículos educacionais, tanto para educação básica como também universitária, onde trará uma diversidade de ideias ampliando o posicionamento dos jovens frente a uma sociedade desigual, principalmente nesse processo natural da vida. Assim adentrar no universo das escolas e universidades na garantia do pleno desenvolvimento humano pode levar a diversidade de compreensão do que é o envelhecer. Segundo o Ministério da Educação (MEC, 1997, s/p), o envelhecimento:

são temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhadas, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes.

O próprio Estatuto do Idoso (2003) prevê a necessidade de ser discutido o envelhecimento como um tema diversificado nas escolas e também em outros espaços porém

No Brasil ainda existe uma grande diferença entre a lei e a realidade dos idosos, isso se deve ao grande número de discursos que os priorizam, mas que não se efetivam. Para modificar essa situação, esse assunto não pode deixar de ser debatido e as reivindicações devem vir de todos os espaços da sociedade, pois somente uma grande mobilização, ou seja, a população organizada pode exercer uma grande pressão para que se configure uma nova visão sobre o processo de envelhecimento dos cidadãos brasileiros, não somente para o Estado, mas também para membros da sociedade civil que se deixam levar pelo preconceito, como se estivessem isentos a essa fase da vida (TONON, OLIVEIRA,

Torna-se relevante discutir a importância de dar visibilidade ao Estatuto do Idoso (2003) nos currículos educacionais, nos conselhos de direitos e na própria sociedade. Destaca-se que a Lei nº 8.842 de Janeiro de 1994 assegura os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia. Sabe-se, porém, que mesmo o Estado promulgado leis protetivas para o idoso, são insuficientes para suprir as demandas dos mesmos, até mesmo pelo crescimento da população idosa. Além da legislação existe necessidade de discussão cultural e social sobre o entendimento que se tem sobre envelhecer principalmente em uma sociedade capitalista onde há valorização da produção em detrimento a realização humana.

Segundo o Estatuto do Idoso (2003), Art. 3 do Capítulo II dos princípios e das diretrizes o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento de informação de todos. No art. 22 do Estatuto do Idoso (2003), está declarado que “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e a valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (BRASIL, 2003, p. 9). Com base nesse indicativo é possível afirmar que esse tema deve ser visto não apenas como necessidade de estudo, mas como algo bom para a construção de uma sociedade mais justa.

Falar sobre envelhecimento para os jovens é algo que pode se tornar extremamente complexo, pois os jovens estão cada vez mais cedo, com toda essa tecnologia existente, querendo saber de novidades e descobrir o mundo, portanto falar do assunto com eles requer estratégia e dinâmica até mesmo utilizando das redes sociais e aplicativos para estimular discussões. É de fundamental importância debater o envelhecimento junto aos jovens, até mesmo para evitar conflitos geracionais, para que todos possam viver em harmonia independente de idade, e respeitando as diferenças de cada pessoa.

A educação inclusiva é uma ferramenta usada para que todos os indivíduos façam parte da educação, promovendo o processo de aprendizagem e criticidade que não seja só uma forma de aprender ler e escrever, mas também de interação com a comunidade e a sociedade em geral. Assim,

Queremos uma escola capaz de trabalhar um currículo significativo, preparada para que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem, em que a proposta política pedagógica esteja alicerçada a uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica (...) (SCHRAM; CARVALHO apud FREIRE 2000, p. 44).

Refletir sobre a educação inclusiva segundo o autor Freire (2005) é falar do papel social, pois através dela se transforma indivíduos, capacita, modifica uma sociedade, tornando assim sujeitos críticos para compreender esse processo histórico, cultural e social. Portanto a educação é uma ferramenta que pode ser usada para inclusão dos idosos, para que se tenha conhecimento de seus direitos e da própria política pública, onde se deve buscar a legitimação que materialize acesso a programas e benefícios.

Portanto estudar o processo de envelhecimento e buscar a inclusão desse tema nas escolas e na sociedade pode estimular e fortalecer a perspectiva de melhoria de qualidade de vida do idoso. Debater o tema envelhecimento de forma direta ou transversal pode estimular os jovens a compreender o que essa fase requer diminuindo o preconceito contra a pessoa idosa. A sociedade de forma geral deve se informar e acima de tudo cada sujeito deve se preparar para seu próprio envelhecimento, pois afinal todos vamos envelhecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta à importância de se discutir a questão da qualidade de vida no envelhecimento, pois pelo grande aumento do número de pessoas idosas no Brasil, torna-se tema urgente a ser discutido de forma direta ou transversal dentro das escolas e universidades, além de outros espaços socioeducativos, gerando reflexão sobre o envelhecimento humano e assim

contribuindo para a melhoria da políticas públicas como também para que o idoso tenha seu espaço dentro da sociedade, não somente sendo visto como um fardo, mas sim como um cidadão de direitos que merece ter suas necessidades atendidas.

Destaca-se no artigo a perspectiva universitária sobre o envelhecimento, através da enquete realizada na Unipampa - Campus São Borja, fica claro que há necessidade de ampliação do debate sobre o tema uma vez que ainda há falta de conhecimento sobre como vivenciar o envelhecimento de forma a garantir espaço social para o idoso, que pode ser travado por preconceitos estabelecidos em torno do envelhecimento.

Destaca-se que o tema envelhecimento pode ser pensando na perspectiva da educação inclusiva, porque não é somente no âmbito acadêmico que esse tema deve ser discutido, mas também dentro das escolas, no qual ira refletir na ampliação do conhecimento e acesso às informações sobre o envelhecer onde podem ser construídos e amadurecidos pensamentos mais críticos e menos preconceituosos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.B.A.; AGUIAR, M.G.G. **O cuidado do enfermeiro ao idoso hospitalizado: uma abordagem bioética.** Brasília: Revista bioética, 2011.

BERNARDO, Rosângela. CORTINA Irene. **Sexualidade na terceira idade.** Santo Amaro: Revista Enferm, UNISA. 2012.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso.** Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

_____. **Estatuto do Idoso.** Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.

_____. **LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

CASARA, Miriam Bonho; CORTELLETTI, Ivonne Assunta; BOTH, Agostinho.

Educação e envelhecimento humano. Educus: Caxias do SUL, RS, 2006.

CUNHA, Juliana Xavier Pinheiro da; OLIVEIRA, Jussara Barros; NERY, Valéria Alves da Silva, SENA, Edite Lago da Silva; BOERY, Rita Narriman Silva de Oliveira; YARID, Sergio Donha. **Autonomia do idoso e suas implicações éticas na assistência de enfermagem.** Outubro de 2012. Link: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v36n95/a18v36n95.pdf>, acesso no dia 24/08/2016 às 18hs.

FRAIMAN, A. P. **Coisas da idade.** São Paulo: Gente, 1995.

FREIRE, P. HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social.** Petropolis-RJ: Vozes, 2000.

_____. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e pratica em educação popular.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio.** São Paulo, Veras Editora, 1999.

MEC. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais,** Brasília: MEC/SEF, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helen dos. **Verbete temas transversais.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira. São Paulo 2001.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência Contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e À sabedoria.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2º edição, 2005.

PASCHOAL, S. M.P. **Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião.** Dissertação (Mestrado), São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antônio. **Velho, Idoso e**

Terceira Idade na Sociedade Contemporânea. Vitória: Revista Ágora, 2006.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antônio Batista. O pensar educação em Paulo Freire: para uma pedagogia. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>. Acesso: 25/06/2017.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. NERI, Anita Liberalesso. CACHIONI, Meire. **As múltiplas faces da velhice no Brasil.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: contribuições para uma Cultura de Paz

Simone Barros de Oliveira⁷⁵

Adriana Hartemink Cantini⁷⁶

Ana Carolina Vaz dos Santos⁷⁷

RESUMO: O trabalho apresenta o projeto de Extensão Universitária da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA do Campus São Borja: **Educação para a Paz e Direitos Humanos em Escolas de São Borja: Justiça Restaurativa em Foco** que através das atividades vem contribuindo na implementação da Justiça Restaurativa no Município de São Borja com uma experiência piloto em quatro escolas das redes pública municipal e estadual. O projeto tem proporcionado à comunidade escolar um espaço de formação crítica e reflexão acerca dos assuntos relacionados à educação para paz como mecanismo de preservação e respeito aos direitos humanos utilizando a metodologia dos processos circulares, com base no referencial teórico da Cultura de Paz e Comunicação Não-Violenta. Como resultados apresenta a realização de *workshops*, oficinas e círculos de construção de paz, realizados ao longo do ano de 2017. As atividades fortalecem os vínculos entre alunos, professores, familiares oportunizando uma prática de ensino voltada à educação para o respeito às diferenças e à diversidade. Essa metodologia de trabalho tem como instrumento fundamental o diálogo entre as partes envolvidas na prevenção e resolução de conflitos viabilizando novas oportunidades de entendimento e diálogo sobre os motivos que desencadearam o conflito, com o objetivo de restaurar as relações entre todos, desenvolvendo ações que os aproximem e co-responsabilizem os envolvidos, compensando danos e despertando compromissos futuros mais harmônicos. Esta ferramenta de trabalho na política pública de educação busca a valorização da pessoa, oportunizando o poder da fala e o poder da escuta através do objeto da palavra. Dessa forma, identificar as necessidades não atendidas dos alunos, professores funcionários, para propor estratégias para supri-las, sem que a violência se manifeste, torna-se um dos objetivos principais das práticas restaurativas nas escolas. A educação para uma cultura de paz é um processo pelo qual se promovem conhecimentos, habilidades e valores necessários para introduzir mudanças de comportamento que possibilitam as crianças, aos jovens e aos adultos a prevenção e enfrentamento da violência, resolvendo os conflitos a partir de suas causas de forma pacífica e rumo ao fortalecimento da cultura de paz.

Palavras-chave: Educação, Paz, Justiça Restaurativa.

INTRODUÇÃO

O projeto de Extensão Universitária é parte das atividades do Grupo de Pesquisa “Educação Direitos Humanos e Fronteira” que vem desenvolvendo diversas ações na perspectiva de estreitar a temática dos direitos humanos nas

relações de fronteira entre Brasil e Argentina, articulando debates e ações nessa região a fim de introduzir a temática da Cultura de Paz como uma necessidade urgente de implementação nos diversos espaços societários. Este trabalho de extensão, tem sua base nos estudos sobre cultura de paz, disseminada através da justiça restaurativa que se utiliza da metodologia dos círculos de construção de Paz para atingir seus objetivos. Nessa perspectiva, dialoga com conceitos de educação para a paz e justiça restaurativa que tem determinações e objetivos distintos.

Dentro da abrangente temática da *educação para a paz*, existem diversas tradições e conceitos, com princípios e objetivos. Como define Guimarães, “[...] recorrendo ao conceito hermenêutico de tradição, entendida como um conjunto relacionado de vivências, de horizontes de compreensão e de jogos de linguagem [...]” (2011, p. 40). No entanto, inicialmente, Kant foi o pensador que deu atenção, em seus escritos, à questão da paz. Embora não sendo educador e, sim, filósofo, realizou uma reflexão importante intitulada “A Paz Perpétua” que pode, neste estudo, lançar as bases teóricas para uma educação para a paz. Em Kant a proposta ensejava instaurar o chamado Estado de paz, em que sua ação mudasse da omissão da violência para a realização efetiva de uma ordem jurídica que permitisse a paz entre as nações. Para ele “[...] a nação condena a guerra como um procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato” (KANT, 1989, p. 40). Nesse sentido, a paz ganha contornos não como sendo apenas a ausência de guerra e violência, mas como a construção de uma *cultura de paz*. O texto faz um breve resgate da paz enquanto significado histórico tendo ciência de que pensar em uma cultura de paz nesse modo de produção vigente é pensar em um caminho que lute pela garantia de direitos e pela superação da violência enquanto prática diária. O presente trabalho surge como uma contribuição para todos aqueles que lutam pela transformação dessa sociedade que ora se apresenta.

A CONSTRUÇÃO DA PAZ

A temática da educação para a paz está amplamente amparada na legislação internacional. Com a emergência de garantias de proteção da dignidade humana dos povos e a proteção da cidadania, foi criada a Organização das Nações Unidas através da assinatura da Carta das Nações Unidas, em 24 de outubro de 1945. Em 10 de dezembro de 1948, é proclamada a Declaração Universal dos Direitos, que em seu art. 1º define que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Dentro dos direitos dos cidadãos do mundo, está o art. 26 que defende que “Todo ser humano tem direito à instrução” e, nesse sentido, a educação é considerada um direito universal, que prevê que todos têm direito de frequentar a escola e ter ao menos a formação elementar e fundamental, sendo obrigatórias.

A fundação da ONU, em 1945, e da Unesco, em 1948, tiveram papel imprescindível no desenvolvimento da teoria e das pesquisas sobre a educação para a paz. Como explica Jares (2011), a Unesco é considerada o maior órgão especializado em educação desde que, com a Resolução 1572 sobre as *Medidas voltadas a fomentar entre a juventude os ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos*, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1960, lhe outorgou a função de estudar formas de incentivar, nas instituições públicas e privadas, a formação de jovens com ênfase na valorização dos sentimentos internacionais de cooperação, de respeito e de solidariedade e os ideais de paz entre as nações do mundo. Como explicita Guimarães (2011), a Unesco teve grande desenvolvimento humanista, dando maior ênfase à tolerância e ao pluralismo.

Atualmente, a cultura da paz vem tomando força na sociedade e especificamente no universo acadêmico, através de pesquisas, formação de grupos de estudos sobre a educação e cultura da paz, dissertações e teses. Este processo articula indivíduos, profissionais e organizações de todas as áreas da

sociedade civil em busca de uma outra sociedade, pautada por princípios e valores éticos que primem por relações humanas diversas e saudáveis que vão ao encontro da igualdade e justiça social. A paz é um valor inclusivo, molda-se pela dimensão e valores da coletividade, ao mesmo tempo em que faz com que o sujeito, o profissional e a instituição, sintam, reflitam e ajam em direção à sua construção e seu fortalecimento.

A PAZ POSITIVA

O símbolo da Cultura de Paz são as mãos entrelaçadas, que representam a troca e o entendimento. Podem ser vistas também como continentes que se abraçam, ou a fusão de pessoas, grupos, vilarejos, a união do norte e sul, a integração das várias culturas, que “se dão as mãos” no mais universal de todos os gestos de paz (CONPAZ, 2009). A materialização dos valores básicos da Cultura de Paz deveria ser um esforço conjunto que inclui cada uma e todas as pessoas da sociedade. Segundo Diskin (2008), para que toda a sociedade se envolva no processo de construção da Cultura de Paz, necessariamente precisa-se intensificar esforços em oito áreas de atuação: Cultura de Paz através da educação; da economia sustentável e desenvolvimento social; do compromisso com todos os direitos humanos; da equidade entre os gêneros; da participação democrática; da compreensão - tolerância – solidariedade; da comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento e da paz e segurança internacional. A partir dessas áreas de atuação, faz-se necessário distinguir paz de ausência de conflitos.

Todos os dias, nos espaços mais diversificados, nas relações cotidianas entre famílias, amigos, grupos de trabalho é comum manifestações de expressões como “fique em paz”, “vá em paz”, “que a paz esteja contigo”, “Deus te dê a Paz”. São expressões que demonstram o desejo de um ser humano para com o outro no sentido do bem-estar pessoal, da tranquilidade, da serenidade, da paz de espírito. Com expressa Galtung (1985), palavras usadas com tanta frequência

servem para criar um consenso verbal sobre o entendimento de paz. Ou seja, universalmente, com tanta diversidade de cultura e civilizações, não há uma definição específica sobre o que é a paz. No entanto, o que predomina pela cultura ocidental, é o entendimento de que a paz é a ausência de conflitos bélicos entre nações. O conceito mais comum que se tem de paz, a associa com ideias de não agressão bélica e com a ausência de todo e qualquer tipo de conflito que possa tirar o sujeito de seu estado sereno de espírito.

Para pensar a paz de forma positiva é necessário, superar a perspectiva de apenas guerra e violência. A paz não pode ser vista como um estado pessoal, portanto, a sociedade é desafiada a vivenciar a paz não como um objeto, mas como um horizonte a ser perseguido, porque somos todos sujeitos co-criadores da paz. A paz pode e deve ser vista como uma construção, obra inacabada. A paz positiva tem a grande preocupação com os problemas econômicos e sociais em decorrência do crescimento econômico que gera desenvolvimento de forma desigual, faz vinculação com grandes e importantes elementos como justiça, direitos humanos, democracia e não-violência (GUIMARÃES, 2005).

A paz na perspectiva de uma nova cultura, tem a dimensão da autorrealização humana que confere a satisfação das necessidades básicas materiais e não materiais. Jares (2007, p. 32) argumenta que quando essas necessidades não são satisfeitas ocorrem naturalmente quatro tipos de violência: violência clássica, da guerra ao homicídio; pobreza, em geral, no campo das necessidades materiais; repressão e a privação dos direitos humanos; alienação e a negação das necessidades superiores. Portanto, compartilhamos das palavras de Freire (1996, p. 42), ao expressar que a paz se cria na superação das realidades sociais perversas e na edificação da justiça social. A paz positiva caminha em direção à justiça social, e é essa paz que se quer alcançar como produto de uma nova cultura.

Oliveira (2009) argumenta que a concepção positiva da paz requer o entendimento de que a análise da paz deve estar vinculada à análise da violência estrutural, direta e/ou indireta, pois as devem necessariamente envolver

cooperação planejada e esforço coletivo para resolver os conflitos. E falar de paz positiva é defender a igualdade e reciprocidade nas relações pacíficas na busca por desenvolvimento, direitos humanos, democracia e principalmente justiça social, considerando que o conceito de paz deveria estar indissociado do conceito de justiça social (JARES, 2007). Galtung (1985, p. 16) afirma que “[...] a paz deve construir-se na cultura e na estrutura, não apenas na mente humana, pois o triângulo da violência tem círculos viciosos integrados”. Diskin (2008), sintetiza na cultura tradicional e na Cultura de Paz, a paz negativa e a paz Positiva. O autor apresenta os principais elementos que diferenciam e caracterizam os referidos conceitos teóricos.

A PAZ NEGATIVA

A *paz negativa*, que faz parte da cultura tradicional prevê a paz como a ausência de guerra e violência direta. Nessa perspectiva a paz encontrar-se-ia em todos os Estados em que não houvesse o conflito armado. Da mesma forma limita-se as relações nacionais e internacionais, sendo que sua manutenção dependeria exclusivamente dos Estados. Dessa forma não seria necessária cooperação internacional para a resolução de conflitos e/ou disputas entre as diferentes nações do mundo. A paz é vista como um fim, como uma meta que não realiza plenamente. Sob esse ponto de vista, a paz seria um objetivo final que jamais poderia ser atingido em sua plenitude devido às configurações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o mundo se encontra na atualidade (OLIVEIRA, 2009).

Da mesma forma o uso de violência seria permitido com o intuito de garantir a paz. Nesse aspecto os fins justificariam os meios. Essa afirmativa é totalmente contraditória, uma vez que, o uso da violência é sinônimo de violação de todos os direitos humanos. Logo, não pode ser utilizada como meio ou alternativa para a imposição de quaisquer ideais, mesmo que eles tenham como objetivo final a paz. A busca pela paz não pode considerar, sob nenhuma hipótese, o uso da violência.

A menos que seja dada ao fracasso o intuito de garantir processualmente a paz. A paz também seria vista como um ideal utópico e inalcançável. Sob esse prisma seria impossível conquistar a paz entre os povos e qualquer forma de garanti-la seria inteiramente desnecessária tendo em vista a conjuntura mundial atual. Concordar com essa afirmação é atestar que esse sistema de violações cotidianas seria normal e natural. São os conflitos que fazem com que estruturas sejam modificadas e que permitem que as pessoas possam reivindicar por seus direitos. Foram os conflitos, organizados coletivamente, que motivaram e protagonizaram importantes conquistas para a população das camadas mais vulneráveis da sociedade e que resultaram em garantias legais que cotidianamente são requeridas por parte dessa referida população (OLIVEIRA, 2009).

A concepção da *paz positiva* incorpora a busca por uma Cultura de Paz entre as nações. Dessa forma a paz seria vista a partir da eliminação de todos os tipos de violência (tanto diretas quanto estruturais), considerando a presença da justiça social e de todas as condições para a sua efetivação. A paz não se limitaria às relações nacionais e internacionais, da mesma forma que sua manutenção não dependeria unicamente dos Estados. Dessa forma, seria necessária e indispensável a relação entre os diversos povos com vistas à busca por estratégias de enfrentamento das desigualdades e possíveis problemáticas. A paz não seria vista enquanto um fim utópico e inalcançável, mas, como um processo contínuo e permanente. Apropriando-se das contribuições de Gandhi que revela que “não há caminho para a paz, a paz é o caminho”, pensamos que ela estaria presente em todas as relações, sendo parte constituinte delas e não como um fim impossível. (OLIVEIRA, 2009).

Nessa direção, enquanto processo permanente, não seriam aceitos qualquer tipo de violências ou ação que fosse ao desencontro da paz. Para essa concepção positiva da paz a violência não pode ser utilizada sob nenhuma justificativa. Ela vai de encontro a concepção defendida de paz. A paz é necessária com a cooperação, o mútuo entendimento e a confiança em todos os níveis. Essas categorias assentam as bases das relações interpessoais e são extremamente

necessárias para o planejamento, a elaboração e a execução de políticas públicas que atendam às necessidades específicas e particularidades das populações nos diferentes locais do planeta. Sob essa ótica de paz positiva o conflito é independente. O negativo não é o conflito se não recorrer à violência para regulá-lo. O conflito é necessário. É preciso manifestar os conflitos latentes e regulá-los, sem recorrer à violência. Dessa forma haveriam outras formas de se trabalhar com os conflitos sem recorrer a ações violentas. Da mesma forma esses conflitos deveriam ser observados de modo a perceber suas raízes e intencionalidades (OLIVEIRA, 2009). Nesse mesmo sentido,

Educar para a paz é uma forma particular de educação em valores. Toda educação leva consigo, consciente e inconscientemente, a transmissão de determinado código de valores. Educar para a paz pressupõe a educação a partir de - e para determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoa e coletiva (JARES, 2007, p. 45)

A paz positiva tem a grande preocupação com os problemas econômicos e sociais em decorrência do crescimento econômico que gera desenvolvimento de forma desigual. Tem a compreensão de que a paz não é apenas ausência de guerra e presença da violência, sobretudo da violência física, mas que há outras formas não tão visíveis de violência, por vezes intensamente perversas, que devem ser consideradas e superadas por via da ação não-violenta.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA

A justiça restaurativa é uma ferramenta importante de resolução de conflitos que tem como horizonte uma sociedade que substitua o modo tradicional de resolver os conflitos com base na violência seja física ou simbólica, pelo diálogo, onde o poder da palavra tenha de fato efeito restaurador. A justiça restaurativa faz parte do processo de educação para a paz. Os referenciais teóricos da educação para a paz e direitos humanos são, entre outros, Diaz (1999); Guimarães (2003 e 2005); Burnley (1993); Ortega e Del Rey (2002); Rayo (1994); Drew (1990); Galtung (1985); Bickmore (1999); Maldonado

(1997); Jares (2007); Hicks (1999); Milani (2003) e Adams (2003). Esses, têm demonstrado serem eficazes na prevenção da violência, possibilitando o aumento do diálogo, negociação, senso de responsabilidade e o protagonismo infanto-juvenil, reduzindo assim os riscos de vulnerabilidade social e penal. A justiça restaurativa também parte do princípio de que as relações podem ser restauradas baseadas nos valores de inclusão, pertença, solidariedade e escuta ativa, entre outros (GROSSI, OLIVEIRA, 2009).

Adams (2003) afirma que as mudanças partem da necessidade de transformação da sociedade que envolve uma tarefa transgeracional que desafia o desarmamento simbólico das pessoas na perspectiva de valores que promovam a igualdade, educando para relações pautadas na participação democrática e na tolerância, ou seja; relações pacíficas como novo marco civilizatório.

A Justiça restaurativa, apresenta-se como ferramenta de educação para a paz. O termo justiça restaurativa, é relativamente novo, vem sendo usado a partir da década de 1980 em países como a Nova Zelândia e a Austrália e, posteriormente, no Canadá e Estados Unidos. O grande precursor desta ferramenta é o advogado Howard Zher que tem se mostrado um dos principais teóricos da justiça restaurativa no mundo. Através de suas publicações é possível encontrar clareza e detalhamento das concepções de implicações da justiça restaurativa para a sociedade, principalmente encontra-se a necessidade de substituir o sistema retributivo pelo sistema restaurativo. Aposta-se com essa substituição, numa nova forma de resolver os conflitos (JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21, p. 25). Essa ferramenta tem sido usada para mediar às relações de conflitos com crianças e adolescente, comunidade, conflitos de propriedade, prisões, escolas, entre outros.

O marco inaugural da regulamentação da justiça restaurativa pela ONU foi a Resolução 1999/26, de 28.07.1999, que dispôs sobre o “Desenvolvimento e Implementação de Medidas de Mediação e de Justiça Restaurativa na Justiça Criminal”, período em que foi proposta a formulação de padrões no âmbito das Nações Unidas. Através de um grupo de especialistas da ONU, construiu-se o conceito de justiça restaurativa:

Justiça Restaurativa é um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro. (BRANCHER, 2015, p. 21).

A Justiça restaurativa no Brasil, vem se desenvolvendo timidamente, e no Rio Grande do Sul, a experiência piloto dessa técnica se desenvolveu através da 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, iniciada em 2002. No entanto, em 2005 iniciou-se um processo mais estruturado de testagem e difusão desse modelo, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Ministério da Justiça, em três locais: Brasília (DF), São Caetano (SP) e Porto Alegre (RS), através do projeto denominado no Brasil de Justiça para o Século 21 que vem trabalhando com círculos restaurativos e círculos familiares (BRANCHER, 2015).

Vários municípios estão implantando núcleos de práticas restaurativas nas Comarcas como uma alternativa viável para resolver conflitos através do uso do poder da palavra. O ambiente escolar tem se tornado um espaço estratégico para a implementação dessa nova técnica de mediação de conflitos em direção a uma nova concepção de sociedade dominada pela cultura de paz que se utiliza da educação como meio para alcançá-la. Vários estudos e pesquisas comprovam que também na escola o aluno exercita o seu potencial, principalmente durante situações de conflito, seja através de agressões físicas ou verbais que de alguma forma deixam marcas profundas. A justiça restaurativa apresenta como valores fundamentais a participação, o respeito, a humildade, a interconexão, a responsabilidade, o empoderamento e a esperança num ambiente de paz, e vem imprimir uma oportunidade estratégica de resolução de conflitos (BRANCER, 2015, pp. 14 e 18).

Portanto, essa ferramenta de educação, busca a valorização da pessoa, o respeito dos sentimentos de cada um e o cuidado com as necessidades de todos. Identificar as necessidades não atendidas dos sujeitos é importante para propor estratégias para supri-las, sem que a violência se manifeste, e isso se torna um

dos objetivos principais das práticas restaurativas em todos os espaços de convivência. A educação para a paz através da justiça restaurativa, vem se tornando um processo pelo qual se promovem conhecimentos, habilidades e valores necessários para induzir mudanças de comportamento que possibilitam as crianças, jovens e adultos prevenirem a violência, resolverem os conflitos de forma pacífica e criarem condições que conduzam à paz. Dessa forma, a inserção de ações práticas voltadas para uma educação para a paz, com enfoque em temas que estão diretamente ligados às situações de conflitos, configura-se como um importante veículo de intervenção e reflexão sobre os impactos da violência, particularmente no meio escolar e o desenvolvimento de estratégias de redução de danos nas relações interpessoais que envolve o conjunto da sociedade.

Quando abordamos o tema da justiça restaurativa referimo-nos as práticas restaurativas, que são uma nova forma de trabalhar com problemas do dia a dia, ao exigir através do diálogo entre vítima e ofensor, a responsabilização pelo dano causado, ou seja, é necessário que de forma consciente as pessoas assumam o que fizeram. O objetivo do processo de restauração é a integração psíquica e social, tanto da vítima quanto do agressor. A capacidade do sujeito ofensor de se responsabilizar pelos seus atos, tem reflexos positivos sobre a reincidência na comunidade, desenvolvendo uma cultura restaurativa.

Contemporaneamente, é consenso que a violência pode ser evitada, seu impacto minimizado e os fatores que contribuem para respostas violentas alterados. Exemplos bem sucedidos podem ser encontrados em todo o mundo, desde trabalhos individuais e comunitários em pequena escala, até políticas nacionais e iniciativas legislativas. A Justiça restaurativa através da realização do círculos restaurativos e a Cultura de Paz através de círculos de diálogo, fazem parte destes exemplos bem sucedidos (GROSSI, OLIVEIRA, 2009).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto de extensão, se

dá por meio formação inicial da própria equipe de extensionistas. Como a temática é nova, houve a necessidade de criarmos um grupo de estudo, realizarmos pesquisa bibliográfica para formação de um acervo na área do projeto possibilitando apropriação teórica para os acadêmicos e voluntários que vem contribuindo no desenvolvimento das ações. A partir de então, foi proporcionado uma capacitação inicial em cada escola par que se conhecessem os princípios e valores da educação para a paz com foco na justiça restaurativa, preparando os participantes para oficinas e posteriormente para a realização de círculos de paz. O projeto se desenvolve com os mesmos temas em quatro escolas localizadas em São Borja, duas pertencentes a rede municipal de ensino e duas a rede estadual de ensino, bem como nos órgãos gestores, a Secretaria Municipal de Educação/SMED e 35ª Coordenadoria Regional de Educação/CRE. As oficinas objetivam formar multiplicadores nas escolas e posteriormente em outras escolas que aderirem à proposta. A partir da realização das oficinas, os grupos envolvidos têm o compromisso de formar outros grupos com os conteúdos apreendidos em sua oficina, atingindo assim, o objetivo de formar multiplicadores e disseminadores dos conhecimentos da educação para a paz. A partir do processo de formação, as escolas elaboram uma proposta concreta de enfrentamento e prevenção da violência sob o viés da Justiça restaurativa. As oficinas temáticas em desenvolvimento têm como eixo teórico metodológico o método dialético crítico, posto que, o resultado final é a construção de um objeto concreto, tendo em vista que as relações sociais que são constituídas nas escolas obedecem uma ordem hierárquica, que, de certa forma, podem servir de insumo para um bom desempenho do projeto. São relações que exigem um olhar mais sensível acerca da realidade apresentada como natural. Nesse sentido, as oficinas são executadas de acordo com o grau de necessidade apresentado no decorrer do processo e a partir dos diálogos dos grupos onde podem ser elencados assuntos a serem discutidos. Acredita-se que, dessa forma, se atendam às especificidades do grupo, ao mesmo tempo em que se realiza uma leitura sobre a realidade partindo da historicidade, analisando a totalidade para então detectar a contradição e

desenvolver práticas relacionadas a educação para a paz e o respeito aos direitos humanos que se configurem como respostas de enfrentamento e prevenção dos atos considerados não saudáveis no ambiente escolar. Após o término do processo de formação, foram realizados os círculos de construção de paz com todos os profissionais dos órgãos gestores e das quatro escolas piloto, como uma forma concreta de vivenciar a educação para a paz, rumo à mudança de paradigma, superando a cultura tradicional em direção à cultura de paz.

RESULTADOS

O município de São Borja foi contemplado com a institucionalização do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania/CEJUSC em 2016. Inicialmente com a implantação dos métodos auto compositivos de mediação e de conciliação judicial capacitando 25 mediadores e conciliadores. A partir da implantação dessas duas importantes ferramentas, iniciou-se o diálogo com o Tribunal de Justiça de Porto Alegre para que o município fosse credenciado com a política pública da Justiça restaurativa através do Poder Judiciário. Eis que, em novembro do mesmo ano, foi firmado o Protocolo de Cooperação entre instituições públicas e privadas de São Borja, para que a política pública se tornasse realidade, realizando-se um curso de formação para 25 facilitadores judiciais em Justiça restaurativa. Esse curso teórico-prático, possibilitou a elaboração de um projeto piloto com duas escolas municipais - Ubaldo Sorrilha da Costa e Sagrado Coração de Jesus - e duas e escolas estaduais - Viriato Vargas e Tusnelda Lima Barbosa.

O Projeto piloto possibilitou a formação de aproximadamente 240 profissionais dessas quatro escolas. A formação se deu através de 8 oficinas de formação, duas em cada escola. Posteriormente, a realização de 23 círculos de construção de paz, atendendo profissionais de todas as áreas que compõem os recursos humanos das escolas. Todo o processo de planejamento e execução dos círculos foi feito com equipe inter e multidisciplinar (Serviço Social, Pedagogia,

Direito, Designer de Moda, Letras, Segurança Pública- Policial Civil). A interdisciplinaridade⁷⁸ foi um elemento fundamental na qualidade das ações, pois o Projeto proporcionou aproximações de diversas áreas do saber possibilitando de forma concreta ações pedagógicas efetivas nos processos circulares. O trabalho interdisciplinar promove sem dúvida, diálogo e saberes diversificados, o que possibilita maior qualidade nos resultados e potencializa as diferentes metodologias de trabalho de várias áreas em uma ação específica. A experiência prática de formação tem proporcionado espaços férteis para a construção de propostas de ações para o enfrentamento da violência nas escolas, assim como através dos círculos de paz. A concepção da educação para a paz forma o aluno para ser um cidadão crítico e defensor dos ideais de paz, sendo realizada por ações concretas para que essa educação seja inovada, transformada e democratizada. Portanto, a escola deve ser,

Uma organização democrática preocupada em ser por si mesma uma fonte de irradiação de valores democráticos deve refletir e auto- avaliar-se de forma contínua sobre os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, sobre a forma como se exerce o poder e, associado a ele, a tomada de decisões. No plano escolar geral, podemos dizer que o poder está relacionado com a capacidade de controle sobre: os recursos econômicos, a utilização dos espaços, os horários, as fontes de informação, a tomada de decisões, a capacidade de controlar/manipular o que o outro deseja, etc (JARES, 2011, p. 195).

Além de formar os alunos para defender esse tipo de conduta, princípio e direito é necessário que dentro do ambiente escolar a conduta seja exercitada constantemente, se tornando muito além de objetivo ou falácia, mas sim uma realidade. Para que a escola tenha tal denominação é preciso que tenha autonomia nas decisões, considerando-se o que é possível, mantendo o controle dos horários, a autonomia no trato dos recursos econômicos e o poder de utilização livre dos espaços que fazem parte da escola.

A apropriação teórica oportunizou aos participantes do Projeto a compreensão de que a educação para a paz é um processo pelo qual se promovem conhecimentos, habilidades e valores necessários para introduzir mudanças de comportamento que possibilitam as crianças, aos jovens e aos adultos a

prevenção e enfrentamento da violência, resolvendo os conflitos a partir das suas causas de forma pacífica e rumo ao fortalecimento da cultura de paz. A aproximação e a co-responsabilização dos envolvidos é uma necessidade que compensa danos e desperta compromissos futuros mais harmônicos. Essa ferramenta de trabalho na política pública de educação busca a valorização da Pessoa, oportunizando o poder da fala e o poder da escuta através do objeto da palavra. Dessa forma, identificar as necessidades não atendidas dos alunos, professores funcionários, para propor estratégias para supri-las, sem que a violência se manifeste, torna-se um dos objetivos principais de práticas restaurativas nas escolas.

Brum (2017) refere que através dos relatórios de cada círculo se evidencia que a escuta qualificada dos demais participantes em relação aos falantes, de forma ordenada, impactou diretamente e de forma positiva durante a realização dos círculos de construção de paz, uma vez que a extração das falas registra a impressão e o estado emocional dos sujeitos ao final da prática no qual o ato de “ouvir” como referem os participantes, pode ser decisivo para uma mudança de atitude em relação ao conflito e para que se estabeleça uma educação para a paz.

A ênfase da escuta profunda de si e dos outros, gera atenção e respeito demonstrando ser essa uma necessidade diária nas relações interpessoais e profissionais. A prática restaurativa está relacionada ao princípio da tolerância defendida pela educação para a paz como necessidade para a construção de uma Cultura de Paz, e se desenvolve na forma de conviver com outras pessoas, respeitando a diversidade humana. O ambiente escolar tem se tornado um espaço estratégico para a implementação desta nova técnica de resolução de conflitos em direção a uma nova concepção de sociedade. A aplicação da Justiça restaurativa vem se tornando um processo pelo qual se promovem novos conhecimentos, habilidades e valores necessários para induzir mudanças de comportamento que possibilitam as crianças, jovens e aos adultos a prevenir a violência, resolver conflitos de forma pacífica e criar condições que conduzam à paz. Dessa forma, a inserção de ações práticas voltadas para uma educação para a paz, com enfoque

em temas que estão diretamente ligados às situações de conflitos, configura-se como um importante veículo de intervenção e reflexão sobre os impactos da violência, particularmente no meio escolar e o desenvolvimento de estratégias de redução de danos nas relações interpessoais que envolve o conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, David. História dos primórdios da cultura da paz. In. **Memórias pessoais**, agosto, 2003. Disponível em: <www.comitepaz.org.br>. Acesso em 08/12/2016.

BRANCHER, Leoberto. **Programa Justiça Restaurativa para O Século 21** – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: AMB, 2015.

BICKMORE, Katherine. “**Teaching conflict and conflict resolution in school: (Extra-) Curricular considerations**”. In: Raviv, A.; Oppenheimer, L. e Bar-Tal, D. (Orgs.). How children understand war and peace: A call for international peace education. San Francisco: Jossey-Bass, 1999.

BRUM, Leticia Souza. **Círculos de Construção de paz: Ferramentas para a construção de uma cultura de paz**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social). Unipampa. São Borja 66 p. 2017.

BURNLEY, Jen. Conflicto. In: HICKS, David (Comp.). **Educación para la paz: cuestiones, principios y práctica en el aula**. Madrid: Morata, Ministerio de Educación y Ciencia, 1993.

DÍAZ, Calo Iglesias. **Educar para la paz desde el conflicto: alternativas teórica y prácticas para la convivencia escolar**. Rosario: Homo Sapiens, 1999.

DREW, Naomi. **A paz também se aprende**. RJ: Niteroi: Gaia, 1990.

DISKIN, Lia. **Cultura de Paz e seus elementos essenciais**. Palestra conferida na Universidade de Caxias do Sul/ UCS. Campus Bento Gonçalves. Bento

Gonçalves: 03/07/2008.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 13^a. Ed.. Campinas, SP: Papirus, 2008.

FLICKINGER, Hans-Georg. **A caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GALTUNG, J. **Sobre la paz**. Barcelona: Fontamara, 1985.

GROSSI, P.; SANTOS, A.; OLIVEIRA, S; FABIS, C. **Implementando práticas restaurativas nas escolas brasileiras como estratégia para a construção da cultura de paz**. In. Rev. Diálogo. Educ., Curitiba. V.9 nº 28. P.497-510. Set/dez.2009.

GUIMARÃES, Marcelo R. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2005

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **As muitas tradições da educação para a paz**. In: **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. - Marcelo Rezende Guimarães. 2^a. Ed.. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

HICKS, David (comp.). Educación para la paz: cuestiones, principios y práctica en el aula. Madrid: Morata, Ministerio de Educación y Ciencia, 1993.

JACCOUD, Mylène. **Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa**. Justiça Restaurativa (Brasília – DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), 2005.

JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

_____. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática** / Xesús R. Jares; trad.

Fátima Murad -- 2. ed. rev. e ampl. - Porto Alegre: Artmed, 2011.

KANT, Immanuel. À paz perpétua. Porto Alegre: L&PM, 1989.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência.** São Paulo: Moderna, 1997.

MILANI, Feizi M. **Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas.** Salvador: INPAZ, 2003.

OLIVEIRA, Simone Barros de. **As Interfaces da Cultura de Paz com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Tese de Doutorado, FSS/PUCRS. Porto Alegre: Mimeo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação Sobre a Cultura de Paz.** Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20%20ONU.pdf>. Acesso em: 18 out. de 2017.

ONU. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 04/04/2015

ORTEGA Rosário; DEL REY, Rosário. **Estratégias para a prevenção da violência.** Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

RAYO Tuvilla José. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceito e distinções.** Porto Alegre: Edições Pyr, 2005.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes – Um Novo Foco Sobre o Crime e a Justiça.** São Paulo: Palas Athena, 2008.

FOUCAULT, BUTLER E A TEORIA QUEER: apontamentos introdutórios

Lucas Giovan Gomes Acosta⁷⁹

Lauren de Lacerda Nunes⁸⁰

RESUMO: O presente artigo objetiva realizar apontamentos introdutórios acerca das teorizações dos filósofos Foucault e Butler acerca da teoria queer de modo a evidenciar pontos de interlocução e contribuições para o tema. A teoria queer se caracteriza por ser um conjunto de ideias que questionam os construtos supostamente naturais que sustentam as categorias de identidade e de sujeito. Nessa perspectiva, Butler coloca em análise as categorias de identidade, o que resulta em uma desestabilização da categoria de sujeito, ou seja, Butler passa a ressignificar as subjetivações, levantando questões sobre a formação da identidade e da subjetividade, descrevendo que estas são construídas no interior das estruturas de poder. Para tanto, a filósofa encontra no pensamento foucaultiano a concepção de poder descentralizador e criador que utiliza para refletir sobre a criação de subjetividades, sempre pensando a formação do sujeito como um processo. Preocupada com o processo pelo qual o indivíduo vem a assumir seu lugar de sujeito, Butler lança mão do método genealógico desenvolvido por Foucault de modo a analisar como as instituições, os discursos e as práticas formam o sujeito, ou seja, como se dá a formação do sujeito no interior das estruturas de poder.

Palavras-chave: Teoria Queer, Identidade, Sujeito, Subjetivações, Genealogia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Judith Butler voltou sua atenção desde o final dos anos 1980 ao início dos anos 1990 para a reflexão das sexualidades e seu papel na configuração de categorias de identidade. Sua contribuição possibilitou importantes reflexões para o debate da Teoria Queer. A teoria queer passou a se caracterizar como um conjunto, nem sempre coeso, de ideias que passam a indagar os construtos supostamente naturais que sustentam as categorias de identidade e de sujeito. Questionar essa naturalização é deixá-los à mostra com o intuito de interpretá-los, contextualizá-los, questionando seu status de verdade.

Nessa perspectiva, Butler coloca em análise as categorias de identidade, o que resulta em uma desestabilização da categoria de sujeito, ou seja, a filósofa está empenhada em questionar e a indagar “o sujeito” e quais os processos que o

permitiram vir à existir; quais os meios que o construíram. Em outras palavras, “[...] um processo que ela chama de uma ‘genealogia crítica das ontologias de gênero’” (SALIH, 2012, p. 18). Tal análise aproxima a filósofa da Teoria Queer – lembrando que a Teoria Queer é resultado de importantes teorias psicanalíticas, foucaultianas e feministas – que concebe o sexo não como resultado de um processo biológico, mas como resultado de processos discursivos no interior da história e no interior das culturas. Portanto, tal teoria problematiza as concepções de gênero, de sexo, de raça, como de outras categorias que criam identidades sobre as quais o “sujeito” se localiza (SALIH, 2012).

Com a palavra Queer, Butler, passa a re (significar) as subjetivações que realizam um abalo nas estruturas normatizadoras do sujeito. Levantando questões sobre os processos que permitem a formação da identidade e da subjetividade e pelos quais se forma os sujeitos “[...] ao assumir as identidade sexuadas/ ‘generificadas’/ racializadas que são construídas por nós no interior das estruturas de poder existentes”, a filósofa encontra no pensamento foucaultiano a concepção de poder descentralizador e criador que utiliza para refletir sobre a criação de subjetividades, sempre pensando a formação do sujeito como um processo. Preocupada com o processo pelo qual o indivíduo vem assumir seu lugar de sujeito, Butler lança mão do método genealógico desenvolvido por Foucault de modo a analisar como as instituições, os discursos e as práticas formam o sujeito (BUTLER, 2003). Em suas palavras, “explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de ‘genealogia’” (BUTLER, 2003, p. 9). Nesse sentido, Butler evidencia que, as práticas discursivas não se efetivam e nem se realizam por antecedentes a essas práticas, mas elas mesmas são criadoras dos sujeitos que as praticam. Aqui, é possível vislumbrar ainda que resumidamente o conceito de performatividade no qual a filósofa se refere às práticas discursivas que criam aos serem (re) produzidas (SALIH, 2012).

Em sua batalha que visa delinear todo o esforço filosófico de controlar como

instância metafísica o desejo, Butler (2003) compreende que o desejo não se realiza de acordo com um sujeito que o dê suporte, ou seja, o “eu” seria apenas um discurso. Não há porque falarmos de um “eu” por trás da performance⁸¹ de gênero. Estas performances, estas ações, são o que constituem a ficção do sujeito. A ficção do sujeito é o resultado, ou melhor, é requerida pelo discurso que herdamos da metafísica da substância. Discurso que precisamos superar de acordo com Butler (2003). Nesse sentido,

[...], o *gênero* não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois [...] seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é (BUTLER, 2003, p. 48 *grifos da autora*).

No desafio de (re) pensar as categorias de gênero para além – leia-se fora – da metafísica da substância é cabível citar aqui a contribuição de Nietzsche, em *A Genealogia da Moral*, de que “[...] não existe “ser” por trás do fazer, do atuar, do devir; o “agente” é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo” (NIETZSCHE, 1998). Para Butler (2003) na esteira da afirmação de Nietzsche citado supra, “[...] nós afirmaríamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48). Não existe “alguém” por trás da obra. Esse é um ponto de importância para a sua crítica em torno das literaturas feministas.

Nesse viés é possível encontrar pontos de contato e diálogo entre as teorizações de Butler e Foucault. Butler compreende que o gênero é uma identidade construída temporalmente a partir de uma repetição estilizada de atos e na estilização do corpo. Para Foucault, a sujeição deriva dos corpos e vivências, ou seja, torna-se imprescindível compreender o funcionamento dos processos discursivos de sujeição dos corpos, dos gestos e dos comportamentos (FOUCAULT, 1988). Butler e Foucault “[...] descrevem a formação do sujeito como um processo que, para ser compreendido, deve ser analisado em contextos

históricos e discursivos específicos [...]” (SALIH, 2012, p. 15). Para tanto, Salih (2012) afirma: “em grande parte, a obra de Butler lê a teoria psicanalítica através de lentes foucaultianas e Foucault através de lentes psicanalíticas [...]” (2012, p. 16). Com isso não estamos a inferir uma acepção filosófica foucaultiana a Butler, mas evidenciar que há afinidades com essas teorias em torno do seu projeto acerca da Teoria Queer. Pois,

Enquanto os estudos de gênero, os estudos de gays e lésbicas e a teoria feminista podem ter tornado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito “feminino”) como um pressuposto, a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas” (SALIH, 2012, p. 20).

As relações de gênero nesse sentido se efetivam no campo das subjetividades; anunciam relações de poder-saber, modificando, modelando, alterando o indivíduo de tal forma que rompem com a concepção intimista de self. Há, portanto, uma instabilidade e indeterminação de todas as identidades “generificadas” e sexuadas. Para tanto, Butler sob o olhar da genealogia de Foucault visa descrever os processos em que a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso. Isso quer dizer que a genealogia é uma investigação histórica, porém, não tem como meta a “verdade” ou o conhecimento. Nas palavras de Foucault, “genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da “origem”” (FOUCAULTO, 1999, s/d). Butler, nessa perspectiva, visa realizar uma genealogia não no sentido da história dos eventos, mas “[...] a investigação das condições de emergência (*Entstehung*) daquilo que é considerado como história: um momento de emergência não passa, em última análise, de uma fabricação” (BUTLER, 1999 apud SALIH, 2012, p. 22).

BUTLER: gênero (s) e a performatividade de gênero

A tarefa de Butler (2003) consiste em formular uma crítica interna às categorias de identidade que “[...] as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2003, p. 22), ou melhor, sua análise consiste em repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade. Ao questionar, por exemplo, “o sujeito” do feminismo, a filósofa afirma: “a identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento” (BUTLER, 2003, p. 23). É na esteira da mesma afirmação acima que um conjunto de problemas se introduz em torno da divisão sexo e gênero.

A unidade do sujeito passa a ser contestada pela distinção que se apresenta a partir do espaço que se abre em torno da divisão gênero e sexo. Se a biologia é o destino do sexo, e o gênero é culturalmente construído, inferimos com Butler,

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados de gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei inexorável (BUTLER, 2003, p. 26).

Se a cultura constrói o gênero, gênero só pode ser compreendido como tão determinado quanto o sexo é biologicamente. Ou melhor, se o destino do sexo é a biologia, a cultura é o destino do gênero. Mas isso não incorreria, perguntamos, em uma essência do sujeito? Ou melhor, se o sexo é biológico, natural, e o gênero é construção social, ou determinante cultural, o gênero não seria uma expressão de uma ideia de essência? Ou seja, tal relação não parece incorrer na compreensão de uma unidade metafísica? Parece que Butler ao inferir a não existência do sujeito, aponta para o abandono da categoria de sujeito. O “sujeito nunca existiu?” Contudo, nas palavras de Butler, “afirmar que o sujeito é ele próprio produzido em — e como — uma matriz generificada de relações não significa descartar o sujeito, mas apenas perguntar pelas condições de sua emergência e operação” (BUTLER, (1993) 2000, p. 116).

Retomando, para Bulter (2003), a masculinidade e a feminilidade são,

portanto, ações desligadas da biologia. Em suas palavras:

“a ‘presença’ das assim chamadas convenções heterossexuais nos contextos homossexuais, bem como a proliferação de discursos especificamente gays da diferença sexual, como no caso de *buth* (a lésbica masculinizada) e *femme* (a lésbica feminilizada) como identidades históricas de estilo sexual, não pode ser explicada como representação quimérica de identidades originalmente heterossexuais. E tampouco elas podem ser compreendidas como a insistência perniciosa de construtos heterossexistas na sexualidade e na identidade gays. A repetição de construtos heterossexuais nas culturas sexuais gay e hétero bem pode representar o lugar inevitável de desnaturalização das categorias de gênero” (BUTLER, 2003, p. 56).

O gênero é uma complexidade. O gênero é sempre feito. O gênero como atos performativos pode se manifestar em qualquer corpo é assim que Butler (2003) busca se desvincular da tradição que vincula corpo e gênero. O corpo nessa acepção seria uma superfície politicamente regulada para além de algo natural e o gênero uma fantasia que travestiria e se circunscreveria sob a superfície dos corpos. Logo, os gêneros seriam “[...] produções dadas com efeitos de verdade de um discurso sobre identidade” (RABELO; AMAZONAS, 2014, p. 1470). Gênero seria, portanto, uma construção; contudo, sem ter um sujeito por trás; que desempenha essa construção, “pois se o gênero é construído, ele não é necessariamente construído por um “eu” ou um “nós” que se coloca antes daquela construção em qualquer sentido espacial ou temporal de “antes”” (BUTLER, (1993) 2000, p. 116).

Ao declarar que o gênero é construído não está inferir artificialidade ou ilusão, [...] em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico” (2003, p. 58). A própria genealogia da ontologia do gênero “[...] busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida” (2003, p. 58).

Se Beauvoir afirma, de acordo com Butler (2003), que ninguém nasce, mas torna-se mulher, *mulher* é um termo em processo, em devir, um construir, sem

origem, sem fim. Logo, “[...] nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um *telos* a governar o processo de aculturação e construção” (BUTLER, 2003, p. 59), pois é “como prática discursiva contínua” que o termo está sempre em aberto, sempre em processo de ressignificações. Mesmo quando parece, o gênero, cristalizar-se. A “cristalização” faz parte de uma prática insistente e insidiosa, “[...] sustentada e regulada por vários meios sociais” (BUTLER, 2003, p. 59).

Portanto, os gêneros performativos não comportam essências ou identidades, segundo Rabelo e Amazonas (2014). Gênero enquanto performatividade aponta para um processo de repetição de estilizada de atos (BUTLER, 2003). A performatividade, portanto, não deve ser compreendida “[...] como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, (1993) 2000, p.111).

Expor que a própria noção de sujeito, inteligível somente mediante a aparência de gênero é a tarefa que Butler (2003) assume como sua responsabilidade no sentido de trazer à tona todos os atos que possibilitam a criação “da aparência social do gênero”. Para tanto, o discurso abre caminho para a compreensão dessas possibilidades.

FOUCAULT: análise da formação discursiva e discursos

O discurso está sempre unido às relações de poder. Para tanto, Foucault visa analisar o discurso de tal forma a compreender as relações históricas⁸² em que as práticas discursivas se formam, criam, recriam e dão sentido ao sujeito. É fundamental considerar as condições históricas para o aparecimento de um determinado objeto discursivo, ou melhor, é fundamental analisar se o objeto discursivo garante “dizer alguma coisa” e se se relaciona com outros objetos.

Segundo Ravel (2005):

O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem

pertencer a campos diferentes, mas que obedece, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas (RAVEL, 2005, p. 37).

Os discursos enquanto conjunto de enunciados, portanto, se sustentam em uma mesma formação discursiva, logo, não possui apenas um sentido e/ou uma verdade, mas acima de tudo possuem uma história. Foucault lançando mão da genealogia de modo a analisar e a compreender os dispositivos que sustentam as estratégias e as práticas discursivas, enfatiza que “é a relação que existe entre esses grandes tipos de discurso que podem ser observados em uma cultura e as condições históricas, as condições econômicas, as condições políticas de seu aparecimento e de sua formação” (FOUCAULT, 2006, p. 49) que o filósofo passará analisar os discursos sob a genealogia. Em outras palavras, a genealogia possui uma estrita relação com a história, e está será construída a partir de rupturas e descontinuidades; não visando uma essência ou uma origem.

É visando analisar o porquê dos saberes terem se constituído de determinada maneira e se transformado a partir de relações de poder, Foucault sob o olhar da genealogia estabelece uma analítica do poder. O que Foucault visa é acompanhar os processos de transformação das relações poder. Poder não como objeto, essência, unidade, fixidez; mas, poder como heterogeneidade, em constante transformação, como relações de força (RABELO; AMAZONAS, 2014). O poder é muito mais sutil e ardiloso, cada um de nós, por exemplo, é no fundo “resultado” de um certo tipo de poder.

Nesse viés, Foucault vislumbrando saber os efeitos dos discursos de poder – que pretendiam dizer uma “verdade” para/sobre os sujeitos - sobre as subjetivações, questionou:

Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo? (FOUCAULT, 1984, p. 12).

A subjetivação está estritamente relacionada às relações de poder. Os processos de subjetivação estão permeados por relações de poder-saber, que modelam, alteram, constroem, reconstróem, desdobram o indivíduo. O poder não atua apenas nos dominando e oprimindo as subjetividades, como também, e principalmente, participando do processo de construção. A nossa personalidade, por exemplo, o nosso mais profundo e íntimo desejo, as nossas necessidades particulares e que parecem nos diferenciar do mundo são frutos, ou melhor, expressões em nós da produção da nossa época. “Portanto, a noção de subjetividade aqui tomada não existe fora de um discurso que a produz como tal, o que sugere a existência de uma parceria entre os discursos e os processos de subjetivação” (ALVES e PIZZI, 2014, p. 82). Nesse sentido, não há sujeito, mas processos de subjetivação.

Como já citado supra, toda formação discursiva congrega um conjunto de casos enunciativos, que regulam, governam e produzem determinados tipos de subjetividade. O louco, por exemplo, a ideia de louco, “se inscreveu em um discurso e foi captado, criado, nomeado e governado por ele” (ALVES e PIZZI, 2014, p. 82). Contudo, “[...] não foi apenas essa captura que garantiu a intencionalidade da ordem do discurso sobre a loucura. Foi preciso que o louco materializasse esse discurso em suas ações, seus modos de viver, ou seja, de sua subjetividade [...]” (ALVES e PIZZI, 2014, p. 82) só assim o discurso sobre a loucura pode ser considerado verdadeiro.

Os discursos desse modo precedem os sujeitos e as subjetividades; e as subjetividades garantem os sujeitos. É o discurso que permite a produção de determinados tipos de subjetividades. “Nele, podemos encontrar mecanismos de subjetivação e as táticas das relações de poder que excluem outras possibilidades discursivas, seja interditando, rejeitando ou separando o verdadeiro do falso, ou fazendo tudo isso de uma só vez [...]” (ALVES e PIZZI, 2014, p. 83).

O pensamento de Foucault torna-se o território no qual podemos pensar os processos de subjetivação a partir dos jogos discursivos de poder, para além de um simples conteúdo representado por signos, mas por práticas que formam o que

fala. Nesse sentido, “ao avaliar um discurso, não permanecemos perante a manifestação de um sujeito, mas sim enfrentamos com a sua disseminação e descontinuidade” (RABELO; AMAZONAS, 2014, p. 1473).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Butler e Foucault

O discurso, de acordo com a definição de Foucault, é um conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de informação. Foucault, a partir da noção de dispositivo e de prática, enlaça a análise do discursivo com o não discursivo. É nesse sentido que o filósofo usa a noção de linguagem para explicitar o que entende por discurso, ou melhor, por práticas discursivas.

As práticas discursivas dizem respeito a um conjunto de enunciados e, assim, sistematicamente formam o mundo de que falamos. Na *Arqueologia do Saber* (2008), o enunciado é central para análise do discurso, pois Foucault buscou investigar um conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo, e próprio sistema de regras, denominando de formação discursiva. As nossas formações discursivas não apenas formam o mundo, como também a maneira de compreendê-lo e de significá-lo.

Para Butler, todas as práticas performativas e suas relações se dão no nível das dimensões simbólicas da linguagem e da cultura. Assim, os corpos tornam-se passíveis de serem pensados.

Já para Foucault, suas reflexões, conceitos e noções permitem uma teorização-crítica das práticas discursivas e não discursivas, bem como das relações de poder que as sustentam, possibilitando repensar, desmanchar e reconstruir vivências, normas, etc. Dito de outra maneira, Foucault nos permite vislumbrar uma perspectiva de poder relacional. Tal poder ocorre no cerne das vivências, nos espaços da vida social cotidiana, ou melhor, onde os “sujeitos” vivem. Onde residem os discursos e práticas.

Nesse sentido, a análise do discurso em Foucault assumiu nesse trabalho – mesmo que com muitas ressalvas a serem feitas – um método possível para

analisar a teoria queer em Butler. Principalmente, como afirmado anteriormente, a filósofa apropria-se do método genealógico concebido por Foucault a fim de realizar uma genealogia das ontologias do sujeito. Encontramos pontos de interlocução que evidenciam possibilidades para compreendermos os discursos que formam o sujeito de tal forma que o próprio movimento feminista e o conceito de gênero, bem como a ideia de corpo entram na esteira e no olhar minucioso desses pensadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Julia. M. D; PIZZI, Laura. C. V. **Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas.** *Revista Temas em Educação, João Pessoa*, v. 23, nº 1, p. 81-94, Jan-Jun, 2014.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. RJ, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith P. **“corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo”.** *In: LOURO, Guacira L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Tradução de artigos: Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Nietzsche, a genealogia e a história.** *In: Microfísica do Poder.* Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Da arqueologia à dinastia.** *In: Ditos e Escritos IV.* Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 3ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

_____. **Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição.

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

RABELO, José O. C. C; AMAZONA, Maria C. L De A. **A questão do método em Foucault e Butler: caminhos enredados**. *Anais do evento: XVIII REDOR: Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas*. Pernambuco, Recife – PE. 24-27 de Novembro, 2014.

RAVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos, Claraluz, 2005.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte. Autêntica, 2012.

A INVISÍVEL POBREZA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE CENTENÁRIO – TO

Maysa Alves da Silva⁸³

Maria Helena Cariaga⁸⁴

RESUMO: O estudo versa sobre programa Bolsa Família (PBF) que objetiva a transferência de renda as famílias que vivem situação de pobreza extrema. Tem por objetivo analisar os subsídios do PBF nas políticas e enfrentamentos realizados na Cidade de Centenário – TO. Para realização desse trabalho foi necessário, conhecer o perfil das famílias beneficiárias em suas diversas realidades com intuito de diagnosticar o conhecimento sobre o Programa e as condicionalidades aplicados pelos gestores, ou seja, como ele está sendo executado em Centenário. A contribuição do PBF sobre a garantia e manutenção que ele estabelece nas respectivas famílias. Para análise de dados realizou-se uma pesquisa qualitativa atrelada à quantitativa e estudo bibliográfico analítico no intuito de obter informações mais concretas. Realizou – se também uma pesquisa de campo no CRAS de Centenário com os três responsáveis do PBF no município. Para coleta de dados foi necessário, a observação e entrevista. A partir das respostas percebe-se que o PBF atende grande parte das famílias, porém, ainda não é o suficiente para garantir a sustentabilidade básica da população, uma vez que a população de Centenário uma grande parte vive em extrema pobreza sustentado apenas como dinheiro do benefício.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Educação, Assistência Social.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propôs a apreender a política pública de transferência de renda em especial o programa Bolsa Família, no município de Centenário e as ações do governo municipal as condicionalidades que as famílias devem cumprir quando estão no programa. Considerando o crescente aumento da desigualdade social e a pobreza que envolve milhões de famílias e conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA, 2017) publicou que em março do corrente ano estava previsto o repasse de R\$ 2,4 bilhões aos beneficiários do programa Bolsa Família, para pagamento de 13,6 milhões de famílias.

Por meio desse foi identificado os resultados das pesquisas sobre o índice de desempenho das famílias beneficiada pelo Programa, os impactos de

desigualdade na sociedade de Centenário, a pobreza existente no município e fazer uma avaliação diagnóstica para entender como os recursos destinados ao Programa estão sendo gasto, foi detectado ainda que existem famílias que são sustentadas apenas por esse benefício do governo federal.

O estudo também se propôs investigar como é o programa no município de Centenário e as implicações para beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), sendo que sua população é de 2.861 habitantes e a grande maioria depende do programa BF para sobreviver, uma vez que são atendidas 277 famílias.

Para essa apreensão foi necessário demarcar o contexto social e econômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Centenário - TO, levando em consideração que se trata de sujeitos históricos vivendo uma realidade social concreta em movimento e que possui contradições, que se apresentam na vida dessas famílias, sendo econômicas, culturais e políticas, conforme a realidade local.

Estudo exploratório e qualitativo direcionado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, analítico e descritivo por buscar os fatores relacionados ao andamento do referido programa nesse município. Foi desenvolvido através investigação diagnóstica sobre o conhecimento sobre o Programa que já se encontra instalado nas famílias mais pobres de Centenário. Para a definição da amostra foi utilizada o método de amostra por conveniência, pois, embora o Programa possua cadastro das famílias, foram entrevistados apenas as que estão sendo beneficiarias no programa até agosto de 2017. A amostragem é definida em 60 sujeitos, escolhidos independentes e sexo, idade ou outras características.

O levantamento dos dados foi usado um questionário estruturado, compostas de 19 questões fechadas divididas em duas partes. A primeira, com 10 questões relacionadas ao perfil das famílias atendidas, e a segunda com 09 questões relacionadas aos principais fatores que os levam a participarem do Programa Bolsa Família no município de Centenário objeto de estudo. Os questionários foram utilizados de duas formas: (a) aplicados aos beneficiários que possuem

condições de respondê-lo sem a necessidade de um entrevistador, (b) em forma de entrevistas quando o beneficiário não possuir condições de responder o questionário sozinho.

OS ASPECTOS HISTÓRICOS E A PESQUISA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

O presente trabalho é relevante, pois pretende demonstrar para a sociedade os aspectos e as determinações que foram encontradas no município e o levantamento dos fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos (beneficiários) do Programa Bolsa Família Centenário – TO, possui uma População (2014): 2.771 e com Área: 1.954,70 Km², sua Densidade Demográfica: 1,40/Km² tem um IDH(2013): 0,569, sua instalação foi 01/01/1993. Conforme as informações encontradas no site da Prefeitura municipal sobre a história de Centenário,

A cidade é marcada a partir dos anos 60, quando Centenário era apenas uma fazenda, e em decorrência da quantidade de famílias lá existentes, alguns moradores começaram a reivindicar melhorias para o futuro povoado. Sobressaiu o Senhor Gustavo Costa, por ser um representante político da região, este reivindica às autoridades de Itacajá o serviço de escola pública, não conseguindo, faz contato com um vereador do município que o indica uma professora para dar aulas em sua fazenda. A escola passa a funcionar em sua propriedade, onde o objetivo era alfabetizar seus filhos, esposa, e alcançando também os filhos de vizinhos.

Baseado nos costumes agrícolas, época definida com o plantio e colheita da agricultura de subsistência, a escola rural foi adequada às necessidades dos moradores do lugar, que reivindicaram o seu funcionamento a cada três meses, pois os demais eram reservados para o plantio e colheita das roças, e assim a escola na Fazenda Nova Iorque atendeu aos anseios dos moradores.

O povoado começa a se desenvolver em razão da Escola Gustavo Costa, atraindo mais e mais pessoas que buscavam novos conhecimentos para seus filhos, iniciando o processo de construção de casa rústicas de taipa e palha para os alunos ficarem no período escolar. A Senhora Sebastiana Wanderley, consta como a primeira professora do povoado.

Os primeiros moradores a residir na cidade foram: Ana Joaquina, pioneira em Centenário, residente no povoado desde 15 de maio de 1984, com finalidade de zelar pelo recém-criado prédio Escolar, incentivando os filhos a estudarem. (to.gov.br/240/DadosMunicipais/em 30.10.2017).

O PBF é entendido como um programa que transferência de renda, concebida

como uma transferência direta a indivíduos e famílias, recursos monetários, beneficia as famílias pobres, com renda mensal sua renda mensal que vai de R\$ 85, 01 a R\$ 170,00 por pessoa, isto é, estando cadastrado legalmente no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Entendo a pobreza desta maneira,

a pobreza deve ser considerada com base em uma perspectiva não somente econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda ou sua insuficiência. Existem aspectos da pobreza que podemos chamar de éticos, concernentes ao autorrespeito e à autonomização. Todavia, o viés econômico, ligado à presença de uma renda regular, permanece uma condição imprescindível para a superação da miséria e dos componentes éticos envolvidos (Módulo I - Pobreza e Cidadania, 2014, p. 23).

Trata-se de conceitos ligados aos benefícios que esse Programa traz em seu desenvolvimento. Uma vez que o mesmo tem seu objetivo principal à erradicação da pobreza em todo o Brasil, embora não sendo executado de forma coerente com seus princípios.

O PBF além da transferência monetária, tem como objetivo possibilitar uma melhoria na alimentação e no atendimento de necessidades básicas do grupo familiar (Silva e Lima, 2010, p. 39), pois por meio da articulação e o desenvolvimento de ações complementares com outros programas complementares e estruturantes que busca alterar e melhorar a vida das famílias na área da educação, da saúde e do trabalho.

Destaca-se o Programa Bolsa Família como um dos mais importantes aliados na busca do desenvolvimento educacional levando em conta a Política dos Programas Sociais existente no Brasil.

No momento em que uma determinada classe social se apoderou das riquezas e dos meios de produção, e outra não possuía nada mais além de sua força de trabalho, a pobreza até então conhecida por alguns, tornou-se de massa. E mais, os pobres que se multiplicavam não eram considerados vítimas e merecedores de proteção de vida, mas, ao contrário, culpados pela sua condição (PEREIRA, 2006, p. 240).

O PBF é considerado um dos maiores Programas Sociais que atende as famílias consideradas de baixa renda, ou seja, de extrema pobreza, no município

de Centenário atualmente, atende 277 famílias sendo que 380 crianças estão no Cadastro Único. Segundo informação da gestão do PBF, são 320 crianças frequentando as escolas, que são três no município e uma da rede Estadual. Essa quantidade atendida corresponde cerca de 29, 89% da população do Município. Por meio da pesquisa, da observação e das informações obtidas descobriu-se que 213 dessas famílias são atendidas de forma especial, pois se não fosse o PBF estariam vivendo na miséria, ou seja, extrema pobreza sem condições até mesmo de frequentar a escola.

O PBF é responsável por uma cobertura de 67,4% em relação às famílias pobres existentes no Município. Entende-se que o município ainda está abaixo da meta estabelecida pelo programa.

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOBRE FUNCIONAMENTO DO PBF

É muito importante que os responsáveis pelo programa conheçam a realidade dos beneficiários para entender que o dia-a-dia das famílias atendidas pelo programa não se difere das famílias de outras cidades pequena com as mesmas características, uma vida marcada pela falta de acesso aos bens produzidos e também enfrentam muitas dificuldades para manterem seus filhos.

Desta forma o gerenciamento desse programa no contexto político é conceituado por Arretche como um campo de incertezas, ressaltando, assim, o caráter não previsível da ação pública, que é “caracterizada por incoerências, ambiguidades e incertezas em todos os momentos do processo”. (ARRETCHÉ, 2006, p. 30)

O PBF além de ser conhecido como forma transferência de créditos às famílias, na esfera municipal, é monitorado sobre medidas complementares responsabilizadas pelo gestor municipal. Durante a pesquisa pode se observar mais de perto sobre a realidade encontrada no município onde as principais dificuldades encontradas está nos contratos entre os residentes na zona urbana e os moradores na zona rural, pois grande parte desses beneficiários moram

distante da cidade, o que dificulta o acesso de informações sobre os acontecimentos, ou seja, o acompanhamento e atualização dos seus cadastros.

Dessa forma foi possível perceber que é preciso mais qualidade no transporte escolar e nas informações para repassar as famílias e a todos os beneficiários, conforme explicam, Barros e outros (2010, p. 181), que cabe aos municípios a realização do cadastro das famílias no Cadastro Único, e manter esses registros atualizados, monitorando e informando a exclusão ou inclusão desses no sistema.

A AVALIAÇÃO SOBRE O AS ATIVIDADES REALIZADAS EM PARCERIA COM A ESCOLA.

Observa-se que os profissionais que realizam esse trabalho no município de Centenário não estão muito distantes de outros municípios, embora tendo realidades diferentes. Pode se perceber que esses profissionais se sentem bem em fazer parte desse trabalho, em atender essa população e, possuem muitas preocupações com os resultados.

Para tanto pode ser observado que a Escola tem um papel fundamental para a contribuição do sucesso desses beneficiários, pois durante esse trabalho, foi reconhecido o esforço escolar na realização de estratégias e ações para ampliar o serviço prestado aos profissionais responsáveis pelo presente Programa.

Em Centenário o programa não é visto apenas como transferência monetária mais como um subsídio para as famílias pobres que não possuem condições de manter seus filhos na sociedade e nem na escola. Nesse caso ele é visto por muitas pessoas como um aliado aos pobres e incentivador da Educação. Como se pode ver a maiorias dos beneficiários frequentam a escola. Já a confirmação da frequência ativa na Escola pois 85% dos beneficiários estão com seu cadastro liberado. Isso mostra a grande parceria entre o Programa e a escolar nas informações prestada e políticas de incentivo.

O PBF é considerado um programa bastante amplo, pois seu gerenciamento e

feito pelo poder público, atendendo na maioria das vezes famílias com poucas necessidades e deixa outras com necessidades maiores. Em outros casos sua Gestão é feito por autarquias, Empresas terceirizadas ou até mesmo Fundações. Para a autora Maria Lúcia Prates Rodrigues, “por Terceiro Setor entenda-se (...) a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado.” (RODRIGUES, 1998 p. 31).

Pode-se afirmar que tem um respaldo aceitável sobre como o PBF está sendo conduzido, pois pode ser identificado pelas respostas obtidas, onde 50% dos entrevistados disseram que estão satisfeitos em participar do referido programa.

O repasse realizado mês de julho de 2017 foram transferidos R\$ 71.210,00 para as famílias do município de Centenário em média de R\$ 257,08 (duzentos e cinquenta e sete reais) por família. Após essa afirmação observa-se que esses repasses ainda são poucos para atender à necessidade dessas famílias que apresenta uma precariedade muito grande. Para atender esses anseios, é preciso que a Gestão Municipal em parceria com a União e Estado desenvolvam ações para localizar as famílias que apresentam essas características. Destaca-se o trabalho dos responsáveis se faz importante no momento da avaliação que venha requisitar com eficácia as famílias com necessidade extrema.

O ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL

A escola por sua vez também tem sua parcela de contribuição, pois a mesma deve desenvolver estratégias para que os alunos provenientes dessas famílias não venham a realizar a evasão escolar. É importante se verificar para não causar transtorno no momento de fazer avaliações na manutenção de cadastros para a realização de pagamentos dos benefícios.

Cabe salientar que os pais também devem estar atentos quanto à frequência/permanência de seus filhos na escola. Um ponto positivo é que foi

possível observar que os alunos são muito frequentes na Escola, são acompanhados por psicólogos, pela orientação educacional, e também pelo conselho tutelar onde os mesmos realizam um trabalho de acompanhamento qualificado. A intenção é contribuir para que as crianças frequentem a escola de forma afetiva e prazerosa. Ressalta-se que o resultado é notório, pois os alunos não são faltosos, isto é ainda possui casos isolados de desistência de alunos, porém é feito um trabalho escolar junto as famílias dessas crianças para que eles possam voltar á escola.

A gestão pública por sua vez, cadastra as famílias e assume um compromisso de garantir o acesso de seus filhos à educação e a saúde, esse processo é conhecido como condicionalidade. No município de Centenário não é diferente, percebe-se que o trabalho dos gestores do PBF assume esse papel com bastante responsabilidade, pois incentivam as famílias a permanecerem com seus filhos na Escola e realização junto com a Unidade Escolar ações e estratégias que influencia os alunos não desistirem da escola visando assim o sucesso de todos os beneficiários. O Programa de Assistência Social tem uma grande parceira com o PBF, está dividido em redes, sendo elas: SUS, SENAI, Rede de Supermercado e Farmácias.

O que reforça o pensamento de Bourguignon (2001), a rede exige uma sintonia com a realidade local, o que envolve a cultura e uma sociedade civil, forte e claramente organizada, que seja capaz de ser e ter uma participação ativa da população contribuindo para administração pública.

OS RESULTADOS

Ao observar o público pesquisado foram os dois os sexos sendo (60%) feminino e (40%) masculino, foram pesquisados os dois gêneros, o que confirma a visão que se apoia na concepção de família na qual a mulher-mãe é responsável pelos cuidados e pela educação dos filhos e de certa maneira hoje, pelo provimento de afeto e econômico, pois responde frente as políticas públicas pela

responsabilidade de seus membros. (OIT/PNUD, 2009).

Sobre o percentual do sexo feminino em relação a transferência do benefício é realizado preferencialmente para a mulher, sob a justificativa de que a transferência dos recursos para a mulheres aumenta o seu “empoderamento”, propiciando-lhe maior autonomia decisória na família e com melhor qualidade na aplicação dos recursos para os filhos. (SILVA e LIMA, 2010, p. 100).

Responderam a entrevista (60%) na idade entre 31 a 40 anos, (25%) entre 21 a 30 anos e (15%) acima de 40 anos. Na questão sobre a etnia dos beneficiários do (PBF) foram entrevistados (50%) considerados pardo, (40%) negros e (10%) brancos e amarelos, se somarmos os percentuais podemos afirmar que a pobreza tem cor, ocorre que, os pardos ou negros tem predominância entre os responsáveis legais pelas famílias do BF, sendo, portanto, tal variável um importante condicionante da situação de pobreza vivenciada por essas famílias. (SILVA e LIMA, 2010, p. 54)

Sobre a distribuição dos pesquisados seu nível de escolaridade (40%) tem nível fundamental incompleto, (25%) tem nível fundamental completo, (20%) estudou mais não se alfabetizou e (15%) não estudou. Nesse item identifica-se o baixo nível da escolaridade dos beneficiários, o que influencia diretamente no acompanhamento escolar dos filhos, muitas vezes criando um distanciamento em os pais, a escola e os filhos.

Vale destacar que por intermédio da educação, é possível aumentar e ampliar suas capacidades e habilidades,

aqui, não se trata somente de habilidades e saberes técnicos específicos, mas também de um leque de opções para funcionamentos valiosos, como ser um(a) cidadão(ã) ativo(a), elaborar autonomamente um plano de vida, escolher uma profissão condizente aos próprios talentos e aos próprios desejos, etc. Em suma, a ideia do processo educativo como processo de emancipação se enriquece, assim, de mais uma dimensão (Modulo I - pobreza e cidadania, 2014, p. 31).

Na questão sobre moradia dos entrevistados, (60%) vive na zona urbana, porém (40%) reside na zona Rural. Já nessa etapa da pesquisa foi possível perceber que as famílias precisam muito do auxílio do referido programa devido

ao acesso a Educação e entre outros. Já que a procura dessas famílias pelo PBF se mostra muito alta. A moradia das famílias beneficiárias do PBF, que (85%) responderam que seria moradia própria já (15%) falou que mora em casa alugada. Esses dados mostram que ainda há pessoas sem moradia própria, há necessidade de uma política habitacional para os pequenos municípios, outro ponto é que essas famílias precisam de apoio financeiro para realizar o pagamento do aluguel.

Dos beneficiários pelo PBF (53%) residem com mais de três pessoas e sua casa, (18%) tem três pessoas, (17%) moram duas pessoas na casa e (12%) mora apenas uma pessoa na casa. Como se pode observar esses dados requer uma atenção especial, pois, o custo de vida é muito alto para uma família que sobrevive apenas do benefício do PBF, essas pessoas passam necessidades. Considerando que (70%) dos entrevistados possuem filhos frequentando a Escola normalmente. Porém (30%) disseram que não tem filhos matriculados na Escola. Foi verificado que são pessoas divorciadas, que ainda não foram casados ou viúvos e entre outros que não possuem recebem nenhum outro tipo de remuneração.

Dos beneficiários (60%) não possuem nenhuma renda, porém (30%) vivem apenas de um salário mínimo e (10%) vivem com um salário acima de um salário mínimo. A maioria dos beneficiários queixou-se que vivem apenas do benefício, uma vida é muito difícil, pois o dinheiro não atende as demandas da família e como já foi dito devido o custo estar muito alto. Foi possível identificar através de perguntas que (40%) dos beneficiários possuem acima de três filhos, porém (30%) respondeu que há três filhos na família, já (20%) disse que possui dois beneficiários e (10%) responderam que tem apenas um beneficiário. Pode-se detectar que as famílias necessitam realmente do benefício, pois as despesas de forma geral hoje são grandes e os mesmos não possuem outra fonte de renda para o complemento de seu sustento.

Após o estudo foi detectado que (55%) dos beneficiários recebem o Benefício a mais de 2 anos, porém para (15%) deles recebem esse benefício, de 1

a 2 anos, no entanto somente (10%) recebem de 0 a 6 meses. Quando perguntado sobre o período de recebimento do benefício, muitas pessoas manifestaram dizendo que é um privilégio de poucos uma vez que para conseguir esse benefício não é fácil.

Segundo informação foi possível perceber que (60%) dos beneficiários do PBF não dependem apenas do Benefício do Programa BF, porém (40%) são totalmente dependentes desse benefício, o que se torna preocupante, pois isso significa que muitos dependem apenas desse benefício para sobreviver, não pois não possuem outra fonte de renda; detectou-se uma preocupação por parte dos pais ou responsáveis, em relação a ocupações para seus filhos, uma vez que a cidade tem poucas oportunidades de ensino e de trabalho.

Foi possível detectar que (60%) dos investigados responderam que sua vida antes do PBF era ruim, e para (40%) disseram que sua vida antes do Benefício era péssima ou ruim. Ao perceber os dados cria-se uma grande preocupação quanto ao atendimento dessa população, que os beneficiários desse município são muito pobres e precisam realmente de apoio financeiro. No momento que realizamos a entrevista a maioria dos beneficiários agradecem muito pela oportunidade de ter acesso ao PBF, pois se não fosse eles estariam vivendo ainda em extrema pobreza, passando fome e sem condições de manter a família.

Dos entrevistados (50%) dos entrevistados responderam a 15 e que o PBF é bom, para (30%) é ótimo, porém somente (20%) consideram regular, sobre como eles definiram o programa, a maioria das respostas foram que achavam bom e ao somarmos com aqueles que consideram ótimo, o resultado é de (80%). Sobre a transparência do programa para os beneficiários (70%) dos entrevistados responderam que não tem acesso aos critérios para a participação do Programa muito se preocupa, pois apenas (30%) dos beneficiários possuem acesso às informações do PBF.

Quando indagados sobre os critérios adotados pelo Programa Bolsa Família, muitos deles demonstraram a preocupação pela falta de informação. Disseram que às vezes são penalizados por não ter conhecimento das regras sobre a

participação dos mesmos. Visto isso, é possível que os responsáveis pelas informações sobre o Programa repensem sua forma de divulgação sobre os requisitos necessários e divulgar com maior intensidade e clareza para às famílias beneficiárias.

Ao observar que as respostas (70%) dos beneficiários estão cumprindo as condicionalidades, ou seja, manter os filhos na escola, apenas (30%) ainda não está cumprindo. Muitos disseram não saber o que seria as condicionalidades, depois de explicado souberam responder, a necessidade de uma explicação mais detalhada por parte dos profissionais responsáveis pelo PBF no município. Sobre as condicionalidades, elas são apresentadas pelos idealizadores do PBF como uma dimensão estruturante, voltadas para potencializar, os impactos positivos sobre autonomia o das famílias atendidas na perspectiva de possibilitar a superação de vulnerabilidades. (SILVA, 2016, 173)

. Em relação ao bloqueio do benefício, situação vivenciada por alguns, (85%) dos benefícios estão liberados, mais (10%) estão advertidos e (5%) estão bloqueados. Sobre as dificuldades enfrentadas, nos casos de ser advertido e o bloqueio, a maioria respondeu que muitas vezes isso ocorre por falta de informação por parte da Escola, e dos responsáveis pelo Programa. Então pode se dizer que as estratégias realizadas pela escola e responsáveis pelo Programa não estão atendendo as exigências do sistema, relacionadas as atualizações necessárias. É importante que se reúna e descubra uma estratégia que venha sanar essa divergência.

As respostas sobre o cotidiano das pessoas sem o devido benefício, para (60%) responderam que seria péssimo, já para (30%) seria ruim, porém para (10%) seria regular, ficou claro que para a maioria desses beneficiários esse recurso financeiro é muito importante, uma vez que a população de Centenário se encontra abaixo da linha da pobreza. Nesse caso pode se pensar em uma estratégia para atender o máximo de família possível. É importante que a escola, os agentes do (PBF) e as famílias envolvidas façam um planejamento com estratégia e metas para ampliar o atendimento no município.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou analisar os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) na Educação no Município de Centenário Tocantins, um estudo realizado com as famílias beneficiadas pelo referido programa, foi possível vivenciar um pouco das dificuldades que alguns dos participantes enfrentam no cotidiano. E também que o Programa Bolsa Família em Centenário tem uma boa aceitação, mas é preciso uma melhor qualificação por parte de todos os envolvidos. Foi possível perceber também as diferenças entre formas de gerenciamento do Programa Bolsa Família, nas atitudes dos administradores/gestores e profissionais responsáveis pelo Programa, que em geral tem muitas consequências para os alunos e toda comunidade.

Ficou evidenciado pela pesquisa que o PBF garante uma boa parte da renda, porém não é o suficiente para suprir as necessidades de toda família, para viver dignamente. Demonstrou que foram entrevistados ambos os sexos, nas idades acima de 21 anos e várias etnias, nesse sentido a pesquisa atendeu os objetivos propostos pelo trabalho.

Apresentou a realidade dos beneficiários do Programa Bolsa família e como ele é conduzido pelos gerenciadores no município de Centenário, o grau de aceitação por parte dos beneficiários e a organização do Programa no seu campo de atendimento. Também evidenciaram as parcerias da escola e entre outros em colaboração para o melhoramento das condições de vida dos beneficiários em especial as crianças principalmente aquelas que estão frequentando a escola normalmente.

Destacamos aqui a relevância dessa condicionalidade, a permanência das crianças na escola, pois é por meio da educação que as crianças podem acessar uma formação e o conhecimento. Cabe também a escola o acolhimento e ofertar oportunidades aos alunos provenientes de famílias que estão no PBF. Nesse enfoque o referido Programa tem o objetivo de contribuir para a sustentabilidade

do aprendizado e na valorização de cada indivíduo levando em conta a função básica que a escola de possibilitar no futuro melhorias nas condições de vida.

Após a conclusão ficou claro também que o Programa Bolsa Família no município de Centenário- TO proporciona o repasse dos recursos financeiros, e traz consigo uma esperança de transformar pessoas, e também que as famílias possam sair da condição de vulnerabilidade social e de obter mais conhecimento na direção da cidadania. Através de pesquisa foi possível descobrir que as famílias estão sendo atendidas conforme as condicionalidades do programa, porém a cobertura da população ainda precisa ser ampliada para um maior número de famílias embora sua extensão alcance uma porcentagem satisfatória como se pode observar.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICCO, E. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 2006. p. 29-39.

BRASIL. **O desafio do Equilíbrio dentre Trabalho, Família e vida pessoal**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. OIT/PNUD. 2009.

_____. **Módulo I - Pobreza e Cidadania**. Alessandro Pinzani e Walquíria Leão Rego Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília- DF.2014

_____. **Bolsa Família: o que é, critérios de inclusão e condicionalidades**. Disponível em:<http://www.guiadobolsafamilia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2: bolsa-familia-o-que-e-criterios-de-inclusao-e-condicionalidades>. Acesso em: 08 nov. 2013.

_____. **Instâncias de Controle Social**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/instancias-de-controlesocial.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BOURDGUIGNON, Jussara. **A Cooperação de rede intersetorial**. 2001. Acesso em: 24 de out. 2013, 15:28:30.

MAGNA, Silvia. **Prefeitura promove o Dia D para usuários do Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.anchieta.es.gov.br/mat_vis.aspx?cd=18790>. Acesso em: 10 nov. 2013.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser. Social**, Brasília, nº 18, p. 229-252, jan./jun. 2006.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. N. 32 (5) set/out. – 1998

Rio Largo ganha prédio para o Bolsa Família. Assessoria. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=63392>>. Acesso em: 10 nov. 2013, 19:10:00.

SILVA, Maria Ozanira Silva. As condicionalidades do Programa Bolsa Família: sua face conservadora e limites para implementação da renda básica de cidadania no Brasil. In **Política de Assistência Social e temas correlatos**. (Org.) Solange Maria Teixeira. Campinas: Papel Social, 2016.

SILVA, Maria Ozanira Silva. LIMA, Valeria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família, unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

Sítio: www.to.gov.br/240/DadosMunicipais/ consultado em 30.10.2017.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma reflexão a partir da perspectiva dos autores de violência

Renata Gomes da Costa⁸⁵

Monique Soares Vieira⁸⁶

RESUMO: Este artigo objetiva analisar junto aos homens autores de violência, presos pela Lei Maria da Penha, a ressignificação desta forma de violência durante o cumprimento da pena privativa de liberdade. A pesquisa foi realizada com sete homens que cumpriam pena na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto (CPPL III), localizada no município de Itaitinga-Ceará. A investigação foi realizada por meio de pesquisa de campo, fazendo uso de diário de campo, observação simples e entrevista semiestruturada. Verificamos que trazer para o debate as falas dos homens autores de violência ocasiona inúmeras discussões, primeiramente por algumas estudiosas considerarem que retiram o sujeito mais importante das assertivas, as mulheres, tão silenciadas historicamente e agora secundarizadas em alguns estudos. Porém, essa pesquisa não segue essa linha, mas atenta que a mulher em situação de violência conjugal e doméstica não está sozinha nessa relação, seus companheiros, os autores violentos, estão em sua volta e precisam ser considerados nos estudos, não como centrais, mas como nexos que pode nos ajudar a repensar as questões de violência. Esta abordagem não é parcial visando protagonizar os homens e obscurecer as enormes perdas históricas das mulheres. A diferenciação do tema aqui é de caráter metodológico para melhor focalizar e enfatizar o objetivo da presente pesquisa. Afinal, se a mulher foi historicamente explorada, não está sozinha nesse processo, nem no âmbito de se libertar das amarras criadas por um sistema de ideias cruel e cheio de pré-noções equivocadas, assim como na apreensão e disseminação dos valores que a prejudica.

Palavras-chave: Violência contra mulher, Pena Privativa de Liberdade, Autores de Violência.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a igualdade de gênero na atual conjuntura brasileira nos remete a vários fatores que desencadeiam e reafirmam as desigualdades entre homens e mulheres. As condições do mercado de trabalho, escolarização, representação política, sexualidade são questões que atravessam essa bandeira de luta em prol da equidade de gênero e pelo fim das inúmeras discriminações fundamentadas nas diferenças entre os sujeitos sociais.

A violência contra mulher é um fenômeno que atinge a sociedade brasileira por muitos séculos. Apesar desta constatação, o Brasil até então não tinha uma lei

específica que versasse sobre esse tipo de crime, mesmo porque essa expressão da violência era tida como tema eminentemente de cunho privado que só cabia aos cônjuges ou sujeitos envolvidos nas situações de violência resolver seus problemas familiares e afetivos. Apenas em 2006, essa realidade se modifica com a legitimação da Lei 11.340/2006, denominada popularmente de Lei Maria da Penha (LMP), que cria mecanismo de enfrentamento à violência contra mulher. A partir dessa lei, a pena privativa de liberdade passa a ser aplicada aos homens, extinguindo-se o pagamento da pena com cesta básica ou trabalho voluntário.

Com a legitimação da LMP, os estados e municípios brasileiros passaram a implementar serviços, programas e instituições destinados ao atendimento as mulheres, como os juizados especiais designados a executar e acompanhar os processos referentes a violência contra mulher, tendo, dessa maneira, a prisão preventiva e em flagrante dos autores da violência ocorrendo de maneira mais eficaz.

É sobre a execução da pena privativa de liberdade para os homens que cometem violência contra a mulher que a pesquisa que fundamentou a elaboração desse trabalho buscou traçar elementos analíticos sobre a ressignificação ou não dos atos cometidos, após o cumprimento da pena. A investigação foi realizada na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto (CPPL III), localizada no município de Itaitinga/Ceará, através de entrevista com sete homens presos⁸⁷.

Trazer para o debate os homens autores de violência ocasiona inúmeras discussões, por algumas estudiosas considerarem que retiram o sujeito mais importante das assertivas, as mulheres, tão silenciadas historicamente e agora negligenciadas em alguns estudos. Porém, essa pesquisa não segue essa linha, mas atenta que a mulher em situação de violência conjugal e doméstica não está sozinha nessa questão, seus companheiros, os autores da violência, estão em sua volta e precisam ser considerados nos estudos, não como centrais, mas como nexos que pode nos ajudar a repensar as estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE: uma reflexão sobre punição e reintegração dos autores de violência

A violência contra mulher é determinada por aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que definem e legitimam lugares, direitos, deveres e papéis diferenciados para mulheres e homens, embasando a desigualdade de gênero presente historicamente na sociedade brasileira.

Por muito tempo a violência contra mulher foi negligenciada como uma questão pública, sendo justificada como um problema de cunho privado que cabia apenas aos/as envolvidos/as nas situações de violência resolverem seus desafetos, como bem salientava o senso comum “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Contudo, a violência contra a mulher foi cada vez mais exposta publicamente, apresentando-se como crime que infringe os direitos de inúmeras mulheres.

O movimento feminista⁸⁸ foi um grande expoente no debate pautando a denúncia e a luta pelo enfrentamento da violência contra mulher, explicitando essa questão através do descortinamento da relação espaço público e privado – este último designado como âmbito natural das mulheres – além de tratar temas concernentes à: família; sexualidade feminina; relação com o corpo; condições do trabalho doméstico; divisão sexual do trabalho, entre outros.

O movimento feminista historicamente propiciou a discussão de questões primordiais para se repensar a condição da mulher na sociedade brasileira. No seu nascedouro centrou-se em análises atinentes aos direitos políticos e de cidadania das mulheres, por conseguinte, abrangeu discussões relativas às identidades de gênero e às orientações sexuais.

Na contemporaneidade, observa-se que essa luta histórica foi crucial para o entendimento da violência contra mulher como problemática pública, como crime que deve ser regido e regulamentado penalmente. Soma-se a esse legado os

inúmeros institutos de pesquisa, as investigações científicas e teóricas de intelectuais e as notícias jornalísticas que se destinam a debater essa questão e apresentar para a sociedade o panorama, em dados estatísticos, da realidade da violência.

A Fundação Perseu Abramo, em parceria com SESC, divulgou uma pesquisa intitulada “Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado”⁸⁹, um dado alarmante divulgado pelo seu conceito, refere-se a 2% dos homens considerarem *que tem mulher que só aprende apanhando bastante*, 14% admitiram que cometeram violência física, ponderando que agiram bem, e 15% bateria novamente. Além disso, 48% afirmam que conhece alguém que comete violência contra mulher e 25% declararam que possuem alguém na família que já fez o mesmo.

Esses dados embasam e contribuem para se pensar como os homens que cometem violência contra as companheiras entendem o fato, pois nota-se que mesmo com a diminuição de algumas estatísticas, as opiniões e os números da violência ainda assustam.

A violência contra a mulher é multifacetada se expressa como física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, se caracteriza por ser uma violência familiar, doméstica ou intrafamiliar. Não ocorre apenas no âmbito privado, manifesta-se em todos os lugares, demarcando a existência de valores machistas, sexista preconceitos sociais, discriminação, competições profissionais, relação de poder, submissão feminina, os papéis impostos às mulheres e aos homens, entre outros.

Nessa perspectiva, é necessário sinalizar também os processos de socialização masculinos e femininos que constrói os significados do que é ser homem e do que é ser mulher, influenciando nas suas atitudes enquanto sujeitos sociais, pois “[...] em geral, os homens são preparados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, [...]. As noções de virilidade masculina se desenvolvem nas brincadeiras infantis, segmentados por idade e sexo, [...] enfim no cotidiano das convivências (OSTERNE, 2008, p. 67)”.

Esses processos interferem consubstancialmente na formação cultural e social dos indivíduos, pois como bem salienta Hirigoyen (2006), na origem da violência contra a mulher encontram-se concomitantemente fatores sociais e psicológicos, mesmo porque o perfil psicológico de um sujeito é construído pela educação e pelo ambiente social no qual esteve e/ou está inserido. Assim, a violência física e a violência psicológica estão interligadas, pois nenhum homem começa a espancar sua companheira sem iniciar a violência no âmbito psicológico com ofensas e difamações, salvo, como defende a autora, nos casos de crise de loucura momentânea.

Essas considerações da autora remetem às entrevistas realizadas no presídio. Os entrevistados foram perguntados quanto ao entendimento que tinham sobre violência contra mulher, as respostas variavam entre colocar como principal desencadeador da violência o uso de bebida alcoólica e/ou de outras drogas e definir a violência como apenas agressão, além de culpabilizarem a companheira.

A conceituação da violência realizada pelos entrevistados, na maioria das vezes, fazia menção somente ao fato que ocasionou a prisão, sem mencionar se a relação com a companheira era perpassada por um histórico de violência. Nos casos de lesão corporal declaravam não considerarem violência e os que afirmavam ter apenas ameaçado e agredido com palavras ofensivas também não consideravam o ato como violência, como bem expressa a seguinte fala: “rapaz, bater em *muié* é um crime mesmo [...] É pra nós *tá* junto da *muié* da gente, né? *Num* é pra bater. Agora um tapa, como eu fiz *num* é, né. Um crime é quando mata, enterra viva, né? *Num* é um crime não, foi só uma mãozada nas costas, aí chama Ronda (polícia) pra me prender, foi a primeira vez”. (ANU- primário)

Hirigoyen (2006) constata em sua pesquisa que o objetivo das práticas violentas é a manipulação da mulher, almejando atingir sua autoestima, buscando agredir em seu papel de mãe, de dona de casa, estereótipos sociais do que é ser mulher. Isso é corroborado também quando se questionou aos homens entrevistados sobre a motivação do ato violento. As justificativas variaram entre

ciúmes, a não realização das tarefas domésticas, entre outros fatores.

[...] Ela era diarista, fazia uns trabalho de diaristas, ai quando chagava a noite em vez dela ir direito pra casa, ajeitar uma janta, uma merenda pras crianças, não ia direito e ficava na casa com esse dito rapaz. Ai a discussão foi começando por ai. Às vezes também no caso amoroso eu e ela ia procurar ter uma relação, a gente já num tinha como antigamente né? Ai eu ficava imaginando assim pô se ela num tá tendo relação comigo ela tá tendo relação com outra pessoa né? Ai eu fui me desgostando dela, aí eu fiquei com a cabeça meio distanciada, aí andei discutindo com ela, boca boca mesmo, aí dessa vez foi uma agressão. Foi mais séria, a raiva foi maior. Eu também tinha tomando umas duas ou três. (GURIATÃ- primário)

A violência segue um roteiro, repetindo-se e reforçando-se com o passar do tempo. Inicia com o controle sistemático, passando para o assédio, as humilhações e a abjeção, culminando, por vezes, nas agressões físicas que, como retrata Hirigoyen (ibidem), na maioria das vezes, só ocorre quando a mulher resiste à violência psicológica, pois o homem sente que não conseguiu controlar a esposa. Conforme a autora, a violência física perpassa de um simples empurrão ao homicídio, são beliscões, tapas, socos, pontapés, mordidas, queimadura, entre outros exemplos.

A referida situação pode ser explicitada e analisada pelas respostas dadas à questão sobre o relacionamento cotidiano que detinha com a companheira. Não expuseram que a relação era permeada por violência, limitaram-se a dizer que existiam alguns momentos de discussão, mas nada grave, citando como momento de maior violência o fato que lhe acometeram a prisão. Além disso, atrelavam os conflitos no relacionamento ao uso de álcool e/ou outras drogas, como um dos reincidentes que afirmou deter um bom relacionamento com a companheira, mas “[...] o negócio só era a bebida, o que complica tanto pra mim quanto pra ela (Rouxinol)”. Um dos primários expressou-se afirmando que “[...] nosso relacionamento, eu mais ela, do meio pra cá já ia ficando [...] daquele jeito né? As discussões eram por coisas que ela fazia e eu num gostava (Guiriatã)”.

A utilização dessas substâncias foi ressaltada pelos entrevistados como o maior causador, por vezes retirando deles a responsabilização por seus atos. É fundamental frisar que o uso dessas substâncias não pode ser concebido como

peremptório principal da violência. Estas até podem liberar os impulsos violentos e potencializar as ações, mas possuem um papel coadjuvante na expressão da violência contra mulher. Como bem sinaliza Furtado (2010), algumas instituições encaminham os homens para o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), os Alcoólicos Anônimos (AA) e os Narcóticos Anônimos (NA), a fim de tratar o problema, porém não enfrentaram a violência em seu cerne, deixando de responsabilizar o autor.

Outra ideia equivocada que permeia a conceituação da violência contra a mulher é a concepção de que a mulher cúmplice, passiva ou até mesma culpada da situação de violência, distorcendo os reais condicionantes que permeiam a violência contra mulher, não se conseguindo realizar uma leitura da totalidade social que determina sua manifestação.

Entender a mulher como cúmplice e até mesmo culpada pela situação violenta, traz em si uma concepção presente no senso comum que foi identificada na pesquisa de campo junto aos homens quando indagados como aconteceu o fato que culminou na prisão. O curioso nesse momento era a utilização contínua das palavras no diminutivo, salientando que o fato não foi tão grave, afirmavam que:

*Eu comecei a discutir com ela, uma discussão banal. Ai nos empurras empurras que ela me deu e dano nela. Ela bateu em mim, me agrediu e eu agredi ela. Ai eu terminei agredindo ela com uma faquinha de serrinha de mesa. Eu perfurei a coxa dela. Foi só uma perfuração. Ai depois que aconteceu isso eu apaguei e ai dormi (**GURIATÁ-primário**).*

*Uma discussão. Eu tava bebendo, tanto bebe eu como bebe ela né? Complicou né? Como é que se entende com os dois bebendo? Uma discussão que eu taquei o cabo de vassoura nela, aí feriu no braço dela. (**UIRAPURU- reincidente**)*

Outro fator pertinente foi revelado no momento da entrevista em que declaravam a profissão, todos estavam trabalhando antes da prisão. O fato de exercerem atividade laboral recorria na fala de todos os sujeitos, pois se consideravam trabalhadores, e não criminosos. Segundo eles, eram cidadãos que trabalhavam e não bandidos para estarem cumprindo pena, atrelando ao fato de possuírem emprego essa condição de cidadão e de criminoso aos que não

possuem atividade laboral, mas limitava sua vida a cometer atos ilícitos.

Diante disso, como enfrentar a violência contra mulher sem envolver toda sociedade nessa discussão e, principalmente, os sujeitos inseridos nas relações afetivas violentas? É urgente pensar essa questão, pois refletir a violência contra mulher apenas na dimensão punitiva dos seus autores não está contribuindo efetivamente para a diminuição desse fenômeno.

Faz-se necessário e urgente refletir sobre os sujeitos envolvidos na situação de violência, desvencilhando-se da noção de que pesquisar sobre os autores de violência se estará consequentemente retirando a centralidade que a mulher tem nessa questão. Pensar e defender apenas a punição, através da pena privativa de liberdade, não resolve a questão em seu cerne, haja vista a reincidência e quantidade de mulheres vítimas de homicídio no Brasil.

PRISÃO: espaço de punição e recuperação

No Brasil o sistema penitenciário passou por várias reformulações através das legislações de cada período, desde a colônia à república. Mesmo com as mudanças em busca de sua efetividade, as prisões historicamente foram atravessadas por problemas estruturais e sociais, com superlotações, falta de assistência médica, jurídica, social e por não se conseguir a real “regeneração” dos indivíduos.

A prisão na forma como hoje é concebida, qual seja, espaço de punição e recuperação, passa a ter força com a edição da Lei 7.210/1984, a Lei de Execução Penal (LEP), que tratou de forma específica a questão da execução penal, algo que até então carecia no país. Essa legislação embasa-se no princípio ressocializador da pena privativa de liberdade, prevê os direitos, deveres dos presos e que os mesmos sejam preparados para o retorno ao convívio em sociedade (ASSIS, 2007).

O artigo primeiro da LEP evidencia os objetivos da pena: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e

proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 2007, p. 1)

Em nosso país os agentes da violência precisam pagar pelo que fizeram com a prisão, sofrer para aprender a não mais cometer atos ilícitos. No caso dos autores de violência contra mulher a situação se torna mais complexa, já que essa expressão da violência envolve aspectos afetivos entre homens e mulheres que merecem uma análise aprofundada. Esse ato é praticado por ricos e pobres, mas como em outros casos apenas os menos favorecidos pagam na cadeia pelo ato cometido⁹⁰.

Diante do número alarmante da violência contra mulher e através de uma determinação internacional, o Brasil legitimou a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a fim de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, efetivando a prisão em flagrante dos autores de violência e não mais o pagamento da pena com cesta básica como regia a lei anterior (Lei 9.099/95).

Após a legitimação da lei vários homens já passaram pela prisão para saldarem os crimes cometidos, expresso nas formas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral contra mulher. É na prisão que esses homens precisam aprender que cometer violência contra mulher é crime e por isso não devem mais o praticar, uma vez que além de pagar pelo ato que cometeram devem regenerar-se, como afirma Thompson (1991, p. 3) a prisão tem como objetivos: “punição retributiva do mal causado [...]; prevenção da prática de novas infrações, através da intimidação do condenado e de pessoas potencialmente criminosas; regeneração do preso, no sentido de transformá-lo de criminoso em não criminoso.”.

O punir é castigar, fazer, o que segundo o autor, são práticas incompatíveis com ações pedagógicas que visam à mudança dos indivíduos. A maneira como a cadeia prepara o sujeito para retornar a sociedade não condiz com a mudança de práticas e valores que determinaram seu encarceramento, uma vez que “[...] submetendo-os a condições de cativeiro, afigura-se tão absurdo como alguém se preparar para uma corrida, ficando na cama por semanas. [...] Há fortes indícios

de que adaptação à prisão implica em desadaptação à vida livre” (THOMPSON, 1991, p. 13).

A opinião de alguns entrevistados acerca do que acha da prisão condiz com muitas das considerações do autor, pois para os sujeitos:

Ficar sem a liberdade é ruim demais. Nada melhor do que a liberdade num é? Aqui dentro você ver que num tem nada pra gente fazer [...]. Fica só naquele cubículo direto, oito, nove homi dentro. Na minha cela são nove homi, ontem... hoje um foi embora, a muié dele foi tirar a queixa ai foi. Num tem nossa liberdade de fazer o que quer né? Não eu digo de fazer de bebida de nada não, eu digo do trabaio, de conversar com as pessoas, o tempo que eu tô aqui sem ganhar meu dinheiro lá fora, o tempo que eu tô perdendo aqui dentro. (CALAFATE - primário)

Os entrevistados salientam, mesmo que sucintamente, o cotidiano da prisão, que não condiz com uma realidade propícia à mudança de pessoas que cometeram atos ilícitos e necessitam mudar de comportamento e atitudes.

Ao refletir sobre o sistema prisional faz-se necessário conjecturar sobre as expressões da violência na sociabilidade atual, não apenas limitando-se a afirmativa que criminosos (as) precisam ser presos (as) e sofrerem com as consequências de seus atos. Essa questão não é um problema de caráter individual dos sujeitos, é social. Seus atos expressos na violência são sociais e não apenas subjetivos, dessa forma, temos que problematizar a prisão entendendo-a como um sistema pertencente a uma sociedade que vivencia as opressões de classe, gênero, etnia e orientação sexual, opressões estas que condiciona as relações entre os indivíduos e suas práticas em sociedade.

Essas colocações nos remontam a questão realizada com os entrevistados acerca da sua opinião se a prisão modifica as pessoas, em síntese afirmaram:

Pra mim modificou muito né? Quando eu sair daqui eu vou mudar [...] Vou mudar porque num vou mais bater em muié, num vou mais beber cachaça, num vou mais usar droga. Vou pedir até o doutor lá pra me botar no AA e na Igreja. Alguns mudam né? Outros não já tão acostumado de ir e voltar (ANU- primário). Muda não. Porque se mudasse num tava cheio de gente aqui que deve muitas coisas aí. É pagando um e aparecendo outro. Quando ele pagar tudim ele volta de novo por outra coisa nova (CORRUPIÃO – reincidente).

Ao retratarmos com os entrevistados sobre o período em que estiveram presos, os reincidentes afirmaram que o encarceramento para nada lhes serviu, já os primários consideraram que a prisão proporcionou realizar reflexões para possíveis mudanças sobre seus atos, afirmaram que *“Pra nada. Dessa vez eu voltei foi pior (Corrupção- reincidente); Foi uma boa lição porque eu num vou nunca mais bater em muié, porque se eu bater eu volto de- novo (Anu primário)”*.

Nesse caso, os defensores da prisão como espaço ressocializador podem ancorar-se nas respostas dos primários para legitimar tal espaço. Os reincidentes já estiveram na condição de réus primários e não mudaram de comportamento, e os primários passaram a refletir sobre os atos mais no sentido de medo de retornar à prisão do que em relação à consciência de seus atos como crime.

Da condição de onde estão falando, como reincidentes e primários, a prisão assusta e intimida mais os primários do que os reincidentes, porém contar apenas com o medo que os homens têm ou podem sentir da prisão é pouco para o enfrentamento à violência contra mulher. Analisando as falas dos entrevistados da CPPL III percebemos que não resolveremos a violência apenas pela prisão dos autores dessa prática, necessitando, assim, de medidas de cunho pedagógico que problematize valores culturais e sociais que reafirmam a desigualdade de gênero e a violência contra mulher. Não desconsideramos as exceções que ao passar um período na prisão modificaram suas vidas, estamos considerando os reincidentes e os milhares que entram nesse momento para o sistema penitenciário.

As análises aqui empreendidas não visa deslegitimar o cumprimento de pena privativa de liberdade pelos autores de violência contra a mulher. No Brasil, como foi dito, pune-se por meio da prisão, portanto quem comete violência física, sexual, moral, patrimonial, psicológica e se enquadra dentro da Lei Maria da Penha e do Código Penal para o cumprimento da pena deve cumpri-la. Os questionamentos empreendidos aqui se refere à limitação de enfrentar a violência contra mulher, que é complexa e envolve elementos afetivos²¹, apenas com a prisão, esquecendo-se de outras ações que podem contribuir com esse contexto,

como no caso da criação dos centros de atendimento aos autores de violência, como bem prevê a Lei Maria da Penha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil avançou consideravelmente concernente ao enfrentamento e da prevenção à violência contra mulher, tendo como grande mecanismo legal que fortalece essa luta a Lei Maria da Penha. É inegável a necessidade dessa lei no cenário nacional visto as atrocidades cometidas contra mulheres. No entanto, a reflexão aqui proposta que toma como sujeitos de pesquisa os autores de violência parte do pressuposto que a violência contra mulher possui distintas nuances, determinações e nexos, perpassando afetividade e subjetividade, lançando a indagação de que apenas a prisão dos homens, nos moldes atuais, não ressignifica a violência para os mesmos.

A questão não é negar a punição dos autores de violência, mas problematizá-la. A LMP além de prever a punição da violência também trata em seu artigo 35 de Centro de Atendimento aos homens autores de violência, o que pode ser considerado um reconhecimento que apenas o cumprimento da pena privativa de liberdade não resolve a problemática em sua completude.

Nesse contexto, alguns/as defendem que a prisão amedronta os autores de violência, por isso deixarão de cometer atos violentos. Premissa negada ao analisar a quantidade de reincidentes no período da pesquisa. Conforme dados repassados pela instituição, de 55 homens presos, 32 eram reincidentes, dado confirmado pela assistente social que contribui com a pesquisa, ao afirmar que os reincidentes sempre são em maior número do que os primários.

Tratar essa temática considerando o trabalho pedagógico e educativo somente com as mulheres reforça o enfrentamento e coibição da violência contra mulher somente com o encarceramento dos homens, que não possui nenhum efeito na mudança de conduta e valores dos mesmos. Isso não quer dizer que se negligenciam as mulheres ao ser ofertado serviços e Centros de Atendimentos

para os homens, enfocando exclusivamente nesses, esquecendo que as mais prejudicadas são as mulheres.

A superação da violência envolve o trabalho de aspectos múltiplos da desigualdade de gênero na sociedade, em todas as instituições e com todos os sujeitos, desde crianças, adolescentes, adultos e até mesmo os presos por violência contra mulher.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rafael Damasceno de. *As Prisões e o direito Penitenciário no Brasil*. 2007. 04 p. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/34/82/3482/>> Acesso em 30 jun. 2011.

BRASIL, **Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

_____. **Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, e dá outras providências.

_____. **Lei de Execução Penal**. 1984. Disponível em: <http://www.vepema.com.br/vepema/cariboost_files/LEP_20-_207210.pdf> Acesso em 30 jun. 2011.

FURTADO, Luísa Escher. **Passos e espaços: violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EdUECE, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2004.

SESC. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados**, 2010.

Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mulheresbrasileiras/pesquisa.html>>.

Acesso em: 15 maio 2011.

THOMPSON, Augusto. *A Questão penitenciária*. 3. ed. Rio de Janeiro. Forense, 1991.

A IMPORTÂNCIA DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NO RIO GRANDE DO SUL: uma expressão da questão social

Jairo da Luz Oliveira²²

Sheila Kocourek²³

Guilherme Tavares de Arruda²⁴

RESUMO: O estudo busca refletir questões que envolvem o envelhecimento humano, trazendo como metodologia de análise social a perspectiva crítica, à luz da teoria Marxiana. A perspectiva crítica nos permite refletir sobre os processos de violência historicamente infligidos aos segmentos sociais mais vulneráveis, incluindo aqui os sujeitos idosos. O Estudo se fundamenta a partir de uma análise descritiva e documental realizado por meio de uma busca online no Sinan-Net, com o objetivo de analisar as notificações de violência contra o idoso, no Rio Grande do Sul, no período de 2009 a 2016. Observou-se um aumento crescente de notificações de violência contra o idoso no estado do Rio Grande do Sul, principalmente entre mulheres e brancos. Os casos de violência, em sua maioria, ocorreram em meio urbano, com maior frequência de violência tipo física e psicológica, por força corporal e ameaça.

Palavras-chaves: Envelhecimento, Violência, Questão Social.

INTRODUÇÃO

Através deste estudo, a Universidade Federal de Santa Maria, no curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gerontologia, Serviço Social e Saúde (NEPEGSSS), buscou apresentar o presente estudo descritivo e documental realizado por meio de uma busca online no Sinan-Net, com o objetivo de analisar as notificações de violência contra o idoso, no Rio Grande do Sul, no período de 2009 a 2016. Observou-se um aumento crescente de notificações de violência contra o idoso no Estado, principalmente entre mulheres e brancos. Os casos de violência, em sua maioria, ocorreram em meio urbano, com maior

frequência de violência tipo física e psicológica, por força corporal e ameaça. Procurou-se fazer algumas reflexões, questionamentos e afirmações sobre o universo que envolve a vida do ser humano na terceira idade, mais especificamente na velhice abandonada, e que sofre processos de violência, situando esta realidade na condição de violência social, como uma expressão da questão social. Uma realidade marcada pelo abandono, da negligência e da falta de uma postura ética pautada nas ações preconizadas pelos Direitos Humanos, a muito conquistadas pelos seres humanos em uma sociedade que se denomina democrática. Uma sociedade que busca viver de forma plena a responsabilidade do cuidado de uns para com os outros, a compaixão pelo humano, que nasce da sensibilidade de se colocar na condição que o outro ocupa. Assim, deseja-se que estas reflexões grifadas nestas páginas, possam contribuir para que, nos espaços onde estas circulem, possamos reivindicar aos idosos, o cumprimento de nossa Constituição Federal de 1988 que demarca de forma precisa, que a todos os brasileiros deverão ter garantidos para si os direitos a uma vida digna.

REFLEXÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

O processo de envelhecimento populacional que ocorre hoje no Brasil, não é diferente do que ocorre em outras partes do mundo, ou seja, é um fenômeno que atinge a condição humana na sua totalidade, caracterizado pela ação natural integrante do processo de vida da humanidade. Esta realidade que envolve o envelhecimento, é condição biológica natural, pois tudo que é matéria se desgasta, ou sofre transformações. Para além do desgaste natural do organismo físico, esta condição de vida, sofre influências do meio social onde as pessoas vivem, que se soma neste processo natural de se chegar na terceira idade, que exige poder especificar a velhice, dentro de um contexto de classe social. Categorizar a classe social que este sujeito envelhece é fundamental para poder entender sua realidade, resgatando assim como foi a sua inserção no mundo do

trabalho, como estas pessoas conseguiram realizar seus sonhos, e suas relações sociais, como se apropriaram dos bens e serviços que estão sob a responsabilidade do Estado, necessários para sua manutenção e desenvolvimento. A partir destas análises, pode-se questionar, como estes idosos vivem hoje na condição de estarem sofrendo processos de violência, e o quanto estes dados são alarmantes. Esta é a grande diferença que se faz, quando se fala em envelhecer em um país como o Brasil, onde as políticas sociais ficam aquém de desempenharem ações que oportunizem as pessoas poderem envelhecer com dignidade, com qualidade de vida.

Conforme projeção dos dados do Censo Demográfico de 2010, a projeção da população considerada idosa (com 60 anos ou mais) chega a 11,0%, no qual é representado por 20.591.601 milhões de residentes. E em 20 anos a nova população idosa a qual atualmente está na faixa dos 40 a 79 anos, atingirá ao percentual de 32,0 % chegando aos 60.914.353 milhões de idosos no país. (IBGE, 2010). Nos dados levantados em 2010 sobre as cinco regiões existentes no país, afirmou-se que na Região Sul possui o maior percentual de idosos residentes, seguido das regiões Sudeste, Nordeste, Centro- oeste e Norte. Assim, os idosos da Região Sul representam 12%, em relação à população residente e passarão em 2030 a representar 35,6%. Em 2009, o número de óbitos de idosos no Brasil totalizou 21.453 mortes, sendo 1.929 destas em decorrência de maus tratos e violência (Mascarenhas, *et al.*, 2011). De 2009 para os dias atuais, esses números têm aumentado drasticamente, tornando um problema de saúde pública (Correia, Leal, Marques, Salgado, & Melo, 2012). Diante disso, conforme a Lei nº 12.461/2011, “os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles” (Brasil, 2011). A notificação serve como um recurso formal de comunicação assistencial a fim de que ações sejam criadas para o enfrentamento da violência em determinados locais e necessidades (Assis, Avanci, Pesce, Pires, & Gomes, 2012).

Para que ocorra uma vida com qualidade, nesta fase do tempo existencial do ser humano, deve-se ter claro que as ações governamentais deverão garantir dotação orçamentária para que as políticas sociais possam se efetivar com um padrão de proteção social que busque em seu principal fundamento, o enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais, atendendo setores específicos desta população envelhecida ou em processo de envelhecimento. Para a população idosa, esta ação governamental possui grande importância, pois deverá garantir o acesso real de tudo aquilo que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 especifica para a garantia e preservação da saúde física, mental, moral e social destes sujeitos já envelhecidos, de modo a oferecer condições dignas para uma vida segura. A modificação desta imagem determinará um novo status sobre a velhice na sociedade, favorecendo ao ser humano envelhecido, uma maior aceitação de sua condição de ser idoso na sua vida particular, bem como nas relações estabelecidas.

A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: uma expressão da questão social

Em 2009, o Ministério da Saúde implantou o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) como forma a garantir a proteção à vítima, com amparo legal aos profissionais da saúde, de modo a impulsionar os registros de violência no Brasil e diminuir os casos de sua omissão. Anteriormente ao Sinan, as notificações sobre violência de cada município eram registradas em fichas próprias; isso gerava informações incompletas e heterogêneas. Nesse atual sistema, é possível identificar a dimensão da violência no país e o perfil das notificações, além de padronizar as informações oriundas de cada município (ASSIS, AVANCI, PESCE, PIRES, & GOMES, 2012). Para além do que seria o cenário de uma vida humana de conquistas sociais, morais, espirituais, e tecnológicas, todo este conjunto de representações sobre a vida na terceira idade, demarca uma série de desafios a serem superados, principalmente quando

assistimos nos dados recorrentes de violência contra a pessoa idosa. Diversos artigos analisam as notificações de violência contra o idoso em cidades de médio a grande porte do Brasil, mas a literatura ainda carece de estudos que tratem dessa temática no RS (IRIGARAY, ESTEVES, PACHECO, GRASSI-OLIVEIRA, & ARGIMONI, 2016). Diante disso e em decorrência da necessidade de se conhecer o perfil das notificações no RS, este estudo tem como objetivo analisar as notificações de violência contra o idoso no RS no período de 2009 a 2016. Constatamos que a velhice no Brasil, não possui o significado e o respeito que estes cidadãos já envelhecidos na sua grande maioria merecem. O crescente índice de idosos em condições de abandono é alarmante, percebe-se que esta situação de violência contra a pessoa idosa expressa as mais significativas e angustiantes expressões da questão social. Questão social que representa a negligência do direito e da cidadania dentro de uma sociedade que legitima as pessoas pelo valor de bens que possuem, ou que possam dispor de forças para a produção e manutenção do sistema capitalista, do contrário ficarão marcados com os signos do abandono, representando então as diversas expressões da questão social. Yamamoto (2001) assim define questão social:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (2001, p. 16).

A violência que se expressa a partir da questão social na vida cotidiana dos idosos, deve ser considerada através dos seguintes aspectos onde ela incide ou seja, nas suas múltiplas configurações: a intrafamiliar, a social, a institucional, a financeira e patrimonial (MINAYO, 1994). Muitos autores classificam a violência contra os idosos em: maus-tratos físicos, psicológicos, financeiro, abuso sexual e negligência (INPEA, 1998; OMS, 2001). Os países integrantes da Rede Internacional de Prevenção contra os maus-tratos em Idosos (INPEA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificam maus-tratos e negligência

como: Uma ação única ou repetida, ou ainda, à ausência de uma ação de vida, que causa dano, sofrimento ou angústia, e que ocorre em uma relação em que haja expectativa de confiança (INPEA, 1998; OMS, 2002).

Conforme enfatiza Machado e Queiroz (2002) os maus-tratos contra a pessoa idosa podem ser definidos como atos ou omissões que produzem dano ou perigo para a saúde ou bem-estar do indivíduo, bem como dano físico ou mental, abuso sexual, negação de alimentos, de vestuário e de assistência médica. Minayo (1994), aponta que a violência contra os idosos manifesta-se de três formas distintas: estrutural, interpessoal e institucional. A primeira seria considerada a forma mais explícita de violência, gerando as demais expressões desta realidade perversa, situadas através das relações familiares e intergeracionais, ampliando-a para um espaço totalizante da sociedade, pois atingiria pessoas de diferentes status socioeconômicos e de classe social bem como questões étnicas e religiosas.

Enfatizasse que o fator que incide para o aumento da violência contra a pessoa idosa em nossa sociedade, é a violência marcada por uma sociedade que prioriza o poder do contexto econômico em detrimento a vida. Paralelo a isso, e na mesma sequência, existe a ausência efetiva por parte do Estado em promover ações de saúde e de assistência social no cuidado necessário a esta população.

Esta realidade em que se encontra o idoso está marcada por um esgotamento de representação e comprometimento do Estado, da família, e das demais relações sociais sem comprometimento com o outro, com a condição humana fragilizada na velhice. A forma como o país está direcionando suas políticas públicas para o enfrentamento da má-distribuição de renda no Brasil atingem a forma de como nossos velhos estão vivendo o entardecer de uma história de vida humana.

As diferenças sociais por classe social, acarretam estados de desigualdade e de abandono, fazendo com que os indivíduos, sejam, muitas vezes, desnecessários para a sociedade, colocando-os em uma situação de inferioridade. Não conseguimos ainda aproximar a vida das pessoas em níveis que garantam a

dignidade de sobrevivência, tornando-as mais igualitárias. Teme-se a possibilidade de um rompimento com aquilo que ainda nos une, ou seja, a condição de sermos uma humanidade, uma unidade. Pegoraro (2002) faz pensar da importância de termos claro uma postura ética sobre as decisões humanas e sua responsabilidade com seus atos:

Dependendo das decisões humanas, a ciência pode ser usada para construir a vida ou para destruí-la, como aconteceu com a energia atômica. Portanto, a ambivalência da ciência e da técnica é uma preocupação fundamental para a ética e a bioética (PEGORARO, 2002, p. 77).

O comportamento humano deverá estar balizado através dos princípios fundamentais que estão firmados nos Direitos Humanos, pois do contrário, a sociedade planetária, sofrerá as consequências destas mesmas ações. A Declaração dos Direitos Humanos assim define a condição de vida humana:

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Art. I e III).

Entende-se que, estudos e atitudes que comprometam a integridade das pessoas sejam denunciados. Não se questiona a ciência comprometida com a cura de doenças que devastam a humanidade, mas questiona-se somente a intencionalidade do ato humano no cotidiano da vida, ou onde a vida acontece. De outra forma, pode-se incorrer em segregação e extermínio, como se percebe ao longo da história da humanidade. Bursztyn (2000) aponta para a existência de um processo de encobrimento da violência social infligida nas populações, que se estabelece nas relações sociais em três etapas: a primeira delas seria a elaboração de um discurso ideológico da “desqualificação”, em que apresenta uma imagem desqualificada do “outro” associando-o a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, servindo de legitimação a uma ruptura de contrato social.

A segunda etapa refere-se à “desvinculação”: Esta etapa se expressa pelo

abandono da sociedade, dos sujeitos, “desqualificados” ou afastados dos processos produtivos reconhecidos. Esta desvinculação vai se refletir no isolamento social, na baixa autoestima e no comportamento psíquico do indivíduo, sendo que o mesmo encontra em si processos de desvalia social. A terceira etapa refere-se à “eliminação”. Ela poderá ocorrer tanto pelo extermínio, propriamente dito, quanto pela esterilização, pelo genocídio cultural, pelo assassinato eventual em um tiroteio, por exemplo, ou mesmo pela deportação ou de forma equivocada jovens da classe média alta queimam moradores em situação de rua por divertimento. A terceira etapa de eliminação dos sujeitos vem ocorrendo há algum tempo, exercitada por mentes criminosas, nos fatos que marcam a vida cotidiana dos brasileiros.

Em virtude do exposto, torna-se relevante a elaboração de estudos voltado aos Direitos Humanos, pressupostos para se denunciar esta realidade de abandono em que muitos idosos estão expostos, não permitindo que o ser humano deixe de ser visto como sujeito, em condições de igualdade, para que não venhamos a incorrer em situações de aceitar o humano como coisa descartável, sujeito a processo de violência.

O ESTUDO PROPOSTO E SUA METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e documental realizado por meio de uma busca online no banco de dados do Sinan-Net: investigação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências (Rio Grande do Sul, 2017). A busca foi realizada entre os meses de agosto a setembro de 2017 e categorizada conforme os seguintes tipos de violência ocorridos entre os anos de 2009 e 2016 no RS: lesão autoprovocada, violência física, violência psicológica ou moral, violência por negligência ou abandono, violência por tortura, violência sexual, violência financeira ou econômica e outro tipo de violência.

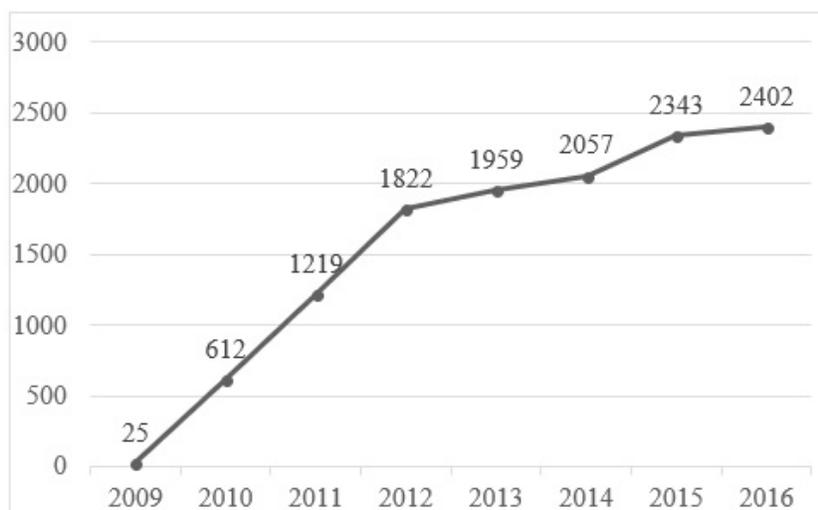
Para a busca, foram utilizadas as seguintes variáveis, conforme ano e tipo de violência: sexo das vítimas, cor da pele/etnia das vítimas, zona de ocorrência e

forma de agressão. Foram incluídos na busca dados referentes à faixa etária/ciclo de vida de indivíduos com 60 anos de idade ou mais. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e apresentados por meio de gráfico e tabela. Trata-se de um estudo descritivo e documental realizado por meio de uma busca online no banco de dados do Sinan-Net: investigação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências (Rio Grande do Sul, 2017). A busca foi realizada entre os meses de agosto a setembro de 2017 e categorizada conforme os seguintes tipos de violência ocorridos entre os anos de 2009 e 2016 no RS: lesão autoprovocada, violência física, violência psicológica ou moral, violência por negligência ou abandono, violência por tortura, violência sexual, violência financeira ou econômica e outro tipo de violência. Para a busca, foram utilizadas as seguintes variáveis, conforme ano e tipo de violência: sexo das vítimas, cor da pele/etnia das vítimas, zona de ocorrência e forma de agressão. Foram incluídos na busca dados referentes à faixa etária/ciclo de vida de indivíduos com 60 anos de idade ou mais. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e apresentados por meio de gráfico e tabela.

RESULTADOS

No RS, o número de notificações de violência contra o idoso aumentou de 25 casos, em 2009, para 2.402 casos, em 2016, totalizando 12.439 registros entre o período analisado, conforme Figura 1.

Figura 1 - Distribuição do número de notificações de violência contra o idoso no RS, no período de 2009 a 2016.



Fonte: Sinan/TabNet-RS (2009–2016)

A distribuição do número e proporção das notificações de violência contra o idoso no RS, no período entre 2009 a 2016, segundo sexo da vítima, cor da pele/etnia da vítima, tipo de violência, zona de ocorrência e forma de agressão estão apresentados na Tabela 1.

Em relação ao sexo e cor da pele/etnia das vítimas, a maioria é composta por mulheres (59,8%) e brancos (83,5%). Entre o período analisado, houve maior número de notificações sobre violência física (34,4%), seguido por violência psicológica ou moral (22,2%), violência por negligência ou abandono (18,2%), lesão autoprovocada (11%), outro tipo de violência (5,7%), violência financeira ou econômica (5,6%), violência por tortura (1,9%) e violência sexual (1%). Em geral, observa-se um aumento crescente no número de notificações em cada tipo de violência com o passar dos anos.

A zona de maior ocorrência de violência foi a urbana, totalizando 76,9% dos casos; e as formas de agressão mais frequentes ocorreram por força corporal/espancamento (n=4956) e ameaça (n=3478).

Tabela 1 – Distribuição do número e proporção das notificações de violência contra o idoso no RS, no período entre 2009 a 2016, segundo sexo da vítima, tipo de violência, cor da pele/etnia da vítima, zona de ocorrência e forma de agressão.

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Total n (%) |
|------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|----------------|
| Sexo da vítima | | | | | | | | | |
| Feminino | 20 | 323 | 705 | 1121 | 1185 | 1261 | 1370 | 1463 | 7448 (59,8%) |
| Masculino | 5 | 288 | 514 | 701 | 774 | 796 | 973 | 939 | 4990 (40,1%) |
| Não informado | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 (0,1%) |
| Cor da pele/etnia da vítima | | | | | | | | | |
| Branca | 15 | 519 | 1013 | 1488 | 1654 | 1697 | 1970 | 2029 | 10385 (83,5%) |
| Parda | 5 | 32 | 99 | 143 | 149 | 178 | 154 | 155 | 915 (7,3%) |
| Preta | 5 | 33 | 61 | 110 | 71 | 106 | 95 | 101 | 582 (4,7%) |
| Não informado | 0 | 27 | 45 | 76 | 70 | 63 | 117 | 110 | 508 (4,1%) |
| Indígena | 0 | 0 | 1 | 3 | 5 | 10 | 3 | 5 | 27 (0,2%) |
| Amarela | 0 | 1 | 0 | 2 | 10 | 3 | 4 | 2 | 22 (0,2%) |
| Tipo de violência | | | | | | | | | |
| Física | 8 | 255 | 454 | 628 | 662 | 686 | 746 | 837 | 4276 (34,4%) |
| Psicológica ou moral | 8 | 102 | 227 | 404 | 452 | 472 | 527 | 570 | 2762 (22,2%) |
| Por negligência/abandono | 9 | 117 | 234 | 296 | 398 | 382 | 469 | 363 | 2268 (18,2%) |
| Lesão autoprovocada | 0 | 57 | 129 | 203 | 199 | 228 | 269 | 289 | 1374 (11%) |
| Outro tipo | 0 | 28 | 74 | 117 | 79 | 113 | 145 | 148 | 704 (5,7%) |
| Financeira ou econômica | 0 | 29 | 63 | 114 | 122 | 120 | 125 | 122 | 695 (5,6%) |
| Por tortura | 0 | 13 | 26 | 46 | 34 | 39 | 35 | 43 | 236 (1,9%) |
| Sexual | 0 | 11 | 12 | 14 | 13 | 17 | 27 | 30 | 124 (1%) |
| Zona de ocorrência | | | | | | | | | |
| Urbano | 25 | 464 | 932 | 1419 | 1489 | 1544 | 1794 | 1904 | 9571 (76,9%) |
| Rural | 0 | 123 | 222 | 334 | 335 | 378 | 343 | 347 | 2082 (16,8%) |
| Não informado | 0 | 22 | 51 | 43 | 105 | 113 | 165 | 137 | 636 (5,1%) |
| Periurbano | 0 | 3 | 14 | 26 | 30 | 22 | 41 | 14 | 150 (1,2%) |
| Forma de agressão* | | | | | | | | | |
| Força corporal/espancamento | 12 | 233 | 476 | 746 | 819 | 822 | 876 | 972 | 4956 |
| Ameaça | 0 | 112 | 233 | 571 | 592 | 578 | 738 | 654 | 3478 |
| Outra | 3 | 125 | 283 | 320 | 353 | 447 | 655 | 665 | 2851 |
| Enforcamento | 0 | 56 | 119 | 213 | 208 | 206 | 260 | 242 | 1304 |
| Objeto perfuro-cortante | 6 | 55 | 80 | 123 | 133 | 134 | 195 | 193 | 919 |
| Objeto contundente | 2 | 25 | 53 | 88 | 92 | 118 | 117 | 106 | 601 |
| Arma de fogo | 0 | 43 | 48 | 100 | 78 | 61 | 88 | 90 | 508 |
| Envenenamento | 0 | 13 | 29 | 44 | 48 | 89 | 72 | 106 | 401 |
| Substância/objeto quente | 0 | 1 | 14 | 12 | 12 | 12 | 27 | 25 | 103 |

Fonte: Sinan/TabNet-RS (2009–2016)

*Nesta variável, mais de uma forma de agressão poderia ocorrer.

DISCUSSÃO

O método dialético-crítico questiona aquilo que parece estar estático na realidade, mas sempre reiterando o seu caráter contraditório. Busca o caráter histórico da realidade para compreender as contradições sociais, tendo a mudança como possibilidade transformadora. Investiga o que está além das aparências do fenômeno⁹⁵ para encontrar a sua essência. Prioriza uma visão

totalizadora da realidade, essa unidade complexa e contraditória que constitui a realidade concreta. Portanto, se faz necessário compreender cada fenômeno particular dentro do movimento que o relaciona com a sociedade em um contexto histórico. Entende-se que o processo de construção do conhecimento no espaço universitário tem como ponto de partida a realidade objetiva que nos oferece as informações percebidas de forma sensorial, necessita-se ordenar estas informações, relacionando-as entre si e, posteriormente, formular conceitos. Para tanto, precisa-se ter uma visão crítica e criadora da vida social, uma atitude questionadora sobre a realidade, aprofundar conhecimentos sobre fatos e acontecimentos. A violência e os maus tratos contra os idosos têm sido tema de muito interesse e discussão em meio científico. Entretanto, a literatura carece de estudos sobre essa temática no RS (Irigaray, Esteves, Pacheco, Grassi-Oliveira, & Argimoni, 2016; Santana, Vasconcelos, & Coutinho, 2016).

O presente estudo, aponta um aumento crescente das notificações no período analisado, totalizando 12.439 registros de violência no estado. O ano de 2016 teve o maior número, com 19,3% do total de registros. Tal fato pode ser devido ao crescente incentivo de políticas públicas pela notificação da violência, visto que a subnotificação vem diminuindo com o passar dos anos, como demonstrado no presente estudo. No entanto, é preciso ressaltar que, muitas vezes, as vítimas não denunciam seus agressores por medo ou por serem dependentes deles; nesse caso, quando o agressor é algum familiar ou cuidador (Irigaray, Esteves, Pacheco, Grassi-Oliveira, & Argimoni, 2016). Além disso, o número de notificações poderia ser ainda maior caso houvesse um sistema de dados, como o Sinan, anterior à 2009, e profissionais qualificados para o manuseio desses dados (PINTO, & ASSIS, 2015).

Em relação ao sexo e cor da pele/etnia das vítimas, a maioria destas eram do sexo feminino e brancas. Dados semelhantes são encontrados em diversos estudos (RODRIGUES, *et al.*, 2017; GARBIN, JOAQUIM, ROVIDA, & GARBIN, 2016; GRILO, & LOMBARDI JÚNIOR, 2015).

A literatura aponta a existência de uma relação de gênero com a violência,

na qual a mulher é a principal vítima (PAIVA, & TAVARES, 2015; GARBIN, JOAQUIM, ROVIDA, & GARBIN, 2016). Para Garbin, Joaquim, Rovida, & Garbin (2016), tal fato é consequência de uma sociedade machista e violenta onde, historicamente, a mulher possuía dependência do homem. Outros autores (PAIVA, & TAVARES, 2015; SANTANA, VASCONCELOS, & COUTINHO, 2016) relatam que ainda hoje vive-se o pensamento hierárquico entre homens e mulheres, em que as mulheres são discriminadas e inferiorizadas, o que justificaria a alta prevalência de violência contra o sexo feminino.

Dentre o período analisado neste estudo, a violência do tipo física (34,4%) foi a mais frequente, seguida pela violência psicológica ou moral (22,2%) e por negligência/abandono (18,2%). Esses números mostram-se quase igualmente distribuídos desde 2009, pois apenas em 2011 as notificações de negligência/abandono ultrapassaram as de violência psicológica ou moral.

Segundo Sampaio, Ferreira, Sampaio, Souza, Prado, & Reis (2017), o próprio envelhecimento e suas consequências são fatores que contribuem para alta prevalência de violência física contra os idosos pois, com o envelhecimento, o idoso torna-se mais dependente fisicamente e, conseqüentemente, mais vulnerável a maus tratos (REIS, GOMES, REIS, MENEZES, & CARNEIRO, 2014).

Alguns estudos mostram a violência física como o principal tipo de violência contra o idoso (GIL, SANTOS, KISLAYA, SANTOS, MASCOLI, FERREIRA, & VIEIRA, 2015; SAMPAIO, FERREIRA, SAMPAIO, SOUZA, PRADO, & REIS, 2017). Entretanto, em estudo de Irigaray, Esteves, Pacheco, Grassi-Oliveira, & Argimoni (2016), o abuso psicológico foi o mais frequente. Para os autores, esse tipo de violência ocorre por ameaça de abandono do agressor e como forma de manter o idoso submisso. Sabe-se que tal violência pode gerar consequências graves à saúde da vítima, levando à depressão, sentimento de desvalorização e outros transtornos psicológicos que acabam interferindo negativamente sobre sua qualidade de vida e bem-estar social.

A pesquisa possibilita ver que a conexão dos fatos sociais ocorre porque os

acontecimentos de hoje estão vinculados com outros movimentos estabelecidos anteriormente, formando uma perspectiva histórica da realidade. Dessa forma, vamos construindo a história dos sujeitos particulares e conseqüentemente da humanidade, assim como as instituições e as profissões integrantes neste processo.

Em relação à zona de ocorrência, a maioria das notificações de violência deste estudo ocorreram em zonas urbanas (76,9%). Apesar da violência urbana ser pouca explorada na literatura (SANTANA, VASCONCELOS, & COUTINHO, 2016), principalmente em relação ao idoso, é necessário identificar suas causas, devido a elevada frequência em nosso estudo.

Silva & Dias (2016) relacionam a maior ocorrência de violência em meio urbano com o ambiente local, além de estarem envolvidas questões sociais, como o abuso de drogas, baixa renda e ausência de suporte social. Isso faz da violência um problema de saúde pública complexo que necessita de maior articulação da sociedade e da política para a implementação e implantação de políticas que atendam às necessidades da população e que compreendam o processo do envelhecimento junto à cidade.

O reconhecimento das contradições internas da realidade social nos grupos de estudo e pesquisas possibilitam-nos estabelecer deduções e juízos próprios, passando do conhecimento empírico a uma produção de conhecimento teórico e racional. A prática social torna-se fonte de conhecimento, possibilitando questionar aquilo que está na aparência, aprofundando sua essência.

Quanto à forma de agressão, força corporal/espancamento e ameaça foram as mais frequentes. Vale destacar que, durante o registro de violência, a agressão pode ocorrer por mais de uma forma, justificando a falta de proporção nesses dados em relação ao número total de notificações. Resultados semelhantes foram encontrados por outro estudo (SAMPAIO, FERREIRA, SAMPAIO, SOUZA, PRADO, & REIS, 2017).

O aumento do número de notificações dessas formas de agressão em idosos pode estar relacionada à violência física e psicológica ocorridas, pois o

indivíduo sofre ameaças antes de ser agredido fisicamente (PAIVA, & TAVARES, 2015). Além disso, idosos mais frágeis, que possuem déficits cognitivos, incontinência e dependência para locomoção também são mais propensos a agressões devido à sobrecarga física e psicológica imposta ao cuidador ou familiar (GRILO, & LOMBARDI JÚNIOR, 2015).

Com o aumento da população de idosos no Brasil e no RS, o número de notificações de violência contra indivíduos dessa faixa etária também tende a aumentar. Estudos como este tornam-se necessários para se conhecer o perfil das violências em nosso estado e, assim, promover estratégias de prevenção e intervenção para este problema. Além disso, também é fundamental a discussão desse tema entre os profissionais da saúde para a promoção de melhor instrumentalização da ficha de notificação.

Como limitações do estudo, salienta-se a falta de estudos atuais, encontrados na literatura, sobre violência no RS, que possam servir para maiores comparações com os resultados deste estudo e uma análise maior sobre o perfil das vítimas e agressores. Assim, sugere-se a realização de novas pesquisas que busquem mais informações junto às delegacias e vítimas de violência, e não somente a sistemas de dados. A história representa a vida em si da sociedade, materializada nas relações sociais. Kosik (1995) afirma:

O homem cria a história e vive na história já muito tempo antes de conhecer a si mesmo como ser histórico. Mas a consciência histórica, que descobriu na história a dimensão essencial da realidade humana, não diz ainda por si mesma a verdade sobre o que é a história (KOSIK,1995, p. 229).

O ser humano interage nas relações sociais de diversas maneiras, constantemente não tendo a percepção plena do seu agir como criador da história, mas sabe-se que é na história que este se realiza.

CONCLUSÃO

O tema central das reflexões do presente estudo é o existir humano na

terceira idade em condições perversas de abandono social, vivendo nas ruas, e entende-se que o trágico não é a história mas a forma perversa que a sociedade conduziu a vida destas pessoas. O trágico é como se escreve a história da vida humana nas páginas do tempo de cada um e da coletividade social.

Observou-se um aumento crescente, entre o período analisado, de notificações de violência contra o idoso no RS, principalmente entre mulheres e brancos. Também se constatou que os casos de violência, em sua maioria, ocorreram em meio urbano, sendo as violências dos tipos física e psicológica ou moral as mais frequentes, juntamente às formas força corporal/espancamento e ameaça. Os processos reflexivos e de construção de conhecimento na academia e no mundo do trabalho, proporciona revelar que a história vai tornando-se real na vida cotidiana, em sociedade, através dos atos humanos contínuos. Estes atos são reproduzidos na vida cotidiana e mantidos ao longo das gerações quando legitimados. Visa-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra o idoso no estado, bem como identificar o perfil das vítimas, locais de maior ocorrência, tipos e formas de violência mais frequentes. Desse modo, buscando-se promover estratégias específicas para cada um desses dados encontrados. O Serviço Social e outras áreas do conhecimento poderão contribuir para que o idoso não sofra mais processos de violência, e que possamos criar mecanismos de denuncia como a notificação compulsória nos oportuniza de podermos dar visibilidade a estas expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, .A. de. **A violência simbólica na cidade**. Palestra feita num Fórum de Debate: A mídia e a violência urbana, realizado na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Recife-PE, 24/10/00, acessado em 06/01/05.

BOTH, Agostinho. **Gerontologia Educação e Longevidade**. Passo Fundo: Imperial, 1999.

_____. **Conversas Sobre a Terceira Idade ou Fragmentos para uma Gerontologia.** Passo Fundo: UPF, 1990.

BURSZTYN, Marcel (Org.) e outros. **No Meio da Rua – Nômades, Excluídos e Viradores.** Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2000.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 27 edição, Saraiva, São Paulo, 2001.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. SITE: www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm acessado em 10/09/2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INPEA - International Network for the Prevention on Elder Abuse, 1998
Disponível em: <http://www.inpea.net>.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família Brasileira a Base de Tudo.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Dialektika Konkrétního (Trad. Tcheco). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MACHADO, Laura; QUEIROZ, Zally V. Negligência e Maus-Tratos. In: FREITAS, Elizabete Viana et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública.** Cadernos de Saúde Pública v.10(supl):07-18. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 1994.

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **A Vida Cotidiana do Idosos Morador de Rua,** 1ª edição. Canoas. Editora da ULBRA; 2001.

OMS, Declaración de Toronto para **La Prevención Global Del maltrato de las**

Personas Mayores, Organización Mundial de La Salud, Ginebra, 2002. Disponible em: <http://www.inpea.net/downloads/TorontoDeclarationVspa.pdf>.

OMS - World Health Organization. **Health and Ageing: A Discussion Paper.** Geneva: WHO, 2001. OPAS, Organización panamericana de La Salud. Resolución XIX: Violencia y Salud. Washington (DC); 1993. (mimeo).

PEGORARO, Olinto. **Ética e Bioética:** da subsistência à existência. Petrópolis: Vozes, 2002.

Notas de rodapé

1 Professora do Curso *Lato Sensu* em Serviço Social e Direitos Humanos – Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS; Orientadora; Coordenadora do Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras; E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

2 Acadêmico do curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS, membro da Comissão Organizadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira, integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política- GEEP. Membro da Comissão Organizadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

3 Acadêmico do curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS, membro da Comissão Organizadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira, integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política- GEEP. Membro da Comissão Organizadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

4 Professora do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA- Campus São Borja/RS; Coordenadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira. Vice líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política- GEEP, E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

5 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS, membro da Comissão Organizadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política- GEEP E-mail: robertinha_bre@hotmail.com

6 Segundo Saffioti (2004) andocentrismo é a visão de mundo que valoriza o ponto de vista masculino.

7 Segundo Saffioti (2004) viriarcado é a hegemonia construída sobre a virilidade masculina.

8 Doutorando em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Comunicação e bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela mesma instituição. Pesquisa sobre corporalidades, estudos de gênero e sexualidades e práticas de consumo. E-mail: machado.alim@gmail.com.

9 Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela mesma instituição. Pesquisa sobre jornalismo, estudos de gênero e processos de produção e circulação de narrativas. E-mail: marlon.smdias@gmail.com.

10 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=saZywh0FuEY>. Acesso em: 10 dez. 2017.

11 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZeMa942nYe4>. Acesso em: 10 dez. 2017.

12 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ONEmpBxM-tA>. Acesso em: 10 dez. 2017.

13 Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/queer>. Acesso em: 10 dez. 2017.

14 O termo *Queer Theory* foi utilizado pela primeira vez por Teresa de Lauretis, em 1990, em uma conferência na Califórnia (MISKOLCI, 2016). Em 1991, Lauretis apresenta uma crítica aos “estudos gays e lésbicos” por assumirem a forma de uma historiografia e sociologia gay branca, ignorando problemáticas do

lesbianismo branco e com pouca ou nenhuma compreensão das especificidades sociosexuais femininas.

15 Os textos de Eve Sedgwick, Teresa de Lauretis, David Halperin, Judith Butler, Steven Seidman, Michael Warner, Paul Beatriz Preciado e Jack Halberstam marcam a insurgência do queer na crítica das políticas da identidade, do binarismo de gênero e da heteronormatividade (COHEN, 1997).

16 Caracterizando-se como um conjunto de saberes subalternos, fronteiriços e deslocados, a teoria queer recebeu influência tanto dos estudos pós-coloniais e estudos culturais, principalmente via teoria literária – denunciando os processos normativos de assimilação e apagamento das diferenças frente às identidades culturais autorreferentes – quanto da filosofia pós-estruturalista, realizando uma crítica aos binarismos ontológicos e aos processos discursivos de produção das hierarquias sociais e sexuais (MISKOLCI, 2009).

17 Conforme Pelúcio (2016), os estudos queer sempre se apresentaram como uma vertente teórica reativa à normalização. O termo *queer*, que no contexto norte-americano denota ofensa, transposto ao contexto brasileiro parece, além de pouco ou nada dizer, perder sua especificidade política. Partindo das proposições de Preciado, Pelúcio advoga estudos que absorvam as problematizações do queer, mas que enfrentem as especificidades do contexto nacional. Propõe uma “teoria do cu”, que evidencie a ênfase estrutural entre boca e ânus e entre o ânus e a marginalidade da produção da sexualidade não normativa. Ao pensar uma geografia anatômica da cultura, as teorias do cu articulariam estratégias contra a higienização das práticas e dos cenários sociosexuais.

18 Doutora em Serviço Social e assistente social Técnica-Administrativa em Educação da Assistência Judiciária da Universidade Federal de Santa Maria; gedfiori@hotmail.com.

19 Doutora em Serviço Social, Mestre em Política Social, Graduada em Serviço Social, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria; laurafonseca.22@gmail.com.

20 Graduanda do Curso de Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Maria; marryms@gmail.com.

21 A Lei de Mediação n 13.140/2015 e o Novo Código de Processo Civil (NCPC) trouxeram grandes mudanças na lide processual, exigindo que as universidades e faculdades de Direito do País engendrem esforços no sentido de trabalhar os conteúdos programáticos que abordem o tema mediação e conciliação como uma diretriz processual, o que antes era tratado como um mero programa institucional. Nesse sentido, os meios auto compositivos passam a ser uma modalidade básica do sistema processual, exigindo que, em curto prazo, as universidades, na perspectiva da interdisciplinaridade e da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, se apropriem cientificamente dessas modalidades que se vinculam à ampliação dos Cejuscs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) e à premência da preparação dos mediadores e conciliadores.

22 O atendimento é feito por mediadora capacitada conforme prevê a Resolução nº 125, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo esta, na Assistência Judiciária, também assistente social.

23 Ver mais em: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parecer jurídico nº 24/16. Assunto: mediação de conflitos/ conceito jurídico – atuação e intervenção do assistente social. São Paulo, 2015.

24 A sistematização da demanda atendida no campo foi feita a partir da análise das fichas de triagem socioeconômica de 2015 e 2016 de casos que já tinham ocorrido desfecho. As categorias para análise das fichas foram deliberadas entre a tríade, tendo como base a ficha atual.

25 Informações conforme: SEBASTIANY, M. M. Relatório Final de Estágio. 43f, 2017. Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

26 Por patriarcado, Cisne (2015b, p.25-26) explica que é “o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres, regido pelo medo e desigualdade de poder entre homens e mulheres. Por ser funcional aos interesses capitalistas, esse sistema não foi aprimorado, mas fundido ao atual modo de produção, formando um

único sistema: o patriarcal capitalista, pautado na exploração intensificada da força de trabalho, especialmente feminina. Entende-se que o patriarcado é um sistema porque funciona independentemente da presença dos homens, ou seja, ele encontra-se enraizado nas relações sociais de tal forma que, mesmo entre mulheres, sem necessariamente haver a presença masculina, há a sua ratificação e a sua reprodução. ”

27 Melo e Teles (2012) explicam que a denominação violência de gênero vem sendo difundida recentemente em consequência de estudos acadêmicos, sobretudo.

28 Sobre produção/reprodução da vida social, Iamamoto (1998) pontua que envolve a produção da vida material, que permite a homens e mulheres suprirem suas necessidades básicas e estabelecerem relações entre si, relações sociais, bem como afirma que ela abrange para além da dimensão econômica: abarca a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais e as formas através das quais se apreende a vida social, as formas de consciência.

29 Professora Doutora do curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. E-mail: nolagamalho@yahoo.com.br

30 Esse texto corresponde a releituras da tese de doutorado: “Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias: práticas e espaços de representações de jovens do Guajuviras –Canoas/RS” (GAMALHO, 2015).

31 O levantamento de campo para realização da tese de doutorado utilizou metodologias qualitativas: entrevistas, grupos focais, diário de campo e ocorreu entre 2012 e 2014. Ao total, 33 jovens fizeram parte da pesquisa. Desses, 19 são do sexo masculino e 14 do feminino. As faixas etárias estão entre 15 e 27 anos. Os nomes foram alterados para manter o anonimato dos(as) jovens da pesquisa. Dados referentes à época do levantamento.

32 O uso no plural corresponde à intencionalidade teórica e política de evidenciar que não há um modelo exclusivo de juventude,

33 Os estudos sobre juventude foram realizados na década de 1920.

34 Rede Internacional de Lanchonetes McDonald’s.

35 Universo Online. Empresa de conteúdo, produtos e serviços de Internet.

36

37 Termo utilizado para designar as disciplinas realizadas no Ensino Superior.

38 Bacharel em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA. Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA e discente da pós-graduação *lato sensu*, Especialização e Intervenção em Violência Intrafamiliar da UNIPAMPA - Campus São Borja/RS. Email: anacarolina.vaz13@gmail.com

39 Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – São Borja. Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí e Especialização em História do Brasil pela mesma instituição. Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: saraepitacio@hotmail.com.

40 Entende-se o Facebook como um espaço democrático de interação em virtude de ser livre para qualquer pessoa que possua meios de conectá-lo, dispondo também, grande participação popular e ser gratuito.

41 Os termos e políticas de uso do Facebook na Íntegra, estão disponível em: <https://www.facebook.com/policies>.

42 Print Screen é uma ferramenta que captura a imagem da tela do computador.

43 A publicação foi postada em modo público no dia 15/02/2016, por uma usuária que mora em Belford Roxo/RJ. A publicação na íntegra está disponível no Facebook da usuária, que por motivos de privacidade não será exposto.

44 Pode ser constatado no presente artigo, pelo fato de que a maioria dos comentários selecionados para análise foram postados por perfis com identificação feminina.

45 Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 2ª Região/RS; Especialista em Serviço Social e Direitos Humanos; Bacharel em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná UNOPAR; E-mail: adriana-elsenbach@susepe.rs.gov.br

2 Professora do Curso *Lato Sensu* em Serviço Social e Direitos Humanos – Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS; Orientadora; Coordenadora do Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras; E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

46 Escrivã da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul ; Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar, Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, Campus São Borja/RS; Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI - Campus Santiago/RS; Especialista em Inteligência de Segurança pela Universidade do Sul de Santa Catarina/SC-UNISUL. E-mail: cintia-moura@pc.rs.gov.br

47 Professora do Curso *Lato Sensu* em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar e do Curso de Serviço Social – Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS; Orientadora; Coordenadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira. Vice líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política- GEEP. E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

48 Municípios do RS onde há DEAM: Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Gravataí, Ijuí, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, Uruguai e Viamão. Fonte: Site da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

49 Dados verificados pela autora em maio de 2017.

50 Segundo o Chefe de Polícia, Delegado Emerson Wendt, 37% do efetivo da Polícia Civil do RS é composto por mulheres (TORRES, 2017).

51 O grande número de ameaças corresponde a uma equivalência aos altos índices no Estado, que em 2016 totalizou 41.118 ocorrências desse delito contra mulheres. Fonte: SPM

52 Quatro agressores foram presos em flagrante.

53 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS. Pesquisa sobre Gênero, Aborto, Serviço Social e Políticas Públicas. E-mail: gessiane.casali@gmail.com

54 Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS. Pesquisa sobre Gênero, Transgeneridade, Violência e Saúde. E-mail: nagelfagundes@gmail.com

55 Professora do Curso de Serviço Social; Orientadora; Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA- Campus São Borja/RS; Coordenadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira; Vice líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política- GEEP; E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

56 O indivíduo é composto por sistemas que se inter-relacionam – o biológico (células, tecidos e órgãos) e o psicológico (cognição, emoção, motivação). Estes, por sua vez, interagem com os sistemas sociais (sociedade, comunidade, família). [...] De acordo com a abordagem biopsicossocial fatores biológicos, psicológicos e sociológicos interagem produzindo no indivíduo saúde ou doença (PSICOPORT, 2009, p. 1).

57 Nesses procedimentos muitos dos profissionais não estão qualificados e nem possuem ambiente higienizado e esterilizado para determinados fins.

58 A intervenção proposta pelos direitos humanos deve se materializar por meio de ações afirmativas, que permitam a efetividade dos direitos consagrados e o acolhimento das novas reivindicações nascidas das condições sociais, em constante alteração (VENTURA, 2004, p. 20).

59 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Pesquisa sobre Gênero, Transgeneridade, Violência e Saúde. nagelfagundes@gmail.com

60 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Pesquisa sobre Gênero, Aborto, Serviço Social e Políticas Públicas. gessiane.casali@gmail.com

61 Professora do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA- Campus São Borja/RS; Orientadora; Coordenadora do Seminário Des Fazendo Saberes na Fronteira. Vice líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política- GEEP. E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

62 Termo adotado pela Biologia para descrever as diferenças anatômicas entre os corpos: cromossomos, gônadas, hormônios, genitália, dentre outras características.

63 Que abrange aspectos biológicos, psicológicos e sociais, enxergando o sujeito de forma integrada.

64 Pessoas que foram designadas do gênero feminino e se reivindicam e reconhecem nesse gênero.

65 Ódio ou aversão ao gênero feminino e, conseqüentemente, ao indivíduo mulher.

66 Modelo que antecede o dimorfismo. Nele acreditava-se que não existia diferença entre os corpos sexuais, mesmo existindo aqui os gêneros binários. Nessa lógica, socialmente entendia-se que existia um corpo e dois gêneros.

67 É uma forma de privilegiar os homens e está intrinsecamente relacionada ao patriarcado. Quando experiências masculinas são tidas como universais, abarcando as mulheres. Ex: o termo «o homem», designando a raça humana, difundida e reproduzida por muitos historiados e filósofos, é um perfeito exemplo que ilustra o caráter androcêntrico.

68 Estatuto familiar mais elevado na Roma Antiga, ocupado sempre pelo homem.

69 É a cirurgia que transforma o genital das pessoas transgêneras a fim de se sentirem confortáveis em seus corpos.

70 Graduada em Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. Pesquisa temas no âmbito da Gerontologia Social. elisangelamaiapessoa@gmail.com.

71 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – Curso de Serviço Social – Campus São Borja. Pesquisa temas no âmbito Gerontologia Social e Crianças e Adolescentes. aline_d.p@hotmail.com.

72 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – Curso de Serviço Social – Campus São Borja. Pesquisa temas no âmbito Gerontologia Social e Saúde Mental. guedesadriane@yahoo.com.br.

73 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – Curso de Serviço Social – Campus São Borja. Pesquisa temas no âmbito Gerontologia Social. dudarfernandes@hotmail.com.

74 Projeto de extensão do Curso do Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, materializado na Comunidade de São Borja desde ano de 2012. O mesmo carrega no título a palavra SER indicando a necessidade de preservação da autonomia dos idosos.

75 Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Doutora E Mestra em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira Unipampa/CNPQ e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPQ. Mediadora judicial. E-mail: simoneoliveira@unipampa.edu.br

76 Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Doutora em Direito pela USAL (Universidade de Salamanca - ES). Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Especialista em Formação de Professores em Direito e Legislação e Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Advogada, Mediadora e Conciliadora Judicial. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira Unipampa/CNPQ, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPQ. E-mail: adrianacantini@unipampa.edu.br

77 Graduada em Direito pelo Instituto Cencista de Ensino Superior Santo Ângelo. Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação Direitos Humanos e Fronteira Unipampa/CNPQ. E-mail: anacarolina.vaz13@gmail.com

78 Aprofundamento teórico a partir de autores como Freire (1996); Paviani (2005); Fazenda (2008); Flickinger (2010).

79 Mestrando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciado em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA. Professor Substituto do Instituto Federal Farroupilha, Campus Avançado Uruguaiana. Pesquisa sobre a filosofia de Friedrich Nietzsche, Genealogia, Eterno Retorno, Moral, Transvaloração. E-mail: lucas.acosta@iffarroupilha.edu.br

80 Professora adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja-RS. E-mail: laurennunes@unipampa.edu.br.

81 De acordo com Salih (2012) existe uma confusão quanto à compreensão acerca do termo *performatividade* utilizado por Butler. Butler não utiliza performance, pois tal concepção pressuporia um agente preexistente ao performer. Logo, o termo utilizado é *performatividade*.

82 Em relação e na contramão de uma história contínua, Foucault concebe a história como essencialmente descontínua. “De fato, foi à noção de descontinuidade que mudou o estatuto. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história “a história das relações que o pensamento mantém com a verdade” [...]. A descontinuidade era esse estigma da dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprir da história” (AZEVEDO, 2013, p. 153).

83 Aluna do curso de Especialização em Pobreza e Desigualdade Social com Formação em Pedagogia e atua na Escola municipal Gustavo Costa em Centenário/ TO.

84 Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins do campus de Miracema e orientadora do TCC.

85 Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso.

86 Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Vice Líder do [Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão](#) (Unipampa) e Pesquisadora do [Grupo de Pesquisa Educação Direitos Humanos e Fronteira](#) (Unipampa).

87 A impossibilidade de entrevistar mais homens deu-se pelo fato das dificuldades enfrentadas durante a realização da pesquisa na CPPL III, desde não existir um local adequado para a realização das entrevistas, permutando entre o consultório odontológico, a sala do chefe de segurança e o parlatório; pelo escasso número de agentes penitenciários, funcionários responsáveis pelo traslado dos internos aos setores social, médico e jurídico; até os conflitos entre os presos, desaguando em alguns momentos em rebeliões e mortes. Os critérios que subsidiaram a escolha dos entrevistados basearam-se em: ser primário ou reincidente apenas na Lei Maria da Penha; ter cometido violência contra a companheira, ex-companheira ou namorada e ter idade entre 37 e 50 anos. Quanto ao primeiro critério, encontramos homens respondendo por outros crimes, como tráfico de drogas, roubos e furtos em associação com a violência contra mulher. No que se refere ao segundo critério verificamos a presença de homens que cometeram a violência contra a irmã, a mãe e avó, haja vista que o foco da pesquisa era a relação afetiva - amorosa. Por fim, os mais jovens não demonstraram interesse pela temática da pesquisa, gostavam de mencionar sobre o acontecido e recusaram a participação.

88 O referido movimento se origina no Brasil em meados do século XX, com sua linha de reivindicação baseada na luta pelos direitos à cidadania das mulheres, que, conforme os ditames da ordem tradicional, estavam culminadas à esfera privada e excluídas do espaço público, não tendo nem mesmo seus direitos políticos resguardados. Perpassou por várias fases, vivenciando dois períodos ditatoriais, 1937 com o Estado Novo, e 1964 com a Ditadura Militar, mas sobreviveu e, contemporaneamente com todas as dificuldades, possibilidades, contradições, diversidades teóricas e metodológicas, ainda permanece na luta pelos direitos das mulheres (SARTI, 2004).

89 A pesquisa encontra-se disponível no endereço <http://www.sesc.com.br/mulheresbrasileiras/violencia.html>

90 Durante o levantamento pela ficha do detento traçamos o perfil dos 55 presos, temos; 40 declararam alguma profissão, atividades que variavam entre pedreiros, pintor, servente, mecânico, metalúrgico, sapateiro, vendedor ambulante e desempregados (dez homens), denotando a classe social a qual pertenciam, uma vez que tais profissões não galgam salários que forneçam status social e econômico elevado; 33 possuíam o Ensino Fundamental Incompleto; 32 cometeram a violência contra a companheira e 03 contra a ex-companheira; 24 declaram ser pardos, 2 brancos, 8 negros. O perfil dos entrevistados era: um considerou-se branco, outro claro e cinco morenos; todos declararam a profissão que exerciam e que estavam trabalhando antes da prisão; um não soube informar a escolaridade e seis declararam possuir o Ensino Fundamental Incompleto; um não possuía filhos; sobre o tempo de prisão, Corrupião 15 dias; Uirapuru 03 meses e 06 dias; Rouxinol 08 meses; Calafate 1 ano e 03 meses; Anu 02 meses e 15 dias; Canário 02 meses; Guriatã 03 meses.

91 Durante a realização da pesquisa de campo no presídio nos deparamos com mulheres em situação de violência que procuravam a instituição em busca de visitar o autor da violência, ou mesmo levavam comida e material de higiene pessoal. Ao se dirigirem para o serviço social com objetivo de solicitar autorização de visita verbalizavam as seguintes frases: “Ele só fez isso porque estava bêbado”, “Ele é um bom pai, só perdeu a cabeça”, “Eu só denunciei pra ver se ele parava, não queria que fosse preso”, “Quero que ele saia logo, era só um castigo pra ele”. “Eu ainda amo meu marido”. Observamos que as mulheres sinalizam em seu discurso a vontade de reatar o relacionamento, todas advinham de uma história de violência, e não de um fato isolado que a fez denunciar. De tal modo, que o enfrentamento a violência contra a mulher é algo complexo e cheio de nuances que precisa ser debatido e aprofundado.

92 Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - Curso de Serviço Social. É especialista em Gerontologia Social e possui mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Pesquisador e um dos coordenadores do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Gerontologia, Serviço Social e Saúde NEPEGSSS. Professor no PPG de Mestrado em Gestão das Organizações Públicas.

93 Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS.

94 Acadêmico do Curso de Fisioterapia, Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Fisioterapia, UFSM. Santa Maria, RS, Brasil.

95 Os fenômenos e as formas fenomênicas reproduzem-se no pensamento comum como realidade, não porque sejam os mais superficiais e os mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana. A práxis cotidiana utilitária cria o pensamento comum como forma de seu movimento e existência (KOSIK, 1995, p.15).

Organizadores
Ewerton da Silva Ferreira
Jaqueline Carvalho Quadrado

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE: perspectivas interdisciplinares



CLIA DO EBOOK